



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1262

Quarta-feira - 19 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	3
Atalanta.....	3
Biguaçu	4
Bom Retiro	15
Braço do Trombudo	15
Caçador.....	54
Camboriú.....	56
Campo Alegre	69
Campos Novos	69
Canoinhas.....	77
Capinzal	83
Catanduvas.....	96
Concórdia	97
Cordilheira Alta	101
Coronel Martins.....	102
Corupá	102
Curitibanos	103
Faxinal dos Guedes.....	106
Forquilha.....	107
Fraiburgo.....	111
Garopaba.....	112
Garuva	113
Gaspar	114
Herval d'Oeste	115
Ilhota	116
Imbituba	117
Ipumirim	119
Irineópolis	119
Itaiópolis	120
Itapiranga.....	121
Itapoá	121
Joaçaba	125
Lages	132
Lauro Muller	142
Lebon Regis.....	142
Leoberto Leal.....	145
Lindóia do Sul	145
Luzerna	146
Maracajá	146
Massaranduba.....	157
Meleiro	158
Morro da Fumaça	158
Navegantes.....	159
Nova Trento	166
Novo Horizonte	167
Orleans	168
Palhoça	169

Papanduva.....	179
Porto Belo.....	179
Porto União.....	187
Rio do Sul.....	194
Salto Veloso	198
Santa Rosa do Sul	199
Santa Terezinha do Progresso	200
São Bento do Sul.....	200
São Domingos.....	215
São José.....	215
São Lourenço do Oeste.....	229
Schroeder	230
Siderópolis	238
Timbé do Sul	238
Timbó	239
Três Barras	243
Tunápolis.....	244
Vargeão.....	251
Vargem Bonita	252
Videira.....	252
Vitor Meireles.....	253
Xavantina	254

Associações

FECAM	258
-------------	-----

Consórcios

CIGA	260
CINCO	262
CIS/AMOSC.....	262
IBERE.....	263

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Edital de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 000000023/2013
Modalidade: PREGÃO nº 08/2013

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra de forma parcelada, segundo as necessidades, de Tubos de Concretos, para utilização em rodovias municipais e propriedades rurais, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09:00 horas, do dia 01 de julho de 2013, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal, em cada um dos itens da licitação. Íntegra do Edital encontra-se na página na no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: compras@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 17 de junho de 2013.
CATIA TESSMANN REICHERT-
Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 302/2013

PORTARIA Nº 302/2013
Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, convertida em pecúnia, a servidora efetiva, MARIA DE FATIMA CRISTOVAO DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA, relativo ao período aquisitivo de março/2007 a março/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de junho de 2013.

Portaria Nº 303/2013

PORTARIA Nº 303/2013
Concede Licença Maternidade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, a servidora efetiva MARCIA KOCH MANNES, ocupante do cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - 20H, a contar de 17 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de junho de 2013.

Portaria Nº 304/2013

PORTARIA Nº 304/2013
Concede Licença p/Tratamento de saúde.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor ANTONIO MANES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a contar de 06 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de junho de 2013.

Aviso de Licitação Nº 072/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 072/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 052/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade. Entrega dos envelopes: 08:00 (oito) horas do dia 01/07/2013. Lances: 08:00 (oito) horas do dia 02/07 /2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou administração@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 14 de junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Audiência Pública Ppa
AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONVOCAÇÃO

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que fará realizar às 18:00 horas do dia 24 de junho de 2013, no Auditório da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, para discutir e definir as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal que constarão do PLANO PLURIANUAL 2014/2017.

A sua participação é muito importante.

Antônio Carlos, 18 de junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Retifica Chamada Pública 001/2013

RETIFICA CHAMADA PÚBLICA 001/2013

Retificação referente Chamada Pública nº 001/2013 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, em conformidade com a Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38/09.

O Município de Antônio Carlos, através de seu Prefeito Sr. Antônio Paulo Remor, retifica a Chamada Pública 001/2013, item 15.3, que passa a ter a seguinte redação referente ao valor da DAP por ano civil.

Onde se lê: valor máximo de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;

Leia-se: valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil;

Antonio Carlos, 18 de junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 0011/2013 - Óleo Diesel e Gasolina - 2º Semestre 2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:
Modalidade: Pregão Presencial nº 0011/2013.
Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 60.000 (SESSENTA MIL) LITROS DE ÓLEO DIESEL E 7.000 (SETE MIL) LITROS DE GASOLINA, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, PARA O 2º SEMESTRE DE 2013.
Regimento: Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei 8.666/93 e alterações Posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 02/07/2013.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 02/07/2013.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 14 de junho de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****Decreto N.º 042/2013.**

DECRETO N.º 042/2013.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1319 de 06 de junho de 2013:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.305.0100.2.041 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Art. 2º Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 13 de junho de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 043/2013

DECRETO Nº. 043/2013

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Abre Crédito Adicional Especial, e da Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1320 de 06 de junho de 2013:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - Saúde para Todos, na Lei Municipal nº. 1115/2009 de 09.09.2009, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.01.0102 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica inserida a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - Saúde para Todos, na Lei Municipal nº. 1288/2012 de 02.10.2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 4º Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2013 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Órgão: 09.00 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 09.01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0088 - SAÚDE PARA TODOS

Projeto Atividade 2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde

Elementos de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 14 de junho de 2013.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****Lei Nº 3371/2013**

LEI Nº 3371/2013 DE 12 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, faz

saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) à "SOCIEDADE AMIGOS PROERDIANOS - Comarca de Biguaçu", CNPJ n. 10.234.734/0001-99, mediante convênio, em parcela única, destinados a atender despesas de manutenção da referida entidade e constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2013 com a seguinte classificação:: 2301.08.243.0006.2050 - Manutenção de Ações Sócio Educativas, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela recebida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, na forma estabelecida nas normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3371/2013, de 12/06/2013
Sancionada em 12/06/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 080/2013

DECRETO Nº 080 /2013 DE: 12 DE JUNHO DE 2013.

REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 063/2013, DE 30/04/2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Parágrafo Único, do artigo 1º, do Decreto nº 063/2013, de 30/04/2013.

Art. 2º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Portaria Nº 1924 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1924 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) INES DE SOUZA PHILLIPPI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras

providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) INES DE SOUZA PHILLIPPI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1925 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1925 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) TALITA CABRERA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TALITA CABRERA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1926 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1926 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) IRENE DEBORTOLLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IRENE DEBORTOLLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/06/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1927 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1927 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) DANIELA DE FÁTIMA PEREIRA DA CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELA DE FÁTIMA PEREIRA DA CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/05/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1928 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1928 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELITA AZENIR SEIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELITA AZENIR SEIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/03/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/03/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1929 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1929 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LIDIANE DOS SANTOS SILVA DELFINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LIDIANE DOS SANTOS SILVA DELFINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a

partir de 14/05/2013 a 09/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1930 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1930 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/04/2013 a 15/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/04/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1931 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1931 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) JUSELIO MATTOS DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUSELIO MATTOS DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/05/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1932 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1932 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) BELONICE MEZECO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BELONICE MEZECO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/05/2013 a 04/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1933 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1933 de 14 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MAGALI RAMOS CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAGALI RAMOS CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/05/2013 a 30/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1934 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1934 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELLA DALLWITT, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GABRIELLA DALLWITT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1935 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1935 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIA MARINA VIDAL, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MÁRCIA MARINA VIDAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 29/05/2013 a 07/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1936 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1936 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HELOISA NIETSCHE GERATTI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HELOISA NIETSCHE GERATTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 29/04/2013 a 29/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/04/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1937 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1937 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANETI TEREZINHA DE FARIA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JANETI TEREZINHA DE FARIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 25/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1938 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1938 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TANIA REGINA MARTENDAL, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TANIA REGINA MARTENDAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 09/05/2013 a 09/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1939 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1939 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, e

dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ADRIANO LUIZ VICENTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA VII (INFECTOLOGISTA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1940 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1940 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARILENE SOARES ROMARIZ, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARILENE SOARES ROMARIZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1941 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1941 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODOLFO KOCHÉ, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RODOLFO KOCHÉ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1942 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1942 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1942 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1942 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a

Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1943 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1943 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROBSON LUIS SOARES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROBSON LUIS SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ODONTÓLOGO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 30/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1944 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1944 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIA CRISTINA CARRIEL GOMES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARCIA CRISTINA CARRIEL GOMES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ODONTÓLOGO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1945 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1945 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIETE FERREIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELIETE FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1946 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1946 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREZA BELÉM, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANDREZA BELÉM, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1947 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1947 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIANA BORBA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARIANA BORBA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1948 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1948 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL OLIVEIRA DA SILVA MORAES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RAQUEL OLIVEIRA DA SILVA MORAES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 06/06/2013 a 05/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1949 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1949 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BRUNA MARTINS, e dá

outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse BRUNA MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1950 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1950 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANO DE SOUZA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FABIANO DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 30/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1952 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1952 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA GONÇALVES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLAUDIA GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1952 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1952 de 14 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA GONÇALVES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLAUDIA GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1953 de 014 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1953 de 014 de junho de 2013

Exonera o(a) Servidor(a) Peri Cesconetto Warttmann, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Peri Cesconetto Warttmann, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Auxiliar de Educação Infantil, nível CC-5, Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1954 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1954 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Elaine Cristina Souza de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Elaine Cristina Souza de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1955 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1955 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Vanessa Basso Ferreira, ocupante do cargo temporário de Enfermeiro da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Vanessa Basso Ferreira, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeiro da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 03/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1956 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1956 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Roberto Oliveira Otero, ocupante do cargo temporário de Odontólogo da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Roberto Oliveira Otero, detentor do cargo de provimento temporário de Odontólogo da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21/01/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/01/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1957 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1957 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Diego Danton Carlos de Carvalho, ocupante do cargo temporário de Motorista do SAMU, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Diego Danton Carlos de Carvalho, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista do SAMU, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1958 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1958 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Jacionir Pereira, ocupante do cargo temporário de Motorista do SAMU, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Jacionir Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista do SAMU, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1959 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1959 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Cássio Kadri Monteiro, ocupante do cargo temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Cássio Kadri Monteiro, detentor do cargo de provimento temporário de Médico

de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1960 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1960 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Renato Rodrigues Pereira, ocupante do cargo temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Renato Rodrigues Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1961 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1961 de 14 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Emerson Coelho, ocupante do cargo temporário de Motorista III, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Emerson Coelho, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1962 de 14 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1962 de 14 de junho de 2013

Concede exoneração ao Servidor André Luan dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Vigia, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor André Luan dos Santos, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito na matrícula funcional nº 8869, a partir de 01/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 14 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1963 de 17 de Junho 2013

PORTARIA nº 1963 de 17 de junho 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1802, que demitia a servidora Marivone Martins, do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1802 de 05 de junho de 2013, que demitia o servidor Marivone Martins, do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/06/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1964 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1964 de 17 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCILEIA MARTA NAZÁRIO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARCILEIA MARTA NAZÁRIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 07/05/2013 a 06/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/05/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1965 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1965 de 17 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA LUCIA MORAIS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VERA LUCIA MORAIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 19/04/2013 a 13/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1966 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1966 de 17 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ELIANE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1967 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1967 de 17 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) JULCIMARA MODESTI PETRIKOVSKI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULCIMARA MODESTI PETRI-KOVSKI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/05/2013 a 31/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1968 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1968 de 17 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Regis Bueno da Silva, ocupante do cargo temporário de Professor III (Língua Portuguesa), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Regis Bueno da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Língua Portuguesa), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1969 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1969 de 17 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Francini Adriano, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Francini Adriano, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/06/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1970 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1970 de 17 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Inês de Souza Philippi, ocupante do cargo temporário de Médico da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Inês de Souza Philippi, detentor do cargo de provimento temporário de Médico da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 24/06/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1971 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1971 de 17 de junho de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Cristiane Freitas, ocupante do cargo temporário de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Cristiane Freitas, detentor do cargo de provimento temporário de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 13/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/06/2013.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Contrato Número 10.102/2013 - PP 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.102/2013

PROCESSO: PP 38/2013 - FMS

OBJETO: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE.

Contratado: GEÓRGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME

Valor: R\$ 460,00 (QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.107/2013 - PP 24/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.107/2013
PROCESSO: PP 24/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 17.875,00 (DEZESSETE MIL OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Convênio Nº 09/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2013
CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Sociedade Amigos Proerdianos - Comarca de Biguaçu.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas com a execução do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, aplicando o referido programa para alunos do 5º ano, atingindo 100% das escolas públicas do Município de Biguaçu, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município e integrante deste Convênio.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 02 meses, contados da assinatura do convênio.

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 12 de junho de 2013 - Ramon Wollinger - Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício e Alexandra Reitz - Presidente da Sociedade Amigos Proerdianos - Comarca de Biguaçu.

30ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

30ª Convocação para o Processo Seletivo - SESA - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESA edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem no Setor Pessoal, situado na Praça Nereu Ramos, n. 90, Centro, Biguaçu/SC (Prédio da Prefeitura), até o dia 21/06/2013, entre 13h e 19h, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

RESSALTA-SE QUE ESTA CONVOCAÇÃO É PARA ASSUMIR VAGA NA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 18 de junho de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1239 - Assistente Social (SEASH)
03 - VALDIRENE CREUSA FERNANDES
04 - PATRÍCIA FELICIDADE CATARINA BARON

Bom Retiro

PREFEITURA

613.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Naiara L. Deinani

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 613/13 de 17.06.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar para realização de exames, no dia 13 de junho de 2013, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 7/2013 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 7/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 11.481.782/0001-44,
sito a Rua Leopoldo Joenck, 119, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Raquel e Filhos Assessoria Ltda ME.
CNPJ: 10.817.722/0001-97, sito a Rua Germano Niehues, 975
Centro - Cidade de Salete - SC

Objeto: Contratação de empresa para Assessoria e Prestação de Serviço na Secretaria Municipal da Saúde, para realizar treinamento a equipe responsável para atualização de banco de dados, confecção de relatórios mensal e anual para o Ministério da Saúde, sendo no SIA, CNES, SIAB, BPA/MAC, AIH, APAC, bem como, capacitação para agentes de saúde, orientação sobre a legislação do SUS e do Decreto 7508, Plano Municipal de Saúde, entre outros serviços com carga horária de 08 horas semanais.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Vigência: 31.12.2013.

Data da assinatura: 14.06.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal



Ata de Registro de Preço 21/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2012**

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 21/2012**Data do Registro: 19/09/2012****Válido até: 19/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para secretaria de obras e agricultura para manutenção da frota.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo diesel para motores diesel API CI 4 SAE 15W40 (9236)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	159,5000	1
			RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	PETRONAS	0	160,0000	2
			SIGA BEM DIST LUBRIFICANTES (8994)	PETRONAS	0	175,3600	3
2	Óleo mineral para sistemas hidráulico, viscosidade 68 HLP (9237)	BD	SIGA BEM DIST LUBRIFICANTES (8994)	PETRONAS	0	148,5000	1
			RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	PETRONAS	0	149,0000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	150,4700	3
3	Óleo mineral para transmissões 85W140, API GL - 5 (9240)	BD	AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (8849)	Shell	0	179,1500	1
			RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	PETRONAS	0	192,0000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	198,7900	3
4	Óleo mineral 20W30 multifuncional (9239)	BD	SIGA BEM DIST LUBRIFICANTES (8994)	PETRONAS	0	186,5000	1
			RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	PETRONAS	0	187,0000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	195,7500	3
5	Óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e Caterpillar TO-2. (3358)	BD	RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	PETRONAS	0	177,0000	1
			SIGA BEM DIST LUBRIFICANTES (8994)	PETRONAS	0	186,1000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	215,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2012**Número do Registro de Preços: 21/2012****Data do Registro: 19/09/2012****Válido até: 19/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para secretaria de obras e agricultura para manutenção da frota.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10 W API CF (9238)	BD	AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (8849)	Shell	0	156,0000	1
			RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	PETRONAS	0	157,0000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	157,9100	3
7	Graxa para rolamento a base de sabão de lítio (balde 20kg) (3360)	BD	RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	PETRONAS	0	200,0000	1
			SIGA BEM DIST LUBRIFICANTES (8994)	PETRONAS	0	200,5000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	217,8000	3
8	FLUIDO SINTÉTICO PARA FREIO DOT-3 30X500 (5258)	CX	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	201,1400	1
			AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (8849)	Shell	0	234,0000	2
9	ÓLEO MINERAL PARA TRANSMISSÕES 85W90 API GL-5 (5259)	BD	RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (8995)	MOBIL	0	202,0000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PETRONAS	0	205,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2012**Número do Registro de Preços: 21/2012****Data do Registro: 19/09/2012****Válido até: 19/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para secretaria de obras e agricultura para manutenção da frota.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	SIGA BEM DIST LUBRIFICANTES (8994)		PETRONAS		0	212,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2012

Número do Registro de Preços: 21/2012 **Data do Registro:** 19/09/2012 **Válido até:** 19/09/2013
Objeto da Compra: Aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para secretaria de obras e agricultura para manutenção da frota.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2012****PROCESSO Nº 42/2012**

- (8849) - AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
- (8851) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
- (8994) - SIGA BEM DIST LUBRIFICANTES
- (8995) - RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

Braço do Trombudo, 19 de Setembro de 2012.

Ata de Registro de Preço 14/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mangueira corrugada 1 polegada (8832)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cortubo	0	0,8000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FEHRMANN	0	1,1500	2
2	Magueira conrrugada 3/4 (8833)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cortubo	0	0,6000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FEHRMANN	0	0,7800	2
3	Mangueira preta 1/2 parede 2.0mm (8834)	MTS	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,4500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,4800	2
4	Mangueira preta 3/4 parede 2.0mm (8835)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,6500	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,7000	2
5	Mangueira Preta 1 parede 2.00mm (8836)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,8500	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,9000	2
6	Mangueira Transparente 1/2 (8837)	MTS	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0	1,1500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	oroin	0	1,2000	2
7	Mangueira multiuso trançada (8839)	MTS	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0	2,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	plasbom	0	2,6000	2
8	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	2,1000	2
9	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	1,9500	2
10	Torneira para Tanque plástica 15 cm 1/2 (8840)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	2,3000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,5000	2
11	Torneira plástica para lavatório 1/2 (8841)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	5,1000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	5,2000	2
12	Torneira bóia 3/4 (7274)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	4,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	durin	0	4,4000	2
13	Engate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Válvula para lavatório plástica (8842)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,8000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,9000	2
15	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	1,8500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,9000	2
16	AREIA FINA (1958)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	68,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	69,0000	2
17	AREIA MEDIA (7)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	61,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	62,0000	2
18	Brita n 0 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	60,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	62,0000	2
19	Brita n 1 (8844)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	60,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	62,0000	2
20	Pó brita (8845)	M3	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	61,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	62,0000	2
21	Predisco (8846)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	61,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	64,0000	2
22	Cimento 50 Kg cp2 (8847)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	votorantim	0	19,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VOTORANTIM	0	19,8000	2
23	Argamassa ac1 20Kg (8848)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	5,7000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	certa	0	5,8000	2
24	Argamassa ac2 20Kg (8849)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	11,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	certa	0	12,0000	2
25	Argamassa ac3 20Kg (8850)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	certa	0	20,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	21,0800	2
26	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	1,6000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ceramfix	0	1,6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Tijolos 6 furos 9X14X24 (8851)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	teske	0	0,4400	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRAÇO NOVC	0	0,4700	2
28	Telhas germânicas (8852)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	hobbus	0	1,4000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOM JESUS	0	1,4300	2
29	Goivas (8853)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	hobbus	0	3,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOM JESUS	0	3,1200	2
30	Telhas de fibrocimento 122X4mm (8854)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	5,7800	1
31	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm (8855)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	5,6000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	5,7000	2
32	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm (8856)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	7,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	7,8000	2
33	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm (8857)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	9,3000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	9,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Madeira de pnus para Caixaria (8858)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	400,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITAMARATY	0	410,0000	2
35	ARAME RECOZIDO N°18 (6450)	KG	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	5,6000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,7000	2
36	Barra de ferro (8859)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,2000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	5,3000	2
37	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	11,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	11,3000	2
38	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	16,9000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	17,5000	2
39	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	26,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	28,0000	2
40	Barra de ferro 1/2 (8860)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	39,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	41,0000	2
41	Treliça 6x6 (8861)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	21,1800	1
42	Treliça 6x8 (8862)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	18,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	18,2000	2
43	Treliça 6x12 (8863)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	27,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	28,0000	2
44	Malha pop 3.4 (8864)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	25,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	27,3000	2
45	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2 (8865)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	113,3300	1
46	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm (8866)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	160,6700	1
47	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	4,3800	1
48	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	6,6800	1
49	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	10,5000	1
50	Broca aço rápido 10mm (8867)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	15,1700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Broca Vedeia 5mm (8868)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	4,3500	1
52	Broca de videia 8mm (7133)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	7,2700	1
53	Broca de videia 10mm (7132)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	12,2800	1
54	Cadeado 30mm (7136)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	9,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	9,9000	2
55	Cadeado 40mm (7137)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	11,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	12,5000	2
56	Cadeado 50cm (8869)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	17,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	17,5000	2
57	Abraçadeira de pressão 1/2 (8870)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,7000	1
58	Abraçadeira de pressão 1 (8871)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,8700	1
59	Abraçadeira com chaveta 1 polegada (8872)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fehrmann	0	0,6000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,7300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Cilindro para fechadura (7145)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	8,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	8,5000	2
61	Fechadura Metálica externa (8873)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	19,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	19,9000	2
62	Dobradiça zincada 3 polegadas (8874)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gugler	0	1,4000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,5300	2
63	Dobradiça zincada 2 polegadas (8875)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gugler	0	0,9000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,1000	2
64	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	11,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	11,9000	2
65	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	8,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	8,9000	2
66	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	6,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	6,3000	2
67	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,9000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	6,2000	2
68	Prego 22x48 (7224)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,9000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	6,2000	2
72	Bloco de concreto (8008)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	riosul	0	1,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	WJF	0	1,2300	2
73	Blocos calha de concreto (8877)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	riosul	0	1,4500	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	WJF	0	1,5000	2
74	Joelho de esgoto 40mm (8878)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,5500	2
75	Joelho de esgoto 50mm (8879)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,7000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0000	2
77	Joelho esgoto 100mm (8881)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,8500	2
78	Tee esgoto 40mm (8882)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3000	2
79	Tee esgoto 50mm (8883)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,1000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,2000	2
80	Tee esgoto 75mm (8884)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,1000	2
81	Tee esgoto 100mm (8885)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,8000	2
82	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,0000	2
83	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	95,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gs	0	98,0000	2
84	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gugler	0	1,4000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,5300	2
85	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	3,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,5700	2
86	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,7700	2
87	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,9000	2
88	Cap esgoto 40mm (8886)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,7000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,8000	2
90	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	7,0000	2
91	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,4000	2
92	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,2000	2
93	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	2
94	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,8000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,5300	2
95	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,2000	2
96	Tubo esgoto 150mm (8887)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	75,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	76,0000	2
97	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	27,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	30,0000	2
98	Tubo esgoto 75mm (8888)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	27,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	27,3000	2
99	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	20,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	21,0000	2
100	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	12,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	13,0000	2
101	Sifão para esgoto 75cm (8889)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	blukit	0	4,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	plena	0	16,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	17,5000	2
103	Assento sanitário simples (8892)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	12,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	12,5000	2
104	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	34,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	34,5000	2
105	Caixa d água 300 litros (8890)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fortlev	0	105,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBRAOESTE	0	128,0000	2
106	Caixa d água 500 litros (7139)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBRAOESTE	0	130,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fortlev	0	135,0000	2
107	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa (8891)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	34,0000	1
108	Balde plástico para concreto 10 litros (8893)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cdk	0	5,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,5000	2
109	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	85,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	maestro	0	88,0000	2
110	Caçamba de pvc para carrinho de mão (8894)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	26,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	olipe	0	27,0000	2
111	Alicate universal (7185)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	15,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	15,3000	2
112	Alicate de bico (7187)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	16,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	16,9000	2
113	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	12,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	12,5000	2
114	Alicate arrebiteador (8895)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	12,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	13,5000	2
115	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	5,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	6,0700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Broxa nº 1 (7134)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	3,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	3,4000	2
117	Broxa nº2 (7135)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	5,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,3000	2
118	Aplicador de silicone (7188)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	9,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	10,0000	2
119	Serrinha de cortar ferro (8896)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LENOX	0	2,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	nicholson	0	2,6000	2
120	Cabo de enxada (8897)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	4,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	4,4700	2
121	Cabo para pá de juntar (7191)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	4,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	4,9700	2
122	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	5,5000	2
123	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cdk	0	3,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	4,0000	2
124	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	16,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	bosch	0	16,7000	2
125	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	11,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	12,5000	2
126	Enxada com cabo (7197)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	25,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	pandolfo	0	26,0000	2
127	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	faber castell	0	1,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FABER CASTI	0	1,5000	2
128	Lima chata nº 8 (7199)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	nicholson	0	9,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NICHISON	0	9,8000	2
129	Martelo 25mm (7200)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	14,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	14,5000	2
130	Pá de ajuntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	16,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	16,5000	2
131	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	16,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	17,1700	2
132	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	29,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	art serra	0	30,0000	2
133	Trena emborrachada 8 metros (8898)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	15,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	16,0000	2
134	Trena emborrachada 5 metros (8899)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	7,8000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	8,0000	2
135	Trena emborrachada 3 metros (8900)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	5,4000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	5,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	Linha de nylon n°100 (7213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	8,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ekilon	0	8,3000	2
137	Trena 30 metros (8901)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	25,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	25,7000	2
138	Luva látex (8902)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	promat	0	4,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	4,5000	2
139	Prumo 500gr (8903)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	11,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	depecil	0	11,7000	2
140	Escova de aço com cabo (8904)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	max	0	4,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,2000	2
141	Disco para serra circular 36 dentes (8905)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	33,5300	1
142	Nível de alumínio 20 polegadas (8906)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	20,4000	1
143	Espátula 06cm (8907)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	monfort	0	4,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	4,5200	2
144	Mareta 500grs (8908)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	monfort	0	13,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	14,0000	2
145	Mareta 1 Kg (8909)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	monfort	0	17,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	18,0000	2
146	Mareta 3 Kg (8910)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	33,4300	1
147	Escada de madeira 7 degraus (8911)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	kolmad	0	104,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	123,3300	2
148	Escada de ferro 5 degraus (8912)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	maestro	0	84,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	84,3300	2
149	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	0	5,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	otto b.	0	5,5000	2
150	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	eb cal	0	7,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SINHA	0	8,0000	2
151	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURAPOXI	0	4,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	henkel	0	4,5000	2
152	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tytan	0	15,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	15,5000	2
153	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	keveks	0	11,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	0	11,5000	2
154	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	keveks	0	11,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	0	11,5000	2
155	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	6,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	adere	0	7,0000	2
156	Rolo de lâ 5cm c/ cabo (7225)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	4,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	4,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Rolo de lã 9cm c/ cabo (7226)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,8000	2
158	Rolo de lã 15cm c/ cabo (7227)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	7,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	8,0000	2
159	Rolo de lã natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	14,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	15,0000	2
160	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	6,0000	2
161	Cabo para rolo 23cm (8913)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	4,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	5,6300	2
162	Trincha cerdas médias 1 polegada (8914)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	2,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	2,4000	2
163	Trincha cerdas médias 2 polegadas (8915)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	3,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	3,6800	2
164	Trincha cerdas médias 3 polegadas (8916)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	6,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	6,8000	2
165	Trincha cerdas médias 4 polegadas (8917)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	8,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	8,3000	2
166	Silicone 280gr (7947)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	8,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tytan	0	9,0000	2
167	Solvente (1 litro) (7257)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	anjo	0	8,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ANJO	0	8,5000	2
168	Thiner 1 litro (8918)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ANJO	0	8,8000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	anjo	0	9,0000	2
169	Tinta esmalte 3,6 cores (8919)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	49,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	49,8000	2
170	Tinta esmalte 1 Kg cores (8920)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	15,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	16,0000	2
171	Fundo a óleo 3,6 (8921)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	universo	0	40,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	48,6700	2
172	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho (8922)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	51,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	52,0000	2
173	Registro de pressão soldável (7246)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	12,8000	1
174	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium (8923)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAXI TINTAS	0	235,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	240,0000	2
175	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	resicolor	0	60,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAXI TINTAS	0	65,0000	2
176	Verniz filtro solar 3,6 (8924)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	58,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	60,0000	2
177	Osmocolor transparente 3,6 (8925)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	montana	0	100,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONTANA	0	105,0000	2
178	Osmocolor cores (8926)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONTANA	0	115,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	montana	0	120,0000	2
179	Tinta spray Cores 250 gr (8927)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	COLOR GIN	0	9,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	9,7000	2
180	Tinta spray metálico cores (8928)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	COLOR GIN	0	19,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	19,9000	2
181	Tinta para piso 18 litros (8929)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RESICOLOR	0	170,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	172,0000	2
182	Resina acrílica 18 litros (8930)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	210,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	215,0000	2
183	MASSA ACRILICA (1097)	GL	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	reicolor	0	20,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	25,0000	2
184	Corante para tinta cores (8931)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	XADREZ	0	2,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	colorsil	0	2,5000	2
185	Registro pvc soldável 20 (8933)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	5,5000	2
186	Registro pvc soldável 25 (8934)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	5,5000	2
187	Registro pvc soldável 50 (8937)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	13,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	14,5000	2
188	Cap soldável 20mm (7232)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4000	2
189	Cap soldável 25mm (7233)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,5000	2
190	Luva soldável 20mm (7242)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,3700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 28/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
191	Luva soldável 25mm (7243)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4800	2
192	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,9300	2
193	Luva soldável 50mm (7245)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0200	2
194	Curva soldável 50mm (8946)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,4000	2
195	Curva soldável 25mm (8947)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,9500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	2
196	Joelho RI 20x1/2 (8948)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,4000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,4500	2
197	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 29/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	2
198	Joelho soldável 20mm (8949)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,3500	2
199	JOELHO SOLDAVEL 25MM (1517)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3500	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4500	2
200	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,7000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0300	2
201	Joelho soldável 50mm (8950)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0000	2
202	Joelho soldável 85 mm. (10646)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	26,1000	1
203	Joelho soldável 85mm 45 graus (8954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	33,2000	1
204	Tee soldável 20mm (7249)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 30/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	Tee soldável 25mm (7250)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,6500	2
206	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	7,1000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	7,4000	2
207	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	31,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	32,0000	2
208	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	71,3300	1
209	FLANGE 50MM (2047)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	9,5000	2
210	Flange pvc 40mm (8958)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	9,0000	2
211	FLANGE 32MM (2049)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	9,0700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
212	FLANGE 25 MM (2048)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,9000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,1200	2
213	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAXI TINTAS	0	18,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	resicolor	0	19,0000	2
214	Prego 25x72 (10708)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	7,1000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	7,4000	2
215	Caixa da água Fibra 10.000 lt. (10709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBRAOESTE	0	2.012,0000	1
216	Flange Sold 60 mm. (10710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	20,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLATILIT	0	24,6700	2
217	Flange Sold 85 mm. (10711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	80,6700	1
218	Registro Esfera Sold 60 mm (10712)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	22,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	24,0000	2
219	Registro Esfera Sold 85 mm. (10713)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	chiva	0	130,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 32/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	145,0000	2
220	Curva Sold 90° 85 mm. (10714)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	25,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	30,8300	2
221	Curva Sold 45° 85mm (10715)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	30,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	30,6700	2
222	Curva Sold 50 mm. (10716)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	5,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,4000	2
223	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TUBOZAN	0	95,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	br plasticos	0	100,0000	2
224	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	br plasticos	0	190,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TUBOZAN	0	205,0000	2
225	Lona Preta. (10717)	MT	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	2,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	lonax	0	2,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 33/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
226	Mangueira Eucalipto Prancha 6x4m. (10718)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITAMARATY	0	776,6700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2013****PROCESSO Nº 28/2013**

(8293) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Braço do Trombudo, 18 de Junho de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.594

DECRETO Nº 5.594, de 17 de junho de 2013.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 2.959, de 17/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na importância de R\$ 6.948,00 (seis mil, novecentos e quarenta e oito reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 6.948,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 6.948,00 (seis mil, novecentos e quarenta e oito reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 6.948,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 22.723

PORTARIA Nº 22.723, de 12 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e os arts. 57 e 58, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER readaptação na biblioteca da EMEB Nossa Senhora Salete à Servidora Municipal MARIA GENI HUÇULAK, ocupante do cargo de Servente Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com efeitos a contar de 13 de maio de 2013, conforme laudo médico.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.725

PORTARIA Nº 22.725, de 13 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com o Edital SME 08/2012, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5467, de 8 de fevereiro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Adriana Kabel Mezomo	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	VV Maria Lucia-na Moraes dos Santos, Lic Trat. Saúde	17/05/2013 a 14/06/2013
Ana Paula Speggorin	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	VV Maria de Lurdes Sicka Fernandes, Lic Prêmio	05/06/2013 a 01/09/2013
Ariani Manoela Diogo Baltazar	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	VV Daniele Fortunato, Licença para Trat. Saúde	23/05/2013 a 03/06/2013
Ariani Manoela Diogo Baltazar	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	VV Daniele Fortunato, Licença para Trat. Saúde	11/06/2013 a 05/07/2013
Cristiane Aparecida Trindade da Silva	Professora de Inglês	1.3/A	10	EMEB Hilda Grammann de Souza	Vaga Excedente	04/06/2013 a 20/12/2013
Derli Ferreira dos Santos	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Gisele de Almeida, Lic Maternidade	05/06/2013 a 29/11/2013
Katlin Aparecida Hartmann	Professora de Ciências	1.3/A	24	EMEB Henrique J Berger	VV Raquel Morona, Lic Trat. Saúde	23/05/2013 a 03/06/2013
Leila Lucimar Gonçalves	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	VV Lucia Speggorin, Lic Trat Saúde familiar	11/06/2013 a 24/06/2013
Luana Cristina Ramos	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	VV Lucia Speggorin, Lic Trat Saúde familiar	11/06/2013 a 24/06/2013
Margarete Oneda	Professora de Ciências	1.3/A	15	EMEB Henrique J Berger	VV Raquel Morona, Lic Trat. Saúde	21/05/2013 a 03/06/2013

Maria Eliane Gomes Farias	Professora de Artes	1.3/A	26	08h00-EMEB Esperança 06h00-EMEB Henrique J Berger 12h00-EMEB Ir. Venâncio José	Vaga Excedente	04/06/2013 a 20/12/2013
Maria Odete Padilha	Professora de Ciências	1.3/A	15	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	04/06/2013 a 20/12/2013
Maria Terezinha Antunes	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	VV Daniele Fortunato, Licença para Trat. Saúde	23/05/2013 a 03/06/2013
Marinice Zardo Hahn	Professora de História	1.3/A	18	EMEB Ulysses Guimarães	VV Cristina Lazarotti, Lic sem vencimentos	04/06/2013 a 20/12/2013
Pedro Paulo Baruffi	Professor de Ensino Religioso	1.3/A	27	10h00 EMEB Alto Bonito 10h00 EMEB Henrique J Berger 07h00 EMEB Pierina S. Perret	Vaga Excedente	04/06/2013 a 20/12/2013
Raquel Aparecida Padilha	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alcides Tombini	VV Ivonete de Fátima Arruda Pierdoná, Lic Trat. Saúde	03/06/2013 a 27/06/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.730
PORTARIA Nº 22.730, de 14 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a Portaria nº 19.269, de 31 de dezembro de 2009, que DEFERIU A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal MIRNA MINGOTTI.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 14 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 01-2013 - F.M.e. Caçador

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2013

A Fundação Municipal de Esportes de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 01/2013 para locação das dependências da Sociedade Caçadoreense de Bochas para treinamento das seguintes modalidades: Futebol de Salão, Handebol, Voleibol, Judô, Xadrez, Tênis de Mesa, Canchas de Bochas, Cancha de Bolão 16 e Bolão 23 e piscinas. Propriedade da Sociedade Caçadoreense de Bochas/CNPJ nº 83.059.808/0001-71, localizada na Rua São Francisco de Assis, nº 45 neste Município de Caçador/SC, pelo valor mensal de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) pelo período de 12 meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 17 de junho de 2013.
JOÃO DARCI COELHO,
Presidente da FMEC

Aviso de Licitação - PR 45 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2013
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 04/07/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 04/07/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: www.cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, na avenida Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 17 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 50/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 50/2013 - Prefeitura - 2º Aditamento ao Contrato Nº 74/2011, LOCAÇÃO DE DUAS SALAS PARA FUNCIONAMENTO DO PROCON Referente ao processo licitatório nº 57/2011 Dispensa de Licitação nº 09/2011, Contratado/Locador: Sr. GABRIEL DELANO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº 155.665.799-49, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, Validade 12 meses

Ata de Registro de Preço Nº 06 - 2013 - FMAS

Ata de Registro de Preço nº 06/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE

MARMITEX Nº 09 DESTINADA AOS ADOLESCENTES E CRIANÇAS DO PROGRAMA PETI/Casa de Passagem, Referente ao processo licitatório nº 07/2013, Pregão Presencial nº 04/2013 Empresa, COZINHA INDUSTRIAL FISCHE HAUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.395.463/0001-50, com sede no Município de Caçador – SC, com entrega estimada para o período de 12 meses:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	1.500	Unid	Refeições prontas tipo marmiteira, número 09, compostas de no mínimo os seguintes itens: 1/2 porção de arroz todos os dias, 1/2 porção de feijão todos os dias, 02 porções de carne de gado, frango, suíno ou peixe todos os dias (variando durante a semana), 01 porção diferente de prato complementar todos os dias (panqueca, aipim, suflê, macarrão, batata, polenta ou legumes gratinados), 02 variedades de saladas (no mínimo) todos os dias, 01 fruta todos os dias (variando durante a semana). Oferecer variedades no cardápio durante a semana, com uma quantidade mínima de frituras. Obs.: O cardápio deverá seguir as normas do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, com 1.400 calorias, ser elaborado e supervisionado por uma nutricionista.	9,50	14.250,00
TOTAL GERAL					14.250,00

Ata de Registro de Preço Nº 92 - 2013 - Prefeitura

Ata de Registro de Preço nº 92/2013 - PREFEITURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013 Registro de Preços para a atualização de preços constantes na Ata Principal de nº17/2013, datada de 12 de março de 2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, Referente ao processo licitatório nº 05/2013, Pregão Presencial nº 03/2013 Fornecedor, MARCOS BULLE DA COSTA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36, com sede no Município de Caçador/SC, .

Ata de Registro de Preço Nº 93 - 2013 - Prefeitura

Ata de Registro de Preço nº 93/2013 - PREFEITURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013 O objeto da presente Ata é atualização de preços constantes na Ata Principal de nº19/2013, datada de 13 de março de 2013 para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E INSUMOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, Referente ao processo licitatório nº 04/2013, Pregão Presencial nº 02/2013 Fornecedor, AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó/SC

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.557/2013

LEI N.º 2.557/2013

Cria o Programa Comunidade Participativa e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica criado no âmbito do Município de Camboriú o Programa Comunidade Participativa.

Art. 2º A criação do Programa Comunidade Participativa estabelecida no artigo 1º visa atender os seguintes objetivos:

I - criar condições sócioeconômicas, urbanas e culturais para que todos os bairros e regiões do Município de Camboriú se desenvolvam segundo as suas características, reforçando seus traços de identidade e suas relações de vizinhança, diminuindo a desigualdade entre eles e aumentando o bem-estar físico, psíquico e social da população, através de uma justa distribuição de recursos e serviços públicos;

II - levantamento de informações e necessidades sócioeconômicas, urbanas e culturais dos Bairros de Camboriú;

III - estimular a organização comunitária como instrumento de mobilização social, de promoção da cidadania e de indução de processos criativos nos diversos quadrantes da cidade e setores da vida social;

IV - defender o aprimoramento da participação popular, contribuir para o planejamento e elaboração das propostas de diretrizes orçamentárias e do orçamento municipal, bem como do Plano Diretor;

V - discutir e propor mecanismos para aprimorar as relações entre Poder Público, iniciativa privada e a comunidade;

VI - participar e promover discussões sobre as legislações existentes referentes contribuição para uma democracia participativa.

Art. 3º São atribuições da municipalidade na execução do Programa:

I - participar da elaboração e implantação do Programa Comunidade Participativa e todos os seus componentes;

II - (vetado);

III - fornecer subsídios técnicos;

IV - fornecer dados e informações necessárias à elaboração do Programa;

V - (vetado);

VI - (vetado).

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação, especialmente quanto a elaboração e a implantação do Programa Comunidade Participativa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 14 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.558/2013

LEI N.º 2.558/2013

Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Prevenção da Obesidade Infantil na Rede Municipal de Ensino de Camboriú dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a criar o Programa Municipal de Prevenção da Obesidade Infantil na Rede Municipal de Ensino de Camboriú.

Art. 2º O Programa de que trata esta lei visa à promoção de ações para prevenir e controlar a ocorrência de obesidade e de sobrepeso em crianças e adolescentes da Rede Municipal de Ensino e a conscientizar esse segmento social sobre as causas da obesidade e suas consequências para a saúde.

Art. 3º As Redes Municipais de Ensino deverão instituir o Programa de Prevenção da Obesidade com o objetivo de incentivar hábitos de vida saudável aos seus alunos, salientando a necessidade da alimentação balanceada, bem como a prática regular de atividades físicas, através dos seguintes critérios:

I - estímulo e desenvolvimento de ações educativas destinadas à promoção da alimentação saudável e à conscientização sobre as causas e as consequências da obesidade;

II - (vetado);

III - (vetado);

IV - que as merendas escolares oferecidas sejam nutritivas e que seja possível a equivalência da alimentação fornecida na escola com a recebida pelo aluno em casa em conformidade com seu meio econômico e social;

V - auxílio na escolha de atividades físicas de modo a motivar o aluno a desenvolver suas aptidões;

VI - inclusão, no conteúdo das aulas a serem ministradas nos estabelecimentos de ensino a que se refere esta lei, de temas relativos à importância da alimentação saudável;

VII - realização de palestras ou outras atividades destinadas a informar e a conscientizar crianças e adolescentes, bem como seus pais ou responsáveis, sobre as causas e as consequências da obesidade, de modo a promover a disseminação de modos de vida saudáveis.

Art. 4º Em caso de identificação de sobrepeso ou obesidade, após avaliações feitas, o aluno juntamente com seus pais ou responsáveis serão orientados para fazerem um acompanhamento profissional adequado conforme as necessidades de cada um.

Art. 5º O incentivo à alimentação saudável e a frequência de exercícios físicos poderá ser reforçada durante o ano letivo, como também o encaminhamento da criança ou adolescente, quando necessário, às respectivas áreas relacionadas ao diagnóstico e tratamento da obesidade.

Art. 6º As despesas decorrentes da implantação do Programa correrão por conta de dotação orçamentária específica, suplementada, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 14 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.559/2013

LEI N.º 2.559/2013

Concede isenção de tributos municipais à empresa Angel Construtora e Incorporadora Ltda.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, taxas municipais para aprovação de projetos e da contrapartida para outorga onerosa de potencial construtivo, no valor de R\$ 737.719,20 (setecentos e trinta e sete mil setecentos e dezenove reais e vinte centavos), em favor da empresa ANGEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.038.930/0001-10, com sede na Rua Joinville, n.º 490, sala 302, Centro, na cidade de Itajaí/SC.

§ 1º A isenção prevista no caput deste artigo será concedida, na forma de subsídio por parte da Administração Pública Municipal, em razão da diferença de valores existente para construção de 80 (oitenta) unidades habitacionais no Município de Camboriú, relativa à transferência de recursos por parte da União, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV PAC2 do Governo Federal, contrato n.º 0352309-56/2011, destinada ao reassentamento de famílias com renda de 0 (zero) a 03 (três) salários mínimos, selecionadas no processo de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários.

§ 2º O prazo da isenção se estenderá até que seja alcançado o valor previsto no caput deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.560/2013

LEI N.º 2.560/2013

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros com celebração de convênio entre o Município de Camboriú/Fundo Municipal de Assistência Social e o Lar Menino Deus e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Lar Menino Deus, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.370.268/0001-88, com sede na Rua João XXIII, n.º 380, Bairro Primeiro de Maio, Brusque/SC.

Art. 2º O objeto do presente convênio consiste na transferência de recursos financeiros ao Lar Menino Deus, com o objetivo de custear as despesas com a internação e atendimento especializado do Sr. Roberto Schilickmann, carente e portador de deficiência mental, para atender a solicitação feita pelo Ministério Público da comarca de Camboriú.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 18.360,00 (dezoito mil trezentos e sessenta reais), dividido em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 18 (dezoito) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso sejam descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.561/2013

LEI N.º 2.561/2013

Autoriza o Município de Camboriú, por meio da Fundação Municipal de Esportes, a transferir recursos financeiros às instituições esportivas que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a transferir recursos financeiros às instituições a seguir descritas, no valor total de até R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), a serem entregues durante o exercício de 2013, objetivando à representação do Município de Camboriú em competições esportivas nos níveis regional, estadual ou nacional, bem como a promoção e incentivo à prática de esportes no Município:

I - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE UNIDOS POR TODOS - ABUT, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.990.591/0001-45, com sede na Rua Flamboyant, n.º 951, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, representada por seu presidente Umberto Alexandre Sell, atuante na modalidade esportiva de Futsal, no valor global de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

II - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATLÉTICO CAMBORIUENSE - ADAC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.669.927/0001-35, com sede na Rua Saul Dalago, n.º 88, Bairro Cedro, Camboriú/SC, representada por sua presidente Rita de Cássia Servelin, atuante na modalidade esportiva de Futsal, no valor global de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

III - ASSOCIAÇÃO CAMBORIUENSE DE JUDÔ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.604.619/0001-57, com sede na Rua Guarapirim, n.º 746, Bairro Tabuleiro, Camboriú/SC, representada por sua presidente Daniela Dias Abromovicz França, atuante na modalidade esportiva de Judô, no valor global de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

IV - ASSOCIAÇÃO CAMBORIÚ DE FUTEBOL FEMININO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.160.915/0001-06, com sede na Rua Osvaldo Minella, n.º 1.148, Bairro Cedro, Camboriú/SC, representada por seu presidente Robson José Marçal, atuante na modalidade esportiva de Futebol, no valor global de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

V - ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.704.015/0001-80, com sede na Rua Pedro Honorato Amorim, n.º 580, Centro, Camboriú/SC, representada por sua presidente Edineia Pereira, atuante na modalidade esportiva de Voleibol, no valor global de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

VI - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS TORÁ DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.538.187/0001-06, com sede na Rua Henrique Coppi, n.º 442, Centro, Camboriú/SC, representada por sua presidente Georgia de Rossi Tigre, atuante na modalidade esportiva de Karate Shotokan, no valor global de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

§ 1º Será firmado termo de convênio com as entidades acima beneficiadas, contemplando as condições de transferência e aplicação dos recursos, bem como as demais condições que propiciem o cumprimento do objeto conveniado e o bom andamento dos projetos esportivos previstos para o exercício.

§ 2º As entidades relacionadas nos incisos deste artigo ficam obrigadas a apresentar a prestação de contas de cada parcela recebida à Controladoria Interna do Município, nos prazos e moldes especificados nos termos de convênio, sob pena de suspensão do envio de recursos financeiros.

§ 3º As entidades contempladas devem manter em seus arquivos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, a documentação comprobatória das despesas realizadas com os recursos recebidos, a qual ficará à disposição do Município para fins de auditoria interna ou externa.

Art. 2º Caberá às entidades beneficiadas a divulgação do Município em todas as competições regionais, estaduais e nacionais em que se fizer representar, bem como manter em funcionamento "escolinhas de esportes" gratuitas à disposição de crianças e adolescentes.

Art. 3º A Fundação Municipal de Esportes não poderá efetuar a transferência de valores para as entidades que tenham recebido recursos anteriores a presente Lei e que não tiveram suas contas aprovadas pela Controladoria Interna do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente, pertencente à Fundação Municipal de Esportes, conforme abaixo descrita:

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0019 - Gestão do Programa de Incentivo ao Esporte
Projeto/Atividade: 2.069 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Elemento de despesa: 3.3.50.00.00.00 - Tranf. A Inst. Provadas s/ fins lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.562/2013

LEI N.º 2.562/2013

Autoriza o Município de Camboriú, por meio da Fundação Municipal de Esportes, a transferir recursos financeiros à Associação Centro de Cultura Oriental Tigre Branco e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a transferir recursos financeiros à Associação Centro de Cultura Oriental Tigre Branco, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.487.192/0001-66, com sede na Rua Maria Stolfi da Silva, n.º 288, Bairro Lidia Duarte, Camboriú/SC.

Art. 2º O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Centro de Cultura Oriental Tigre Branco, com finalidade de custear as despesas do projeto "Berço de Guerreiros", para proporcionar o ensino e a prática da modalidade esportiva karate às crianças e adolescentes interessadas no aprendizado deste esporte.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 06 (seis) parcelas mensais no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 12 (doze) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as cláusulas do convênio ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes, conforme abaixo descrita:

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0019 - Gestão do Programa de Incentivo ao Esporte
Projeto/Atividade: 2.069 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Elemento de despesa: 3.3.50.00.00.00 - Tranf. A Inst. Privadas s/ fins lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.563/2013

LEI N.º 2.563/2013

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/Fundo Municipal de Assistência Social e o Grupo de Idosos Lúmen Novo com verbas oriundas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Grupo de Idosos Lúmen Novo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob n.º 03.029.199/0001-79, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 119, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na transferência de recursos financeiros do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, proveniente do Governo Federal, ao Grupo de Idosos Lúmen Novo, com o objetivo de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 5.376,00 (cinco mil trezentos e setenta e seis reais), dividido em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 448,00 (quatrocentos e quarenta e oito reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 18 (dezoito) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso sejam descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.564/2013

LEI N.º 2.564/2013

Dispõe sobre a impressão de fotografias e dados de pessoas desaparecidas, principalmente crianças do Município de Camboriú, em carnês do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Nos Carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU deverão constar impressos em suas capas, fotografias e dados de pessoas desaparecidas, principalmente de crianças do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A obtenção das fotografias e dos dados de pessoas desaparecidas, principalmente crianças do Município de Camboriú, poderá ser adquirida nos seguintes organismos:

- I - Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (CNPD);
- II - Conselho Tutelar;
- III - Vara Cível da Comarca de Camboriú;
- IV - Organizações Não Governamentais (ONGs) ou fundações, legalmente constituídas, cujas respectivas finalidades estatutárias sejam localizar crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.659/2013

DECRETO N.º 1.659/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 - Urbanismo
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana
Atividade: 1.005 - Paviment., Conserv. e Recuperação de Ruas e Avenidas
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 79
VALOR: R\$ 160.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 11 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

II 2/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2013 - FME
Data: 17/06/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ATENDENDO EM MÉDIA 200 ALUNOS/MÊS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
Valor total: R\$ 17.468,75 (Dezessete Mil Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos)
Secretaria: Secretaria Municipal da Educação e Cultura.
Contratada: Camboriú Transporte e Turismo Ltda EPP.
Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 17 de Junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 17/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2013-FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA RECREAÇÃO NOS PÁTIOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 04

(Quatro) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Editais de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 648, 650, 654, 657, 659, 664/2010



ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 648/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX6043	55372620C	6122/0	02/05/2010	R\$ 191,53	214 * I
CKZ6846	55372444C	5010/0	07/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
KOE8168	55370048C	6920/0	23/04/2010	R\$ 127,69	233
LWT3530	55371089C	6599/2	22/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZP6826	55372561C	6610/2	29/04/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MAC3159	55955383B	5550/0	27/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAL9464	55371240C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233
MBF7520	55370682C	5185/1	30/03/2010	R\$ 127,69	167
MBL3408	55371891C	6653/1	14/04/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MBO3056	55369879C	5452/1	19/04/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MBR1771	55371383C	5819/7	25/02/2010	R\$ 574,61	193
MDN5127	55372423C	6653/1	03/04/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MDU5596	55370793C	7340/0	27/03/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MDX8174	55371411C	5169/1	28/03/2010	R\$ 957,69	165
MEB3738	55371964C	6599/2	06/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MES7946	55370872C	5185/1	28/01/2010	R\$ 127,69	167
MEZ9146	55371874C	5274/2	20/03/2010	R\$ 191,53	175
MFB4128	55369619C	5010/0	18/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFI9674	55371179C	5819/2	22/01/2010	R\$ 574,61	193
MFL7362	55370797C	5185/1	27/03/2010	R\$ 127,69	167
MFS4218	55372220C	5282/0	11/04/2010	R\$ 957,69	176 * I
MGA1374	55370794C	5010/0	27/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGN8353	55372405C	5010/0	25/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGN8353	55372406C	6912/0	25/03/2010	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 650/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFR8883	55370253C	5819/2	04/01/2010	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 654/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHC8280	55538513B	5452/0	30/01/2008	R\$ 127,69	181 * VIII
AKV3845	55372988C	5185/1	11/06/2010	R\$ 127,69	167
ALR4549	54885199B	5819/2	23/10/2008	R\$ 574,61	193
IAX2811	55372965C	6599/2	01/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LWW5195	55959716B	6599/2	05/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXF0114	55372396C	6912/0	14/05/2010	R\$ 53,20	232
LYZ9113	55372950C	6599/2	18/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYZ9113	55372950C	6912/0	18/06/2010	R\$ 53,20	232
LZC0866	55369480C	6920/0	04/11/2009	R\$ 127,69	233
MAC4267	55372943C	6599/2	17/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAC4267	55372943C	6912/0	17/06/2010	R\$ 53,20	232
MBW1798	54881716B	6920/0	02/06/2006	R\$ 127,69	233
MCE8149	54123114B	6920/0	10/03/2006	R\$ 127,69	233
MCF8915	55372755C	7056/2	30/04/2010	R\$ 191,53	244 * III c/c §1º
MCS7704	55373567C	5061/0	30/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDH3910	55541675B	6920/0	20/05/2008	R\$ 127,69	233
MDQ6352	54122869B	7340/0	23/02/2006	R\$ 85,12	252 * IV
MDR9516	55959833B	5061/0	05/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDR9516	55959834B	5010/0	05/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEF3645	55371910C	5061/0	03/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEL3042	54884023B	7340/0	10/02/2007	R\$ 85,13	252 * IV
MEP7861	54885085B	5010/0	06/08/2007	R\$ 574,61	162 * I
MER6154	55956405B	7056/1	20/01/2009	R\$ 191,53	244 * III
MER6154	55956406B	5207/0	20/01/2009	R\$ 53,20	169
MEU5670	55539138B	5568/0	11/02/2008	R\$ 127,69	181 * XIX
MEY6239	55371900C	5738/0	30/04/2010	R\$ 191,53	186 * II

MFJ3985	55372858C	5720/0	02/05/2010	R\$ 127,69	186 * I
MGW1580	54122816B	6599/0	19/02/2006	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 657/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	VALor dA Infração	EnquAdrAmEnto
LZT6467	55370319C	6920/0	22/12/2009	R\$ 127,69	233
MAK6122	55959631B	5169/1	27/11/2009	R\$ 957,69	165
MAK6122	55959632B	5274/1	27/11/2009	R\$ 191,53	175
MGA7404	55955650B	5010/0	18/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGB2437	55371384C	5819/7	25/02/2010	R\$ 574,61	193
MHN5605	55371425C	5819/2	21/06/2010	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 659/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADL9916	55370038C	6920/0	07/04/2010	R\$ 127,69	233
AIF7084	55372700C	5185/1	27/06/2010	R\$ 127,69	167
DEM7031	55372668C	5568/0	24/06/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
KAF0420	55372512C	5037/1	31/07/2010	R\$ 574,61	162 * III
KAF0420	55372513C	6726/1	31/07/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAT9023	55372974C	5185/1	10/06/2010	R\$ 127,69	167
MBU4225	55373022C	5037/1	13/07/2010	R\$ 574,61	162 * III
MBU4225	55373024C	7064/0	13/07/2010	R\$ 191,53	244 * IV
MBY4648	55372968C	6041/2	09/06/2010	R\$ 127,69	207
MEV8197	55373068C	5010/0	22/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEV8197	55373069C	7056/1	22/06/2010	R\$ 191,53	244 * III
MGC6353	55373201C	6599/2	10/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHW6925	55373617C	6912/0	01/07/2010	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 664/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKM6171	55373666C	6912/0	05/08/2010	R\$ 53,20	232
AKV9137	55373755C	7366/2	30/07/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MCF7301	55371437C	6599/2	04/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCF7301	55371438C	5010/0	04/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDG0744	55373858C	5169/1	07/08/2010	R\$ 957,69	165
MDS9502	55374005C	5738/0	06/08/2010	R\$ 191,53	186 * II
MGU1671	55370433C	6653/1	17/01/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MGU1671	55370434C	7030/2	17/01/2010	R\$ 191,53	244 * I
MGU1671	55370435C	5835/0	17/01/2010	R\$ 127,69	195
MGU1671	55370436C	5819/1	17/01/2010	R\$ 574,61	193
MGU1671	55370437C	6769/3	17/01/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MGW8249	55374012C	5010/0	06/08/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

APOSTILA Nº 6/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

APOSTILA Nº 6/2013

(Ref. Contrato nº 94/2010)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA, em decorrência dos reajustes salariais, alta nos insumos (papel, tintas e outros);

RESOLVE,

ALTERAR o valor do centímetro quadrado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando de R\$ 1,09 para R\$ 1,19 o valor do centímetro quadrado.

Campo Alegre, 15 de maio de 2013.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração interina

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº10/2013 - Altera Redação da Lei Complementar Nº 08/13, Que Dispõe a Regularização de Obras Clandestinas e/Ou Irregulares

LEI COMPLEMENTAR Nº10/2013 DE 17/06/2013

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 08/13 DE 13/05/2013, QUE DISPÕE A REGULARIZAÇÃO DE OBRAS CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Complementar nº 08/13 de 13/05/2013, passa a vigorar com o acréscimo do parágrafo 3º, a seguir:

“Art. 2º ()

§3º. Nos casos de construções em série (horizontal), existentes antes do ano de 2012, será concedida licença mediante a apresentação de documentação que comprove a sua existência, sujeita a aceitação da municipalidade. A edificação será analisada e avaliada com base em todos os itens estabelecidos na presente lei.”

Art. 2º. O artigo 5º da Lei Complementar nº 08/13 de 13/05/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso VII, a seguir:

“Art. 5º. ()

VII - tratando-se de edificações construídas em série, computar-se-ão 5 (cinco) UFM por metro quadrado edificado da obra total.”

Art. 3º. O §4º, do artigo 5º da Lei Complementar nº 08/13 de 13/05/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. ()

§4º. Os recursos provenientes das compensações instituídas pela presente Lei Complementar deverão ser aplicados em conta direcionada a arrecadação de tributos em rubrica específica e serão

utilizados para melhoria da infraestrutura urbana, melhoria ambiental, política habitacional de interesse social, instrumentalização dos setores e capacitação dos servidores que trabalham com questões urbanísticas.”

Art. 4º. A Cláusula Segunda da minuta do Termo de Compromisso (Modelo III) da Lei Complementar nº 08/13 de 13/05/2013, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte item:

() construção em série (horizontal), representando _____ m² construídos, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.882/2013 - Dispõe Sobre a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais Prestados Pela Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

LEI Nº 3.882/2013 DE 12/06/2013

DISPÕE SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FUNDEMA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais prestados pela FUNDEMA no âmbito municipal.

Art. 2º. A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Fundação Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA pela análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

Art. 3º. Os serviços e atividades sujeitos à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais são os especificados no Anexo I desta Lei.

Art. 4º. Nos casos de isenção, conforme disposto no Anexo I, o requerente deverá anexar ao requerimento documento que comprove a situação de enquadramento como isento, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º. Os valores constantes do Anexo I serão atualizados anualmente pela Unidade Fiscal do Município - UFM, no início de cada exercício financeiro.

Art. 6º. Os serviços e atividades a que referem a presente lei somente serão realizados após o recolhimento da respectiva taxa.

Art. 7º. Os valores arrecadados relativos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais serão integralmente recolhidos à Fundação Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA.

Art. 8º. As taxas municipais a que se refere a presente lei serão decorrentes da listagem das atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, constantes na Resolução nº 01/2013 da FUNDEMA.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I

TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA MUNICIPAL DE SERVIÇOS AMBIENTAIS:

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III, item B, definidos nas Tabelas nº 02 e nº 03.

2. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL PELA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal Nº 6938, de 31 de agosto de 1981, a Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, as Resoluções do CONSEMA nº 1 e 2/2006, 4/2007 e 4/2008, as atividades são enquadradas em três classes I, II e III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela Nº 01:

TABELA Nº 01

ENQUADRAMENTOS DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

POTENCIAL POLUIDOR/ DEGRADADOR GERAL				
		P	M	G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	I	I	I
	M	II	II	II
	G	III	III	III

2.1. O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2. O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G) em função de critérios estabelecidos nas Resoluções que definem por listagem as atividades passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental, tais como: as Resoluções do CONSEMA nºs 01/06, 02/06, 04/08, 14/12, suas alterações e complementações, bem como, as demais Resoluções do CONAMA, CONSEMA ou COMDEMA que dispõem sobre licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental.

2.3. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

TABELA Nº 02

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$)

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P, P ou M, P	P, M	M, M ou G, P	P, G	M, G ou G, M	G, G
LAP	212,52	317,47	634,96	951,15	1.268,64	1.902,31
LAI	528,71	792,41	1.588,24	2.377,23	3.169,65	4.754,48
LAO	1.057,42	1.586,13	3.407,37	4.754,47	6.339,30	9.508,96
TOTAL	1.798,65	2.696,01	5.630,57	8.082,85	10.777,59	16.165,75

TABELA Nº 03

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS.

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P, P ou M, P	P, M	M, M ou G, P	P, G	M, G ou G, M	G, G
LAP	209,92	240,06	386,96	464,41	774,67	928,84
LAI	581,18	696,38	1.161,06	1.393,27	1.058,59	2.786,57
LAO	387,03	464,41	774,03	928,84	1.548,09	1.857,71
TOTAL	1.178,13	1.400,85	2.322,05	2.786,52	3.381,35	5.573,12

TABELA Nº 04

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIA E FLORESTAL, PARA PORTE ATÉ Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
126,35	315,89	386,64	828,89

TABELA Nº 05

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO, FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m².

LICENÇAS				TOTAL
P, M	LAP 126,88	LAI 306,66	LAO 623,89	1.057,43

TABELA Nº 06

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00m²; CONFECÇÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS DE TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00m²; E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE LAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COM PORTE DE 200,00m² A 500,00m²

LICENÇAS				TOTAL
P, G	LAP 190,33	LAI 459,96	LAO 935,81	1.586,10

TABELA Nº 07

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE CLASSE IIB, ATÉ O LIMITE DE AU = 1000,00 M² E PARA CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM OU SEM TRATAMENTO ORGÂNICO ATÉ O LIMITE DE QT <= 30.

LICENÇAS				TOTAL
P, M	LAP 136,14	LAI 329,04	LAO 669,44	1.134,62

2.4. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada e de acordo com os planos de controle ambiental, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pelo FUNDEMA.

2.5. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2.7. Nas tabelas nºs 02, 03, 05, 06 e 07 acima, cada classe apresenta duas subdivisões (A e B), sendo que nestas, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados dar-se-á conforme fórmula abaixo:

3.1 - Custo Total das Análises:

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (R\$ 61,01/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (R\$ 149,13/dia) + V x R (R\$ 0,89/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo:

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

CT = Custo Total

TT = Trabalho Técnico

VT = Vistoria Técnica

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

Cc = Custo de Consultoria por Hora

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

Pr (R\$) = 12,24 para corte isolado de até 05 árvores em zona urbana;

Pr (R\$) = 75,23 para corte isolado de 06 até 20 árvores em zona urbana;

Pr (R\$) = 137,23 + 0,03 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte de até 5,0 ha;

Pr (R\$) = 75,23 para corte de árvores em área urbana ou rural que acarretam risco a vida ou a patrimônio;

Pr (R\$) = 75,23 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades ou posses de comunidades tradicionais;

Pr (R\$) = 75,23 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades);

Pr (R\$) = 137,23 para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agro-silvopastoris, no limite de até 2,0 ha;

Isento = para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou posses das populações tradicionais, limitado em até 2,0 ha por ano;

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar;

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DE PALMITI-TEIRO:

Pr (R\$) = 137,23 + 0,05 X U

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

Pr (R\$) = 137,23 para AU até 3,0 ha

Pr (R\$) = 137,23 + 20 x AU para área útil em hectare acima de 3,0 até 10,0 ha

7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

Pr (R\$) = 75,23 para intervenção em APP até o limite de 5.000 m²

Pr (R\$) = 75,23 + 0,03 x AM para intervenção em APP acima de 5.000 m²

8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

Pr (R\$) = 212,52 para intervenção até o limite de 50 metros lineares

Pr (R\$) = 212,52 + 5% da UFM para cada metro linear excedente a 50 metros lineares até o limite de 100 metros lineares

Pr (R\$) = 212,52 + 7% da UFM para cada metro linear excedente a 100 metros lineares até o limite de 100 metros lineares

9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS AÇÕES OU ATIVIDADES CONSIDERADAS DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL NÃO ENQUADRADO NOS ITENS ANTERIORES:

Pr (R\$) = 212,52

10. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO, O QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

Pr (R\$) = 212,53

11. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISTORIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO RESERVA LEGAL:

Pr = R\$ 75,23 PARA PROPRIEDADE COM ÁREA DE ATÉ 50,00 ha;

Pr = R\$ 75,23 + 2,00 x ARL PARA PROPRIEDADE COM ÁREA ACIMA DE 50,00 ha;

Isento = averbação da reserva legal para o pequeno produtor rural ou posse rural familiar, assim definidos no art. 3º, inciso I, da Lei Federal nº 11.428/2006, conforme art. 16, § 9º da Lei Federal nº 4.771/65.

12. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA e RURAL

Pr (R\$) = 75,23 para AM menor que 1.000m²;

Pr (R\$) = 75,23 + 0,02% UFM/m² para AM maior que 1.000m²;

Isento = Terraplenagem Rural - quando for apresentado o requerimento assinado e carimbado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura, ou outra que a suceder, onde

deverá constar o cadastro do Agricultor.

13. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = R\$ 75,81

14. CERTIDÕES PARA LICENÇA NA FATMA ou no IBAMA:

(Declaração Municipal necessária ao Licenciamento Ambiental Estadual ou Federal)

Pr = R\$ 75,81

15. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA:

Pr = R\$ 75,81

15.1 AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA para a Suinocultura:

Pr = R\$ 37,90

Conforme consta na Resolução CONSEMA Nº 01/06, entenda-se Porte Único = Autorização Ambiental – AuA

16. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

16.1. Resíduos Classe I

Pr = R\$ 25,26 por tonelada

16.2. Resíduos Classe II

Pr = R\$ 10,10 por tonelada

17. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = R\$ 202,17

18. AGROTÓXICO:

18.1. Aplica-se à Tabela Nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:

18.1.1. Atividade de aplicação aérea de agrotóxico

18.1.2. Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos

18.2. Autorizações Ambientais:

18.2.1. Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves:

Pr = R\$ 37,90 por propriedade/ano.

18.2.2. Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos:

Pr = R\$ 37,90

18.2.3. Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo):

Pr = R\$ 13,27

18.2.4. Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos:

Pr = R\$ 37,90

18.2.5. Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos:

Pr = R\$ 37,90

19. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima se enquadra na Tabela nº 02.

Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental pagarão apenas os custos referentes à LAO.

20. LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SUINOCULTURA:

01.54.0 Granja de Suínos - Terminação

0 Pr = R\$ 25,61 + 0,10 x NC

01.54.0 Unidade de Produção de Leitão - UPL

1 Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x NM

01.54.0 Granja de Suínos - Creche

2 Pr = R\$ 25,61 + 0,04 x NC

01.54.0 Granja de Suínos - Ciclo Completo

3 Pr = R\$ 25,61 + 0,504x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para

LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.

21. LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03 E NO ITEM 5:

01.12.01 Culturas Permanentes, Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas

Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU

01.35.00 Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas

Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU

01.40.00 Projeto Agrícola Irrigado

Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU

01.51.00 Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, equinos, etc.)

Pr = R\$ 25,61 + 0,16 x NC

01.52.00 Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.)

Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x NC

01.70.00 Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura)

Pr = R\$ 25,61 + 0,0008 x NC

01.70.01 Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos

Pr = R\$ 37,90 + 15 x AU

01.80.00 Incubatório de Aves

Pr = R\$ 37,90 + 35 x AU

03.31.00 Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I):

Pr = R\$ 25,61 + 3,75 x AU

03.31.01 Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II):

Pr = R\$ 24,26 + 35 x AU

03.31.02 Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mornas (SISTEMA III):

Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

03.31.03 Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV)

Pr = R\$ 25,61 + 210 x AU

03.31.05 Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI)

Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

03.32.00 Carcinicultura - Produção de Camarão

Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

03.33.00 Malacocultura - Produção de Moluscos

Pr = R\$ 25,61 + 3,5 x AU

26.50.00 Abate de Animais em Abatedouros, Frigoríficos e Charqueadas, Com ou Sem Industrialização de Produtos de Origem Animal

Pr = R\$ 25,61 + 0,14 x NC/dia

Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.

Legenda:

AM = Área em m²

ARL = Área de Reserva Legal em Hectares

AU = Área Útil em Hectare

AuA = Autorização Ambiental

AuC = Autorização de Corte de Vegetação

CONAMA = Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONSEMA = Conselho Estadual de Meio Ambiente

COMDEMA = Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

EIA/RIMA = Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

LAI = Licença Ambiental de Instalação

LAO = Licença Ambiental de Operação

LAP = Licença Ambiental Prévia

NC = Nº de Cabeças

NM = Nº de Matrizes

Pr = Preço Básico da Licença

Q(I) = Vazão de Bombeamento (m³/h)
QT = Quantidade de Resíduos (ton/dia)
U = Unidade
UFM = Unidade Fiscal do Município

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.883/2013 - Altera Redação da Lei Nº 3.836/13 de 27/03/13 Que Dispõe Sobre a Criação do Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos - SC

LEI Nº 3.883/2013 DE 12/06/2013

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 3.836/13 DE 27/03/13 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 3.836/13 de 27/03/13, que instituiu o Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos - SC.

Art. 2º. Onde se lê "Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos", passa-se a ler "Conselho Municipal de Política Cultural de Campos Novos".

Art. 3º. O artigo 6º da Lei nº 3.836/13 de 27/03/13, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. O Conselho Municipal de Cultura será composto por 20 (vinte) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, sendo:

- I - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos - CDL;
- II - Representante da Associação Empresarial, Rural e Cultura Camponovense - ACIRCAN;
- III - Representante do Lions Clube;
- IV - Representante Rotaract e Rotary;
- V - Representante das Invernadas Artísticas;
- VI - Representante da Fundação Cultural Camponovense;
- VII - Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VIII - Representante do Legislativo Municipal;
- IX - Representante das Entidades de Ensino Superior;
- X - Representante do Galpão "Caipora Viú";
- XI - Representante das Escolas de Música;
- XII - Representante das Escolas de Danças;
- XIII - Representante da União Camponovense de Entidades Comunitárias - UNICAMPO.
- XIV - Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- XV - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração;
- XVI - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- XVII - Representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- XVIII - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral;
- XIX - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- XX - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social."

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.884/2013 - Declara de Utilidade Pública a Associação de Clube de Mães de Campos Novos
LEI Nº 3.884/2013 DE 12/06/13
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Clubes de Mães de Campos Novos, entidade com sede administrativa na Rua Tancredo Neves, s/nº, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, cidade de Campos Novos, inscrita no CNPJ sob nº 11.182.633/0001-84 e Estatutos Sociais registrados no Cartório de Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas da Comarca de Campos Novos.

Art. 2º. São assegurados à entidade mencionada no artigo 1º os benefícios previstos na Lei Orgânica e na legislação ordinária do município.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 12 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3885/2013 - Dispõe Sobre a Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição Em Concursos Públicos Municipais, ao Candidato Doador de Sangue Fidelizado

LEI Nº 3885/2013 DE 14/06/2013

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, AO CANDIDATO DOADOR DE SANGUE FIDELIZADO.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica isento do pagamento da taxa de inscrição para Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município e pelo Poder Legislativo, o candidato doador de sangue fidelizado.

Parágrafo Único - A isenção será efetuada mediante a apresentação de comprovante de doador voluntário de repetição, de no mínimo duas vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos.

I - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser anexada ao requerimento de isenção, informando o número de doações e data;

II - considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

Art. 2º O benefício previsto nesta Lei será concedido sem ônus para o Município, mesmo quando a realização do concurso for terceirizada, devendo constituir cláusula obrigatória do respectivo contrato de prestação de serviços.

Parágrafo Único - Os órgãos municipais realizadores do concurso deverão inserir nos editais a previsão do benefício da isenção e as regras para a sua obtenção.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 14 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Republicado - Lei Nº 3.865/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

REPUBLICADO

LEI Nº 3.865/2013 DE 20/05/13

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.074 - Manutenção do Progr. de Assistência Farmacêutica

Elementos de despesa: 17 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.0000
00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.045 - Reeq. do Fun. Mun. de Saúde - Recursos da Vigilância Epidemiológica

Elementos de despesa: 23 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0066.0000
00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.044 - Reequipamento da Saúde - Fdo Mun. Da Saúde

Elementos de despesa: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002.0
00000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052 - Obras, reformas e ampliações de

Unidades de Saúde

Elementos de despesa: 4 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002.0
00000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03- SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.069 - Manutenção do Progr. da Vigilância Epidemiológica e Sanitária

Elementos de despesa: 25- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0066.0000
00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 6.749 /2013 - Constitui Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Processo Seletivo Simplificado Na Administração Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 6.749 DE 13/06/2013.

CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos-SC, no uso das atribuições legais e com fundamento no art.VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída comissão de processo seletivo simplificado para designação e contratação temporária de servidores para execução de programas especiais do Município, a qual ficará responsável pelo acompanhamento, orientação e fiscalização dos trabalhos junto a empresa delegada, compreendendo-se nessa competência todos os atos concernentes à sua realização, desde a confecção do edital até a homologação e divulgação oficial dos resultados finais.

Art. 2º. A comissão será integrada sob a presidência do Técnico em Apoio Administrativo - Robson Joubert dos Santos, Matrícula Funcional n. 5608, e por demais membros conforme a seguir: Viviane Cristina Junho, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo Mat. N.2694;

Nilva Maria Fabro Sarmento, ocupante do cargo de Agente de Serviços Operacionais Mat. N. 52;

Kerlly Juciane Walter, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo Mat. N. 5855.

Ana Eliza Mara Marcom, ocupante do cargo de Assessora Especial de Gabinete, Mat. Nº 59.

Art. 3º. Os membros da comissão ficarão responsáveis ainda por toda a logística do Processo junto a empresa de competência delegada, especialmente pelo acompanhamento na aplicação das provas, equação de dúvidas dos candidatos a respeito do processo seletivo e monitoramento da empresa responsável pela execução da seleção.

Art. 4º. Para apoiar os trabalhos da comissão, fica designado a Assessoria Jurídica desta Municipalidade na pessoa do Dr. Raquel da Costa Vieira OAB/SC nº 22.751.

Art. 5º. Todas as decisões referente ao processo seletivo serão analisados pelos membros desta comissão e aprovados ou não pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 13 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.744/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

DECRETO Nº 6.744/2013 DE 07/06/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Com amparo no artigo 6º Da Lei nº 3.803 de 13 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento/2013 do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no seguinte projeto/atividade:

17.512.0036.1.039 - Obras, Reformas e Ampliações do Departamento Administrativo do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas - R\$ 115.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, no montante de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

07 de junho de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.745 /2013 - Estabelece Horário de Funcionamento das Unidades de Educação Infantil do Município

DECRETO Nº 6.745 /2013 DE 07 /06/2013

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido que o horário de funcionamento das Unidades Escolares de Educação Infantil do município de Campos Novos será das 07:30 as 18:00 horas, com parecer favorável exarado pelo COMEC - Conselho Municipal de Educação de Campos Novos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro do corrente ano. Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 07 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.747/13 - Nomeia Membros do Conselho Municipal do Fundeb

DECRETO Nº 6.747/13 DE 12/06/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, como membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Mércia Regina Pegoraro Silvestrin

Suplente: Vera Vargas

Representantes dos Profissionais das Escolas Públicas Municipais

Titular: Antônio Salvador Marques

Suplente: Beloni Bueno Nunes

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Terezinha de Oliveira Corrêa Favaretto

Suplente: Pandora Biarzi Valente

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Lúcia Kemer Capelari

Suplente: Camila e Sá

Representantes dos Pais de Alunos de Escolas Públicas Municipais.

Titular: Elizabete Aparecida Pacheco

Titular: Tatiana Aparecida Seifert Boeira

Suplente: Maria Izabete Fabro de Carvalho

Suplente: Elizangela Busnello Dalpiva

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Beloni Aparecida Pereira

Titular: Fátima Recalcatti

Suplente: Rosenilda Rodrigues

Suplente: Paulo César Lopes de Araújo

Representantes do Conselho Municipal de Educação.

Titular: Valquíria Sampaio Mêra

Suplente: Sinclair Aparecida Pisani Zotti

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Karin Lazarotto

Suplente: Sonaira de Carvalho

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Sonia Aparecida Trucolo

Suplente: Adriana Rossa de Melo

Art. 2º - As pessoas nomeadas na forma do Art.1º terão um mandato de 02 (dois) anos, a partir da data de publicação deste decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.537/12 de 30 de maio de 2012.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em,
12 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6746/2013 - Nomeia a Comissão Preparatória Municipal da Conferência

DECRETO Nº 6746/2013 DE 10/06/2013

NOMEIA A COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA CONFERÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 4º da Lei nº 3.125/06, e considerando os termos do Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, e da Resolução Normativa nº 14, de 6 de junho de 2012, do Ministério das Cidades.

DECRETA:

Art. 1º. Em atendimento ao disposto no Decreto nº 6743, de 05 de junho de 2013, nomeia a Comissão Preparatória Municipal da Conferência, com a participação de 8 (oito) integrantes, com a seguinte composição:

Coordenador: Silvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho;

I - Representantes do Poder Público:

- Diógenes Zoldan;
- Cristiano Rodrigues Peixoto;
- Paulo Eduardo Maffioletti Fachin;
- Celso Gheller Junior;
- Melissa Gehrke Gomes;

II - Representante dos Movimentos Populares:

- Ivori Antônio Trombetta;

III - Representante dos Trabalhadores:

- Afonso Rossetto;

IV - Representante dos Empresários:

- Angelo Otávio Dalpasquali;

V - Representante das Entidades Profissionais e Acadêmicas:

- José Fabricio de Mello;

VI - Representante das Entidades Não Governamentais:

- José Dirceu Bevilaqua.

Art. 2º. À Comissão Preparatória Municipal da Conferência caberá definir critérios para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitados os dispositivos legais atinentes a este processo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 10 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6748/13 - Nomeia Membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

DECRETO Nº 6748/13 DE 13/06/13

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

I - ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Titular: Fernanda Lima Deporte

Suplente: Magdolna Carlesso de Lima

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Miguella Aparecida de Souza

Suplente: Pândora Biarzi Valente

Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Sabrina Rangel Gomes de Abreu Reis

Suplente: Leonardo Faria Santos

Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

Titular: Márcia Eliza Canali Kaiper

Suplente: Sandra Dissegna

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Titular: Emanuela Karen Fagundes

Suplente: Caroline Mariano da Cruz

II - ÓRGÃOS NÃO-GOVERNAMENTAIS:

Loja Maçônica Acácia dos Campos

Titular: José Juracy dos Santos

Suplente: Ademir Paulo Bebber

OAB / Seccional de Campos Novos

Titular: Liana Débora Ramos

Suplente: Carla Catarina Donassolo

Pastoral da Criança de Campos Novos

Titular: Gilberto Antônio Scussiato

Suplente: Odair José Kaufmann

Rotary Clube Campos Novos

Titular: Arthur Otto Niebuhr

Suplente: Luiz Paulo Ramos

Grupo de Adoção Semeando Amor

Titular: Carmem Lucia Titon Rayzer

Suplente: Neuza E. Martignhozo

Art. 2º - O mandato dos membros nomeados será pelo período de 13/06/2013 a 13/06/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.259 A/11 de 23/03/2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

13 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Republicado - Decreto Nº 6735/2013 Regulamenta Lei Nº 3865/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Fundo Municipal de Saúde

REPUBLICADO

DECRETO Nº 6735/2013 DE 20/05/2013

REGULAMENTA LEI Nº 3865/13 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.074 - Manutenção do Progr. de Assistência Farmacêutica

Elementos de despesa: 17 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.045 - Reeq. do Fun. Mun. de Saúde - Recursos da Vigilância Epidemiológica

Elementos de despesa: 23 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0066.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.044 - Reequipamento da Saúde - Fdo Mun. Da Saúde

Elementos de despesa: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052 - Obras, reformas e ampliações de Unidades de Saúde

Elementos de despesa: 4 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03- SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.069 - Manutenção do Progr. da Vigilância Epidemiológica e Sanitária

Elementos de despesa: 25- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0066.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Retificação.

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

Referente Aviso de Dispensa de Licitação 14 _13, publicado em 17/06/2013, edição nº1260, página 92. DOM/SC.

Onde se lê; valor de R\$1.500.000,00

Campos Novos 17 de junho de 2013.

Leia-se; R\$ 1.540.000,00.

Campos Novos ,17 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Aviso PP 09/2013 - F.H.J.a.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 01/07/2013 às 14h 30min na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a aquisição de MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.campos-novos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 19 de junho de 2013.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

IRACEMA TRUCOLO WILPERT

Administradora

Canoinhas**PREFEITURA****Resolução CMDCA Nº 001/2013**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2013

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 2.445 de 19 de dezembro de 1991 e suas alterações através da Lei nº 2.842 de 13 de maio de 1997 e Lei nº 3.804 de 18 de março de 2005 que cria o CMDCA e com base no seu Regimento Interno aprovado através do Decreto nº 107/92.

CONSIDERANDO:

- que o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;

- a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional;

- que as ações desenvolvidas devem estar em consonância com as garantias constitucionais e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

- a necessidade de estabelecer critérios para subsidiar a análise das Organizações Não Governamentais, com vistas à concessão de registro, conforme preceitua no art. 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

- a aprovação desta Resolução, em Plenária do CMDCA, datada de 11 de junho de 2013, conforme consta em Ata nº 06/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para o Registro de Organizações Não Governamentais, que executam Programas e Serviços de Proteção e/ou Socioeducativo no município de Canoinhas, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seus arts. 91;

Art. 2º Estabelecer critérios e procedimentos para Inscrição de Programas e/ou Serviços de Atendimento à Criança e ao Adolescente, desenvolvidos por Organizações Governamentais e Não Governamentais, no município de Canoinhas, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seus arts. 90.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 3º As Organizações Não Governamentais, que executam Programas e/ou Serviços de Proteção e/ou Socioeducativo no município de Canoinhas, somente poderão funcionar após o seu registro no CMDCA.

Parágrafo único. As Organizações Não Governamentais, que já possuem registro dos seus Programas e/ou Serviços de Proteção e/ou Socioeducativo no município de Canoinhas, deverão atualizar dados, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Resolução.

Art. 4º A Organização Não Governamental, para obter seu registro no CMDCA, deverá, obrigatoriamente, atender aos pressupostos estabelecidos pelo ECA, em

seu art. 91, devendo planejar e executar Programas de Proteção destinados a crianças e adolescentes e Socioeducativos, destinados a adolescentes, conforme dispõem os §§ 1º, 2º e 3º do art. 90 do referido diploma legal.

Parágrafo único. Programas de Proteção destinados a crianças e adolescentes cujos direitos são violados ou ameaçados e Socioeducativos, destinados a adolescentes, em regime de:

- I - Orientação e Apoio Sociofamiliar;
- II - Apoio Socioeducativo em Meio Aberto;
- III - Colocação Familiar;
- IV - Acolhimento Institucional;
- V - Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade;
- VI - Semiliberdade;
- VII - Internação;

Art. 5º As Organizações Não Governamentais, com sede em outros municípios, deverão apresentar ao CMDCA seu registro no município de origem, e solicitar a inscrição de Programas e/ou Serviços executados pelas mesmas.

Art. 6º A solicitação de Registro deverá ser feita através de requerimento dirigido ao Presidente do CMDCA, conforme Anexo I e demais documentos elencados na Sessão I art. 7º desta Resolução.

Seção I

Dos Documentos para Registro das Organizações Não Governamentais

Art. 7º As Organizações Não Governamentais deverão apresentar, no ato do protocolo da solicitação de registro junto ao CMDCA, os seguintes documentos:

I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Organização Não Governamental, conforme Anexo I desta Resolução;

II - cópia do Estatuto Social da Organização Não Governamental, registrado no cartório competente, que estabeleça, entre seus objetivos institucionais, o atendimento à criança e ao adolescente;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no cartório competente, e do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;

IV - declaração de idoneidade de todos os integrantes da diretoria da Organização Não Governamental, expedida pelo seu Presidente, com firma reconhecida em cartório competente, (Anexo II).

V - cópia do Alvará de Funcionamento e Sanitário, ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade;

VI - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, em situação ativa e atualizada;

VII - cópia autenticada do CPF e RG do Presidente da Organização Não Governamental ou do seu representante legal ou mediante apresentação do documento original;

VIII - plano de trabalho compatível com o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme Anexo III desta Resolução;

§ 1º Caso expire o prazo de validade de qualquer um dos documentos mencionados, durante o processo de análise pelo CMDCA, ou durante a vigência da validade de inscrição as Organizações Não Governamentais deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo de renovação ou do documento atualizado.

Seção II

Da Inscrição de Programas e/ou Serviços de Organizações Governamentais e Não Governamentais

Art. 8º As Organizações Governamentais e Não Governamentais, para a obtenção de inscrição de Programas e/ou Serviços, deverão atender as disposições estabelecidas nos itens I a VII do § 1º, do art. 4º desta Resolução.

Art. 9º As Organizações Não Governamentais que executam Programas de Proteção e/ou Socioeducativo de atendimento à criança e ao adolescente, somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, conforme art. 91 do ECA e legislações complementares.

Art. 10º As Organizações Governamentais e Não Governamentais deverão solicitar a inscrição de seus Programas e/ou Serviços de atendimento à criança e ao adolescente, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Resolução, apresentando os

seguintes documentos:

- I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Organização Não Governamental (Anexo I);
- II - cópia do documento, contendo a descrição pormenorizada do Programa e/ou Serviço, a ser inscrito no CMDCA (Anexo IV);
- III - relatório de atividades desenvolvidas no último exercício (Anexo V);
- IV - Alvará Sanitário do local onde se realiza o Programa e/ou Serviço;
- VI - Contrato de aluguel ou Declaração de Cessão de Uso, em caso de utilização de espaços terceirizados;

Art. 11º No que se refere às disposições contidas nos itens V, VI e VII, do § 1º, do art. 4º desta Resolução, as Organizações Governamentais e Não Governamentais deverão proceder a inscrição de seus Programas/serviços atendendo ao disposto

na Lei nº12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Seção III

Da Análise dos Documentos

Art. 12º Após análise e aprovação da documentação apresentada, e em caso de dúvidas o CMDCA poderá solicitar ao Órgão Gestor, responsável pela Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente um parecer que discorrerá sobre a Organização Não Governamental e sua capacidade de desenvolver o Programa e/ou Serviço apresentado no Plano de Trabalho.

§ 1º Fica estabelecido que o mesmo procedimento será aplicado em relação à inscrição de Programa e /ou Serviços, desenvolvidos pelas Organizações Governamentais.

§ 2º O Órgão Gestor da Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento das solicitações, para emitir o parecer.

Art. 13º Deferidas as solicitações, o CMDCA emitirá o Registro da Organização Não Governamental e Inscrição do Programa e/ou Serviço das Organizações Governamentais e Não Governamentais, com validade de 4 (quatro) anos.

Art. 14º O registro e a inscrição, referidos no art. 13 desta Resolução, serão submetidos à reavaliação a cada 4 (quatro) anos, mediante solicitação de renovação acompanhada da documentação elencada nos arts. 7º e 10 desta Resolução, que deverá ser apresentada ao CMDCA, no prazo de 90 (noventa) dias, antes da data de término da sua vigência.

Parágrafo único. Caso o CMDCA não conclua a avaliação da documentação protocolada por Organização Governamental e Não Governamental, a validade dos Registros e de Inscrição ficará automaticamente prorrogada, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 15º O Registro e/ ou Inscrição poderão ser cancelados a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos previstos nesta Resolução, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 16º Indeferidas as solicitações, as Organizações Governamentais e Não Governamentais poderão interpor recurso no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do indeferimento, mediante notificação pessoal devidamente protocolada ou através de

correspondência com AR.

Parágrafo único. Os recursos interpostos serão julgados pelo CMDCA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento dos mesmos.

Art. 17º Todas as decisões do CMDCA, referentes ao Registro de Organizações Não Governamentais e a Inscrição de Programas e/ ou Serviços das Organizações Governamentais e Não Governamentais, serão comunicadas à Autoridade Judiciária e ao Conselho Tutelar do município de Canoinhas.

Art. 18º As Organizações Não Governamentais registradas, bem como os Programas e /ou Serviços inscritos no CMDCA, executados por Organizações Governamentais e Não Governamentais, serão submetidos a monitoramento, a cada 02 (dois) anos, constituindo-se critério para continuidade dos mesmos.

Art. 19º As Organizações Não Governamentais registradas deverão encaminhar ao CMDCA, até 30 de abril de cada ano, para fins de acompanhamento, o relatório das suas atividades desenvolvidas no ano anterior.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será aplicado às Organizações Governamentais aos Programas e /ou Serviços inscritos no CMDCA.

Seção IV

Disposições Finais

Art. 20º Compete ao CMDCA comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar do município de Canoinhas, quaisquer irregularidades de que tenha conhecimento, relacionadas às Organizações Não Governamentais registradas e aos Programas e/ou Serviços das Organizações Governamentais e Não Governamentais inscritos no referido Conselho.

Parágrafo único. Após os devidos procedimentos para a verificação de eventuais irregularidades, o CMDCA procederá, se necessário, à suspensão ou cassação do respectivo registro e da inscrição.

Art. 21º As Organizações Não Governamentais registradas e os Programas e/ou Serviços executados por Organizações Governamentais e Não Governamentais inscritos no CMDCA anteriormente à publicação desta Resolução, deverão atualizar dados, apresentando os documentos de conformidade com os procedimentos e critérios previstos nos artigos anteriores desta Resolução, em até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. O não cumprimento do prazo determinado neste artigo, acarretará na perda do registro e inscrição dos Programas e/ou Serviços.

Art. 22º Compete ao CMDCA dar ciência à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar do município de Canoinhas, caso tenha conhecimento do funcionamento de Organizações Governamentais e Não

Governamentais, em regimes previstos no art. 90 do ECA, sem o devido registro e ou inscrição no referido Conselho.

Art. 23º Fica revogada a Resolução nº 001/2005, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 24º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Canoinhas SC, 11 de junho de 2013.

Mariane Michele Leandro Gonçalves
Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

ANEXO I - Modelo de Requerimento para Registro e Inscrição PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

REQUERIMENTO

Ao
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -
CMDCA

A Entidade: _____
_____, com sede na Rua:
_____, CNPJ nº _____
por seu representante legal Sr(a): _____
_____ vem mui respeitosamente,

() registro da Entidade:
() inscrição do Programa e/ou Serviço: _____

Nestes termos pede deferimento.

Canoinhas, ____/____/____

Assinatura com o nome legível do responsável legal pela Entidade
Cargo _____

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Eu, _____ (nome),
_____ (nacionalidade), _____ (estado
civil), _____ (profissão), inscrito no CPF sob o
nº ____-____-____, residente e domiciliado na Rua:
_____, nº _____,
(cidade), na qualidade de _____ (fun-
ção) da Entidade _____
(nome), CNPJ nº _____, es-
tabelecida na rua _____ nº _____,
_____ (cidade), declaro conforme conforme pre-
coniza o art. 91, § 1º, alínea "d", do Estatuto da Criança e do Ado-
lescente - ECA, que não possuo antecedentes civis e criminais,
comprovado na forma do art. 7º, IV, alíneas "a" a "d".

Declaro, outrossim que as pessoas abaixo relacionadas são idôneas
para exercer as funções, conforme segue:

Diretoria:

01 NOME FUNÇÃO/CARGO

02

03

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.
Canoinhas (SC), ____ de _____ de 20 ____.

Nome legível do Presidente da Instituição

Assinatura do Presidente da Instituição

ANEXO III- Modelo de Plano de Trabalho da Entidade compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Dados Institucionais:

- Endereço:
- Telefone:
- Fax:
- Site:
- E-Mail:
- Nº Registro CMDCA

- Nome do Presidente:
- Finalidade Estatutária:
- Locais de Atendimento-Serviços oferecidos:

- Endereços:
- Telefones:
- Capacidade de atendimento:
- Nº de Atendidos
- Faixa Etária dos Atendimentos:
- Horário de Funcionamento:
- Nome - Coordenador do Serviço:
- Justificativa:
- Público Alvo:
- Características Gerais da Comunidade:
- Objetivos Gerais:
- Objetivos Específicos:
- Metodologia:
- Metas:
- Organização e Funcionamento dos Serviços Desenvolvidos (Gra-
de de atividades)
- Participação dos parceiros nas atividades:
- Participação de Pais e da Comunidade, descrever atividades de-
senvolvidas:
- Sistema de Avaliação do Atendimento à Criança ao Adolescente
e a Família:
- Periodicidade:
- Instrumentos Utilizados:
- Indicadores de Resultados:
- Trabalho com as famílias:

Recursos Humanos:

FUNÇÃO ESCOLARIDADE REGIME DE CONTRATAÇÃO CARGA
HORÁRIA TEMPO NA FUNÇÃO

- Nº de Funcionários Remunerados:
- Possui Voluntários () sim () não:
- Quais as áreas de Atuação e Carga Horária:
- Possui estagiários () sim () não:
- Quais as Áreas de Atuação e Carga Horária:

Anexos para inscrição dos Programas e ou/ Serviços

ANEXO I - Modelo de Requerimento para Registro e Inscrição PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO REQUERIMENTO

Ao
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -
CMDCA

A Entidade: _____
_____, com sede na Rua:
_____, CNPJ nº _____
por seu representante legal Sr(a): _____
_____ vem mui respeitosamente,

() registro da Entidade:
() inscrição do Programa e/ou Serviço: _____

Nestes termos pede deferimento.

Canoinhas, ____/____/____

Assinatura com o nome legível do responsável legal pela Entidade
Cargo _____

ANEXO IV - MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PRO- GRAMAS E/OU SERVIÇOS PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

1. Identificação:

1.1. Nome do programa e/ou Serviço:



Citar o nome do programa desenvolvido com crianças e/ou adolescentes.

1.2. Nome da entidade:

Citar o nome da entidade responsável pela coordenação do programa.

1.3. Endereço:

Citar o endereço e horários onde o programa é executado. Caso no local não haja telefone, endereço eletrônico, colocar o mesmo da entidade.

1.4. Responsável pelo programa e/ou Serviço:

Citar o nome da pessoa responsável pela coordenação do programa e sua função no mesmo.

1.5. Situação do imóvel:

Citar a situação do imóvel onde o programa e/ou serviço é executado e o espaço total construído que o programa e/ou serviço utiliza.

2. Programas de Atendimento:

2.1. Regime de atendimento:

Especificar o regime de atendimento, conforme especificado no artigo 90 do ECA

2.2. Objetivo do programa e/ou serviço:

citar o objetivo geral

2.2.1 objetivo específicos do Programa

Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral

2.3. Critérios usados para ingresso no programa e/ou serviço:

Citar quais as formas de ingresso de crianças e/ou adolescentes, no programa.

2.4. Fundamentação/Proposta pedagógica (poderá ser anexada):

Fazer uma síntese da concepção do atendimento desenvolvido. O importante é expressar com clareza a concepção adotada.

2.5. Metodologia de atendimento:

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

2.6. Crianças/Adolescentes atendidos:

Especificar o número de crianças e/ou adolescentes atendidos e sua faixa etária, sexo e período (matutino e vespertino) em que os grupos são atendidos. Nas observações acresça o que considerar relevante.

2.7. Capacidade de atendimento:

Especificar a capacidade total de atendimento do programa e/ou serviço, sua faixa etária, sexo, período (matutino e vespertino) em que os grupos são atendidos. Nas observações acresça o que considerar relevante.

3. Atividades desenvolvidas pelo programa e/ou serviço: Citar as estratégias, quais atividades são desenvolvidas e com que regularidade (diária, semanal, mensal, etc.), tanto com as famílias como com as crianças e/ou adolescentes.

4. Política de formação: Descrever sinteticamente qual a proposta do programa para qualificar seus profissionais. Se há ou não previsão de atividades formativas (cursos, seminários, encontros, palestras, etc.), se houve participação do programa neste tipo de atividade nos últimos 06 (seis) meses.

4.1 Forma de avaliação:

4.1.1. Dos profissionais:

Especificar como o trabalho desenvolvido pelos profissionais é avaliado, como isso acontece.

4.1.2. Do programa e/ou serviço: Quais mecanismos são utilizados para verificar se o programa tem cumprido seu objetivo. É importante referir quem participa do processo avaliativo e com que periodicidade é desenvolvida.

5. Recursos humanos: Preencher o quadro citando o número de profissionais que existem, a função que exercem, a formação escolar (até que série ou ano cursou e o curso que se formou), a carga horária semanal de trabalho e o vínculo da pessoa com a entidade (voluntário, estagiário, bolsista, funcionário, cedido, etc.).

Nome Formação Função Carga horária semanal Vínculo empregatício

6. Relações externas estabelecidas:

6.1 Existem parcerias/articulações nas atividades propostas? Deve-se assinalar "sim" ou "não" e, em caso afirmativo, se estas parcerias ou articulações são "sistemáticas", isto é, sempre realizadas, previstas no planejamento ou "assistemáticas", quando elas ocorrem eventualmente, sem terem sido previstas no plano de ação da entidade.

6.1.1. Com quem? Descrever todas as entidades, grupos, instituições ou órgãos públicos que são parceiros/articulados com o programa.

6.1.2. Que tipo de atividades? Devem-se registrar as ações desenvolvidas em conjunto, como reuniões, eventos formativos, denúncias, manifestações, passeios, publicações, troca de informações sobre casos, cedência de espaço físico, por exemplo.

7. Convênios: Especificar os convênios que mantém o programa e/ou serviço com o valor de cada um deles. Caso este não envolva valores (cedência pessoal, por exemplo), especifique, na coluna "valor" o número zero.

8. Outras informações: Preencher conforme a necessidade.

ANEXO V - Relatório de atividades realizadas no exercício anterior
PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA E/ OU SERVIÇO

NOME: _____

01 - Principais atividades realizadas

02 - Atividades previstas e não realizadas/justificativa

03 - Avaliações (qualitativa e quantitativa)

a) Alcance dos objetivos - indicadores de resultado

b) Impacto

c) Efetividade do processo

d) Dados estatísticos / gráficos

Canoinhas, ____/ ____/ ____

Assinatura com o nome legível do responsável legal pela Entidade
Cargo _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA REGISTRO

I - Requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Organização Não Governamental. (anexo I)

II - Cópia do Estatuto Social da Organização Não Governamental, (ato constitutivo) registrado no cartório competente, comprovando que os objetivos institucionais são de atendimento à criança e ao adolescente.

III - Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrado no cartório competente, e do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso.

IV - Declaração de idoneidade de todos os integrantes do quadro de pessoal da Organização Não Governamental, expedida pelo seu Presidente, com firma reconhecida em cartório competente, (Anexo II)

V - Cópia do Alvará de Funcionamento e Sanitário ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade.

VI - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, em situação ativa e atualizada.

VII - Cópia autenticada do CPF e RG do Presidente da Organização Não Governamental ou do ocupante de cargo equivalente;

VIII - Plano de Trabalho da Entidade, compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. ANEXO III

Nome e Assinatura do responsável
pelo recebimento

Data ____/____/____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E OU SERVIÇOS

Nome da Entidade: _____

Nome de Programa/ Serviço: _____

I - Requerimento (Anexo I) solicitando a Inscrição do Programa e/ou Serviço, assinado pelo responsável da Organização

II - Programa e/ou Serviço a ser inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Anexo IV.

III - Relatório de atividades desenvolvidas no último exercício;

IV - Alvará Sanitário do local onde se realiza o programa;

VI - Contrato de aluguel e/ou Declaração de cessão em caso de utilização de espaços terceirizados;

Nome e Assinatura do responsável
pelo recebimento

Data ____/____/____

Resolução N.º 012/CMAS/2013

RESOLUÇÃO N.º 012/2013

Dispõe sobre Plano de Ação para o co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social - ano 2013

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), dando cumprimento à decisão prolatada na reunião extraordinária do dia 13/06/2013, analisando o Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social - Ano 2013 em conformidade com os requisitos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e:

- CONSIDERANDO que os recursos do co-financiamento federal estão em conformidade com o Plano Municipal de Assistência Social, uma vez que as ações de proteção social básica e proteção social especial já estão contempladas na implementação da Política Municipal de Assistência Social;

- CONSIDERANDO que a previsão de aplicação dos recursos está devidamente distribuída durante o exercício de 2013 e a sua aplicação será acompanhada e monitorada pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

- CONSIDERANDO a regularização no alcance de previsão de atendimento, averiguou-se que historicamente as ações socioassistenciais e socioeducativas no município de Canoinhas atingem o alcance das metas previstas. Quando isto não ocorre, há uma justificativa para a sua redução e são devidamente comunicadas aos órgãos competentes;

- CONSIDERANDO a efetivação dos serviços co-financiados como de prestação continuada possibilita a melhoria da qualidade dos atendimentos, uma vez que não há interrupção das ações e permite o atendimento eficiente, eficaz e efetivo da população usuária, sendo acompanhados pelo Conselho Municipal de Assistência Social para cada programa/serviço,

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 14 de junho de 2013.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução N.º 013/CMAS/2013

RESOLUÇÃO N.º 013/2013

Dispõe sobre o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV no município de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apresentação do Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV pelo órgão gestor ao Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 13 de junho de 2013;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 13 de junho de 2013;

RESOLVE:

Artigo 1º Aprovar a adequação e qualificação da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, com a unificação da lógica de cofinanciamento e a inclusão do público prioritário, de acordo com o disposto na Resolução CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2013.

Artigo 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 14 de junho de 2013.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social

Errata da Publicação Referente ao Contrato N.º FMS 3-15/2012

EXTRATO DE ERRATA DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 3-15/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 17/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMS 01/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público a ERRATA da publicação do termo aditivo n.º FMS

3-15/2012 referente ao contrato n.º FMS 15/2012. Onde lia-se: Fica, através do presente termo aditivo, SUPRIMIDO do contrato, o valor de R\$ 38.028,92 (trinta e oito mil, vinte e oito reais e noventa e dois centavos). Leia-se: Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO do contrato, o valor de R\$ 38.028,92 (trinta e oito mil, vinte e oito reais e noventa e dois centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Edital 10/FCC/2013

EDITAL 10/FCC/2013

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 09/FCC/2013 - PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

A Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, através de sua Direção, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

HOMOLOGAR as inscrições deferidas, referente ao Edital nº 09/FCC/2013 – Processo Seletivo para Contratação de Professores de Artes em Caráter Temporário, para atuarem no 2º semestre do ano de 2013. A relação das inscrições homologadas é apresentada no Anexo I, deste Edital, na seguinte estrutura: número da inscrição, função, nome do candidato e CPF.

Canoinhas, 17 de junho de 2013.
VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA
Gestora Cultural

ALFREDO EIKE BACK
Presidente

EDITAL 10/FCC/2013

A N E X O I

Nº	Função	Nome do Candidato	CPF
01	Prof.I - Teatro	DANIELE MORESCHI	054.172.269-71
02	Prof.I - Violão	CAINÃ GRESCZESCHEN	098.498.679-06
03	Prof.I - Acordeon	JOSÉ ARI RODRIGUES DE CARVALHO	358.153.459-20
04	Prof.I - Teatro	ADRIANA FREITAS DOS SANTOS	024.098.139-17
05	Prof.I - Canto	MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA FILHO	003.818.909-70

Canoinhas, 17 de junho de 2013.
VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA
Gestora Cultural

ALFREDO EIKE BACK
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 070.2013 - Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal - Refiscap

DECRETO Nº 070, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

Regulamenta a Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 58, V e 72, I, "a", da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Lei Complementar municipal nº 157, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP);

DECRETA:

Art. 1º O Programa de Recuperação Fiscal (REFISCAP) instituído pela Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013, será aplicado com o disposto no presente regulamento.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

SEÇÃO I DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ABRANGIDOS

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP) é destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município de Capinzal, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, parcelados administrativa ou judicialmente ou a parcelar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

SEÇÃO II DOS SUJEITOS PASSIVOS

Art. 3º São sujeitos passivos aptos a aderir ao REFISCAP pessoas físicas ou jurídicas que se estejam em débitos com o Município de Capinzal e que se enquadrem nas condições estabelecidas no artigo 2º.

SEÇÃO III DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 4º Os créditos tributários previstos no artigo 2º poderão ser extintos pelas seguintes modalidades:

I - Cancelamento: serão extintos os créditos tributários cujo valor atualizado, por contribuinte, vencido até 31 de dezembro de 2012, que sejam inferiores a R\$ 100,00 (cem reais).

II - Prescrição: serão extintos os créditos tributários vencidos há mais de cinco (5) anos, contados a partir da publicação da presente lei, e não inscritos em dívida ativa do município, e os créditos tributários inscritos em dívida ativa há mais de cinco (5) anos e ainda não ajuizados.

III - Pagamento: serão extintos os créditos tributários cujo montante seja pago à vista, com as reduções previstas no Artigo 9º da

Lei Complementar 157, de 05 de junho de 2013.

IV - Parcelamento: serão extintos os créditos tributários cujo montante seja parcelado com as reduções previstas no Artigo 9º da Lei Complementar 157, de 05 de junho de 2013, na proporção em que os pagamentos forem efetuados.

TÍTULO II **ADESÃO AO REFISCAP**

CAPÍTULO I **ACESSO AO PROGRAMA**

SEÇÃO I **DOS PRAZOS, LOCAIS E MEIOS DE ADESÃO**

Art. 5º O sujeito passivo que desejar usufruir dos benefícios previstos no REFISCAP deverá requerer sua adesão até o dia 30 de novembro de 2013, protocolando o formulário no Centro Administrativo Municipal de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 6º O requerimento deverá ser protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Capinzal, localizado à Rua Carmelo Zocolli, nº 155, centro.

SEÇÃO II **DO REQUERIMENTO**

Art. 7º Ao preencher o requerimento, o contribuinte indicará a modalidade de adesão, dentre as seguintes:

- I – Pagamento à vista;
- II – Parcelamento em 6 (seis) meses;
- III – Parcelamento em 12 (doze) meses;
- IV – Parcelamento em 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 8º O contribuinte deverá descrever os valores que deseja parcelar, identificando-os por natureza, competência e valor original, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, parcelados administrativa ou judicialmente ou a parcelar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Art. 9º A opção pelo REFISCAP sujeita o contribuinte a:
I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no artigo 1º da Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas na Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013; e
III - manutenção integral dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 1º A confissão estabelecida no inciso I deste artigo implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

§ 2º Os débitos que estejam em fase de execução fiscal deverão ter as respectivas custas processuais calculadas pelo Poder Judiciário, pagas pelo requerente.

SEÇÃO III **DO RECEBIMENTO, ANÁLISE DO REQUERIMENTO E DO DEFERIMENTO DO PARCELAMENTO**

Art. 10º O requerimento de parcelamento efetuado pelo contribuinte será recebido e analisado pelo Setor de Tributação e Cadastro e com a constatação do cumprimento de todas as condições previstas na Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013 e neste Decreto, será deferido.

CAPÍTULO II **DOS BENEFÍCIOS ABRANGIDOS PELO REFISCAP**

SEÇÃO I **DA ANISTIA**

Art. 11º Os débitos incluídos no REFISCAP, cujos parcelamentos forem deferidos, terão anistia de juros e multas de acordo com que estabelece o Artigo 9º, incisos de I a IV da Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013, nas seguintes condições:

I - anistia de cem por cento (100%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II - anistia de noventa por cento (90%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e optar pelo pagamento em até seis (6) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais no dia trinta (30) dos meses subsequentes;

III - anistia de oitenta por cento (80%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e pagar o débito em até doze (12) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais no dia trinta (30) dos meses subsequentes;

IV - anistia de setenta por cento (70%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e pagar o débito em até vinte e quatro (24) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais no dia trinta (30) dos meses subsequentes.

Art. 12º Os débitos que totalizarem, por contribuinte, montante inferior a R\$ 100,00 (cem reais), serão cancelados conforme Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar 157, de 05 de junho de 2013.

SEÇÃO II **DA REMISSÃO**

Art. 13º Será concedido remissão sobre os encargos previstos no Artigo 6º, § 6º da Lei Complementar 157, de 05 de junho de 2013.

Art. 14º Os débitos que encontrarem-se vencidos e não pagos a mais de cinco (5) anos, desde que não inscritos em dívida ativa, serão remidos de ofício.

TÍTULO III **DA EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

CAPÍTULO I **DAS CONDIÇÕES DE EXTINÇÃO**

SEÇÃO I **DO MOMENTO DA EXTINÇÃO**

Art. 15º Serão considerados extintos os créditos tributários previstos neste Decreto pelas seguintes modalidades e nos seguintes momentos:

I – Anistia: serão extintos os créditos tributários cujo valor original, por contribuinte, vencido até a data estipulada no art. 1º, seja inferior a R\$ 100,00, de ofício, em até 90 (noventa) dias da publicação da Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013.

II – Remissão: serão remidos os créditos tributários vencidos há mais de cinco (5) anos, contados a partir da publicação da presente lei, e não inscritos em dívida ativa do município, e os créditos tributários inscritos em dívida ativa há mais de cinco (5) anos e ainda não ajuizados, em até 90 (noventa) dias da publicação da Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013.

III – Pagamento: serão extintos os créditos tributários cujo montante seja pago à vista ou parcelado, com as reduções previstas no artigo 9º, incisos de I a IV na Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013, na proporção dos valores pagos.

SEÇÃO II**DOS PRAZOS DE VENCIMENTO DAS PARCELAS**

Art. 16º Os parcelamentos efetuados nas modalidades previstas no REFISCAP terão vencimento no último dia útil de cada mês, vencendo a primeira parcela no mês do requerimento e as demais nos meses subseqüentes.

Art. 17º O contribuinte que deixar de pagar três (3) parcelas, consecutivas ou não, será excluído de ofício do REFISCAP, e serão restabelecidas as condições originais dos débitos anteriormente à adesão, dos quais serão descontados os valores pagos durante sua permanência no programa.

SEÇÃO III**DO VALOR DE CADA PARCELA**

Art. 18º As parcelas não poderão ser inferiores a 1 (uma) UFRM, quando o contribuinte for pessoa física e a 2 (duas) UFRM quando o contribuinte for pessoa jurídica, sendo que nesta modalidade deverá ser realizado o REFISCAP com pagamento em cota única.

Parágrafo único – No caso do parcelamento previsto no Artigo 9º, incisos de I a IV da Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013, as parcelas vincendas serão atualizadas e convertidas em Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM).

TÍTULO IV**CAPÍTULO ÚNICO****SEÇÃO ÚNICA****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 19º Este Decreto passará produzir seus efeitos a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capinzal - SC, 17 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I – REQUERIMENTO PARA PAGAMENTO/PARCELAMENTO REFISCAP**ANEXO I – REQUERIMENTO PARA PAGAMENTO/PARCELAMENTO REFISCAP**

Ao Excelentíssimo Senhor.

Andevir Is Ganzella

Prefeito Municipal de Capinzal

Contribuinte		Inscrição Municipal	
CNPJ/CPF		Nº Telefone	
Endereço			

O contribuinte acima qualificado requer o pagamento/parcelamento de seus débitos fiscais incluídos no REFISCAP, conforme a Lei Complementar nº 157, de 05 de junho de 2013, na seguinte modalidade:

Pagamento a vista, com redução de 100% (cem por cento) dos juros e multas.
Parcelamento em seis parcelas, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros e multas.
Parcelamento em doze parcelas, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas.
Parcelamento em vinte e quatro parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) dos juros e multas.

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS A SEREM PAGOS/PARCELADOS

Tributo	Competência	Vencimento	Valor Original R\$	Tributo	Competência	Vencimento	Valor Original R\$

O contribuinte declara-se conhecedor bem como aceita todos os termos da LC 157/2013 e do Decreto 070/2013. Declara também estar ciente de que a presente concessão do benefício importa em confissão irretratável de dívida e configura confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil, abdicando expressamente de qualquer recurso administrativo ou judicial inerente à forma e valores do débito fiscal. Declara, igualmente, estar ciente de que o inadimplemento de uma única parcela enseja a perda do benefício concedido, independente de prévia notificação, não ensejando, tal ato, quaisquer máculas ao princípio do contraditório ou ampla defesa, ante o fato de as partes terem plena ciência das condições do Programa instituído, estando a hipótese de perda do benefício por inadimplemento excluída do alcance dos incisos LIV e LV do artigo 5º da CRFB/88.

Apresenta os seguintes documentos complementares:

CNPJ e Contrato social com a última alteração contratual, com prova do responsável legal, quando Pessoa Jurídica
Procuração, com prova de poderes para assinar o presente termo, quando Pessoa Jurídica
RG e CPF, quando pessoa física
Cópia da primeira parcela ou da quitação integral do débito, no caso de pagamento à vista.
Outros

**N. TERMOS
P. DEFERIMENTO**

Capinzal (SC), / / 2013

Assinatura do Requerente



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

FMS Contrato 0170/2013 M

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0170/2013 M

Pregão Presencial Nº 500035/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MÁQUINAS E S

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de 55 (cinquenta e cinco) equipamentos (multifuncionais laser e impressora laser) e manutenção/assistência técnica de 07 (sete) copiadoras e impressoras de propriedade do município para uso de todas as Secretarias Municipais do Poder Executivo para o ano de 2013, recursos próprios.

VALOR R\$: 6.587,20

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0170/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0170/2013

Pregão Presencial Nº 35/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MÁQUINAS E S

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de 55 (cinquenta e cinco) equipamentos (multifuncionais laser e impressora laser) e manutenção/assistência técnica de 07 (sete) copiadoras e impressoras de propriedade do município para uso de todas as Secretarias Municipais do Poder Executivo para o ano de 2013, recursos próprios.

VALOR R\$: 48.852,97

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0171/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0171/2013

Pregão Presencial Nº 0037/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0088/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: DALMASS COMERCIO DE PECAS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para recuperação da Moto-niveladora 12H/2003 Caterpillar ano 2003 série 6N032403, chassi CAT0012HHA8MN00940 da secretaria de Infraestrutura, garantia das peças e mão de obra de 6 meses, recursos próprios.

VALOR R\$: 17.399,64

VIGÊNCIA: 13/06/2013 ate 13/07/2013

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Balancetes da Prefeitura Municipal de Capinzal e Fundos Municipais

Balancetes da Prefeitura Municipal de Capinzal e Fundos Municipais correspondente ao mês de maio/2013:

Prefeitura Municipal de Capinzal; Fundo Mun. do Meio Ambiente; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal da Habitação; Fundo Municipal da Criança; Fundo Municipal de Assistência Social; FUNREBOM; Fundação Municipal de Esportes

F. Mun. de Assist. Soc. de Capinzal
Balanço Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	32.811,10	126.805,50	ORÇAMENTÁRIA	37.113,32	130.687,32
Receitas Orçamentárias	32.811,10	126.805,50	Despesas Correntes	22.317,50	107.940,43
Receitas Correntes	32.811,10	126.805,50	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	36.861,39
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	22.317,50	71.079,04
Receitas Patrimoniais	1.251,21	4.816,34	Despesas de Capital	14.795,82	22.746,89
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	14.795,82	22.746,89
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	31.559,89	121.989,16	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	33.000,00	113.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas	33.000,00	113.000,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	21.572,52	21.600,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	21.565,44	29.537,23
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	7,08	35,40	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	7,08	35,40	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	7.971,79
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	7.971,79
Serviços da Dívida a Pagar	21.565,44	21.565,44	Serviços da Dívida a Pagar	21.565,44	21.565,44
Operações de Crédito em Liquidação	21.565,44	21.565,44	Operações de Crédito em Liquidação	21.565,44	21.565,44
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	416.045,77	343.568,84	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	444.750,63	444.750,63
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	5.525,76	53,64	Bancos Conta Movimento	3.744,25	3.744,25
Bancos Conta Vinculada	410.520,01	343.515,20	Bancos Conta Vinculada	441.006,38	441.006,38
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	503.429,39	604.975,18	TOTAL	503.429,39	604.975,18

<<CP490359.Nota>>

JANE TEREZINHA SERENA
 Secretária de Saúde e desenvolvimento Social
 CPF: 294.796.309-15

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /O-8

F. da Criança e Adolescente de Capinzal
Balanço Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	632,43	5.868,79	ORÇAMENTÁRIA	5.983,05	8.247,75
Receitas Orçamentárias	632,43	5.868,79	Despesas Correntes	463,05	2.727,75
Receitas Correntes	632,43	5.868,79	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	463,05	2.727,75
Receitas Patrimoniais	632,43	2.943,78	Despesas de Capital	5.520,00	5.520,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	5.520,00	5.520,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	2.919,69	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	5,32	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.031,87	15.159,35			
Transferências Financeiras Recebidas	3.031,87	15.159,35			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5,32	23,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	516,32
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	5,32	23,28	Depósitos	0,00	6,32
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	5,32	23,28	Depósitos em Diversas Origens	0,00	6,32
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	510,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	510,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	159.746,53	145.145,75	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	157.433,10	157.433,10
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	159.746,53	145.145,75	Bancos Conta Movimento	157.433,10	157.433,10
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	163.416,15	166.197,17	TOTAL	163.416,15	166.197,17

<<CP490359.Nota>>

MARCO ANTONIO HACHMANN
 Ordenador da Despesa

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Fundacao Municipal de Esportes de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	0,00	650,00	ORÇAMENTÁRIA	31.994,78	99.329,46
Receitas Orçamentárias	0,00	650,00	Despesas Correntes	31.994,78	95.696,55
Receitas Correntes	0,00	650,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	12.621,07	42.504,15
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	19.373,71	53.192,40
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	3.632,91
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	3.632,91
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	650,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	40.412,00	117.289,75			
Transferências Financeiras Recebidas	40.412,00	117.289,75			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	758,19	2.985,78	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	793,10	2.823,43
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	795,21	2.836,18	Depósitos	793,10	2.823,43
Consignações	793,10	2.834,07	Consignações	793,10	2.823,43
Depósitos em Diversas Origens	2,11	2,11	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	(37,02)	149,60	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	(37,02)	149,60	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	15.202,06	4.811,73	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	23.584,37	23.584,37
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	15.202,06	4.811,73	Bancos Conta Movimento	23.584,37	23.584,37
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	56.372,25	125.737,26	TOTAL	56.372,25	125.737,26

<<CP490359.Nota>>

SAIONARA CRISTINA MASSON
 Ordenador da Despesa

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Fundo Mun de Habitacao de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00	Despesas Correntes	0,00	0,00
Receitas Correntes	0,00	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	0,00	0,00	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	14.612,31	14.612,31	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	14.612,31	14.612,31
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	14.612,31	14.612,31	Bancos Conta Movimento	14.612,31	14.612,31
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	14.612,31	14.612,31	TOTAL	14.612,31	14.612,31

<<CP490359.Nota>>

ENIO JOSE PAGGI
 Ordenador da Despesa

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

F. Mun do Meio Ambiente de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIA	3.246,00	13.110,50
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00	Despesas Correntes	3.246,00	13.110,50
Receitas Correntes	0,00	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	3.246,00	13.110,50
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	10.000,00	16.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas	10.000,00	16.000,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	0,00	0,00	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	803,33	4.667,83	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	7.557,33	7.557,33
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	803,33	4.667,83	Bancos Conta Movimento	7.557,33	7.557,33
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	10.803,33	20.667,83	TOTAL	10.803,33	20.667,83

<<CP490359.Nota>>

RENATO MARCELO MARKUS
 Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
 CPF: 020.211.719-73

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

F. Mun de Saude de Capinzal
Balanço Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	147.643,18	717.456,12	ORÇAMENTÁRIA	705.971,93	3.146.476,89
Receitas Orçamentárias	147.643,18	717.456,12	Despesas Correntes	700.395,93	3.127.424,00
Receitas Correntes	147.643,18	717.456,12	31 - Pessoal e Encargos Sociais	254.413,18	1.120.077,92
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	445.982,75	2.007.346,08
Receitas Patrimoniais	2.631,70	12.992,72	Despesas de Capital	5.576,00	19.052,89
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	5.576,00	19.052,89
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	145.011,48	704.386,24	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	77,16	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	459,45	459,45
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	459,45	459,45
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	646.801,39	2.631.213,26			
Transferências Financeiras Recebidas	646.801,39	2.631.213,26			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	(18.592,50)	268.484,87	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	30.981,53	124.832,80
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	41.054,36	177.610,96	Depósitos	30.981,53	124.832,80
Consignações	41.054,36	177.610,96	Consignações	30.981,53	124.832,80
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	(59.646,86)	90.873,91	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	(59.646,86)	90.873,91	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	761.310,87	454.364,92	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	799.750,03	799.750,03
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	30.152,58	25.080,16	Bancos Conta Movimento	61.468,41	61.468,41
Bancos Conta Vinculada	731.158,29	429.284,76	Bancos Conta Vinculada	738.281,62	738.281,62
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	1.537.162,94	4.071.519,17	TOTAL	1.537.162,94	4.071.519,17

<<CP490359.Nota>>

JANE TEREZINHA SERENA
 Secretária de Saude e desenvolvimento Social
 CPF: 294.796.309-15

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Fundo Mun. de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal.
Balanço Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	51.341,10	162.889,29	ORÇAMENTÁRIA	6.798,40	50.341,88
Receitas Orçamentárias	51.341,10	162.889,29	Despesas Correntes	6.798,40	49.476,88
Receitas Correntes	43.131,10	154.679,29	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	6.798,40	49.476,88
Receitas Patrimoniais	1.814,36	9.086,87	Despesas de Capital	0,00	865,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	865,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	15.255,66	45.703,72	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	26.061,08	99.888,70	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	8.210,00	8.210,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	8.210,00	8.210,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5,32	22,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	182.000,00
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	5,32	22,28	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	5,32	22,28	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	182.000,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	182.000,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	339.836,61	453.814,94	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	384.384,63	384.384,63
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	339.836,61	453.814,94	Bancos Conta Movimento	384.384,63	384.384,63
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	391.183,03	616.726,51	TOTAL	391.183,03	616.726,51

<<CP490359.Nota>>

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Município de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Maio /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	5.195.836,13	19.646.700,57	ORÇAMENTÁRIA	2.909.702,13	13.667.719,33
Receitas Orçamentárias	5.195.836,13	19.646.700,57	Despesas Correntes	2.603.428,28	11.975.909,51
Receitas Correntes	5.164.164,13	19.615.028,57	31 - Pessoal e Encargos Sociais	1.615.453,51	7.405.729,96
Receita Tributária	1.075.108,09	2.107.006,98	32 - Juros e Encargos da Dívida	78.129,84	172.418,66
Receitas de Contribuições	61.636,91	314.037,41	33 - Outras Despesas Correntes	909.844,93	4.397.760,89
Receitas Patrimoniais	14.993,59	75.733,31	Despesas de Capital	306.273,85	1.691.809,82
Receitas Agropecuárias	14.345,46	53.757,70	44 - Investimentos	275.722,13	1.539.242,14
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	50.984,40	226.142,80	46 - Amortização	30.551,72	152.567,68
Transferências Correntes	4.467.697,76	19.192.657,80	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	43.228,78	241.684,93	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	563.830,86	2.595.992,36	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	862.128,60	3.549.393,95
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	862.128,60	3.549.393,95
Receitas de Capital	31.672,00	31.672,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	31.672,00	31.672,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	459,45	459,45			
Transferências Financeiras Recebidas	459,45	459,45			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.660,42	2.114.518,91	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	213.547,95	1.550.998,85
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	243.597,83	1.147.156,25	Depósitos	213.547,95	911.319,45
Consignações	243.537,83	1.146.856,25	Consignações	213.487,95	911.019,45
Depósitos em Diversas Origens	60,00	300,00	Depósitos em Diversas Origens	60,00	300,00
Restos a Pagar	(238.937,41)	965.602,66	Restos a Pagar	0,00	637.919,40
Obrigações a Pagar	(238.937,41)	965.602,66	Obrigações a Pagar	0,00	637.919,40
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	1.760,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	1.760,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	1.760,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	1.760,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.403.053,98	1.625.064,50	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.618.631,30	4.618.631,30
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.121.802,15	379.604,45	Bancos Conta Movimento	1.802.590,83	1.802.590,83
Bancos Conta Vinculada	2.281.251,83	1.245.460,05	Bancos Conta Vinculada	2.816.040,47	2.816.040,47
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	8.604.009,98	23.386.743,43	TOTAL	8.604.009,98	23.386.743,43

<<CP490359.Nota>>

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

SIMAE**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica -
Maio/2013****SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	393.147,92	Despesa Orçamentária	275.556,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.832,92	Despesas exceto Intra-orçamentárias	275.556,92
RECEITA PATRIMONIAL	1.203,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	132.280,85
RECEITA DE SERVIÇOS	379.117,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	137.734,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.994,60	INVESTIMENTOS	5.541,47
Receita Extra - Orçamentária	441.643,45	Despesa Extra - Orçamentária	562.743,44
DEPOSITOS	43.150,49	DEPOSITOS	42.341,50
CONSIGNACOES	16.675,31	CONSIGNACOES	15.550,29
PREVIDENCIA SOCIAL	13.576,18	PREVIDENCIA SOCIAL	12.482,19
PENSAO ALIMENTICIA	2.346,82	PENSAO ALIMENTICIA	2.346,82
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	752,31	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	721,28
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	26.475,18	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	26.791,21
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	26.475,18	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	26.791,21
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	398.492,96	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	520.401,94
OBRIGACOES A PAGAR	398.492,96	OBRIGACOES A PAGAR	520.401,94
FORNECEDORES	139.801,79	FORNECEDORES	139.537,29
PESSOAL A PAGAR	103.857,09	PESSOAL A PAGAR	103.857,09
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	22.240,57	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	22.240,57
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.236,84	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.236,84
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	122.173,48	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	244.346,96
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.183,19	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.183,19
Saldos anteriores	2.793.305,47	Saldos atuais	2.789.796,48
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	2.688.992,30	BANCO C/ MOVIMENTO	2.684.961,74
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	104.313,17	POUPANÇA	104.834,74
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	3.628.096,84	Total	3.628.096,84

CAPINZAL, 10/06/2013

SIDNEI PENZO
DIRETORMARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.909 de 13 de Junho de 2013

DECRETO Nº 1.909, de 13 de junho de 2013.

"CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, REFERENTE OBRA REALIZADA NA RUA DA TIRADENTES, DECORRENTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51, DE 06 DE JUNHO DE 2013, NA MODALIDADE DO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2013, E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Classifica imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria, na Rua da Tiradentes, trecho entre Rua Duque de Caxias e Rua Almirante Tamandaré, no Bairro Centro Oeste – Catanduvas SC:

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
01	03	151-P	3074-4	Aderbal G. Atz e Lurdes Possamai	20,00
02	03	151-P	141-4	Ayrton Guerreiro Atz	20,00
03	03	198-P	153-8	Leocir Castelli	10,00
04	03	198-P	3166-8	Leoni Mª Iunzkoski Castelli	10,00
05	03	198-P	152-0	Aderbal Guerreiro Atz	20,00
06	47	435	838-9	Marcus Vinicius Gomes do Nascimento	40,00
07	47	440-P	839-7	Marcus Vinicius Gomes do Nascimento	25,71
08	47	440-P	840-0	Aderbal G. Atz e Lurdes Possamai, a/c..	14,29
09	04	203	154-6	Município de Catanduvas	40,00
10	04	451-P	2814-2	Cecilio Luiz Franke	10,00
11	04	451-P	163-5	Monica G. Franke Fonseca	10,00

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
12	04	451-P	162-7	Sueli Noel – ME	20,00
13	46	445-P	826-5	Marli Apda. Chilantti	20,00
14	46	445-P	827-3	Soeli Tª Ribeiro Freitas	20,00
15	46	450-P	828-1	Ivoneis Fª Alves	20,00
16	46	450-P	1921-6	Luciana Mª Rosa de Andrade	20,00

Art. 2º A presente classificação decorre do Processo Licitatório nº 0051, de 06 de JUNHO de 2013, na modalidade do Tomada de Preços nº 0007/2013, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar a apuração do valor da contribuição de melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 21, de 18 de setembro de 2002 e Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

- I – Carlos Augusto Czech – Fiscal de Tributos
- II – Ronaldo Adriano Luvison – Fiscal de Tributos
- III – Ivan Cláudio Sacchet – Mercado Imobiliário
- IV – Douglas Antonioli Michot – Funcionário Público
- V – Sandra Maria Dilda Bucco – Funçãoária Pública
- VI – Tissyana Begnini – Setor de Tributos

Art. 4º Competirá à Comissão proceder a vistoria das obras, os documentos do processo licitatório, e emitir no prazo de cinco (5) dias, um Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 13 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretario de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria em ____ de junho de 2013.

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 24/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 24/2013, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e 90, de 27 de junho de 1994 art. 116 e seguintes.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de junho de 2013, ao servidor LUIS FERNANDO SALDANHA SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar Artístico, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 03 de junho de 2007 a 02 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 67/2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2013 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a Aquisição de cadeiras novas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes de propostas de preços e de habilitação fica alterado para dia 02 de julho de 2013, até as 16:00 horas. Sendo que a sessão de abertura da licitação, fica marcada para o dia 03 de Julho de 2013 às 08:30 horas.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial SRP Nº 75/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 75/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação durante o exercício de 2013, de empresa especializada no ramo de vidros

temperados (material e mão de obra) para substituição nos abrigos de ônibus, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 03/07/2013.

Abertura: dia 04/07/ 2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 17 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato 4º TA Contrato Nº 28/2011 - FMS

Contrato Nº : 28/2011/2011

Aditivo Nº : 4º TA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : KAREN KNEBEL ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2011

Objeto : Contratação de serviços de radiografias odontológicas

Vigência : Início: 07/06/2013 Término: 07/06/2014

Assinatura : 07/06/2013

Valor R\$: 15.990,60 (Quinze Mil, Novecentos e Noventa Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 231 - 13.001.2103.3339039500000000.01650000

Extratos Contrato Nº 45/2013 a 66/2013 - FMS

Contrato Nº : 45/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ANGEL 'S BOSQUE CENTRO TERAPEUTICO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 15/2013

Objeto : serviço de internação em clínica especializada para pacientes com transtorno mentais crônicos e consumidores de substâncias químicas em cumprimento a determinações judiciais.

Vigência : Início: 05/06/2013 Término: 04/06/2014

Assinatura : 05/06/2013

Valor R\$: 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais)

Dotação : 231 - 13.001.2103.3339039500000000.01650000

Contrato Nº : 46/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 1/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para execução de pintura e troca de telhado no Posto de Saúde do Bairro Jardim, execução de pintura e adequações de instalações elétricas no Posto de Saúde do Bairro Cristal, execução de pintura e adequações das instalações de água pluvial e instalações elétricas no Posto de Saúde do Bairro Petrópolis e execução da rampa de acesso e demais adequações do acesso ao Posto de Saúde do Distrito de Tamanduá, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 09/09/2013

Assinatura : 11/06/2013

Valor R\$: 44.379,51 (Quarenta e Quatro Mil, Trezentos e Setenta e Nove Reais e Cinquenta e Um Centavos)

Dotação : 333 - 13.001.2102.344905107000000.03640000

Contrato Nº : 47/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 1/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para execução de pintura e troca de telhado no Posto de Saúde do Bairro Jardim, execução de pintura e adequações de instalações elétricas no Posto de Saúde do Bairro Cristal, execução de pintura e adequações das instalações de água pluvial e instalações elétricas no Posto de Saúde do Bairro Petrópolis e execução da rampa de acesso e demais adequações do acesso ao Posto de Saúde do Distrito de Tamanduá, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 09/09/2013

Assinatura : 11/06/2013

Valor R\$: 23.300,00 (Vinte e Três Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 333 - 13.001.2102.344905107000000.03640000]

Contrato Nº : 48/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SANTOS & MAYER COM. DE EQUIPAMENTOS DE INF LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2013

Objeto : Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes Diversos, conforme proposta da Emenda Parlamentar nº 83024257000/1120-01, conforme especificações nos anexos "A" e "B" do Edital.

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/07/2014

Assinatura : 12/06/2013

Valor R\$: 49.489,00 (Quarenta e Nove Mil e Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905208000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905233000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905234000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905235000000.01640000

Contrato Nº : 49/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MARTE CIENTÍFICA E INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2013

Objeto : Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes Diversos, conforme proposta da Emenda Parlamentar nº 83024257000/1120-01, conforme especificações nos anexos "A" e "B" do Edital.

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/07/2014

Assinatura : 12/06/2013

Valor R\$: 3.535,00 (Três Mil e Quinhentos e Trinta e Cinco Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905208000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905233000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905234000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905235000000.01640000

Contrato Nº : 50/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2013

Objeto : Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes Diversos, conforme proposta da Emenda Parlamentar nº 83024257000/1120-01, conforme especificações nos anexos "A" e "B" do Edital.

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/07/2014

Assinatura : 12/06/2013

Valor R\$: 12.100,00 (Doze Mil e Cem Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905208000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905233000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905234000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905235000000.01640000

Contrato Nº : 51/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : DEISE FABIANE LOPES PEREIRA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2013

Objeto : Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes Diversos, conforme proposta da Emenda Parlamentar nº 83024257000/1120-01, conforme especificações nos anexos "A" e "B" do Edital.

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/07/2014

Assinatura : 12/06/2013

Valor R\$: 6.730,00 (Seis Mil e Setecentos e Trinta Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905208000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905233000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905234000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905235000000.01640000

Contrato Nº : 52/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2013

Objeto : Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes Diversos, conforme proposta da Emenda Parlamentar nº 83024257000/1120-01, conforme especificações nos anexos "A" e "B" do Edital.

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/07/2014

Assinatura : 12/06/2013

Valor R\$: 5.739,30 (Cinco Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905208000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905233000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905234000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905235000000.01640000

Contrato Nº : 53/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : BIO BIDS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS
MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME
Licitação : Pregão Eletrônico 3/2013

Objeto : Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes Diversos, conforme proposta da Emenda Parlamentar nº 83024257000/1120-01, conforme especificações nos anexos "A" e "B" do Edital.

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/07/2014

Assinatura : 12/06/2013

Valor R\$: 455,40 (Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905208000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905233000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905234000000.01640000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905235000000.01640000

]Contrato Nº : 54/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : ABCD SERVICOS DE RECREACAO LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 1.220,00 (Um Mil e Duzentos e Vinte Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 55/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : DAGEAL COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 205,80 (Duzentos e Cinco Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 56/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 6.049,23 (Seis Mil, Quarenta e Nove Reais e Vinte e Três Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 57/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 58/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : EJAK SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 59/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : INFOTRIZ COMERCIAL LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 2.381,35 (Dois Mil, Trezentos e Oitenta e Um Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 60/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : LEXBEMARK COMÉRCIO LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 5.296,00 (Cinco Mil e Duzentos e Noventa e Seis Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 61/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades da unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 9.665,00 (Nove Mil e Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 62/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : MARIA GORETE PISONI DA SILVA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 14.494,31 (Quatorze Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Trinta e Um Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 63/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : PEGASUS ATACADISTA LTDA ME
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 7.206,70 (Sete Mil, Duzentos e Seis Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 64/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA ME
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 20.515,00 (Vinte Mil e Quinhentos e Quinze Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 65/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 44.404,88 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Contrato Nº : 66/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : UNICO MULTIEQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 4/2013

Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das unidades do Fundo municipal de Saúde
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 11/06/2014
Assinatura : 12/06/2013
Valor R\$: 11.000,00 (Onze Mil Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903016000000.01640000

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação - Concessão - Nº 1/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CONCESSÃO - Nº 1/2013 - PMC

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato do Senhor Carlos Fernando Comassetto, Diretor Administrativo, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do caput do Artigo 25, da Lei nº 8.666/1993, homologada em 19 de junho de 2013, para concessão de direito real de uso da área de terras de 1.000,00m², caracterizada como parte do lote rural nº 798, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio Engano, com área total de 27.705,58 m², situado nesta cidade, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 22.815, Livro nº 2 - "CTC", em favor da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Rescisão de Contrato e Aplicação de Sanções - Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes Ltda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
RESCISÃO DE CONTRATO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 24/2013
Tomada de Preços CS nº 1/2013
Contrato nº 102/2013
Contratada: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES LTDA.

APLICA-SE à empresa SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES LTDA, com sede na Rua Coripeu de Azevedo Marques, 65, Vila Santo Antônio, Maringá-PR, inscrita no CNPJ sob nº 13.309.336/0001-82, neste ato representada pelo seu sócio administrador, senhor Fernando Rossi, portador da Cédula de Identidade nº 1.028.292-47 e inscrito no CPF sob nº 075.476.159-29, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- Rescisão Contratual, conforme prevê a Clausula Sétima do Contrato nº 102/2013, c/c os arts. 77, 78 I e II, e 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93;
- Multa pela obrigação não cumprida, no valor de R\$ 2.994,00 (dois mil novecentos e noventa e quatro reais), referente a 20% (vinte por cento) do valor contratado, conforme prevê o subitem 10.1.3, da Cláusula Décima do Contrato, c/c o art. 87, II, da Lei Federal nº 8.666/93;
- Declarar a empresa impedida de licitar e contratar com a União, Estado, Distrito Federal e Municipal, além de descredenciá-la do SICAF e do Cadastro de Fornecedores do Município de Concórdia, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar desta data, conforme subitem 10.5.2, e 10.5.3. da Cláusula Décima do Contrato, c/c art. o 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

Entretanto, poderá apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do § 3º inciso IV do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como, previsto no art. 7º da Lei Federal 10.520/02, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Mais Educação Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Mais Educação Fundamental, no valor de R\$ 6.504,00 (seis mil quinhentos e quatro reais).

Concórdia SC, 17 de junho de 2013.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 451/2013

DECRETO Nº451/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013

"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar Nº. 93/2013.

DECRETA

Art. 1º Atribui função de confiança, na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. JOSIANE MATOS CARNEIRO, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para responder cumulativamente com suas funções, pelo gerenciamento do Programa Saúde da Família com as Agentes Comunitárias de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de junho de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 452/2013

DECRETO Nº 452/2013, de 13 de junho de 2013.

"ATRIBUI AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDILHEIRA ALTA O ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO - PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais e legais de seu cargo, em consonância com a Lei Municipal 235/97, e demais disposições legais cabíveis a espécie,

DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuído ao Conselho Municipal de Educação o acompanhamento do Plano de Metas □Compromisso Todos pela Educação e Plano de Ações Articuladas do Município de Cordilheira Alta-SC.

Art. 2º - O Conselho terá como competência:

1. Acompanhar a implementação e execução do Plano de Ações Articuladas - PAR da rede municipal de ensino;
2. Analisar os relatórios de progresso da execução do Plano de Ações Articuladas da rede municipal de ensino;
3. Avaliar o desempenho e os resultados alcançados do Plano de Ações Articuladas - Par da rede municipal de ensino;
4. Contribuir para a divulgação do Plano de Ações Articuladas - PAR da rede municipal de ensino junto à sociedade civil;
5. e demais imputações legais inerentes ao Comitê Gestor do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 039/2011 de 10 de maio de 2011.

Cordilheira Alta, SC, 13 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Decreto N. 453/2013

DECRETO Nº453/2013, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. ITAMAR ZAMIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Resolução 02/2013 - CMDCA - Relação das Candidaturas Deferidas Para Eleição Conselho Tutelar

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Resolução N.º 730; 02/2013 de 19 de junho de 2013.

"Publica a relação de candidaturas deferidas pela Comissão de Eleição para concorrer à eleição para membros Titulares do Conselho Tutelar e suplentes e das outras providências".

SIDONIA SALETE CECCOM MERISIO, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordilheira Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 895/2013 e Edital 001/2013 deste Conselho a relação de inscrições deferidas para concorrer à eleição de membros Titulares e Suplentes do Conselho Tutelar conforme segue:

I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

1.ANA PAULA RIGON POSSA SACHET
2.LUCIANE MORELATTO
3.JOSIANE TRICOLO
4.JOSIELE L. GUOLO PADILHA
5.NADIA T. M. TOZZO
6.RENATA APARECIDA BREANSINI

II - OUTRAS PROVIDENCIAS

Todos os candidatos visando à sequencia do processo eleitoral deverão atender as exigências expressas no Edital 001/2013.

Cordilheira Alta, 19 de junho de 2013.
SIDONIA SALETE CECCON MERISIO
Presidente
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 002

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 002
MÊS/ANO: MAIO/2013 NÚMERO CONTRATO:002/2013
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 122.272,12 (Cento e vinte e dois mil com duzentos e setenta e dois reais com doze centavos)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/05/2013

DESCRIÇÃO: Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para a realização de obra e serviço de engenharia - conforme projetos anexos - visando à perfuração do poço tubular profundo na comunidade de Nossa Senhora das Graças no interior do município de Coronel Martins.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.760.567/0001-80

CONTRATADO: Equipamentos Hidráulicos Maravilha Ltda

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 120 dias contando com data da assinatura do contrato.

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 603/2013

DECRETO Nº. 603/2013
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.67	Aplicações Diretas	70.000,00
TOTAL			70.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação fonte 01.00.67 – Farmácia Básica no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
13 de Junho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos do mês de maio de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº.593/2013

DECRETO Nº.593/2013
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 3.000,00(três mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	0.6.00.90	Aplicações Diretas	3.000,00
TOTAL			3.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	

07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
4.4.90.00.00.00.00	0.6.00.90	Aplicações Diretas	3.000,00
TOTAL			3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de Maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezesseis dias do mês de Maio de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Pregão Presencial 037/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 037/13

OBJETO: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços para ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO do Município de Corupá-SC.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 19/06/2013, às 09h00min do dia 01/07/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 01/07/13

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 19 de Junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 149/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de materiais para a reforma da Ponte sobre o Rio do Butiá, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o

envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 03/07/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 03/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 às 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 14 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 150/2013

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 150/2013
Referente: Termo de Contrato Nº. 414/2013, firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e Mangaba Produções Artísticas Ltda.

Objeto: Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa detentora de Exclusividade do grupo Os Paralamas do Sucesso, para realização de show no dia 12 de Julho de 2013, na Expo-centro/2013, que se realizará durante os dias 10 a 14 de Julho de 2013, conforme parecer jurídico e Contrato, com o valor de R\$ 95.000,00, a ser pago de forma parcelada conforme contrato.

Fundamento da Justificativa:

I - A Expocentro Feira da Indústria, Comércio e do gado em Geral, destina-se a divulgação de produtos do município e proporciona diversão e entretenimento a população.

II - Com o objetivo de proporcionar aos munícipes e visitantes, entretenimento e diversão, o município contrata Mangaba Produções Artísticas Ltda, para apresentação de Os Paralamas do Sucesso, no Parque de Exposições, durante a realização da EXPOCENTRO, edição 2013, por tratar-se de profissionais do setor artístico considerados pela crítica especializada, opinião pública e contratado através de empresário exclusivo.

III - A inexigibilidade de licitação prende-se ao fato de que esta administração, tem interesse, na contratação da prestação de serviços mencionada, e por tratar-se de Profissional do Setor Artístico, contratados, através de empresário exclusivo, conforme determina o Art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações:

"Art. 25 - É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Pelo Exposto: Atendidos os preceitos do Art. 25 inciso III da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, conforme contrato e documentação em anexo, encaminhamos ao Prefeito Municipal, para os devidos fins e decisão final.

Curitibanos, 14 de Junho de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente da Comissão

CRISTINA MELLO MENEGOTTO PEREIRA

Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado. Curitiba, 14 de Junho de 2013.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

Autorização

Diante do que foi fundamentado, autorizo a contratação e recomendando a observância das demais providências legais e pertinentes.

Curitiba, 14 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 256/2013

Contrato Nº.: 256/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

Valor : 1.030,00 (um mil e trinta reais)

Vigência : Início: 09/05/2013 Término: 09/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Contrato Nº.: 258/2013

Contrato Nº.: 258/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : RBS ZERO HORA EDITORA JONALÍSTICA S/A

Valor : 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2012

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 70.873,21

Objeto : Termo Aditivo de valor ao Contrato nº 59/2012, para publicações de atos oficiais do Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, na imprensa escrita com veiculação no estado de Santa Catarina

Contrato Nº.: 259/2013

Contrato Nº.: 259/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA.

Valor : 7.992,00 (sete mil novecentos e noventa e dois reais)

Vigência : Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : Contratação para fornecimento de licença de uso de Software de Informática para orçamentação de peças para veículos durante o período de maio/2013 a dezembro/2014.

Contrato Nº.: 260/2013

Contrato Nº.: 260/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : AP Oeste Distrib. Alim. Ltda.

Valor : 2.904,00 (dois mil novecentos e quatro reais)

Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 17/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para manutenção dos serviços de higienização e limpeza nas unidades de saúde do município

Contrato Nº.: 261/2013

Contrato Nº.: 261/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA 01-06

Valor : 649,45 (seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 17/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para manutenção dos serviços de higienização e limpeza nas unidades de saúde do município

Contrato Nº.: 262/2013

Contrato Nº.: 262/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Roberto Tessaro & Cia. Ltda.

Valor : 981,00 (novecentos e oitenta e um reais)

Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 17/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para manutenção dos serviços de higienização e limpeza nas unidades de saúde do município.

Contrato Nº.: 263/2013

Contrato Nº.: 263/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DIAL SUPRI DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Valor : 288,20 (duzentos e oitenta e oito reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 17/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente

Contrato Nº.: 264/2013

Contrato Nº.: 264/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Dinâmica Com. Suprim. P/Inform. e Escritório Ltda

Valor : 55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 17/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente

Contrato Nº.: 265/2013

Contrato Nº.: 265/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Escimate Com. Mat. Escritório e Inform. Ltda.

Valor : 734,00 (setecentos e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 17/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente

Contrato Nº...: 266/2013

Contrato Nº...: 266/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Da Capital Tour Tutismo Ltda. ME
Valor : 210.000,00 (duzentos e dez mil e reais)
Vigência : Início: 22/05/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : O Registro de Preços para a futura e eventual contratação por quilometro rodado de empresa especializada em transporte rodoviário de passageiros, para a condução de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio.

Contrato Nº...: 267/2013

Contrato Nº...: 267/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Construtora Edificação Ltda ME
Valor : 9.281,61 (nove mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos)
Vigência : Início: 22/05/2013 Término: 22/05/2013
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Termo Aditivo ao Contrato nº 87/2013 para ajuste dos serviços contratados a perfeita necessidade para a conclusão do andar térreo da ampliação na Unidade de Saúde do centro, conforme planilhas de supressão e adição de serviços emitidas pelo Departamento de engenharia da Prefeitura em anexo que passam a fazer parte integrante deste Termo Aditivo.

Contrato Nº...: 268/2013

Contrato Nº...: 268/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
Valor : 171,60 (cento e setenta e um reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº...: 269/2013

Contrato Nº...: 269/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : 10.871,90 (dez mil oitocentos e setenta e um reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº...: 270/2013

Contrato Nº...: 270/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME
Valor : 1.079,40 (um mil e setenta e nove reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº...: 271/2013

Contrato Nº...: 271/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt
Valor : 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº...: 272/2013

Contrato Nº...: 272/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda.
Valor : 826,00 (oitocentos e vinte e seis reais)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº...: 273/2013

Contrato Nº...: 273/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
Valor : 773,50 (setecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº...: 274/2013

Contrato Nº...: 274/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda.
Valor : 16.670,00 (dezesesseis mil seiscentos e setenta reais)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº...: 275/2013

Contrato Nº...: 275/2013
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº.: 276/2013

Contrato Nº.: 276/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Valor : 1.411,50 (um mil quatrocentos e onze reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº.: 277/2013

Contrato Nº.: 277/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda

Valor : 5.115,80 (cinco mil cento e quinze reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem

Contrato Nº.: 278/2013

Contrato Nº.: 278/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : AP Oeste Distrib. Alim. Ltda.

Valor : 412,95 (quatrocentos e doze reais e noventa e cinco centavos)

Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2012

Objeto : Aquisição de generos de alimentação para consumo no CAPS

Contrato Nº.: 279/2013

Contrato Nº.: 279/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA 01-06

Valor : 771,22 (setecentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos)

Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2012

Objeto : Aquisição de generos de alimentação para consumo no CAPS

Contrato Nº.: 280/2013

Contrato Nº.: 280/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Supermercado Colorido Ltda - ME

Valor : 1.205,04 (um mil duzentos e cinco reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 24/07/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2012

Objeto : Aquisição de generos de alimentação para consumo no CAPS

Contrato Nº.: 281/2013

Contrato Nº.: 281/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Litocenter Serviços Médicos Ltda EPP

Valor : 12.600,00 (doze mil seiscentos reais)

Vigência : Início: 29/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2013

Objeto : Realização de consultas médicas especializadas na área de Urologia

Faxinal dos Guedes**PREFEITURA****Aviso de Edital e Retificação de Edital - Tomada de Preços 0006/2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇOS 0006/2013. O município de Faxinal dos Guedes, através da Secretaria de Fazenda e Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de Tomada de Preços nº 0006/2013, do tipo menor preço global que trata da "Contratação de empresa para construção de quadra coberta para ampliar o espaço físico da escola Alexandre Antonioli em Faxinal dos Guedes, incluindo material e mão de obra". Fica republicado a fim de informar nova data de recebimento de propostas e abertura de envelopes, passando a vigorar na seguinte descrição: Onde Le-se Recebimento das propostas: Até dia 17 de junho de 2013. Horas: Até as 14:00 horas; Abertura das propostas: Dia 17 de junho de 2013. Horas: 14:15 horas; Leia-se Recebimento das propostas: Até dia 24 de junho de 2013. Horas: Até as 09:00 horas; Abertura das propostas: Dia 24 de junho de 2013. Horas: 09:15 horas; Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 50 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 22 de março de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.**Extrato de Aditivo de Contrato. Contrato: 0011/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. CONTRATADA: Thiago Benedetti. Objeto: Contratação de profissional para prestar aulas de violão para os alunos dos programas peti e crescer e ser de Faxinal dos Guedes. Número do Contrato: 0011/2013. Quarto Termo Aditivo: Aditivo de valor. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0006/2013 na Modalidade Carta Convite nº 0001/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de junho de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.**Extrato de Aditivo de Contrato. Contrato: 0039/2012.**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. CONTRATADA: Remove Construções e Incorporações Ltda. Objeto: Contratação de empresa para realizar reforma em unidade básica de saúde central, no município de Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra. Número do Contrato: 0039/2012. Quarto Termo Aditivo: Aditivo de valor. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0012/2012 na Modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 0001/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na



Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Aditivo de Supressão de Contrato. Tomada de Preço N.º 0001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE SUPRESSÃO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. CONTRATADA: Remove Construções e Incorporações Ltda. Objeto: Contratação de empresa para realizar reforma em unidade básica de saúde central, no município de Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra. Número do Contrato: 0039/2012. Quarto Termo Aditivo: Aditivo de supressão. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0012/2012 na Modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 0001/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Contrato. Contrato N.º. 0043/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0043/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda ME. Objeto: Aquisição de artigos diversos para compor kits para programa social coração faxinalense. Valor: R\$ 20.778,00 (vinte mil setecentos e setenta e oito reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Contrato. Contrato N.º. 0106/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0106/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Comércio de Filtros Xanxerê Ltda. Objeto: Aquisição de forma parcelada de filtros e óleos lubrificantes, destinados a máquinas e veículos do setor de obras e transportes do município de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 131.445,55 (cento e trinta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0052/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0018/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº 056, de 14 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 056, DE 14 DE MAIO DE 2013.

CONVOCA A II CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE CULTURA DA REGIÃO CARBONÍFERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 06 de Julho de 2013, na AMREC Associação dos Municípios da Região Carbonífera, situado a Avenida Santos Dumont, 855 Criciúma SC, CEP: 88803-200, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Forquilha.

Art. 2º A II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do

Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;
2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;
3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;
4 - Direitos Autorais e Conexos Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 3º A II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera será presidida pela Presidente do Conselho Regional de Cultura e, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

Art. 4º O regimento Interno, anexo único deste Decreto, irá dispor sobre a organização e o funcionamento da II Conferência Intermunicipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera correrão por conta dos recursos orçamentários da Associação dos Municípios da Região Carbonífera AMREC.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 14 de maio de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO
DECRETO Nº 053, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Regimento Interno da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera

Capítulo I
Da promoção, sede e data.

Art. 1º A II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera, promovida pela Associação dos Municípios da Região Carbonífera - com sua sede no município de Criciúma- Santa Catarina, por meio do Colegiado da Cultura e Turismo da AMREC, com a participação ampla da sociedade civil e poderes constituídos, acontecerá nas instalações da AMREC, no dia 06 de Julho de 2013, na AMREC Associação dos Municípios da Região Carbonífera, situado a Avenida Santos Dumont, 855 Criciúma SC, CEP: 88803-200 sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo de Forquilha.

Capítulo II
Dos objetivos e do temário.

Art. 2º A II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera terá os seguintes objetivos:

I - Propor estratégias de aprimoramento da articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que dinamizem os sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, envolvendo os respectivos

componentes;

II - Avaliar a execução das Metas do Plano Nacional de Cultura a partir do monitoramento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

III - Debater experiências de elaboração, implementação e monitoramento do Sistema Municipal de Cultura e socializar metodologias e conhecimentos;

IV - Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

V - Propor estratégias para o reconhecimento e o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

VI - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizando o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

VII - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar o acesso dos brasileiros à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

VIII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes em prol da Cultura;

IX - Contribuir para a integração das políticas públicas que apresentem interface com a cultura;

X - Avaliar os resultados obtidos a partir da 2ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 3º Constituirá o tema geral da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera será: "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura brasileira.

§ 1º O tema tem como referência central a Emenda Constitucional nº 71, promulgada pelo Congresso Nacional em 29 de novembro de 2012, que acrescentou o Art. 216-A à Constituição Federal:

"Art. 216-A O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º - O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º - Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da federação:

I - órgãos gestores da cultura;

II - conselhos de política cultural;
 III - conferências de cultura;
 IV - comissões intergestores;
 V - planos de cultura;
 VI - sistemas de financiamento à cultura;
 VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
 VIII - programas de formação na área da cultura; e IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º - Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias”.

§ 2º O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as políticas de cultura e suas diretrizes em todos os âmbitos da federação de maneira transversal, de forma a orientar as discussões em todas as etapas.

§ 3º O temário será subsidiado por textos-base, elaborados a partir de eixos e sub-eixos temáticos, que serão consolidados após avaliação, formulação e proposições previamente apresentadas nas etapas que antecedem a etapa nacional, de acordo com o art. 5º deste Regimento.

Art. 4º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o

Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Capítulo III

Da Organização e Funcionamento

Art. 5º Serão membros da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera, o público em geral e pessoas inscritas como candidatas a delegados(as).

§ 1º A participação na Conferência é facultada a qualquer pessoa interessada em debater questões relativas à política municipal de cultura e ao cotidiano cultural do município, de acordo com a metodologia proposta pela coordenação geral ou executiva da Conferência.

§ 2º Ao público em geral será permitido o acesso à solenidade de abertura, às palestras, aos painéis, atividades artístico - culturais, bem como os grupos de discussão;

§ 3º Terão acesso aos grupos de trabalho e plenária geral, para apreciação coletiva das propostas apresentadas, os delegados indicados por suas entidades com direito a voz e ao voto.

Art. 6º O credenciamento dar-se-á das 8h do dia 06 de Julho de 2013.

Parágrafo único. Aos técnicos do município será permitida a participação na Conferência com direito apenas à voz.

Art. 7º A II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera terá a seguinte organização:

- Credenciamento

- Sessão solene de abertura;

- Apresentações culturais;

- Plenária de aprovação do regimento Interno;

- Palestrantes (apresentação dos eixos e sub-eixos);

- Grupos de trabalho;

- Escolha de Membros;

- Coffee Break;

- Plenária por grupo de trabalho para apreciação coletiva das proposições;

- Plenária geral para apreciação coletiva das proposições;

- Eleição dos delegados(as);

- Sessão de encerramento.

Art. 8º As apreciação das proposições ocorrerão durante a plenária geral da Conferência;

§ 1º As propostas que sofreram destaques nas plenárias terão assegurado o direito a uma intervenção a favor e uma contrária com duração de 3 minutos;

§ 2º Serão acatados os recursos encaminhados à mesa, por escrito, e aprovado pela plenária.

Art. 9º Os grupos de trabalho têm por finalidade a discussão de propostas específicas e a tomada de decisões de acordo com os objetivos específicos descritos no artigo 4º deste regimento.

Art. 10. Na plenária geral, serão aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples (50% + 1) dos participantes presentes.

Art. 11. As deliberações da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera têm caráter prepositiva, contribuindo para o aprimoramento das diretrizes da política cultural e do cotidiano cultural, que serão sistematizadas pela equipe da Secretaria

de Cultura Esporte e Turismo, ou da Divisão de Cultura e incorporadas às políticas públicas de cultura;

Art.12. Para que a II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera seja válida para a etapa estadual e perante a II Conferência Nacional de Cultura será necessária a comprovação de quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) participantes, com representação da sociedade civil e da área governamental.

Art. 13. A Comissão Organizadora da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera deverá enviar à Comissão Organizadora Estadual o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa estadual, com caráter prepositivo para Conferência Estadual e Nacional, obedecendo ao prazo e critérios estabelecidos neste Regimento.

Art. 14. A plenária da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera será composta pelos participantes devidamente inscritos.

Parágrafo único. Da Escolha dos Delegados para as etapas posteriores:

I - De 25 a 500 participantes, até 5% serão eleitos Delegados para a Conferência Estadual de Cultura;

II - Acima de 500 participantes, serão eleitos até 25 Delegados para a Conferência Estadual de Cultura.

Capítulo IV

Da coordenação executiva ou organizadora.

Art. 15. A II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera será administrada por uma comissão organizadora indicada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Capítulo V

Das disposições gerais e transitórias.

Art. 16. Terão direito ao certificado de participação os inscritos que tenham frequentado pelo menos 80% das sessões da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera.

Art. 17. Será considerado descredenciado o inscrito que passar seu crachá para terceiros.

Art. 18. A apresentação de moções só será aceita por escrito e submetida à aprovação da plenária.

Art. 19. A II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera será avaliada pelos seus delegados em instrumento apropriado na ocasião de sua realização até 5 (cinco) dias após a sua realização, através de ofício relatando as suas conclusões sobre o evento.

Art. 20. Os casos omissos, não previstos neste regimento, serão resolvidos pela Comissão Organizadora da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera.

Art. 21. O encerramento da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera será realizada pela Comissão Organizadora.

Art. 22. Todo o processo da II Conferência Intermunicipal de Cultura da Região Carbonífera obedecerá as regras anunciadas na Portaria 33, de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2013, Seção I, pg 07, 08, 09 e 10.

Forquilha/SC, 14 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Decreto Nº 66, de 17 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 66, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

ESTABELECE EXPEDIENTE EM REGIME ESPECIAL AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c a Lei nº. 992, de 26 de agosto de 2003,

CONSIDERANDO que no momento, o país é sede da COPA DAS CONFEDERAÇÕES 2013 e destacando a importância de tal evento esportivo no âmbito internacional e nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido expediente em regime especial aos órgãos da administração direta, em turno único das 07h00min às 13h00min, excepcionalmente no dia 19 de junho de 2013, para o funcionamento dos serviços administrativos das repartições públicas municipais.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de junho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 100/PMF/2013.

OBJETIVO: aquisição de extintores novos contra princípio de incêndio e recargas, para instalação em diversos veículos e prédios públicos do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de julho de 2013 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 18 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato Fma Nº. 14/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 14/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RCT TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de transporte de materiais no Município de Forquilha/SC, por meio

do Fundo de Agricultura e Meio Ambiente, para o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (09), (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 10/FMA/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 121/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 121/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANDREIA LORENZI ME.

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 9.195,00 (nove mil cento e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia).

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (62).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 68/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 130/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 130/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RCT TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO - O presente contrato tem por objeto, a execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de transporte de máquinas e materiais no Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 177.550,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 75/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 132/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 132/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GOLD BLACK MINERAÇÃO LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objeto, a execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de trator esteira, no Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 75/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0206/2013

DECRETO Nº 0206, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.02 - Segurança Pública

06.182.0024.2.052 - Manutenção do FUNREBOM

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0700 (250) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.02 - Segurança Pública

06.182.0024.2.052 - Manutenção do FUNREBOM

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0700 (251) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 17 DE JUNHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0006/2013 - PMF

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0006/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2013 - PMF

Objeto: Contratação de empresa especializada no acompanhamento e execução do Programa de Desenvolvimento Econômico Local no Município de Fraiburgo, o qual será desenvolvido durante

o período de julho de 2013 a abril de 2014 com agenda definida juntamente com o corpo técnico do DESENFRAI. Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 05.07.2013: Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 18 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 512/2013.

PORTARIA N.º 512, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MÔNICA CARDOSO RIBEIRO, CPF n.º 042.584.069-70, aprovada e classificada como 20º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 30 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 513/2013.

PORTARIA N.º 513, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato JEAN CARDOSO DE SOUZA, CPF n.º 017.571.749-40, aprovado e classificado como 5º colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de ENGENHEIRO CIVIL.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de elaborar projetos assim como executar, dirigir obras civis próprias ou realizadas por empreiteiras, estudando características e especializações de projetos, preparando plantas, orçamentos de custos e técnicas de execução, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 514/2013.

PORTARIA N.º 514, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROBERTA NASCIMENTO PACHECO FURTADO, CPF n.º 045.465.939-37, aprovada e classificada como 19º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 30 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo

ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2013.
PAULO SERGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº 03/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 16/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial FMS nº 03/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADA: DSM Distribuidora de Móveis e Suprimentos

OBJETO: Aquisição de longarina e condicionador de ar split, para as unidades de saúde da família.
VIGÊNCIA: 10/06/2013 a 07/10/2013
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias
VALOR TOTAL: R\$ 17.105,00 (dezesete mil cento e cinco reais)
DATA DE ASSINATURA: 10/06/2013

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Processo Administrativo 09/2013 - Transporte Escolar

Processo Administrativo
Pregão Presencial 009/2013.

Vistos, etc.

Trata-se de requerimento administrativo protocolado pela Empresa Larazen Transportes e Turismo Ltda., objetivando a prorrogação de prazo para assinatura de Contrato Administrativo decorrente da adjudicação da empresa no Pregão Presencial 009/2013. Informou a requerente que a referida prorrogação do prazo se faz necessária em virtude dos ajustes finais dos veículos que compõem a frota destinada ao transporte de escolares do Município, especificamente no que diz respeito à instalação de cintos de segurança, padronização dos ônibus, com a plotagem dos dísticos "escolar" nas laterais dos veículos, e adequação do número de assentos, para que possa atender a todas as exigências previstas

no instrumento convocatório.

Apresentou relatório demonstrando os serviços de adequação que estão sendo realizados nos veículos (inclusive registros fotográficos), bem como a documentação dos ônibus destinados ao serviço, comprovando a posse/propriedade, e requereu que a pretensa prorrogação seja deferida, estendendo o prazo de apresentação dos veículos e assinatura do Contrato Administrativo até o dia 11/07/2013.

É o sucinto relatório.

Sabe-se que a Administração Pública tem o dever de convocar o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições previamente estabelecidos no ato convocatório, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.866/1993. Ainda, é consabido que o referido prazo de convocação pode ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo interessado durante o transcurso, mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

Sobre o assunto, Marçal Justin Filho aduz que:

"() Não se admite a prorrogação do prazo quando a ausência de formalização da contratação for imputável a atuação culposa do adjudicatário. Somente quando for verificado motivo de força maior ou assemelhado que a Administração será constrangida a conceder novo prazo para o comparecimento do particular. Mas não se admitirá a prorrogação, ainda quando a omissão do particular for escusável, se a demora tornar a prestação ineficaz para a Administração ()".

"O particular poderá pleitear a prorrogação do prazo, desde que apresente motivo justificado. Ocorrendo força maior, a Administração está obrigada a aceitar o pleito, com a ressalva do item acima ()".

No caso em comento, verifica-se que a prorrogação de prazo para a assinatura do Contrato Administrativo se mostra pertinente, visto que os motivos apresentados pela empresa, por si só, justificam a concessão da medida. Isto porque as exigências impostas pela municipalidade, no que diz respeito a determinados itens dos veículos que irão compor a frota, demandam certo tempo para serem realizadas, não sendo plausível exigir que esta ou outra empresa as realize no exíguo prazo de 03 (três) dias. Por este motivo, entende-se que a prorrogação do prazo até o dia 11/07/2013 se mostra razoável.

Aliado a isto, vê-se que o interesse público na concessão da referida prorrogação se faz presente, uma vez que o referido processo licitatório já se estende por mais de dois meses, isto sem contar o período de estudos realizados pela Secretaria Municipal de Educação (iniciados no mês de janeiro), sendo que a denegação do pleito poderia ensejar um adiamento ainda maior, ocasionando sérios problemas à municipalidade, atingindo principalmente os alunos da rede municipal de ensino.

Por este motivo, defiro o requerimento apresentado pela Empresa Larazen Transporte e Turismo Ltda., e prorrogo o prazo para apresentação dos veículos e assinatura do Contrato Administrativo, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva (Avenida Celso Ramos, 1614, Centro) até as 14 horas do dia 12/07/2013.

O referido prazo é definitivo e improrrogável. Decorrido o prazo sem a assinatura do referido Contrato, voltem os autos conclusos para apreciação das penalidades previstas nas cláusulas 12.1 (impedimento de licitar e contratar com o Município) e 12.6.1 (multa de 10% sobre o valor do valor da contratação).

Publique-se.

Garuva, 14 de junho de 2013
JOSÉ CHAVES
Prefeito de Garuva

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.515, de 17 de Junho de 2013.

LEI Nº 3.515, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

DENOMINA VIA SITUADA NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Avenida Santa Terezinha a via que inicia na Rua São Bento, lado direito, defronte ao número 220, distante 180,00m (cento e oitenta metros) da Avenida Frei Godofredo, sendo a rua "A" da Área Industrial Municipal, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 373,10m (trezentos e setenta e três metros e dez centímetros);

II - largura de 30,00m (trinta metros);

III - caixa de rolamento de 18,00m (dezoito metros);

IV - passeio de 3,75m (três metros e setenta e cinco centímetros) de cada lado da via;

V - ciclovia de 3,00m (três metros); e

VI - canteiro de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.511, de 14 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 5.511, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	Nível	Carga Horária	Ref.	Lotação Secretaria
Tainara Zimmermann	Escriturário	ASE III	40 h	28	Administração e Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso de Alteração Pregão Presencial Nº 92/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2013

O Município de Gaspar torna público, e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto o Registro de preços de gêneros alimentícios para merenda escolar, que foram efetivadas ALTERAÇÕES no Edital. ALTERANDO-SE, também, a data, para o recebimento e abertura dos envelopes, para o dia 03/07/2013 às 9h. O ADITIVO está disponível no Depto. de Compras da Prefeitura, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, Gaspar/SC, ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 107/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 107/2013

OBJETO: Registro de Preços de gêneros alimentícios tipo coffee-beak para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Gaspar - SC. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até às 9h do dia 01/07/2013 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 01/07/2013 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 114/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 114/2013

OBJETO: Aquisição de equipamento para realização de triagem auditiva neonatal universal - TANU. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta DE Preços, deverá ocorrer até as 9h do dia 02/07/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 02/07/2013 às 9h30min. no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17/06/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 309/2013.

L E I COMPLEMENTAR Nº 309 /2013

"Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal no Poder Legislativo Municipal de Herval d'Oeste e adota outras providências"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Legislativo Municipal de Herval d'Oeste poderá contratar pessoal por tempo determinado, nas condições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

- I - substituição de servidor efetivo temporariamente afastado de suas funções, por qualquer motivo;
- II - atender situações de emergência ou de calamidade pública, formalmente reconhecidas;
- III - execução de convênios celebrados com outras esferas de governo ou outras entidades governamentais, quando não dispuser o quadro de servidores de pessoal permanente para atender esse fim.

Art. 3º As contratações de que trata o artigo anterior obedecerão os seguintes prazos:

- I - nas hipóteses dos incisos I e III, o prazo que durar o afastamento do titular, a execução dos serviços objeto do convênio ou do programa, respectivamente;
- II - nas hipóteses dos incisos II, até 6 (seis) meses.

Parágrafo Único - Os prazos de que trata este artigo são improrrogáveis, salvo quando se tratar de funcionário contratado para a execução de convênio, hipótese em que o contrato poderá ser prorrogado para atender termo aditivo ao convênio que deu origem à contratação.

Art. 4º O recrutamento será feito mediante processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, sujeitos à ampla divulgação. Parágrafo Único - Excepcionalmente se admitirá a contratação direta na hipótese de ausência de candidato habilitado, mediante análise de currículo.

Art. 5º É vedado o desvio de função de pessoa contratada na forma desta lei, sob pena de nulidade do contrato.

Art. 6º Nas contratações por tempo determinado serão observados os padrões de vencimento do Quando de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, exceto na hipótese do inciso III, quando serão observados os valores do mercado de trabalho.

Parágrafo Único - Quando a contratação se der para regime de trabalho inferior a jornada fixada para os efetivos, os vencimentos serão proporcionais à carga horária estabelecida no contrato.

Art. 7º Aos servidores contratados temporariamente aplica-se o regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e, no que couber, o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XXII da Constituição Federal.

Art. 8º As admissões em caráter temporário serão autorizadas pelo Presidente, mediante exposição de motivos de cada área, onde a contratação se fizer necessária.

Art. 9º Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 17 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.158/2013.

DECRETO Nº 3.158/2013.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 2.975 de 27/12/12 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 150.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000-34

Valor: R\$ 150.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 17 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 443/2013

PORTARIA Nº 443/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos gastos com pessoal à Receita Corrente Líquida;
CONSIDERANDO a supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do funcionamento da máquina administrativa, especialmente os serviços de Educação,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora CÁTIRA BORGES DA

SILVA (Matr. 3689), a partir de 17 de junho de 2013 até o término do ano letivo de 2013, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", anexo XI da LC Nº 286/2011, para atuar junto a EBM Estação Luzerna, Ensino Fundamental, turno matutino, Disciplina de Língua Portuguesa, 20 horas semanais, em substituição à Servidora Geisa Trombetta Bernardi, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital SMECE nº 004/2013 de 02 de maio de 2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 444/2013
PORTARIA Nº 444/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora FABIANE CHIAMOLERA LORASQUI (Matr. 3680), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 17 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 445/2013
PORTARIA Nº 445/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos gastos com pessoal à Receita Corrente Líquida;
CONSIDERANDO a supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do funcionamento da máquina administrativa,
CONSIDERANDO o Ofício nº 86/2013, juntamente com Parecer Jurídico de 13/06/2013,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora VERA LÚCIA RODRIGUES (Matr. 3690), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente Administrativo, Nível -DAS-2, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 17 de junho de 2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar

Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 446/2013
PORTARIA Nº 446/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 289/2013, da Servidora ARLETE GELATI (Matr. 3657), a partir de 17 de junho de 2013, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", anexo XI da LC Nº 286/2011, 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a mesma continuará em substituição à Servidora Marcia R. dos Santos Zambiazzi, que se encontra afastada em gozo de Licença Prêmio, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovada e classificada em 98º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

Decreto Nº 24/2013

DECRETO Nº 24, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento da Lei Municipal nº 1.722, de 13 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 170.000,00 (seto e setenta mil reais), nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 - Departamento de Administração

Funcional: 04.122.0002.2.005 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas (17)

R\$ 140.000,00

ÓRGÃO 08 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Funcional: 15.452.0003.2.009 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas (72)

R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 13 de Junho de 2013.

DANIEL C. BOSI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 25-2013

DECRETO Nº 25, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento da Lei Municipal nº 1.722, de 13 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 8.000,00(oito mil reais) oriundos:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE 01 - Departamento de Administração

Funcional - 02.062.0002.2.003 - Manutenção e Funcionamento da Assessoria Jurídica.

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas (10)

R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE 01 - Departamento Contabilidade, Cadastro e Tesouraria.

Funcional - 04.124.0002.2.007 - Manutenção e Funcionamento do Controle Interno

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas (40)

R\$ 3.000,00

Que adiciona as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE 01 - Departamento de Administração

Funcional - 02.062.0002.2.003 - Manutenção e Funcionamento da Assessoria Jurídica

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas (09)

R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE 01 - Departamento Contabilidade, Cadastro e Tesouraria.

Funcional - 04.124.0002.2.007 - Manutenção e Funcionamento do Controle Interno

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas (39)

R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 13 de Junho de 2013.

DANIEL C. BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Resolução Nº 039.2013 CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 039/2013

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 13 de junho de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Apreciar e aprovar a liberação da utilização dos 03 % dos recursos do IGD SUAS, destinados as CMAS (Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social), para o deslocamento do conselheiro João Batista Laurindo à cidade de Joinville nos dias 24 e 25/06, para uma capacitação sobre os "direitos das pessoas com deficiência", conforme ata nº 57/2013.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de hoje.

Imbituba, 13 de junho de 2013.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

Presidenta do CMAS

Resolução Nº 040.2013 CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 040/2013

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 13 de junho de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Apreciar e aprovar após análise e comprovação dos documentos, as inscrições das Entidades abaixo, à participar do Fórum do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM, conforme ata nº 57/2013:

*Associação Imbitubense das Pessoas Portadoras de Deficiência Física - AIPPODEF

*Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba

*Associação Empresarial de Imbituba - ACIM

*Indústria da Solidariedade - ISO

*Mulheres Cristãs em Ação da 1ª Igreja Batista em Imbituba - MCA

*Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Imbituba - SINTRASEPUMIM

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de hoje.

Imbituba, 13 de junho de 2013.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

Presidenta do CMAS

Portaria PMI/DGP Nº 370/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 370, de 17 de junho de 2013.

Dispõe sobre a exoneração de Diretora, junto Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 2.803, de 11 de janeiro de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR do cargo de Diretora, junto a Secretaria Municipal de Saúde, KAREN TAVARES DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 027.081.389-60, nomeada através da PORTARIA DGP/SEAGP nº 125, de 02 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 12/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 62/2013

DISPENSA Nº 12/2013

Objeto: Locação de um imóvel para funcionamento da biblioteca pública municipal de Imbituba, localizado em Imbituba na Rua Nereu Ramos, Centro.

Locador: Lucila Pires Fernandes.

Valor Mensal: R\$ 1.000,00 Prazo: 07 meses

Valor Total: 7.000,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 19 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Inexigibilidade Nº 02/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 29/2013

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2013

CREDENCIAMENTO 02/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 04 de julho de 2013, licitação na modalidade de Inexigibilidade do tipo menor preço global, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de consulta médica em atenção especializada, do referido grupo, na tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do SUS. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de junho de 2012.

DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da CPL

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 23/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 30/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 02 de julho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de equipamentos "câmara para vacinas" para uso do DST/HIV/AIDS e HV. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de junho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 49/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 69/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 02 de julho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de equipamentos e utensílios de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de junho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 50/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 70/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 02 de julho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecer mobiliário escolar para as escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 19 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Suspensão de Pregão Presencial Nº 48/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica suspensa por tempo indeterminado o Processo Licitatório 61/2013 - Pregão Presencial 48/2013, para análise de Impugnação interposto tempestivamente pela empresa Dayane Luiz Eireli - ME.

Imbituba, 19 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato: PMI Sedetur 2013/02 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDETUR 2013/02 A01
Contratada: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA
C.N.P.J: 08.158.865/0001-92

Objeto: ACRÉSCIMO DE 18%(DEZOITO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 10.800,00

Fundamento: Processo nº. 133/2012 Pregão nº31/2012

Imbituba, 14 de junho de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Turismo
Contratante

Multiban Locações de Bens Móveis Ltda
Representante Legal
Contratada

Homologação - Processo Seletivo Simplificado - Edital PMI/Cersp/Pss/Seduc Nº 03/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERP/SS/SEDUC Nº 03/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Sr. Jaison Cardoso de Souza, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado destinado a contratação de pessoal para o preenchimento das vagas temporárias existentes no quadro de pessoal da Prefeitura, conforme Lei nº 1.144/91 e as Leis Complementares nº 3.135/2007; 3.330/2008; 3436/2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERP/SS/SEDUC Nº 03/2013. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba e em jornal de circulação diária no Município, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 28 de Maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

Retificação do Extrato de Contrato Nº 16/2013/PM

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2013

Diante do equívoco verificado no referido Extrato de Contrato da publicação nº 16/2013, do dia 22 de abril de 2013, onde lê-se PRIMEIRO , lê-se TERCEIRO, segue abaixo a respectiva correção:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012, Processo de Licitação nº 66/2012, homologado em 20 de julho de 2012.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 68/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME.

Valor: R\$ 704,54 (Setecentos e Quatro Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME, situada na ESTRADA LINHA DO MEIO S/N, Bairro INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.569.819/0001-89.

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.707/2013

LEI Nº 1.707/2013, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS DOADORES DE SANGUE DA REGIÃO DE CANOINHAS -ADOSAREC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1.º -Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas - ADOSAREC, Sociedade Civil sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ 79.376.919/0001-34, com sede no Município de Canoinhas - SC, para fins de auxiliar na continuidade e melhoramento do atendimento aos munícipes

doadores de sangue.

Art. 2.º - O convênio tem por objetivo repassar à ADOSAREC - Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas, recursos financeiros em 07 (sete) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de junho à dezembro de 2013, para auxiliar na manutenção da entidade.

Art. 3.º - Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas, sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 4.º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2002 - 11 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

Art. 5º - O prazo de vigência do Convênio será até 31/12/2013, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único. O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

Art. 6.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis / SC, 17 de Junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2435/2013, de 17 de Junho de 2013

DECRETO Nº 2435/2013, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

Institui o Comitê de Análise e Aprovação do PDE Interativo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de instituir o Comitê de Análise e Aprovação do PDE Interativo para implantação/implementação do Programa no Município de Irineópolis, conforme Resolução nº 25 de 24 de maio de 2011 do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Análise e Aprovação para implantação/implementação do PDE Interativo nas Escolas Municipais de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, composto pelos membros abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro:

I. Ana Paula Martins Reichardt - CPF: 020.254.579-28 - RG:

3.569.442 - Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação;

II. Franciele Aparecida Weingartner - CPF: 028.179.289-54 - RG:

4.189.765 - Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

III. Karina Juraszek - CPF: 041.411.699-27 - RG: 3.588.065 - Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

IV. Sezinanda Aparecida dos Santos - CPF: 045.567.259-84 - RG: 4.074.656 - Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

V. Franciele Maria Knoll - CPF: 046.752.389-47 - RG: 4.662.996 - Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal de Análise e Aprovação do PDE Interativo:

I. Cadastrar e gerenciar os cadastros dos (as) diretores (as) no PDE Interativo;

I. Promover reuniões com os Grupos de Trabalho das EMEBs visando à socialização e ao encaminhamento das ações do Comitê;

II. Prestar assistência técnica na elaboração e execução do PDE Escola;

III. Analisar e emitir pareceres acerca dos planos das escolas priorizadas pelo programa;

IV. Monitorar as ações do PDE Interativo em todas as EMEBs;

V. Enviar os planos aprovados no âmbito do PDE Escola para validação do MEC.

Art. 3º A Comissão nomeada pelo artigo 1º deste Decreto, terá validade para o biênio 2013/2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir da data de publicação.

Irineópolis - SC, 17 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato Para Publicação 38/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 38/2013

TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 05 de julho de 2013, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Contratação de Empresa (Corretora e/ou seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos das Secretarias da Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação e Infra Estrutura, da frota municipal. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS

Processo Licitatório nº 4/2013 - Dispensa de Licitação nº 3/2013 -

Objeto: locação de imóvel para atendimento do CRAS. Valor Mensal: R\$ 700,00. Valor total: R\$ 4.900,00. Fundamentação Legal: inciso X do art. 24, da Lei 8666/93.

Itaiópolis, 14 de junho de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 26/2013 - Tomada de Preços nº 1/2013.

Objeto: contratação de empresa para construção de muros em alvenaria, portões e grades de ferro, pavimentação dos passeios com blocos intervalados e ampliação do Centro de Educação Infantil Semeando o Saber, com fornecimento de mão-de-obra e



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

materiais. Contratada: J. Luma Prestadora de Serviços Ltda. ME. Contrato nº 68/2013. Valor Total: R\$ 58.505,06. PRAZO: 90 dias.

Itaiópolis, 13/06/2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 27/2013 - Dispensa de Licitação nº 5/2013. Objeto: contratação de empresa para prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, com fornecimento de 13 aparelhos em comodato. Contratada: Claro S.A. Contrato nº 67/2013. Valor Mensal: R\$ 489,30. Valor Total: R\$ 5.871,60. PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 21/05/2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extrato Ata de Registro de Preços

Processo Licitatório nº 25/2013 - Pregão Presencial nº 18/2013. Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços mecânicos, elétricos e de torno, para a frota municipal. Proponente: Sebben Comercial Agrícola Ltda. ME. ITEM 03 (900 horas de serviços de torno). Valor: R\$ 34,80 a hora trabalhada.

Itaiópolis, 05/06/2013.
ANGELITA PUCHALSKI
Pregoeira

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria Nº 146/2013

Portaria nº 146 de 17 de junho de 2013.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde, à servidora municipal Jacinta Simon Vogel sob matrícula nº 3955/01, a partir de 16/06/2013, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16/06/2013, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 17 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Portaria Nº 147/2013

Portaria nº 147 de 18 de junho de 2013.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde, à servidora municipal Lucilene Hentges sob matrícula nº 10117/11, a partir de 18/06/2013, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18/06/2013, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 18 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Portaria Nº 148/2013

PORTARIA Nº 148 de 18 de junho de 2013.
SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, do servidor municipal José Preis, matrícula nº 10328/02, devendo o servidor retornar às suas atividades laborais no dia 18 de junho do corrente ano.

Art. 2º - O saldo da Licença Prêmio que corresponde a 13 (treze) dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua publicação no DOM.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC, 18 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 0022/2013, Processo Licitatório Nº 051/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 18/06/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, ISABELA RAICIK DUTRA POHL, SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, juntamente com o apoio da Dra. Sybelle Leichsering para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 022/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA USO DOS POSTOS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO -24HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao

final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
EXPRESSAO COM. DE MAT. DE INF. E SERV. LTDA ME
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
MARCELO JACOB
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME
SUPERAR LTDA ME
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME
DSM- DISTR. DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME

Representantes (Credenciados)
EDUARDO RAFAEL PEREIRA
HILTON DELGADO DOS SANTOS
SEBASTIAO MORI
ARTHUR LEOCADIO MAES CORDEIRO
WILLIAM RICARDO ZEFERINO MUNIZ
ANTONIO MOACIR BAGATOLI
ELDER DA SILVA
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas verificou-se que as empresas: EXPRESSAO COM. DE MAT. DE INF. E SERV. LTDA ME, 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME, BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME e LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME descumpriram o item 6.5 do edital, portanto foram consideradas DESCLASSIFICADAS. As propostas das demais empresas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	MARCELO JACOB	727,0000	0,0000
2	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	125,0000	0,0000
3	DSM- DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENT	1.287,0000	0,0000
4	SUPERAR LTDA ME	1.098,0000	0,0000
5	SUPERAR LTDA ME	295,0000	0,0000
6	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	841,0000	0,0000
7	SUPERAR LTDA ME	1.470,0000	0,0000
8	MARCELO JACOB	546,2800	545,0000
10	DSM- DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENT	1.900,0000	0,0000
11	SUPERAR LTDA ME	304,0000	300,0000
12	MARCELO JACOB	2.199,0000	2.195,0000
13	SUPERAR LTDA ME	337,0000	335,0000
14	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	308,5000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as empresas ofertantes do menor preço demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	3.706,5000
MARCELO JACOB	7.646,0000
SUPERAR LTDA ME	5.226,0000
DSM- DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS	14.709,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 18/06/2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio	
SOLAMIR COELHO	ISABELA RAICIK DUTRA POHL
SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ	

Apoio	
SYBELLE LEICHSERING	

Assinantes	
Representantes	Assinatura
.DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	.
.MARCELO JACOB	.
.SUPERAR LTDA ME	.
.DSM- DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENT	.

Edital de Pregão Presencial Nº 28/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2013

PROCESSO Nº 60/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 03 de julho de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de 02 (dois) veículos tipo sedan, para compor a frota da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 17 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Termo Aditivo N.º 21/2013 Tomada de Preço N.º 11/2012 - Processo N.º 73/2012

TERMO ADITIVO N.º 21/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2012 (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, com sede na Av. Paraná, 70, Bairro Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.263.284/0001-09 e Inscrição Estadual Isento, representada neste ato por proprietário, a Sr. OSMAR MAYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15 e do CI. RG nº 8/R 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a ampliação da EMEF Euclides Emídio da Silva, para instalação da Creche Lua de Cristal, compreendendo 244,92 m² de área total, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 11/2012 – PROCESSO N.º 73/2012, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo visa alterar o item 07 da Planilha Orçamentária conforme segue:

ITEM	SERVIÇO	QUAN- TIDADE	UNID	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL COM BDI
07	PAVIMENTAÇÃO					

07.03	Regularização de piso/base em argamassa traço 1:3 (cimento e areia grossa sem peneirar) espessura 3,0 cm, preparo mecânico.	142,92	m²	R\$ 14,86	R\$ 2.123,79	R\$ 2.569,79
07.05	Rodapé em cerâmica esmaltada linha popular pei-4, assentada com argamassa fabricada no local, com rejuntamento em cimento branco.	96,19	m²	R\$ 7,87	R\$ 757,02	R\$ 915,99
07.06	Piso cerâmico padrão comercial 40x40 cm, assentado sobre argamassa colante pré-fabricada.	142,92	m²	R\$ 39,78	R\$ 5.685,36	R\$ 6.879,28
SUBTOTAL					R\$ 8.566,16	R\$ 10.365,06

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

A presente alteração resulta na supressão do valor de R\$ 55,89 (cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) no total do item, alterando a cláusula quinta "Do Preço" do Contrato Administrativo nº 47/2012 passando o valor total contratado ao montante de R\$ 243.661,35 (duzentos e quarenta e três mil seiscentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 47/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 47/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 14 de junho de 2013.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA OSMAR MAYER RIBEIRO
CONTRATANTE TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

CÂMARA MUNICIPAL**Despacho Decisório de Homologação de Licitação**

DESPACHO DECISÓRIO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01-2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01-2013

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO do resultado do Processo Licitatório nº 01/2013, do Pregão Presencial nº 01/2013.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de condicionadores de ar, para climatização da nova sede do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 01/2013.

OSNI OCKER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no inciso II do art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, inciso XXVIII do Regimento Interno, e para cumprir o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, com observância no disposto na Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Legislativo nº 24, de 20 de março de 2013.

DECIDE,

À vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, da decisão pela

ADJUDICAÇÃO realizado pelo Pregoeiro FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, conforme informações dispostas na Ata do Pregão Presencial nº 01/2013, decido HOMOLOGAR a licitação para a aquisição do objeto de licitação da presente Licitação, onde se sagrou vencedoras as seguintes vencedoras conforme tabelas abaixo:

Empresas vencedora do Item 01

Valor Final Unitário

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP
R\$1005,00

Empresas vencedora do Item 02

Valor Final Unitário

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP
R\$1130,00

Empresas vencedora do Item 03

Valor Final Unitário

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP
R\$2200,00

Empresas vencedora do Item 04

Valor Final Unitário

SUPERAR LTDA
R\$3440,00

Empresas vencedora do Item 05

Valor Final Unitário

SUPERAR LTDA
R\$4490,00

DESTACAR, que o valor estimado pelos orçamentos na formação de preço e pesquisa de mercado realizado previamente foi de um total de R\$ 35.595,00 (trinta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco reais), e que com a realização do presente Pregão Presencial o valor total dos lances foi de R\$ 27.430,00 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta reais), proporcionando uma economia de R\$ 8.165,00 (oito mil cento e sessenta e cinco reais) ou 23% (vinte e três por cento)

CONGRATULAR o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio pela economia alcançada.

DETERMINAR as medidas cabíveis para a contratação das referidas empresas.

Itapoá, 18 de junho de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO

Pregoeiro

Ata da Sessão Pública do Processo Licitatório Nº 01/2013 Pregão Presencial Nº 01/2013

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

Às nove horas e trinta minutos do dia 17 (dezesete) de junho do ano de dois mil e treze, no Plenário da Câmara Municipal de Itapoá, localizado na Av. André Rodrigues de Freitas, n. 716, bairro Itapema do Norte, cidade de Itapoá-SC, foi aberta a sessão pública do Processo Licitatório nº 01/2013, do Pregão Presencial nº 01/2013 cujo objeto é a aquisição de condicionadores de ar, para climatização da nova sede do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Licitação deste certame. A sessão pública aconteceu conforme disposições do Decreto Legislativo Municipal nº 24, de 22 de março de 2013 e foi conduzido pelo pregoeiro oficial do Poder Legislativo de Itapoá FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, e pela equipe de apoio composta das servidoras efetivas MICHELE MAYER e FERNANDA LUIZIA GUTOSKI DUARTE, e dos agentes políticos SHERON SCHOLZE ROSA e ELVIS ARON PINHEIRO, todos nomeados através da Portaria Legislativa Municipal nº 03, de 22 de março de 2013. No horário definido no Edital, o Pregoeiro iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes

Representantes (Credenciados)

CUSTODIO REFRIGERAÇÕES LTDA EPP

ALINE CRISTIANE CUSTODIO DE OLIVEIRA

SUPERAR LTDA

WILLIAM RICARDO ZEFERINO MUNIZ

3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME

JOSÉ LEOCADIO CORDEIRO

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP

ELDER DA SILVA

AWD COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS - LTDA

WALTER DYBAS

Todos os licitantes foram credenciados para participar da Licitação. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas. Os representantes credenciados apresentaram seus envelopes de proposta e habilitação para participarem do certame. Após abrir os envelopes de propostas, o pregoeiro fez a leitura dos preços unitários por item de cada uma das empresas e classificou-as por terem atendido às exigências do edital. Passou-se à fase de lances, nos valores finais, por item, conforme os documentos Anexos desta Ata. Findada a fase de lances verbais, iniciou-se a fase de habilitação onde foi analisada a documentação apresentada pelos

vencedores. A empresa CUSTODIO REFRIGERAÇÃO LTDA EPP, vencedora na fase de lances do Item 1, foi desabilitada, pois estava em desconformidade com o item 6.6 do Edital. Em seguida, a empresa AWD COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA não foi habilitada por apresentar desconformidades com o item 6.6 do Edital. Por fim, passou-se para a terceira colocada do Item 1, declarando vencedora a empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Três primeiras empresas classificadas do Item 01

Valor Final Unitário

CUSTODIO REFRIGERAÇÕES LTDA EPP

R\$ 995,00 (Desabilitada)

AWD COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS - LTDA

R\$1000,00 (Desabilitada)

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP

R\$1005,00

Três primeiras empresas classificadas do Item 02

Valor Final Unitário

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP

R\$1130,00

CUSTODIO REFRIGERAÇÕES LTDA EPP

R\$1135,00

SUPERAR LTDA

R\$ 1145,00

Três primeiras empresas classificadas do Item 03

Valor Final Unitário

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP

R\$2200,00

CUSTODIO REFRIGERAÇÕES LTDA EPP

R\$2205,00

AWD COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS - LTDA

R\$2210,00

Três primeiras empresas classificadas do Item 04

Valor Final Unitário

SUPERAR LTDA

R\$3440,00

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP

R\$ 4000,00

CUSTODIO REFRIGERAÇÕES LTDA EPP

R\$ 4450,00

Três primeiras empresas classificadas do Item 05

Valor Final Unitário

SUPERAR LTDA

R\$4490,00

CUSTODIO REFRIGERAÇÕES LTDA EPP

R\$ 4495,00

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP

R\$ 4560,00

O pregoeiro indagou aos representantes quanto ao registro de intenções de recurso, não havendo nenhuma manifestação nesse sentido. Assim, o pregoeiro declarou como vencedores em sessão pública, os licitantes supracitados e relacionados no documento anexo a esta ata, por item, com os valores unitários finais ali constantes. Este resultado será publicado no site oficial da Câmara Municipal de Itapoá, no banner denominado "Licitações", na página inicial do site. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. O Pregoeiro informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos

relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Câmara Municipal de Itapoá; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Desta forma, o Pregoeiro adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, eu, Francisco Xavier Soares Filho, pregoeiro, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos membros da equipe de apoio da Câmara Municipal de Itapoá-SC e pelos representantes credenciados das empresas.

Itapoá, 17 de junho de 2013.

FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO

Pregoeiro

SHERON SCHOLZE ROSA

Equipe de Apoio

FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE

Equipe de Apoio

MICHELE MAYER

Equipe de Apoio

ELVIS ARON PINHEIRO

Equipe de Apoio

Representantes das empresas participantes do presente certame

Nome do Representante

Assinatura

WILIAM RICARDO ZEFERINO MUNIZ

ELDER DA SILVA

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 1097

PORTARIA Nº 1.097 DE 10 DE JUNHO DE 2013

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) NEUSA DE FATIMA GERVASIO durante o período de 03 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013, para exercer as funções de Professor ACT-LP, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 004/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 10 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1098

PORTARIA Nº 1.098 DE 13 DE JUNHO DE 2013.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível descumprimento do dever funcional do Sr. Antonio Luiz Mariano.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010, revogando a portaria n.º 128/2013 e 137/2013.

Joaçaba (SC), em 13 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1100

PORTARIA Nº 1.100 DE 14 DE JUNHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. DENIR NARCIZO ZULIAN para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 71/2013/PMJ de 11 de junho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 49/2013/PMJ - Tomada de Preço n.º 09/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de junho de 2013, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 14 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1101

PORTARIA Nº 1.101 DE 14 DE JUNHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. ELISABETH BARETTA para acompanhar

e fiscalizar a execução do contrato n.º 06/2013/FMCE de 29 de maio de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 04/2013/FMCE - Pregão Presencial n.º 03/2013/FMCE, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 29 de maio de 2013, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 14 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1102

PORTARIA Nº 1.102 DE 17 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FATIMA PRANDO, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 129.818 de 27 de maio de 2013, referente aos períodos de 06 de maio de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (07 dias), 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 31 (trinta e um) dias, a partir de 17 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1103

PORTARIA Nº 1.103 DE 17 DE JUNHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. RENAN ZILIO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 21/2013/FMAS de 14 de junho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 08/2013/FMAS - Pregão Presencial n.º 06/2013/FMAS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de junho de 2013, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1104

PORTARIA Nº 1.104 DE 17 DE JUNHO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I,

IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) LARISSA NOVELLO, para exercer o cargo de PSICOLOGA, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011e em especial pelo pedido de exoneração da Sra. Alana Dallacosta Fantin, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1099

PORTARIA Nº 1.099 DE 14 DE JUNHO DE 2013

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. SOELI SALETE GOMER para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preço n.º 06/2013/FMS de 14 de junho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 25/2013/FMS - Pregão Presencial n.º 20/2013/FMS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 14 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Extrato TP 3/2013/FMS - PL 30/2013/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2013/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2013/FMS

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde dos Distritos de Santa Helena e Nova Petrópolis e do Bairro Clara Adélia, neste Município. Tipo: Empreitada por preço unitário. Forma de julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 05/07/2013, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 05/07/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. O edital completo (projetos, orçamento estimativo e memorial descritivo), poderá ser adquirido

no Setor de Compras e Licitações, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais), relativos ao seu custo. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 17 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

MARCOS WEISS

Gestor do FMS

Extrato Contrato 72/2013/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2013/PMJ

CV 4/2013/PMJ - PL 45/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ZAA ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos profissionais especializados de engenharia, para elaboração de projetos de pavimentação e/ou revitalização do pavimento de diversas ruas do perímetro urbano do Município, com área total de aproximadamente 36.000 m² (trinta e seis mil metros quadrados).

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

125 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

126 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0016.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data da de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 14/06/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2013/PMJ

CV 4/2013/PMJ - PL 45/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ZAA ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos profissionais especializados de engenharia, para elaboração de projetos de pavimentação e/ou revitalização do pavimento de diversas ruas do perímetro urbano do Município, com área total de aproximadamente 36.000 m² (trinta e seis mil metros quadrados).

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

125 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

126 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0016.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data da de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 14/06/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Anulação do Contrato de Outorga Nº 046/2013 **ANULAÇÃO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 046/2013**

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),
CONVENIADO: EDUARDO ALVES DOS SANTOS

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 600,00
Joaçaba - SC, 13 de junho de 2013
MIRIAN DOLZAN - Superintendente
EDUARDO ALVES DOS SANTOS - Atleta
MOTIVO: SOLICITOU DESLIGAMENTO DA EQUIPE

Edital de Chamada Pública Secretaria de Saúde

EDITAL Nº 02/2013, DE 13 de junho DE 2013

Estabelece normas para a chamada pública do cargo de motorista socorrista, destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 121 de 26 de junho de 2006 e;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

CONSIDERANDO o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 005/2012/SMS;

CONSIDERANDO a finalização de contratos temporários do respectivo cargo nos próximos meses;

Torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de saúde à fim de suprir demanda e requisitos do programa.

INSCRIÇÃO

A data determinada para a Chamada Pública será nos dias 19/06/2013 à 26/06/2013, das 13h30min às 17hs, na Secretaria Municipal da Saúde, situada à Av. XV de Novembro, 223 – Centro/Joaçaba – 2º andar.

No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias rubricadas dos documentos a seguir:

Carteira de Identidade;
CPF;
Título de Eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);
Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
Currículo vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
Comprovante de regularidade no CPF;
Cópia do Certificado do Título descrito na relação de Títulos;
Formulário de inscrição (Anexo III)
Formulário de relação de títulos (Anexo IV)

VAGAS

2.1 Serão disponibilizadas as seguintes vagas, sendo realizado ainda Cadastro de Reserva – CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro em caso de necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como nos casos de férias do quadro atual e afastamentos por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Cargo	Quant. Vagas	Carga Horária	Remuneração	Requisitos
Motorista Socorrista - SAMU	1 + CR	40h	R\$943,98	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – CNH, tipo "D"+ carteira de condutor de veículo de emergência

PONTUAÇÃO

A Chamada Pública dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição

A classificação dos candidatos será publicada oficialmente em 03 de julho de 2013 no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no Mural.

Após devidamente convocado o candidato tem o prazo de 5 (cinco) dias para se manifestar quanto a aceitação da vaga, sendo que a ausência de manifestação acarretará a perda da vaga e a convocação do candidato classificado subsequente.

O presente Edital será válido por 1 (um) ano, sendo improrrogável.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

Maior nota final na Prova Prática.

Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.

Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.

Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.

Maior número de acertos na prova de Matemática.

Maior idade.

Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

Comprovação dos requisitos mínimos;

Nota mínima de 5 pontos;

Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar;

Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;

Conta corrente individual em banco designado pelo Município.

DOS RECURSOS

Os recursos poderão ser interpostos em até 02 (dois) dias, a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

6.2 Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a) Nº da Chamada Pública;

b) Cargo a que concorre;

c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto desta Chamada Pública são as constantes no Anexo I.

Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas por Comissão designada.

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas da presente Chamada Pública.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, em 13 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

ANEXO I

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	ATRIBUIÇÕES	REQUISITOS MÍNIMOS
--------	---------------	-------------	--------------------

Motorista Socorrista	40 horas	Conduzir veículos de urgência padronizados pelo código sanitário (transporte de pacientes), obedecendo aos padrões de capacitação, possuir equilíbrio emocional e autocontrole, realizar transporte de pacientes com condução de maca rígida e/ou outro equipamento para transporte do paciente imobilizado, disposição para cumprir ações orientadas e capacidade de trabalhar em equipe.	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – CNH, tipo "D"+ carteira de condutor de veículo de emergência
----------------------	----------	--	---

ANEXO II

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Curso em Urgência e Socorrismo com carga mínima de 10 horas	0,2 (cada 10 horas)	1,0
Curso de Capacitação Inicial do SAMU	2,0	2,0
Suporte Básico de Vida (SBV) ou Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e/ou Atendimento Pré-vio Hospitalar (APH)	1,0 (cada curso)	3,0
Tempo de Serviço no Samu	1,0 (cada seis meses)	4,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		10,0

Colocar critério de desempate

Cinco dia prazo 5 dias após chamamento para apresentar-se ou desistência

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE JOAÇABA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 02/2013/SMS

Cargo: .

Nome: .

Endereço: .

Telefone para contato: .

RG: .CPF: .

Joaçaba – SC, ____/____/2013



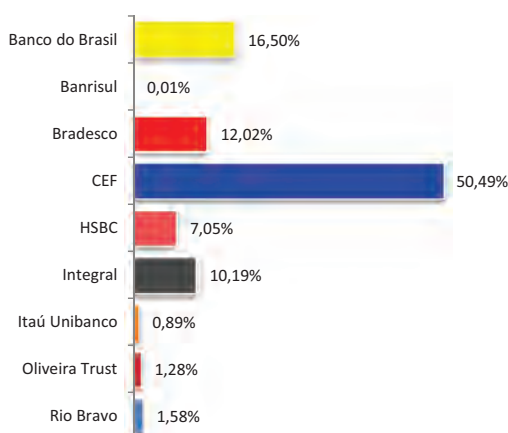
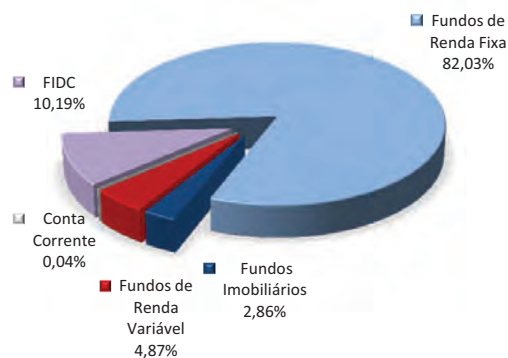
IMPRES**Relatorio Carteira Mes 05/2013 - IMPRES**

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de
Joaçaba - SC

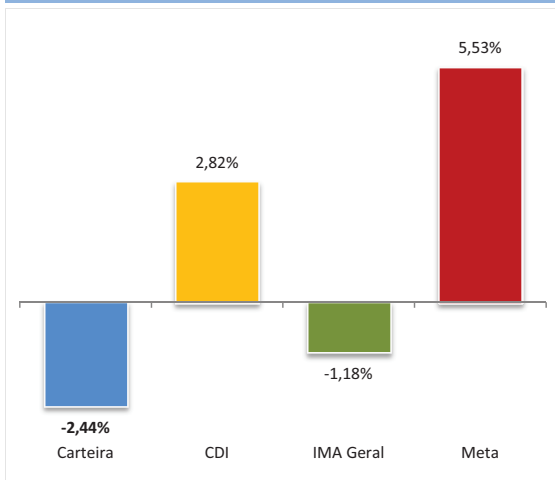
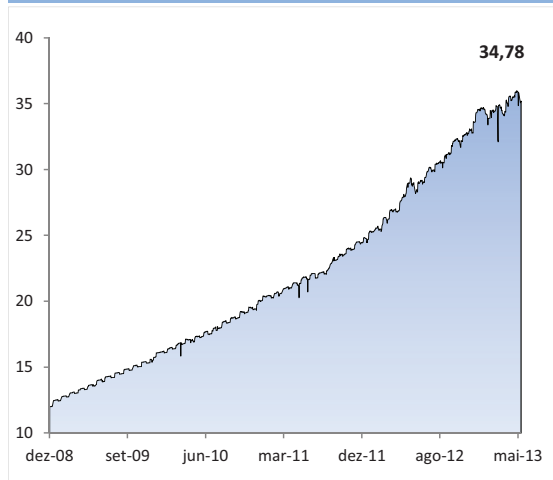
**Relatório da Carteira de Investimentos do IMPRES****MAIO**

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Prime Consultoria, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira (%)**Distribuição da Carteira por Segmento (%)**

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE	NO MÊS		NO ANO		EM 252 DIAS ÚTEIS	
IMPRES	-2,59%	comparativo	-2,44%	comparativo	6,66%	comparativo
CDI	0,58%	-444%	2,82%	-87%	7,36%	90%
IMA Geral	-1,90%	137%	-1,18%	208%	7,34%	91%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	0,84%	-310%	5,53%	-44%	13,49%	49%

Carteira x Indicadores em 2013**Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)**

Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

Lages

PREFEITURA

PP 31-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 31-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Motocicletas

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 22/07/2013 às 14:00

Valor Estimado: R\$56.340,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 17 de junho de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

1º Adt. Termo 01/2010 - PML

1º ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO Nº 01/2010

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONCESSIONÁRIA: JULIO CESAR FERNADES TRANS - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 03.406.086/0001-45, estabelecida na Rua Manoel Marques Jr n.º 31 - São Jose/SC - Cep: 88.115-180.

O Município de Lages, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONCEDENTE e a Empresa JULIO CESAR FERNADES TRANS - ME, neste ato representada pelo Sr. Julio César Fernandes, Proprietário, que assina ao final, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, resolvem celebrar este Termo Aditivo, em decorrência do Processo Licitatório n.º 07/2010, correlato à Concorrência nº 02/2010, aberta em 26/02/2010 e homologada em 17/06/2010, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Outorga em regime de concessão, à execução de serviços públicos de remoção, guarda e depósito (diária) de veículo(s) de proprietário(s) que tenha(m) incorrido em infração(ões) prevista(s) no Código de Trânsito Brasileiro e, em especial nas Normas do Sistema de Estacionamento Controlado de Veículos, na forma prevista no art. 175 da Constituição Federal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital.

1.1 - DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS:

Fica suprimido, nesta data, do item 1.3 das características dos serviços, do termo de Concessão 01/2010, a seguinte expressão: "bem como veículos apreendidos em procedimentos policiais; passando a ter a seguinte redação:

1.3 O Pátio para Recolhimento deverá possuir no mínimo 8.000 m² e situado no perímetro urbano; local onde serão levados os veículos removidos por infração; em função da proposição da empresa concessionária sob requerimento n.º 10.402/2011, com parecer favorável da Procuradoria Geral do Município sob n.º 1763

de 19/09/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES
As demais cláusulas e condições do termo primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de novembro de 2011.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JULIO CESAR FERNADES TRANS - ME

Representante

JULIO CESAR FERNADES

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

2º Adt. Termo 01/2010 - PML

2º ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO Nº 01/2010

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONCESSIONÁRIA: JULIO CESAR FERNANDES TRANS - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 03.406.086/0001-45, estabelecida na Rua Manoel Marques Jr n.º 31 - São Jose/SC - Cep: 88.115-180.

O Município de Lages, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Elizeu Mattos, doravante denominado CONCEDENTE e a Empresa JULIO CESAR FERNANDES TRANS - ME, neste ato representada pelo Sr. Julio César Fernandes, Proprietário, que assina ao final, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, resolvem celebrar este Termo Aditivo, em decorrência do Processo Licitatório n.º 07/2010, correlato à Concorrência nº 02/2010, aberta em 26/02/2010 e homologada em 17/06/2010, c/com o Parecer da Procuradoria Geral do Município sob nº 852/2013, acatando solicitação da DRP de Lages através de ofício 152/2012-DRP, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Outorga em regime de concessão, à execução de serviços públicos de remoção, guarda e depósito (diária) de veículo(s) de proprietário(s) que tenha(m) incorrido em infração(ões) prevista(s) no Código de Trânsito Brasileiro e, em especial nas Normas do Sistema de Estacionamento Controlado de Veículos, na forma prevista no art. 175 da Constituição Federal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

- DO CONCEDENTE:

A fiscalização da concessão realizada pelo MUNICÍPIO será sempre realizada com a colaboração do representante da CONCESSIONÁRIA, cabendo a este o direito de assistir às visitas e atividades de fiscalização. Cabe à Polícia Civil e a Secretaria de Administração do Município, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização relativamente ao objeto deste termo. A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, no que concerne ao objeto deste contrato.

DA NOVA REDAÇÃO
Do item 5.7 do Termo Primitivo

Fica, nesta data modificado o item passando a ter a seguinte redação:

A fiscalização da concessão realizada pelo MUNICÍPIO será sempre realizada com a colaboração do representante da CONCESSIONÁRIA, cabendo a este o direito de assistir às visitas e atividades de fiscalização. Cabe somente à Diretoria de Transito e Coordenação - DIRETRAN, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização relativamente ao objeto deste termo. A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, no que concerne ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES
As demais cláusulas e condições do termo primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 06 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

JULIO CESAR FERNANDES TRANS - ME
Representante
JULIO CESAR FERNANDES

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Transito e Coordenação

Diretoria de Licitações e Contratos

Extrato de Contrato 101/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 101/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: EDER ROSA GOULART

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 11.30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 129/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 129/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: CARLOS CASTELLI E BANDA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 28 de Maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 135/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 135/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: BANDA ANJOS DE PLANTAO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 31 de Maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 100/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 100/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: DANIEL SILVA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 09.30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 102/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 102/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: LUIZ ANTONIO GUZZELLI

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 13.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 103/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 103/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: GRUPO INTEGRAÇÃO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO,

dia 18 de Maio de 2013, às 14.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 700,00 (setecentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 105/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 105/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: RICARDO BEISHEIM

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 15.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 106/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 106/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: ARTHUR MATTOS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 107/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 107/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: OS BROTINHOS DO RIO GRANDE

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 15.00 hs, 25 de maio de 2013, às 13.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 108/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 108/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que

neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: GRUPO PARAISO SERRANO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 109/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 109/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: ALMA DE CAMPO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 18.00 hs, e dia 25 de maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 110/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 110/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: MARZIO LENZI E BANDA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 111/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 111/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: THE HEADCURTTERS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 112/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 112/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: JOVEM BALLET DE SANTA CATARINA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 20.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 113/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 113/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: ROGERIO RODRIGUES

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de Maio de 2013, às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 114/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 114/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: ENZO E VALENTINA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de Maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 115/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 115/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: BANDA EMBALO CRISTÃO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de Maio de 2013, às 14.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 116/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 116/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: ZETI GAUDERIA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de Maio de 2013, às 15.00 hs, 27 de maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.850,00 (hum mil e oitocentos e cinquenta reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 117/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 117/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: MEGA TCHÊ

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de Maio de 2013, às 16.00 hs, e dia 28 de maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 118/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 118/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: GRUPO RONDA REDONDA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de Maio de 2013, às 17.00 hs, e dia 30 de maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 119/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 119/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: EXPLOSÃO SERRANA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO,

dia 19 de Maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 120/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 120/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: MAESTRO MADRUGA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 20 de Maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 121/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 121/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: GILMAR GOULART

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 20 de Maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 122/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 122/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: ZÉ CARLOS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 21 de Maio de 2013, às 19.00 hs, e dia 26 de maio de 2013, às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 123/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 123/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que

neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: BRUNO ANTUNES

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 21 de Maio de 2013, às 10.00 hs, dia 26 de maio de 2013, às 11.00 hs, e dia 01 de junho de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 124/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 123/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: CLYNTON

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 22 de Maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 700,00 (setecentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 125/2013-FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 125/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: GIANCARLO ORSOLETTA & PAULO ZAGO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 22 de Maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 126/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 126/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: HIGOR MUNIZ

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 25 de Maio de 2013, às 10.00 hs, e dia 30 de maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 127/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 127/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: OSCAR MASSITA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 25 de Maio de 2013, às 15.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 128/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 128/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: MUSICAL SERTAMIX

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 25 de Maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 130/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 130/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: YURI RICARDO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 29 de Maio de 2013, às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 131/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 131/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: LEO MORAIS & GRUPO GAUCHO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 29 de Maio de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 700,00 (setecentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 132/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 132/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: JONES ANDREI VIEIRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 29 de Maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 133/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 133/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: DANIEL RODRIGUES

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 30 de Maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 134/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 134/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: MUSICAL BANDANEIRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 31 de Maio de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 136/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 136/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: PATRIA SULINA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO,

dia 31 de Maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 137/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 137/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: IGUARIA CAMPEIRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 01 de junho de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 138/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 138/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: GRUPO DE CANTO E ALMA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 01 de junho de 2013, às 14.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 700,00 (setecentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 139/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 140/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: GRUPO LOCOMOTIVA CAMPEIRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 02 de junho de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão. 4.1 R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 140/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 140/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: GRUPO LOCOMOTIVA CAMPEIRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 02 de junho de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.200,00 (hum Mil e duzentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 141/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 141/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: PEDRO VALDERAS E GRUPO CHIMANGO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 30 de maio de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 142/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 142/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: PEDRO FREITAS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 28 de maio de 2013, às 20.30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 143/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 143/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: ACADEMIA MAGISTRAL

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 01 de junho de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.200,00 (hum Mil e duzentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 144/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 144/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: SP PROMOÇÕES E PROPAGANDA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.695.825/0001-03, com sede à Rua Emiliano Ramos, 496 - Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: contratação de Empresa Especializada em serviços de Campanhas Publicitárias de cunho Informativo, Institucional e Promocional referente à 25ª Festa Nacional do Pinhão 2013.

3. PRAZO: 17/04/2013 á 03/06/2013.

4.1 R\$ 474.443,84 (quatrocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 146/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 146/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: RAMALUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.962.222/0001-05, com sede à Av. Santa Catarina, 285 - Lages/SC - cep: 88.512-005.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: prestação de serviços de montagem, operação e manutenção de geradores e fornecimento de materiais para a 25ª festa nacional do pinhão, que se realizará de 24/05 a 02/06/2013, 3. PRAZO: 09/05/2013 á 03/06/2013.

4.1 R\$ 116.607,00 (cento e dezesseis mil e seiscentos e sete reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 147/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 147/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: RODRIGO BARRETO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 29 de maio de 2013, às 01.30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 148/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 148/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: TURMA DO BATMAN

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 02 de junho de 2013, às 15.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 149/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 149/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: TONHÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.487.564/0001-30, com sede à Rua Benjamin Constant, 593 - Lages/SC - cep: 88.504-130 - fone:32220479.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Contratação de empresa especializada em seguros de acidentes pessoais e coletivos para a 25ª festa nacional do pinhão em conformidade com o anexo I - termo de referência, parte do edital.

, 3. PRAZO: 23/05/2013 á 03/06/2013.

4.1 R\$ 19.008,70 (dezenove mil e oito reais e setenta centavos).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 150/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 150/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: TELEVISÃO LAGES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.012.013/0001-08, com sede à Rua Carlos Joffre do Amaral, 67 - Centro, na cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: A Contratação de Empresa Especializada para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com as atrações "PATATI PATATA" no dia 26 de Maio, às 15 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizar-se-á de 24 de maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

, 3. PRAZO: 13/05/2013 á 03/06/2013.

4.1 DO VALOR O percentual de 70% (setenta por cento) de toda a renda da bilheteria e vendas de ingressos antecipados referente ao dia 26/05/2013.

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 151/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 151/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: TELEVISÃO LAGES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.012.013/0001-08, com sede à Rua Carlos Joffre do Amaral, 67 - Centro, na cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: A Contratação de Empresa Especializada

para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com as atrações "CARROSEL" no dia 26 de Maio, às 15 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizar-se-á de 24 de maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

, 3. PRAZO: 13/05/2013 à 03/06/2013.

4.1 DO VALOR O percentual de 70% (setenta por cento) de toda a renda da bilheteria e vendas de ingressos antecipados referente ao dia 26/05/2013.

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 152/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 152/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: EXPRESSO RURAL

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 24 de maio de 2013, às 22:00hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 153/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 153/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: DAZARANHA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 31 de maio de 2013, às 00:30hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 154/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 154/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: JOÃO GABRIEL & VINICIUS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 22 de Maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 154/2013.a - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 154/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: IT'S OK

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 27 de maio de 2013, às 19:30hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 155/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 155/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: LUIZ FERNANDO & RODOLFO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 31 de Maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 156/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 156/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: PAULO SÁ

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 31 de Maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 157/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 157/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: MPCI METAL PROTECTOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.815.151/0001-96, com sede à Rod. BR 101, Km 255 - Paulo Lopes/SC - cep: 88.490-000.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: contratação de Empresa Especializada para Locação, instalação e manutenção de 05 (cinco) portais detectores de metais para uso durante o período de realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão 2013.

3 - PRAZO: 15/05/2013 À 03/06/2013

4.1 R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 158/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 158/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: MATIAS PRODUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.460.715/0001-40, com sede à Rua Guainases, 112, Valparaíso - Blumenau - SC - CEP : 89023-220.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Produção, Gravação e Impressão de 2.000 (dois mil) CD's da Sapecada da Canção Nativa para a 25ª Festa Nacional do Pinhão 2013.

3 - PRAZO; 15/05/2013 À 03/06/2013

4.1 R\$ 14.960,00 (quatorze mil e novecentos e sessenta reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 159/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 159/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: CONJUNTO OS TALENTOS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de maio de 2013, às 12.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 160/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 158/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: ROCORDEIRO CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.640.547/0001-75, com sede à Rua Jose Godinho, 525 - Lages, SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Confecção e Execução do Projeto Preventivo de Contra-Incendio de todas as edificações dentro do Parque de Exposições do Conta Dinheiro e das barracas provisórias, em conformidade com as especificações e solicitações do Corpo de Bombeiros do Município de Lages.

3 - PRAZO; 15/05/2013 À 03/06/2013

4.1 R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 161/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 161/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: ESTRELA DA SERRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de maio de 2013, às 13.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 162/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 162/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: GRUPO MUSICAL GUANABARA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 19 de maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 163/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 163/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: BETO AMORIN

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 20 de maio de 2013, às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais) .

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 164/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 164/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: BANDA CHAPEU DE PALHA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 20 de maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 500,00 (quinhentos reais) .

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 165/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 165/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: CORAÇÃO SERRANO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 20 de maio de 2013, às 19.00 hs, e dia 28 de maio de 2013 às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 28/2013 Pmlm

EDITAL DE PREGAO Nº 28/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, através da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 28 de junho de 2013 às 09h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Veterli, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para Aquisição de Produtos e Equipamentos para Prefeitura Municipal de Lauro Muller. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações e no site www.lauromuller.sc.gov.br, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de junho de 2013.
FABIO LEAL
Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 078/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 078/2013, de 17 de junho de 2013.

"Dispõe sobre a remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito ou aplicação de medidas administrativas e dá outras providências"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Os serviços de remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades,

consideram-se serviço público municipal, que pode ser explorado diretamente ou delegados, mediante concessão ou permissão.

Parágrafo único. A delegação a pessoas físicas ou jurídicas é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo e será sempre precedida de licitação pública na modalidade concorrência, na forma da Lei de Licitações e demais legislação aplicável.

Art. 2º. No caso da delegação dos serviços a terceiros, o explorador terá que cumprir os seguintes requisitos:

I – ter um local apropriado no perímetro urbano do Município de Lebon Régis, todo fechado, iluminado, com escritório e serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes de autoridades de trânsito, assim definidos na legislação de trânsito, quanto o público em geral, bem como zelar pela total segurança dos veículos do qual passa a ser depositário fiel;

II – o pátio descrito no item anterior deve ter no mínimo 1.000,00m2 (mil metros quadrados) e uma área coberta de no mínimo 150m2 (cento e cinquenta metros quadrados), para guarda e depósito de veículos;

III – receber todo e qualquer veículo assim classificado no art. 96 da Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro – CTB, quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes da Autoridade de Trânsito, exceto àqueles de tração animal;

IV- cobrar dos proprietários pela permanência do veículo no depósito, os valores máximos previstos no Anexo I desta Lei Complementar;

V- receber e liberar os veículos somente para seus proprietários e unicamente com autorização da Autoridade de Trânsito Municipal, ou por pessoa por esta designada, uma vez atendida às exigências da Legislação de Trânsito;

VI – assumir toda e qualquer responsabilidade advinda do serviço prestado

VII - possuir livro de registro diário, do qual devem constar, no mínimo:

identificação dos veículos recebidos;

nome, endereço e identidade do proprietário ou condutor;

data e horário do recebimento;

nome e identidade do Agente de Trânsito responsável pela medida administrativa;

data e saída do veículo;

identificação de quem retirou o veículo.

§1º. O livro de registro diário deverá ser numerado tipograficamente e deve conter ata de abertura assinada pelas autoridades de Trânsito conveniadas.

§2º- O explorador desta atividade sujeitar-se-á a vistoria semestral realizada pela Autoridade de Trânsito, ou por qualquer pessoa por ela designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§3º- O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador às sanções que podem variar de uma multa no valor de até 20 UFMaté a perda da concessão, através de rescisão unilateral do contrato por parte do Município e sem nenhuma espécie de indenização por parte do delegante, sem o prejuízo de outras medidas previstas nesta Lei.

§4º- A empresa que explorar este serviço deverá estar em dia com a Fazenda Municipal, sendo que o não cumprimento deste dispositivo acarretará na perda da concessão dos serviços.

Art. 3º. O concessionário ou permissionário, para a realização de remoção de veículos abrangidos por esta Lei, deverá:

I- prestar serviço de guincho mediante pedido ou requisição dos agentes ou autoridades de trânsito, durante 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, removendo os veículos para o pátio ou local determinado pelos agentes ou autoridades de trânsito;

II- comprovar dispor de no mínimo 01 (um) veículo, com capacidade para remoção de qualquer veículo independente de ano de fabricação, provido de todos os equipamentos obrigatórios de segurança, exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, bem como de sinalizador móvel e fixo que possibilite a prestação de serviço com plena segurança, principalmente no período noturno;

III- manter o veículo guincho atualizado quanto aos procedimentos e formas de guinchamento corretos, de acordo com a legislação pertinente;

IV- assumir toda e qualquer responsabilidade advinda do serviço prestado;

V- apresentar condutor com colete refletivo, durante a prestação do serviço;

VI- atender as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciária e outras que lhe sejam correlatas, entregando cópias dos comprovantes ao delegante quando solicitadas;

VII- apresentar o veículo para vistoria técnica pelo DETRAN na forma e prazos previstos na legislação, comprometendo-se a sanar as irregularidades no prazo que lhe for estipulado;

VIII- zelar pela manutenção da continuidade do serviço de guincho;

IX- responder pelos seus atos, sujeitando-se as normas e penalidades do Código de Trânsito Brasileiro;

X- submeter-se à fiscalização das autoridades e agentes de trânsito competentes;

XI- substituir imediatamente o veículo guincho quando este apresentar problemas mecânicos ou estiver em reparos;

XII – emitir, para cada veículo removido, Guia de Remoção de Veículo - GRV, que espelhará a condição do veículo no ato do guinchamento.

Parágrafo único. A GRV deverá ser preenchida para cada veículo removido, no ato da remoção, em 03 (três) vias e dela deverão constar os seguintes dados:

I - numeração sequencial em todas as vias, impressa graficamente;

II - data, hora e local do guinchamento;

III - caracterização do veículo;

IV - inventários, avarias e outros dados relevantes pertinentes ao veículo.

Art. 4º Nenhum veículo poderá ser removido pelo concessionário ou permissionário se o condutor ou o proprietário, devidamente habilitado e presente, dispuser-se a fazer por si mesmo a remoção do veículo, desde que este forneça condições de segurança e atenda aos requisitos da lei, conforme constatação da autoridade policial.

Parágrafo único. Depois de analisada a situação e, na necessidade de remoção ou apreensão do veículo, uma vez acionado o serviço de guincho, o proprietário ou condutor tornando-se presente, deverá, mesmo assim, quitar as tarifas atinentes ao serviço do guincho.

Art. 5º. Como remuneração pelos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos, serão cobrados dos proprietários, pelo Município ou explorador, as tarifas previstas no Anexo I da presente lei, que serão reajustadas anualmente quando do reajuste da UFM (unidade fiscal municipal);

§1º O valor relativo aos serviços prestados, no caso de concessão deste serviço público, será pago pelo proprietário diretamente ao concessionário, na forma por este estabelecida, devendo ser indicado expressamente no documento de pagamento o respectivo valor, dados do veículo removido, dia, hora, local e quilometragem, bem como ser acompanhando da nota fiscal de prestação de serviços.

§2º Sobre cada serviço prestado o concessionário/permissionário deverá pagar ao Município o valor mínimo de 8% (oito por cento), a ser depositado em conta da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, indicada no ato de assinatura do contrato.

§3º Em caso de veículos envolvidos em delito, que não cometido pelo proprietário, não haverá cobrança de tarifas.

§4º As viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil e veículos do Município deverão ser atendidas sem quaisquer despesas com relação aos serviços de que trata a presente Lei.

§5º A restituição dos veículos apreendidos só ocorrerá mediante prévio pagamento dos valores gastos com as despesas de remoção e estadia, além de outros encargos previstos na legislação específica.

Art. 6º. Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, não reclamados ou não liberados pela falta de pagamento de que trata o artigo anterior, no prazo de 90 (noventa) dias serão levados à hasta pública, pelo órgão competente, deduzindo-se do valor arrecadado o montante da dívida relativa à multas, tributos e encargos legais, inclusive despesas de remoção e estadia, e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma da Lei.

Art.7º. A condenação do cessionário/ permissionário em ação cível, por danos causados a veículo removido, será considerada justa causa para a revogação da delegação e a suspensão do direito do cessionário/ permissionário para participar de qualquer licitação para o mesmo serviço pelo prazo de dois anos.

Art. 8º. Em nenhuma hipótese é permitido ao permissionário provocar qualquer dano no veículo para permitir ou facilitar a sua remoção, a não ser em caso de necessidade e para prestar socorro ao ocupante do veículo.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis - SC, 17 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

VALORES DAS TARIFAS EM UFM (Unidade Fiscal Municipal)

VEÍCULO	SERVIÇO DE REMOÇÃO	ADICIONAL EXCEDENTE A 5 KM DA ÁREA URBANA – POR KM RODADO	SERVIÇO DE GUARDA E DEPÓSITO	DIÁRIA NO PÁTIO
Motocicleta	0,8 UFM	0,024 UFM	0,2 UFM	0,09 UFM
Automóveis de passeio e camionetes	1,05 UFM	0,036 UFM	0,3 UFM	0,12 UFM
Utilitários	1,3 UFM	0,043 UFM	0,45 UFM	0,19 UFM
Minivan	1,4 UFM	0,048 UFM	0,6 UFM	0,23 UFM
Ônibus e caminhão	2,2 UFM	0,08 UFM	0,8 UFM	0,4 UFM

Decreto Nº 048/2013

DECRETO Nº. 048/2013, de 18 de junho de 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 18.238,01 (dezoito mil duzentos e trinta e oito reais e um centavo), na seguinte dotação

orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	0011	2055	3390	00.01.0022	18.238,01

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

Iduso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0022	18.238,01

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 051/2013

DECRETO Nº 051/2013 - de 18 de junho 2013

"Dispõe sobre a criação do Centro de Educação Infantil Professor Walmor Carlin do Prado".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica criado o Centro de Educação Infantil Professor Walmor Carlin do Prado, cujas atividades externas iniciarão em 22 de outubro de 2012.

Parágrafo único. O horário e outras questões relacionadas ao funcionamento do estabelecimento descrito no caput são aqueles previstos em regramento próprio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto nº 102/2013.

Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 288/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0288/2013 de 17 de Junho de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, LEONIR TEREZINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 27/04/2014.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 17 de junho de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Portaria Nº 416/2013

PORTARIA Nº 416 DE 17 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR SEBASTIÃO MACIEL ROSA, para exercer o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de junho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 417/2013

PORTARIA Nº 417 DE 17 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MARIA LUIZA PEREIRA DA SILVA, para exercer o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 12 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 12/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de junho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 418/2013

PORTARIA Nº 418 DE 17 DE JUNHO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO MAIARA ALBUQUERQUE ALVES DE SOUZA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de junho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Processo 10/2013 - Dispensa de Licitação 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS/SC
PROCESSO 10/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2013

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 016/2013, no uso de suas atribuições legais faz publicar a DISPENSA de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, cujo objeto é a prestação de serviço técnico profissional, especificamente para contratação de profissional fonoaudiólogo, considerando a necessidade de formar e dar suporte técnico ao Sistema Único de Saúde Municipal, no valor de R\$ 15,00 a hora trabalhada.

Lebon Régis, 18 de Junho de 2013.
ADAIR DA SILVA MATTOS
Presidente.

Extrato 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 48/2012

Extrato Termo Aditivo
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 48/2012.
Processo Licitatório nº 10/2012 - Tomada de Preços nº 01/2012
Contratante: FUNDO DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC
Contratado: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

Objeto: O presente termo aditivo de contrato n.48/2012, tem por finalidade aumentar o valor contratual em R\$ 7.006,50 (sete mil e seis reais e cinquenta centavos) e prorrogar o prazo de vigência do contrato para até 05 de Julho de 2013.

Amparo legal: inciso I, alínea "b", da Lei 8666/93

Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições

do contrato ora aditados.

Lebon Régis, 18 de Junho de 2013.
Departamento de Licitações.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 045/2013 Pregão Presencial Nº 037/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa ou entidade para prestação de serviços de arbitragem dos jogos do 18º Campeonato Municipal de Futebol de Campo, a ser realizado no Município de Leoberto Leal, conforme especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 037/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 01 de julho de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 17/06/2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial 41/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de trajes prontos, bem como tecidos e aviamentos para costura, destinados a confecção de trajes para alunos das oficinas de dança e capoeira, do Município de Lindóia do Sul, as 08:30 horas do dia 01 de julho de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas será até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de junho de 2013.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1636

DECRETO Nº 1636 de 14 de junho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.076 de 05/12/12,
DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade Orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 150.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-34

Valor: R\$ 150.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Lei 931/2013

LEI Nº 931 DE 28 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A Rua nº 138, medindo 180 metros de extensão, localizada no Bairro São Cristóvão, Município de Maracajá passa a denominar-se Rua "PEDRO JOSÉ ROCHA."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, em 28 de Maio de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 28 de Maio de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 932/2013

LEI Nº 932 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

PROÍBE O INGRESSO OU A PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE, GORRO OU QUALQUER TIPO DE COBERTURA QUE OCULTE A FACE, DIFICULTANDO A IDENTIFICAÇÃO OU O RECONHECIMENTO, NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS OU PRESTADORES DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município de Maracajá que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica proibido o ingresso ou a permanência de pessoas utilizando capacete, gorro ou qualquer tipo de equipamento ou vestimenta similar que oculte a face, dificultando a identificação, ou o reconhecimento, nos estabelecimentos e repartições públicas, nos estabelecimentos comerciais, industriais, ou prestadores de serviços no município.

Parágrafo Único - Nos postos de combustíveis, os condutores de ciclomotores ou qualquer outro meio de transporte que albergue a obrigatoriedade do uso de capacete ou similar, só serão atendidos após a prévia retirada do mesmo.

Art. 2º Se houver resistência do usuário em não proceder à retirada do capacete ou similar nos locais especificados nesta Lei, implicará na desobrigação do seu atendimento, podendo o responsável pelo setor ou estabelecimento, por medida de segurança, acionar a autoridade policial competente, que deverá deslocar-se imediatamente até o local e exigir identificação pessoal do recusante, de forma coercitiva se necessário.

Art. 3º Os estabelecimentos e repartições de que trata esta lei deverão exibir em seus locais de entrada, de modo destacado, as exigências aqui previstas, alusivas à proibição.

Parágrafo Único - As respectivas informações deverão estar em placa de 40 (quarenta) por 50 (cinquenta) centímetros, com letras em dimensões adequadas para fácil visualização, contendo os seguintes dizeres: "Proibido o uso de capacete, gorro ou similar neste local.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 12 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 12 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 28/2013

DECRETO Nº 28 DE 10 DE JUNHO DE 2013.

CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria Federal nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a realizar-se nos dias 10 de julho, no Centro de Convivência da Terceira Idade, situado a Av. Nossa Senhora da Conceição nº 1055- Centro de Maracajá, sob a coordenação do Departamento de Educação e Cultura.

Art. 2º A II Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema: "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada.

Art. 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

EIXO I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

Sub-Eixo 1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

Sub-Eixo 2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

Sub-Eixo 3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

Sub-Eixo 4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

Eixo II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

Sub-Eixo 1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

Sub-Eixo 2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

Sub-Eixo 3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

Sub-Eixo 4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

EIXO III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

Sub-Eixo 1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

Sub-Eixo 2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

Sub-Eixo 3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

Sub-Eixo 4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

EIXO IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Sub-Eixo 1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

Sub-Eixo 2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

Sub-Eixo 3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

Sub-Eixo 4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 3º A II Conferência Municipal de Cultura será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor do Departamento de Educação e Cultura.

Art. 4º A Prefeitura Municipal de Maracajá expedirá o regulamento da II Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da II Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da II Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Maracajá.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 10 de Junho de 2013.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 10 de Junho de 2013.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

Regimento Interno da II Conferência Municipal de Cultura de Maracajá - SC

Capítulo I

Da promoção, sede e data.

Art. 1º - A II Conferência Municipal de Cultura, promovida pela Prefeitura Municipal de Maracajá-SC, por meio do Departamento de Educação e Cultura, com a participação ampla da sociedade civil e poderes constituídos, acontecerá nas instalações do Centro de Convivência da 3ª Idade, localizado na Av. Nossa Senhora da Conceição nº 1055, Centro, no dia 10 de julho de 2013 às 13h30min.

Capítulo II

Dos objetivos e do temário.

Art. 2º - A II Conferência Municipal de Cultura, terá os seguintes objetivos:

I - Propor estratégias de aprimoramento da articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que dinamizem os sistemas de participação e controle social

na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, envolvendo os respectivos componentes;

II - Avaliar a execução das Metas do Plano Nacional de Cultura a partir do monitoramento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

III - Debater experiências de elaboração, implementação e monitoramento do Sistema Municipal de Cultura e socializar metodologias e conhecimentos;

IV - Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

V - Propor estratégias para o reconhecimento e o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

VI - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizando o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

VII - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar o acesso dos brasileiros à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

VIII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes em prol da Cultura;

IX - Contribuir para a integração das políticas públicas que apresentam interface com a cultura; e

X - Avaliar os resultados obtidos a partir da 2ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 3º - Constituirá o tema geral da II Conferência Municipal de Cultura: "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura brasileira.

§ 1º - O tema tem como referência central a Emenda Constitucional nº 71, promulgada pelo Congresso Nacional em 29 de novembro de 2012, que acrescentou o Art. 216-A à Constituição Federal: "Art. 216-A O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º - O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º - Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas

respectivas esferas da federação:

I - órgãos gestores da cultura;

II - conselhos de política cultural;

III - conferências de cultura;

IV - comissões intergestores;

V - planos de cultura;

VI - sistemas de financiamento à cultura;

VII - sistemas de informações e indicadores culturais;

VIII - programas de formação na área da cultura; e IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º - Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias".

§ 2º - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as políticas de cultura e suas diretrizes em todos os âmbitos da federação de maneira transversal, de forma a orientar as discussões em todas as etapas.

§ 3º - O temário será subsidiado por textos-base, elaborados a partir de eixos e sub-eixos temáticos, que serão consolidados após avaliação, formulação e proposições previamente apresentadas nas etapas que antecedem a etapa nacional, de acordo com o art. 5º deste Regimento.

Art. 4º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Capítulo III

Da Organização e Funcionamento

Art. 5º - Serão membros da Conferência Municipal de Cultura o público em geral e pessoas inscritas como candidatas a delegados(as).

§1º - A participação na Conferência é facultada a qualquer pessoa interessada em debater questões relativas à política municipal de cultura e ao cotidiano cultural do município, de acordo com a metodologia proposta pela coordenação geral ou executiva da Conferência.

§2º - Ao público em geral será permitido o acesso à solenidade de abertura, às palestras, aos painéis, atividades artístico - culturais, bem como os grupos de discussão;

§3º - Terão acesso aos grupos de trabalho e plenária geral, para apreciação coletiva das propostas apresentadas, os delegados indicados por suas entidades com direito a voz e ao voto.

Art. 6º - O credenciamento dar-se-á das 13h as 13h30min. do dia 10 de junho de 2013.

Parágrafo Único - Aos técnicos do município será permitida a participação na Conferência com direito apenas à voz.

Art. 7º - A Conferência Municipal de Cultura terá a seguinte organização:

- Credenciamento
- Sessão solene de abertura;
- Apresentações culturais;
- Plenária de aprovação do regimento Interno;
- Palestrantes (apresentação dos eixos e sub-eixos);
- Grupos de trabalho;
- Escolha de Membros;
- Almoço;
- Plenária por grupo de trabalho para apreciação coletiva das proposições;
- Plenária geral para apreciação coletiva das proposições;
- Eleição dos delegados(as);
- Sessão de encerramento.

Art. 8º - As apreciação das proposições ocorrerão durante a plenária geral da Conferência;

§ 1º - As propostas que sofreram destaques nas plenárias terão assegurado o direito a uma intervenção a favor e uma contrária com duração de 3 minutos;

§ 2º - Serão acatados os recursos encaminhados à mesa, por escrito, e aprovado pela plenária.

Art. 9º - Os grupos de trabalho têm por finalidade a discussão de propostas específicas e a tomada de decisões de acordo com os objetivos específicos descritos no artigo 4º deste regimento;

Art. 10 - Na plenária geral, serão aprovadas as propostas que

obtiverem maioria simples (50% + 1) dos participantes presentes.

Art. 11 - As deliberações da II Conferência Municipal de Cultura de Maracajá têm caráter prepositiva, contribuindo para o aprimoramento das diretrizes da política cultural e do cotidiano cultural, que serão sistematizadas pela equipe do Departamento de Educação e Cultura e incorporadas às políticas públicas de cultura;

Art.12 - Para que a Conferência Municipal seja válida para a etapa estadual e perante a 3º Conferência Nacional de Cultura será necessária a comprovação de quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) participantes, com representação da sociedade civil e da área governamental.

Art. 13 - A Comissão Organizadora Municipal deverá enviar à Comissão Organizadora Estadual o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa estadual, com caráter prepositivo para Conferência Estadual e Nacional, obedecendo ao prazo e critérios estabelecidos neste Regimento.

Art. 14 - A plenária da Conferência Municipal de Cultura de Maracajá será composta pelos participantes devidamente inscritos.

§ 3º - Da Escolha dos Delegados para as etapas posteriores:

I. De 25 a 500 participantes, até 5% serão eleitos Delegados para a Conferência Estadual de Cultura;

II. Acima de 500 participantes, serão eleitos até 25 Delegados para a Conferência Estadual de Cultura.

Capítulo IV

Da coordenação executiva ou organizadora.

Art. 15 - A II Conferência Municipal de Cultura de Maracajá será administrada por uma comissão organizadora indicada por ato do poder executivo municipal, composta de quatro membros, sendo: dois membros do poder executivo municipal e dois membros da sociedade civil.

Capítulo V

Das disposições gerais e transitórias.

Art. 16 - Será considerado descredenciado o inscrito que passar seu crachá para terceiros.

Art. 17 - A apresentação de moções só será aceita por escrito e submetida à aprovação da plenária.

Art. 18 - A II Conferência Municipal de Cultura de Maracajá será avaliada pelos seus delegados em instrumento apropriado na ocasião de sua realização até 5 (cinco) dias após a II Conferência Municipal de Cultura, através de ofício relatando as suas conclusões sobre o evento.

Art. 19 - Os casos omissos, não previstos neste regimento, serão resolvidos pela Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura de Maracajá.

Art. 20 - O encerramento da II Conferência Municipal de Cultura de Maracajá realizada pela Comissão Organizadora.

Art. 21 - Todo o processo da II Conferência Municipal de Cultura obedecerá as regras anunciadas na Portaria 33, de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2013, Seção I, pg 07, 08, 09 e 10.

Município de Maracajá/SC, 10 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal de Maracajá

Decreto 29/2013

DECRETO Nº 29 DE 10 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. artigo 73, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Maracajá e com o Art. 15 do Regimento Interno da II Conferência Municipal de Cultura;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura do município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, como segue:

Denner Lucas Casagrande - Diretor Municipal de Educação e Cultura (Poder Executivo Municipal)
Odécia Almeida de Souza - Professora (Poder Executivo Municipal)
Deoclésio Antônio Felisberto - Artesão (Sociedade Civil)
Dilnei de Pelegrini - Empresário (Sociedade Civil)

Art. 2º A Comissão Organizadora ora constituída baixará instruções especiais sobre a II Conferência Municipal de Cultura, respeitando o Regimento Interno e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º Compete a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura, realizar reuniões, lavrar atas de todos os trabalhos da comissão, coordenar as inscrições, acompanhar os trabalhos da conferência e elaborar relatórios em conjunto com todos os membros da comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá (SC), 10 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração, em 10 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 30/2013

DECRETO Nº 30 DE 10 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, usando das competências que lhe conferem as Leis nº 378 de 13 de setembro de 1995 e nº 489 de 08 de agosto de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros efetivos e suplentes do Conselho de Alimentação Escolar, da seguinte forma:

I - Um Representante do Poder Executivo:

- Eliete Freitas Vieira
- Vera Lúcia Silveira Cândido (suplente)

II - Um Representante do Poder Legislativo:

- Maria Aparecida Freitas de Souza
- Roldinei Dassoler da Silva (suplente)

III - Dois Representantes dos Professores:

- Carla Viviani Daros Scarduelli
- Elizete Leandro (suplente)
- Cinara Minato
- Luzia Estela de Oliveira Pedroso (suplente)

IV - Dois Representantes de Pais e Alunos:

- Sandra de Bem Capela
- Solange da Rosa de Almeida (suplente)
- Elaine Mazuco
- Tatiane Maria Pereira Motta (suplente)

V - Um Representante da Sociedade Civil - APAE de Maracajá/SC:

- Dilnei de Pelegrini
- Josiane Eugênio Pereira (suplente)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 10 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 10 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 31/2013

DECRETO Nº 31 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE MARACAJÁ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 910 de 27 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Cultura de Maracajá, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Fundação Cultural de Maracajá, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura- SMC, nos termos da Lei Municipal Nº. 910 de 27 de novembro de 2012, como seguem:

PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (2 representantes):

Geraldo Leandro - Dilnei Fausto Borges

Secretaria Municipal de Administração (2 representantes):

Diomar de Souza Machado Junior - Valmir Carradore

Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes (3 representantes):

Denner Lucas Casagrande, Odécia Almeida de Souza, Andréia Eli Machado,

Departamento Municipal de Assistência e Bem Estar Social (2 representantes):

Eliete Freitas Vieira e Ivonete de Oliveira Capela

Escolas Estaduais do Município (2 representantes):

Dirlene Pedroso e Simone Laurentino Costa

Escolas Municipais (4 representantes):

Rosinéia Aparecida Gonçalves, Maria Helena dos Santos de Me-
deiros

Maria Sonia Cesário de Lima, Danúbia de Oliveira Araujo

SOCIEDADE CIVIL

Representantes da área de Artes Visuais e Artes Cênicas do mu-
nicípio:

Kelle Cristina Mota, Terezinha Silva, Edson Natal Matheus e Ana
Maria Goobo Darolt

Artesãos do município (2 representantes):

Deoclésio A. Felisberto - Fátima Odilon Costa

Músicos do município (2 representantes):

Claudenor Otávio Farias - Erminio de Souza

Área de Dança do município (2 representantes):

Israel Boaventura - Maria Juliane Peruchi Monteiro

Área de Literatura do município (2 representantes):

Cristiano Florêncio - Telmo Lemos - Lúcio Vanio Moraes

Área de Indústria e Comércio do município (2 representantes):

Dilnei de Pelegrini - Jailson Monteiro

Art. 2º. Os representantes da Sociedade Civil Foram eleitos na
Conferência Municipal de Cultura realizada no dia 15 de setembro
de 2011.

Parágrafo Único - Os membros acima mencionados não farão jus à
remuneração e seus serviços prestados serão considerados como
relevantes a população maracajaense.

Art. 3º. Os membros indicados pela Administração Municipal re-
presentam áreas governamentais e serão substituídos em caso de
destituição de cargo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 12 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria
de Administração em 12 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 32/2013

DECRETO Nº 32 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICI-
PAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da
competência que lhe conferem a Lei 734 de 11 de dezembro de
2007;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Gestor do Fun-
do Municipal de Habitação e Interesse Social, constituído pelos
membros efetivos e suplentes, assim distribuídos.

I - Representante do Departamento de Assistência e Bem-Estar
Social:

Efetivo - Ivonete de Oliveira Capela;
Suplente - Suelen Calegari Monteiro.

II - Representante do Departamento de Municipal de Saúde:

Efetivo - Vilmar Leandro;

Suplente - Rosilane Dassoler da Silva.

III - Representante do Departamento de Obras, Habitação e Ser-
viços Urbanos:

Efetivo - Vanderlei Martins;

Suplente - Evânio Macalossi.

IV - Representante da Secretaria de Administração:

Efetivo - Valmir Carradore;

Suplente - Diomar de Souza Machado Júnior.

V - Representante da Associação de Assistência Social de Maracajá
- AMBES:

Efetivo - Maria Goreti Venâncio Nolla;

Suplente - Olenir Costa Henrique.

VI - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ma-
racajá:

Efetivo - Ivete Maria Fernandes;

Suplente - José Carlos Ciquella.

VII - Representante da Associação dos Moradores:

Efetivo - Alexsander Evangelista Pucher;

Suplente - Nilda Rizzi.

VIII - Representante do Grupo de Idosos Adilton de Medeiros:

Efetivo - Aurora Scarduelli Nolla;

Suplente - Elza Nolla Delluca.

IX - Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-
nais de Maracajá - APAE:

Efetivo - Dilnei Pelegrini;

Suplente - Antenor Rocha .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 12 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto Municipal, na Secreta-
ria de Administração, em 12 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 33/2013

DECRETO Nº 33 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICI-
PAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de
suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º da Lei nº
408 de 26/03/97 e Art. 73, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, sem ônus para o Município de Maracajá, o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, constituído pelos membros efetivos e suplentes, assim distribuídos:

- Departamento Municipal de Educação e Cultura:
 - Efetivo: Maria Helena Medeiros dos Santos
 - Suplente: Andréia Machado
- Secretaria Municipal de Administração:
 - Efetivo: Valmir Carradore
 - Suplente: Rosane Savi Costa
- Clube de Mães:
 - Efetivo: Valda Maria Darós Minatto
 - Suplente: Aurora Scarduelli Minatto
- Departamento Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:
 - Efetivo: Suelen Calegari Monteiro Zandonadi
 - Suplente: Ivonete de Oliveira Capela
- Representante da AMBES:
 - Efetivo: Maria Goreti Venâncio Nolla
 - Suplente: Olenir Costa Henrique
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
 - Efetivo: Ivete Maria Fernandes
 - Suplente: José Carlos Ciquella

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 12 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 12 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Decreto 34/2013

DECRETO Nº 34 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 003/2013.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 003/2013, ficando assim composta:

Presidente: Diomar de Souza Machado Júnior - Matrícula 1182;
Secretária: Janaina Ramos - Matrícula 0699;
Membro: Marcelo Martinelli - Matrícula 0661;
Membro: Renan Machado Fregúlia - Matrícula 1244.

Art. 2º A Comissão Especial ora constituída baixará instruções especiais sobre o processo seletivo, respeitando o Edital de Processo Seletivo e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º A Comissão Especial elaborará o Edital de Processo Seletivo, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal.

Art. 4º Para a execução do Processo Seletivo nº 003/2013 será contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação, fiscalização e correção das provas, de acordo com a Lei Federal 8.666, cabendo a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 003/2013 a fiscalização, acompanhamento, aprovação e a deliberação sobre todos os casos omissos.

Art. 5º Compete a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 003/2013, realizar reuniões, lavrar atas de todos os trabalhos da comissão, coordenar as inscrições, acompanhar os trabalhos da empresa contratada conforme o artigo 4º deste decreto e elaborar relatórios em conjunto com todos os membros da comissão.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá /SC, 12 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Secretaria de Administração, em 12 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Decreto 35/2013

DECRETO Nº 35 DE 14 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2014
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2014
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	

3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Setembro de 2014
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Setembro de 2014
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Setembro de 2014
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Setembro de 2014
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2014
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2014
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 14 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Edital 03/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

PROCESSO SELETIVO Nº 03/2013

Edital nº. 003/2013 – Abertura

Preâmbulo

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nos termos do Decreto Municipal nº. 34, de 12 de Junho de 2013, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Administração, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 c/c Lei Municipal nº. 914, de 13 de Dezembro de 2012 e alterações supervenientes, na forma deste Edital:

DO PROCESSO SELETIVO

O presente Processo Seletivo Simplificado tem a finalidade classificatória de pessoal, para atuação na Secretaria Municipal de Administração, nas áreas que menciona, e será realizado pela empresa PERFORMANCE, registrada sob o CNPJ nº 15.076.745/0001-01, que estará sob a responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, designada pelo Decreto Municipal nº. 34, de 12 de Junho de 2013.

DAS VAGAS, FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA, ESCOLARIDADE E REMUNERAÇÃO

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam os requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente superveniente, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

2.1 Secretaria de Administração:

Cargo	Escolaridade	Carga Horária	Remuneração (R\$)	Tipo de Prova
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	40h semanais	742,86	Escrita

2.2 Secretaria de Administração / Departamento de Educação:

Cargo	Escolaridade	Carga Horária	Remuneração (R\$)	Tipo de Prova
Monitor de Ônibus	Ensino Fundamental	40h semanais	742,86	Escrita

DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas na Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, número 530, Centro, Maracajá/SC, das 13h às 17:30h, entre os dias 20 à 28 de Junho de 2013, nos dias úteis municipais;

3.2. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar cópias dos documentos abaixo especificados, juntamente das originais, sendo:

RG e CPF ou CNH;
Diploma de Escolaridade e registro no Órgão fiscalizador, quando for o caso;
Comprovante de residência;
Título Eleitoral
Comprovante de quitação eleitoral (comprovante de votação ou Negativa da Justiça Eleitoral);
Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
Comprovante de Recolhimento da taxa de Inscrição;

3.3. A inscrição será confirmada após o recolhimento de Taxa de Inscrição, efetuada mediante pagamento de guia, emitida pelo Setor Tributário, e paga, impreterivelmente, junto as Agências do Banco do Brasil, Sicoob ou Casas Lotéricas, em horário bancário de atendimento ao público ou Internet Banking até a data de 28 de Junho de 2013.

3.4. O valor da Taxa de Inscrição será estabelecido segundo o nível de escolaridade dos cargos, a saber:

Escolaridade	Valor (R\$)
Ensino Fundamental	20,00

DA PROVA ESCRITA

4.1. A Prova Escrita acontecerá no dia 13 de Julho (Sábado) com início às 9h e término às 11h, na Escola de Educação Básica Municipal 12 de Maio, localizada a Av. Nossa Senhora da Conceição, Centro de Maracajá/SC.

4.1.1. Orienta-se os candidatos que estejam presentes no local de prova com antecedência mínima de 30 minutos. Após o horário previsto para início da prova não será permitida a entrada de nenhum candidato na sala, sendo que, neste caso, o mesmo estará automaticamente excluído do Processo.

4.2. A prova será escrita, com 20 (vinte) questões objetivas, com a seguinte composição:

- 05 (cinco) questões de conhecimentos do município;
- 05 (cinco) questões de língua portuguesa;
- 10 (dez) questões de conhecimentos gerais e atualidades.

4.3. A prova escrita terá peso máximo de 10,0 (dez), sendo que cada questão possuirá peso de 0,5 (zero vírgula cinco).

4.4. O candidato que não comparecer à prova escrita, será automaticamente excluído do processo seletivo, sendo vedada a devolução da taxa de inscrição adimplida pelo candidato.

4.5. O Conteúdo Programático das provas escritas, a todos os cargos, consta no Anexo II deste Edital.

DA NOTA FINAL

5.1. A Nota Final do candidato será a soma aritmética da Prova Escrita.

DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

6.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas munido de caneta esferográfica azul ou preta, comprovante de inscrição e do pagamento da taxa e documento pessoal de identificação, oficial, com foto.

6.2. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, utilização de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a livros, a legislação comentada ou anotada, a súmulas, ou a livros doutrinários, uso de celulares, ou qualquer outro aparelho eletrônico que permita a comunicação do candidato.

6.3. Ao terminar a prova escrita o candidato entregará ao Fiscal da

sala a prova e o Cartão Resposta devidamente assinado, podendo levar consigo apenas o Gabarito do Candidato.

6.4. O não comparecimento do candidato no local da prova escrita até o horário estipulado implicará na eliminação do candidato.

DO DESEMPATE

Nos termos da legislação vigente pertinente, utilizar-se-á como critério de desempate a maior idade dos candidatos. Persistindo o empate, utilizar-se-á o procedimento de Sorteio Público.

DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos recursos nas seguintes etapas deste Processo:

- Recurso contra as inscrições;
- Recurso contra o gabarito preliminar, e;
- Recurso contra a classificação preliminar.

8.2. O prazo para os recursos será os constantes no Cronograma deste Processo, Anexo I deste Edital.

DA HOMOLOGAÇÃO

A Homologação do resultado do presente Processo Seletivo Simplificado dar-se-á na data estabelecida no Cronograma deste Processo, Anexo I deste Edital, com divulgação no Mural Público da Prefeitura Municipal, no Departamento de Educação, no Site do Município (www.maracaja.sc.gov.br) e no diário oficial do município de Maracajá/SC.

DA CONTRATAÇÃO

10.1. Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo Simplificado poderão ser contratados a partir de 19 de Julho de 2013, a qualquer tempo, conforme a necessidade da Administração Municipal, sempre obedecida à ordem classificatório final deste processo seletivo.

10.2. São requisitos para ingresso no cargo:

- Ter sido aprovado neste Processo Seletivo;
- Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- Ter 18 (dezoito) anos completos até a data que for chamado/convocado;
- Gozar dos direitos civis e políticos;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante da última votação ou justificativa);
- Estar em dia com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino;
- Ter aptidão física e mental para o exercício das funções, comprovada por Atestado da Junta Médica Municipal;

10.3. Ainda, para contratação, o candidato deverá apresentar fotocópia e originais dos seguintes documentos:

- RG;
- CPF;
- 02 (duas) fotos 3x4;
- Certidão de Reservista, para candidatos do sexo masculino;
- Certificado ou Histórico de conclusão, compatível com o cargo escolhido;
- Habilitação exigida para cada cargo, constante neste edital;
- Certidão de Nascimento dos dependentes, caso tenha;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- Declaração de que não exerce ou não acumula ilicitamente cargos, emprego ou função pública;
- Declaração de bens e renda;

DO REGIME EMPREGATÍCIO

Os habilitados e classificados no Processo Seletivo serão nomeados sob o regime Estatutário sob as regras do Direito Administrativo e o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por prazo de acordo com a necessidade do serviço público, podendo ser dispensado a qualquer momento de acordo com a necessidade da

administração pública.

DA VALIDADE DO PROCESSO

O presente Processo Seletivo Simplificado possui validade até 31 de dezembro de 2013.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, expediente do qual não poderá alegar desconhecimento.

14.2. Na hipótese do candidato haver prestado qualquer informação ou declaração falsa ou inexata, este não ficará imune às sanções civis e criminais vigentes pertinentes.

14.3. Todas as convocações, avisos e resultados relativos ao presente Processo serão divulgados na página oficial do Município na internet (www.maracaja.sc.gov.br) e no Mural Público Municipal da Prefeitura Municipal de Maracajá/SC.

14.4. Os casos omissos ao presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado e pela Procuradoria Jurídica Municipal.

14.5. Constitui parte integrante deste Edital, na forma de Anexo:

- Anexo I: Cronograma do Processo;
- Anexo II: Conteúdo Programático;
- Anexo III: Ficha de Inscrição;

DO FORO JUDICIAL

O Foro para dirimir qualquer questão relacionada ao presente Edital e a este Processo Seletivo Simplificado será o da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Maracajá/SC, 12 de Junho de 2013.

DIOMAR DE SOUZA MACHADO JÚNIOR

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Homologo o presente Edital de Processo Seletivo. Maracajá/SC, 12 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cronograma do Processo Seletivo

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	12/06/2013
Período de Inscrições (em dias úteis)	20 à 28/06/2013
Último dia de pagamento da taxa de inscrição	28/06/2013
Divulgação preliminar dos inscritos e local de realização das Provas	01/07/2013
Apresentação dos Recursos contra as inscrições	02 e 03/07/2013
Análise dos Recursos e Homologação das Inscrições	04 e 05/07/2013
Resultado dos Recursos e Homologação das inscrições	08/07/2013
Realização das Provas Escritas	13/07/2013
Divulgação do Gabarito preliminar e Resultado preliminar	13/07/2013
Apresentação dos Recursos contra o Gabarito e classificação preliminar	16/07/2013
Homologação do Processo Seletivo	18/07/2013

ANEXO II

Conteúdo Programático

Conhecimentos Gerais
(para todos os Cargos)

Língua Portuguesa:

- Ortografia, Linguagem Formal, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais.

Atualidades e conhecimentos gerais:

- Aspectos atuais a nível mundial, nacional, estadual, regional e local.

Conhecimentos do Município:

- Aspectos históricos e Culturais do município de Maracajá.

ANEXO III
Formulário de Inscrição
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003/2013				Nº da Inscrição:	
Cargo:					
Nome do (a) Candidato(a):					
Identidade:		Data de Nascimento:		Sexo: M() F()	
CPF:			Título Eleitoral:		
Estado Civil:			E-mail:		
Endereço:				Bairro:	
Município:		Estado:		Fone: ()	
				Celular: ()	
<i>Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo nº03/2013. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade da cópia dos documentos apresentados.</i>					
Local e Data:			Assinatura do Candidato:		

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 003/2013				Nº da Inscrição:	
Cargo:					
Nome do (a) Candidato(a):					
<i>Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta e chegar com 30 minutos com antecedência, no dia da realização da prova.</i>					
Local e Data:				Assinatura do Responsável:	

Via Candidato

Massaranduba

PREFEITURA

Lic. 49.2013 PP 22.2013 - Horas de Escavadeira Hidráulica com Rompedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2013 -
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 22/2013 - PMM
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o e Decreto Municipal nº. 2.051, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços, com adjudicação por item, visando aquisição de 50h de Escavadeira hidráulica com peso mínimo de 20 toneladas, contendo rompedor hidráulico, para trabalhos a serem executados pela secretaria de obras.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 01/07/2013
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 01/07/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 17 de Junho de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Lic. 50.2013 PP 23.2013 - Aquisição de Divesos Filtros MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2013 -
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 23/2013 - PMM
REGISTRO DE PREÇOS - multientidade

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o e Decreto Municipal nº. 2.051, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços, com adjudicação por item, visando aquisição de diversos filtros para a manutenção da frota veicular municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 02/07/2013
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 02/07/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 17 de Junho de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº085/2013 P O R T A R I A Nº 085/2013 DE 18/06/2013

SUZANE ELISA F. REINKE, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

Regulamenta o registro e o controle de horário de trabalho dos servidores da Câmara Municipal de Massaranduba e estabelece jornada vespertina para os servidores que acompanham as sessões legislativas.

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os trabalhos administrativos do Poder Legislativo, e
CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores para atendimento aos serviços vinculados às sessões legislativas, cuja presença se torna indispensável, e
CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade nos procedimentos administrativos internos,

RESOLVE:

Art. 1º O expediente da Câmara Municipal de Massaranduba será das 7 h e 30 minutos às 11 h e 30 minutos e das 13:00 h às 17:00 horas, de segunda a sexta feira, totalizando quarenta horas semanais.

Parágrafo 1º Os servidores designados para acompanhar a sessão legislativa ficam obrigados a cumprir o expediente de trabalho nos dias de sessão legislativa, no período vespertino, das 12:00 horas às 17:00 horas e das 18:00 horas às 21:00 horas.

Parágrafo 2º As horas excedentes das quarenta horas semanais deverão ser consignadas em banco de horas e deverão ser compensadas preferencialmente no respectivo mês e as realizadas na última semana serão compensadas no mês subsequente.

Parágrafo 3º É obrigatório o registro de controle de horário de trabalho de entrada e saída no período matutino e vespertino.

Parágrafo 4º As horas extras eventualmente realizadas deverão ter a prévia autorização do Diretor Administrativo da Câmara Municipal.

Art. 4º Os servidores que se deslocarem para outras cidades com a utilização de diárias fica dispensado o registro de ponto, anotando-se como falta justificada a ausência de registro.

Art.5º Ficam dispensados de anotar o registro de horário os servidores nomeados para cargo comissionados, não sendo assegurado aos mesmos o direito de compensação das horas excedentes eventualmente laboradas.

Art. 6º Para efeito contábil fica o setor de recursos humanos autorizado a realizar a totalização das horas trabalhadas a contar do dia 21 até o dia 20 do mês seguinte, devendo o pagamento ocorrer entre o dia 21 a 25 do respectivo mês.

Art.7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Massaranduba, 18 de junho de 2013.
SUZANE E. F. REINKE
Presidente

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 243/2013

PORTARIA n.º 243/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora MARIA LUIZA ZANELATTO Córneo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/06/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 028/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2013

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 02/07/2013, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA A RETROESCAVADEIRA. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) - 537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 14 de junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Convocação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CONVOCAÇÃO

Venho por meio deste, convidar Vossa Senhoria, para participar da III Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência

Nacional da Cultura, sob a coordenação do Deptº de Cultura da Secretaria

Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do município de Meleiro.

Data - 01/07/2013

Hora - 13: 00 às 17: 00 hs

Local - Auditório Prof. Pedro Paulo Mezzari, situado junto a Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole - Centro - SC.

Sua presença será de grande importância para a concretização do nosso evento.

Desde já agradecemos a sua presença.

Meleiro, SC 17 de junho de 2013.

Att.

Secretaria M. Educação, Cultura, Esporte e Turismo e Deptº de Cultura

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto N.º 052/2013

DECRETO Nº 052/2013, em 17 de Junho de 2013.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - COMDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1º - Ficam Nomeados os Membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Morro da Fumaça - COMDEMA.

Art.2º - Os Membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Morro da Fumaça - COMDEMA, de que trata o artigo 1º deste Decreto, será composto pelos seguintes representantes:

Representantes do Poder Público Municipal

I. Titular: Vanessa Mussó Garcia - Advogada

Suplente: Sandro Roberto Faraco - Advogado

II. Titular: Michel Antonio Maccari - Secretário de Finanças, Administração e Planejamento

Suplente: Rangel de Fáveri Serafin

III. Titular: Lucilene Pagnan Cechinel - Secretária da Educação e Cultura

Suplente: Daniela Aparecida M. B. Porto

IV. Titular: Miguel Zaccaron Darolt

Suplente: Cristina Pereira Maccari

V. Titular: Marci José Sartor - Secretário Interino da Agricultura

Suplente: Deizenele Zaccaron Darolt

VI. Titular: Claudenir Medeiros da Rosa - Secretário Interino de Obras e Desenvolvimento Econômico

Suplente: Marcial Cabral Schmitz
VII. Titular: Nelson Francisco Damázio- Diretor Superintendente da FUMAF

Suplente: Paulo Henrique Napolini

Representantes da Sociedade Civil Organizada e Entidades Afins

I. Lions Clube de Morro da Fumaça

Titular: Valdete Guollo Salvan

Suplente: Rodson Bergmann

II. Sindicato da Indústria e Cerâmica de Morro da Fumaça - SINDCER

Titular: Renato Zaccaron

Suplente: Willian Maragno

III. CERMOFUL- Cooperativa de Eletrificação Rural de Morro da Fumaça/SC

Titular: Adelcio Cavagnoli

Suplente: Flavia Espíndula Bitencourt

IV. Sindicato Trabalhadores Rurais

Titular: Rosa Ana Pagnan Sartor

Suplente: José Hugo de Roche

V. EPAGRI

Titular: Vanessa Ferreira do Nascimento

Suplente: Wilmar Kleinschmidt

VI. Câmara de Dirigentes e Lojistas de Morro da Fumaça - CDL

Titular: Fábio de Souza Medeiros

Suplente: Claiton da Silva

VII. Associações das Micros Bacias de Morro da Fumaça;

Titular: Nilson Luiz Sartor

Suplente: Amarildo Sartor

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 17 de Junho de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Nomeações e Exonerações Em Função de Confiança

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 757 DE 3 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais

e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-4) a senhora LIDIANE HELENA CRISPIM CABRAL.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 3 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 770 DE 5 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal II a senhorita SABRINA CORRÊA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 6/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 771 DE 5 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Executiva de Projetos Estratégicos II a senhora MARILUCE DA SILVA.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 772 DE 6 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora ROSELI DO NASCIMENTO SANTOS.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 773 DE 6 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora CLEIDE ROSANE DA COSTA SCHWARTZ.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 776 DE 10 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor de Vigilância em Saúde o senhor SILVIO DE SOUZA NEVES.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 26/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 777 DE 10 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora LUCIANA ROCHA CARDOSO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 778 DE 10 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora FRANCIELI DE PAULA SOBRINHO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 11/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 779 DE 10 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor EUGÊNIO LIMA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 3/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 780 DE 10 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Apoio o senhor EUGÊNIO LIMA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 782 DE 11 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de

confiança de Agente Pública Municipal I a senhora ANDRÉIA RODRIGUES.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 12/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 783 DE 11 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor Administrativo da Secretaria da Saúde o senhor RÔMULO CÉSAR PEREIRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 7/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 799 DE 17 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor VALDIR MARTINS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 12/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 800 DE 17 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor JOSÉ LACERDA DINIZ, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 14/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 801 DE 17 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor MOZART TOLENTINO DE SOUZA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 14/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 802 DE 17 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Público Municipal III a senhora BIANCA NATÁLIA DE OLIVEIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 12/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 806 DE 18 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor JEFERSON GABRIEL ANDRÉ.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 807 DE 18 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhorita ALESSANDRA LUCIANI DOS SANTOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 3/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 808 DE 18 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhorita ALESSANDRA LUCIANI DOS SANTOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regulamenta Trânsito de Caminhões

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 805 DE 18 DE JUNHO DE 2013

REGULAMENTA O TRÁFEGO E O ESTACIONAMENTO DE CAMINHÃO COM SEMIRREBOQUE E PRANCHA PARA TRANSPORTE DE CONTAINER E CAMINHÃO-TRATOR POR VIAS DO MUNICÍPIO, BEM COMO O TRÁFEGO DE VEÍCULOS COM PBT (PESO BRUTO TOTAL) ACIMA DE 16 (DEZESSEIS) TONELADAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º O tráfego de caminhões com semirreboque ou prancha, para transporte de container, passa a ser permitido exclusivamente pelas seguintes vias:

- a) Avenida Portuária Vicente Coelho (Via Portuária);
- b) Rua José Francisco Laurindo;
- c) Rua Orlando Ferreira;
- d) Rua Prefeito Manoel Evaldo Muller;
- e) Rua Jornalista Ruy Ademar Rodrigues;
- f) Rua Itajaí;
- g) Rua Onório Bortolato;
- h) Rua Germano Lemos;
- i) Rua João Gazaniga;
- j) Rua Francisco de Paula Seara;
- k) Rua Ricardo Mafra;
- l) Rua Aníbal Gaya (trecho entre porto e Via Portuária);
- m) Rua Graceliades Coelho Reiser;
- n) Rua Nereu Liberato Nunes (trecho da Rua Graceliades Coelho Reiser até Rua Carlos de Góes Rebelo);
- o) Rua Carlos de Góes Rebelo (trecho até Rua Joinville);
- p) Rua Joinville;
- q) Rua Comandante Francisco Dias (trecho do 25º BPM até Rua Nereu Liberato Nunes).

Parágrafo Único: Havendo necessidade de tráfego por outras vias além das acima citadas, deve ser apresentado prévio requerimento, por escrito, à Autoridade de Trânsito Municipal, que analisará criteriosamente o pedido e decidirá pelo seu deferimento ou indeferimento.

Art. 2º Fica proibido o estacionamento de semirreboque ou prancha para transporte de container em vias do município, devendo, o proprietário, providenciar local apropriado para estacionamento, às suas custas.

Parágrafo Único: O tráfego, simplesmente, do caminhão-trator é permitido em todas as vias do município, todavia é vedado o estacionamento em via pública.

Art. 3º O trânsito pelas vias do município é livre para caminhões com PBT (Peso Bruto Total) até 16 (dezesesseis) toneladas.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º Caminhões pesados cujo PBT seja superior a 16 (dezesesseis) toneladas poderão transitar apenas pelas vias constantes do artigo 1º deste Decreto, devendo haver prévia comunicação à Autoridade de Trânsito, que analisará a necessidade ou não de escolta ou de horário especial para tráfego.

§ 2º Fica proibido o estacionamento de caminhões com PBT acima de 16 (dezesesseis) toneladas em vias do município, com exceção dos casos de carga e descarga.

§ 3º Havendo necessidade de tráfego por outras vias além das acima citadas, deve ser apresentado prévio requerimento, por escrito, à Autoridade de Trânsito Municipal, que analisará criteriosamente o pedido e decidirá pelo seu deferimento ou indeferimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos 60 (sessenta) dias a partir da mesma.

Art. 5º Fica revogado, na íntegra, o Decreto n° 730 de 16 de maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de junho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Credenciamento Nº 37/2013 FMS

Aviso de Credenciamento Nº. 37/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 37/2013 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS A SEREM PRESTADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONFORME AÇÃO JUDICIAL Nº 135.13.000302-0. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 19 de junho de 2013.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João

Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.
O credenciamento somente se efetivará após publicação do extra-to do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 19 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 90/2013

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2013
CONTRATADO: ELETTRA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES DO PROJETO DA READEQUAÇÃO DA REDE CORPORATIVA DE INFORMÁTICA DO PAÇO MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.030,00 (um mil e trinta reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito do Município

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 86/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2013 PMN
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA O NOVO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADO NA AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA Nº 2181, CENTRO DE NAVEGANTES, SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 01/07/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 01/07/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 19 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 95/2013 PMN -- Retificado--

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2013 PMN
RETIFICADO
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Nova data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 02/07/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 02/07/2013. Retificado para menor preço por lote. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 19 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato de Contrato Nº 91/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 091/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada : MEMORIA DE ELEFANTE PRODUcoes ARTISTICAS LTDA.
Valor : 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais).
Vigência : Início: 05/06/2013 Término: 25/08/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 92/2013
Recursos: Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL "ROUPA NOVA" PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2013 EM COMEMORAÇÃO AOS 51º DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 92/2013.

Navegantes, 05 de Junho de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 81/2013

Prefeitura de Navegantes
Extrato do Contrato nº. 81/2013.
Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratado : Jair Hobus
Licitação: Dispensa 72/2011
Valor: R\$ 2.669,22 (dois mil seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).
Vigência: 01/06/2013 a 31/12/13.
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 (145)

Objeto : O presente Termo Aditivo de contrato de locação tem por objeto, promover alteração do valor pactuado no contrato original que antes era de no valor de R\$ 414,61 (quatrocentos e quatorze reais) mensais, passa a ser de R\$ 444,87 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) mensais.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Decisão Administrativa Nº 004/2013 Antonio

Prefeitura Municipal de Navegantes.
Extrato Decisão Administrativa ANTONIO BLADIMIR GOULART DE FREITAS - Procedimento Administrativo nº 004/2013 - O requerente Antonio Bladimir Goulart de Freitas, RG: 4.987.855-7 deflagrou o Procedimento Administrativo em epigrafe, baseado no B.O. 00137 - 2013 - 02342, requerendo indenização por danos materiais, sob a alegação de atos de imprudência realizados por agentes públicos, na roçassão de ruas, onde pedras atingiram seu veículo, Juntou documentos e orçamentos pertinentes. Foram solicitados e prestados esclarecimentos pela Secretaria de Obras. Com fundamento no Parecer Jurídico PGMN nº 257/2013, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade Objetiva desta Administração Publica, ante todo exposto, AUTORIZO o ressarcimento no montante do menor orçamento apurado no processo e DEFIRO o requerimento. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO.
Secretária de Administração e Logística.

Extrato Decisão Administrativa Nº 007/2013 Graziane

Prefeitura Municipal de Navegantes.
Extrato Decisão Administrativa GRAZIANE C. DOS SANTOS (ANTONIO CUGIKI) - Procedimento Administrativo nº 007/2013 - A requerente Graziane C. dos Santos (Antônio Cugiki), RG: 5.461.544 deflagrou o Procedimento Administrativo em epigrafe, baseado no B.O. 00137 - 2013 - 02789, requerendo indenização por danos materiais, sob a alegação de que a Prefeitura não sinalizou devidamente buraco em via publica, o qual seu carro caiu, Juntou documentos e orçamentos pertinentes. Foram solicitados e prestados esclarecimentos pela Secretaria de Obras. Com fundamento no Parecer Jurídico PGMN nº 237/2013, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade objetiva desta Administração Publica, ante todo exposto, AUTORIZO o ressarcimento no montante do menor orçamento apurado no processo e DEFIRO o requerimento. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO.
Secretária de Administração e Logística.

Extrato Decisão Administrativa Nº 57/2012 Maria Zeleia

Prefeitura Municipal de Navegantes.
Extrato Decisão Administrativa MARIA ZELEIA DOS SANTOS - Procedimento Administrativo nº 57/2012 - O requerente Maria Zeleia dos Santos, RG: 1.372.182 deflagrou o Procedimento Administrativo em epigrafe, baseado no B.O. 00137 - 2012 - 08792, requerendo indenização por danos materiais, sob a alegação de atos de imprudência realizados por agentes públicos, na roçassão de ruas, onde pedras atingiram seu veiculo, Juntou documentos e orçamentos pertinentes. Foram solicitados e prestados esclarecimentos pela Secretaria de Obras. Com fundamento no Parecer Jurídico PGMN nº 236/2013, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade Objetiva desta Administração Publica, ante todo exposto, AUTORIZO o ressarcimento no montante do menor orçamento apurado no processo e DEFIRO o requerimento. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO.
Secretária de Administração e Logística.

Extrato Decisão Administrativa Nº 62/2012 Fabio Alex

Prefeitura Municipal de Navegantes.
Extrato Decisão Administrativa FABIO ALEX XAVIER - Procedimento Administrativo nº 62/2012 - O requerente Fabio Alex Xavier, RG: 3.491.093 deflagrou o Procedimento Administrativo em epigrafe, baseado no B.O. 00137 - 2012 - 09906, requerendo indenização por danos materiais, sob a alegação de atos de imprudência realizados por agentes públicos, na roçassão de ruas, onde pedras atingiram seu veiculo, Juntou documentos e orçamentos pertinentes. Foram solicitados e prestados esclarecimentos pela Secretaria de Obras. Com fundamento no Parecer Jurídico PGMN nº 258/2013, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade Objetiva desta Administração Publica, ante todo exposto, AUTORIZO o ressarcimento no montante do menor orçamento apurado no processo e DEFIRO o requerimento. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO.
Secretária de Administração e Logística.

NAVEGANTESPREV

Portaria Nº 29 de 19 de Junho de 2013 "Concede Aposentadoria por Idade"

PORTARIA N.º 029 DE 19 DE JUNHO DE 2013.
CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor ORIDES ALVES DE OLIVEIRA, portador da cédula de identidade n.º 6.765.268, inscrito no CPF sob o n.º 161.663.539-87, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Municipais, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2013.02.00020, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 19 de junho de 2013.
ARILSON LUIZ MORAES
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

Homologação - TP 006/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2013
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2013
CONTRATADO: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME (CNPJ nº 07.258.202/0001-87)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Execução de serviços com fornecimento de material para

pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da rua geral Ponta Fina Sul, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual em anexo.

VALOR DA DESPESA: R\$ 99.158,78 (Noventa e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos).

DATA: 18/06/2013

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal.

Resposta Impugnação - Pregão Presencial Nº 045/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2013

IMPUGNANTE: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA.

"() Ante o exposto, o Pregoeiro e equipe de Apoio, no mérito, negar-lhe em parte provimento eis que comprovadamente estão garantidos no Edital os princípios da competitividade e da legalidade; Alterar parcialmente o texto do edital ratificando as demais cláusulas, por serem necessárias à proteção do interesse público, e comprovadamente não comprometerem o caráter competitivo da licitação; Marcar a data de abertura do Pregão nº 045/2013 para o dia 10/07/2013 as 9:30 horas. Texto completo no site www.novatreto.sc.gov.br, ou, solicitado via e-mail compras@novatreto-sc.gov.br

Nova Trento/SC, 17 de junho de 2013."

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Resultado Final e Homologação - Concorrência 003/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 003/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2013

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Seleção de Instituição Financeira para prestar serviços, pelo período de 60 (sessenta) meses, com exclusividade na operação da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos, contratados e pensionistas da Prefeitura de Nova Trento, e de serviços de expediente prestando os serviços com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

BRADESCO S/A, inscrito no CNPJ Nº 60.746.948/0001-12, valor da Concessão R\$ 180.001,00 (cento e oitenta mil e um reais).

Vigência: 60 meses.

Nova Trento/SC, 18 de junho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 097/2013

CONTRATO Nº 097/2013

Origem: Processo Licitatório nº 059/2013. Modalidade: Concorrência nº 003/2013.

Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratado: BANCO BRADESCO S/A com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na cidade de Osasco/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12. Objeto do contrato: O objeto do presente termo de ajuste contratual, consiste em prestar serviços, pelo período de 60 (sessenta) meses, com exclusividade na operação da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos, contratados e pensionistas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, prestando os serviços com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, na forma do Termo de Referência e demais elementos constituídos. Valor da Concessão R\$ 180.001,00 (Cento e oitenta mil e um reais). Vigência: 60 meses.

Nova Trento, 18 de junho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 095/2013

CONTRATO Nº 095/2013

Origem: Processo Licitatório nº 063/2013. Modalidade: Tomada de Preços nº 006/2013. Homologação: 17/06/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME, estabelecida a Rua Dr. Almir Zunino, nº 564, Jardim São Paulo, São João Batista/SC, CNPJ nº 07.258.202/0001-87. Objeto do Contrato: Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da rua geral Ponta Fina Sul, cidade de Nova Trento/SC. O valor total é de R\$ 99.158,78 (Noventa e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Nova Trento, 18 de junho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Resultado Julgamento Habilitação e Propostas PL Nº 047/2013

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047-2013 - CONVITE Nº 018-2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para aquisição de Uniforme Escolar para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, obedecendo ao modelo utilizado pela Secretaria de Educação e Cultura (ANEXO IV), conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: FAENE CONFECÇÕES LTDA ME, MODA IVANA LTDA ME e MENIN E ROSSETTI COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. Sendo que as empresas pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase

subseqüente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 18 de Junho de 2013
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2013 - CARTA CONVITE Nº 018/2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO consiste na seleção de propostas para aquisição de Uniforme Escolar para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, obedecendo ao modelo utilizado pela Secretaria de Educação e Cultura (ANEXO IV), conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa: MODA IVANA LTDA ME, vencedora dos itens 01 ao 16, com valor total de R\$ 29.603,20 (Vinte e nove mil, seiscentos e três reais e vinte centavos), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), 18 de Junho de 2013
Comissão Permanente de Licitação

Orleans

PREFEITURA

Decreto 3.553 - Pmaq

DECRETO MUNICIPAL N. 3.553 DE 20 DE JUNHO DE 2013.

"Regulamenta a utilização do incentivo financeiro referente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) no Município de Orleans e dá outras providências"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASACES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 68 Item VII da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a Portaria nº 2488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº - 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1654 GM/MS de 19 de julho de 2011 que cria e institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB);

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a utilização do incentivo financeiro referente ao PMAQ-AB (Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica), denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 2º. O prêmio variável previsto no Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) será repassado

pelo Ministério da Saúde ao Município de Orleans, caso o mesmo atinja as metas e resultados previstos na Portaria 1654/2011 e na legislação vigente.

Art. 3º. Fazendo o Município jus ao recebimento dos valores fixados no PMAQ-AB em decorrência do preenchimento das metas previstas na Portaria 1654/2011 e legislação vigente, 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos deverão ser aplicados na melhora da Estruturação da Atenção Básica municipal, em atenção às matrizes de intervenção fruto da aplicação da auto Avaliação de Melhoria do Acesso e Qualidade- AMAQ; 47% (quarenta e sete por cento) serão pagos aos Servidores municipais lotados nas Unidades de Saúde da Família e na Equipe do NASF, com adesão ao PMAQ, sob forma de Prêmio de Qualidade e Inovação- PMAQ/AB; 3% (três por cento) serão pagos aos servidores municipais na função de Coordenação da Atenção Básica e aos Técnicos do Controle e Avaliação do Município.

§ 1º. Os valores correspondentes aos percentuais dispostos no "caput" do presente dispositivo serão repassados aos servidores do Município no mês posterior ao repasse do Ministério da Saúde.

§ 2º. Entende-se, para recebimento deste incentivo, por todos os servidores lotados nas Unidades da Saúde da Família, e todos os servidores lotados na Equipe de Núcleo de Apoio da Saúde da Família devidamente cadastrados no CNES mais os servidores municipais na função de Coordenação da Atenção Básica e aos Técnicos do Controle e Avaliação do Município.

Art. 4º. O valor do PRÊMIO-PMAQ/AB será dividido entre os servidores lotados nas Unidades de Saúde da Família que tenham aderido ao PMAQ, conforme ANEXO ÚNICO deste Decreto.

§ 1º. Em caso de afastamento do serviço por mais de 01 (um) dia por mês, o servidor perderá o direito ao Incentivo, excetuando-se os casos previstos em Lei e o valor será redistribuído para toda a equipe conforme estabelece o Anexo Único deste Decreto.

§ 2º. Deixará de receber o Incentivo os membros das equipes que não cumprirem as metas mínimas para manutenção pelo Ministério da Saúde do financiamento do Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável.

Art. 5º. O valor do PRÊMIO-PMAQ/AB a ser dividido para a Equipe do NASF e aos servidores municipais na função de Coordenação da Atenção Básica e aos Técnicos do Controle e Avaliação do Município será feito de maneira igualitária.

Art. 6º - O Incentivo em nenhuma hipótese incorporará ao salário do servidor, sendo a sua natureza jurídica estritamente indenizatória.

Parágrafo único. O valor do incentivo referido neste Decreto será repassado, pelo Departamento de Gestão de Pessoas, mediante discriminação em folha de pagamento e depósito em conta bancária do servidor, no mês posterior ao repasse do Ministério da Saúde.

Art. 7º. O Prefeito de Orleans expedirá Decreto definindo valores a serem rateados entre Equipes da Saúde da Família, NASF, Coordenação da Saúde da Família e Técnicos de Controle e Avaliação e Fundo Municipal de Saúde e será alterado sempre que houver mudança do repasse de incentivo do PMAQ por parte do Ministério da Saúde;

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 11 de Junho de 2013; 128o anos da Fundação e 99o anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

Tabela de valores do Incentivo de acordo com a Categoria Profissional da Equipe de Saúde da Família no PMAQ-AB - (47% dos Servidores das Unidades de Saúde da Família):

Item	Cargo	Percentual
01	Médico	4%
02	Odontólogo	3%
03	Enfermeiro	8%
04	Técnico Enfermagem e Auxiliar de Saúde Bucal	14%
05	Recepcionista, Auxiliar Serviços Gerais e Agentes Comunitários Saúde	18%
	Total	47,00%

Decreto Maio:

Total Repasse Janeiro a Maio: R\$ 158.400,00

Estruturação da Atenção Básica R\$ 79.200,00

Premio a ser rateado entre os Servidores: R\$ 79.200,00

Item	Equipes	Prêmio	Rateio	Acumulado
01	Unidade São Francisco	R\$ 11.000,00	R\$ 5.170,00	R\$ 20.680,00
02	Unidade Padre Santos	R\$ 11.000,00	R\$ 5.170,00	R\$ 20.680,00
03	Unidade São José	R\$ 11.000,00	R\$ 5.170,00	R\$ 20.680,00
04	Unidade Santo Antônio	R\$ 6.600,00	R\$ 3.102,00	R\$ 12.408,00
05	Coordenação e Controle Avaliação		R\$ 1.118,00	R\$ 4.752,00
	Total	R\$ 39.600,00		R\$ 79.200,00
06	Fundo de Saúde – Melhorias		R\$ 79.200,00	R\$ 79.200,00
	Total Geral			R\$ 158.400,00

Decreto 3549 - Determina a Exoneração de Servidores Nomeados Em Cargo Em Comissão e Dá Outras Providencias

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.549 03 DE JUNHO DE 2013.

"DETERMINA A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES NOMEADOS EM CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, etc. e,

CONSIDERANDO a necessidade de redução de despesas com pessoal;

CONSIDERANDO a disposição constante do art. 59, § 1.º, II da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece o limite de alerta de despesas com pessoal ao patamar de 48,6% da receita corrente líquida;

CONSIDERANDO que atualmente a folha de pagamento compromete 50,13% da receita corrente líquida, com a despesa total com pessoal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal; CONSIDERANDO a previsão constitucional do artigo 169, §3º, I e II;

DECRETA:

Art. 1.º Determino que sejam realizadas as exonerações dos servidores nomeados em cargo em comissão, para adequação da folha de pagamento ao limite prudencial recomendado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalvando a manutenção das nomeações de servidores lotados em órgãos cuja necessidade seja imprescindível à continuidade dos serviços públicos.

Art. 2.º Cada Secretário Municipal deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, realizar um levantamento em sua respectiva Secretaria dos servidores que serão exonados, observando a ressalva constante do art. 1.º, e comunicando ao Departamento de Gestão de Pessoas para que realize as exonerações.

Art. 3.º As despesas decorrentes das exonerações referidas no artigo anterior correrão por conta das dotações orçamentárias previstas na legislação vigente.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de junho de 2013; 128o da Fundação e 99o da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.514, de 13 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 1.514, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Convoca a 2ª CONAE - Conferência Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe conferi o artigo 87, I e II, inciso IV da Lei Orgânica do Município, Constitucionais, e

Considerando o disposto na portaria Ministerial nº 502, de 2012, que convoca a II Conferência Nacional de Educação CONAE e torna público seu regimento, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Educação de Palhoça - CONAE 2014 a realizar-se no dia 26 de Junho de 2013, sob a coordenação da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º A II Conferência Municipal de Educação de Palhoça é a etapa integrante II Conferência Estadual de Educação de Santa

Catarina e da II Conferência Nacional de Educação- CONAE, e realizará seus trabalhos a partir do tema central. O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de colaboração.

Art. 3º A II Conferência Municipal de Educação de Palhoça tem por objetivos:

I - discutir, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as deliberações e pro-mover a realização da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014 etapa municipal, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II - elaborar a proposta de regimento interno da Conferência, acompanhar a sistematização das proposições ao longo da etapa.

III - a comissão deverá também deliberar sobre os critérios de participação e representação das mesas debatedoras

VI - será também sua responsabilidade acompanhar o andamento do processo, assegurando infra-estrutura para a sua efetiva realização.

V - promover a articulação com entidades civis e órgãos públicos a fim de garantir a realização da Conferência;

VI - aprimorar e propor mecanismo de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e deste com a sociedade civil.

VII - fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns.

VII - propor estratégia para implementação do Sistema Nacional, Estadual e Municipal de Educação

IX - coletar subsídios para elaboração do Plano Municipal de Educação

X - encaminhar o relatório final ao órgão competente.

XI - eleger os delegados Municipais para etapa Estadual de II Conferência Estadual de Educação a ser realizada em data e local definido pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A II conferência Municipal de Educação de Palhoça será presidida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Palhoça e, na ausência ou impedimento, pela Comissão Organizadora.

Art. 5º As despesas para realização da Conferência de Educação de Palhoça, bem como a participação dos delegados municipais nas etapas Estaduais da II Conferência Estadual de Educação, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento Anual do Município para o corrente exercício, ou serão custeadas através de colaborações provenientes de pessoas, instituições e órgão parceiros.

Art. 6º Fica a Secretária de Educação e Cultura autorizada a:

I - aprovar e fazer publicar o Regulamento da II Conferência Municipal de Educação de Palhoça, após apreciação pelo Conselho Municipal de Educação.

II - exercer a coordenação executiva da II Conferência Municipal de Educação de Palhoça;

III - dirimir dúvida e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto;

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Palhoça, 13 de junho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0500/2013.

PORTARIA Nº. 0500/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA CELIA CARLOS SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Ulisses Guimarães da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0501/2013.

PORTARIA Nº. 0501/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIANA CRISTINA LAPA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Ulisses Guimarães da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Ana Paula Simiano, que se encontra LG.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0502/2013.

PORTARIA Nº. 0502/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EVALDO LUIZ SELL, de

acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0503/2013.

PORTARIA Nº. 0503/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARTA APARECIDA DE MATTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0504/2013.

PORTARIA Nº. 0504/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDINETE JUREMA DA SILVA CU-NHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Eliane dos Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0505/2013.

PORTARIA Nº. 0505/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVANIA DARCI DE SOUZA, matrícula nº. 800613, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 11/12/2000 a 11/12/2005, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 15/04/2013 à 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0506/2013.

PORTARIA Nº. 0506/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CIRLEI GONÇALVES IFFERT, matrícula nº. 800020, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2003 a 02/05/2008, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 04/03/2013 à 04/06/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0507/2013.

PORTARIA Nº. 0507/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA ONDINA DE SOUZA, matrícula nº. 800387, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 13/09/2002 a 13/09/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 18/03/2013 à 18/04/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0508/2013.

PORTARIA Nº. 0508/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JAQUELINE RAMOS DEPIERI MARTINS, matrícula nº. 800818, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 11/03/2013 à 11/06/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0509/2013.

PORTARIA Nº. 0509/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDEMIR JOSÉ SAIBERT, matrícula nº. 800258, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/02/2006 a 12/02/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 11/03/2013 à 11/04/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0510/2013.

PORTARIA Nº. 0510/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEUSA APARECIDA BERNARDES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Sueli S. Machado, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0511/2013.

PORTARIA Nº. 0511/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANE SEWALD DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Clarice M. S. Galvão, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0512/2013.

PORTARIA Nº. 0512/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR FÁTIMA APARECIDA MARTINS DOS PRAZERES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Grupo Escolar Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Margarete K. Pierri, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0513/2013.

PORTARIA Nº. 0513/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR REJANE DUARTE COMELLI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Grupo Escolar Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Josiane T. M. Hang, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0514/2013.

PORTARIA Nº. 0514/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDINEI MILTON VIGANIGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação especial, no (a) Grupo Escolar Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0515/2013.

PORTARIA Nº. 0515/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANE FRANCISCO FLORIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de

09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação especial, no (a) Grupo Escolar Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0516/2013.

PORTARIA Nº. 0516/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA DE MORAIS DUARTE RAIMUNDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0517/2013.

PORTARIA Nº. 0517/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR HELENA MARTA GOULART MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 04/03/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0518/2013.
PORTARIA Nº. 0518/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR KARIANE LINHARES ARAUJO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0519/2013.
PORTARIA Nº. 0519/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ATAISI RAFAEL DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0520/2013.
PORTARIA Nº. 0520/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JAYNE MAYARA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0521/2013.
PORTARIA Nº. 0521/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GRASIELA MARTINS WILL NOBRE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 01/03/2013, face ao impedimento da titular Osiane O. Sell, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0522/2013.
PORTARIA Nº. 0522/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TEREZINHA CELINA JORGE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.

001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensi-no Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Kris Regina de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0523/2013.

PORTARIA Nº. 0523/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR FRANCIELE FLORES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino In-fantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Kelly C. Lohn, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0524/2013.

PORTARIA Nº. 0524/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIMARA MARIA DA ROSA TASIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2013 a 18/08/2013, face ao impedimento da titular Larissa J. de Amorim, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0525/2013.

PORTARIA Nº. 0525/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DEISE KARINA CARVALHO DE SOUZA ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0526/2013.

PORTARIA Nº. 0526/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MIRIAN DE CASSIA AMARAL DA SILVA OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0527/2013.

PORTARIA Nº. 0527/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREZA DANIELA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0528/2013.

PORTARIA Nº. 0528/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEIA ROSA LIMA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0529/2013.

PORTARIA Nº. 0529/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TAMARA REGINA CARDOSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09

de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0530/2013.

PORTARIA Nº. 0530/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINA LUIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº.1419/13

PORTARIA Nº.1419/13

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Evilyn Beppler, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito da Universidade de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 02/05/2013 e término em 31/12/13, com carga horária de 25 (vinte cinco horas semanais), no PROCON.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº.1421/13
PORTARIA Nº.1421/13

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Nicolas Antero de Jesus, estudante regularmente matriculada no Curso de Engenharia Ambiental Sanitária da Universidade de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 02/05/2013 e término em 31/12/13, com carga horária de 25 (vinte cinco horas semanais), na Águas de Palhoça.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº.1422/13
PORTARIA Nº.1422/13

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Stephanie de Farias Broering, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito da Universidade de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 02/05/2013 e término em 31/12/13, com carga horária de 25 (vinte cinco horas semanais), na Procuradoria Geral do Município - Dívida Ativa.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº.1563/13
PORTARIA Nº.1563/13

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Moany Muller, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito do Centro Universitário Estácio de Sá de Santa Catarina, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005,

com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 13/05/13 e término em 31/12/13, com carga horária de 25 (vinte cinco horas semanais), na Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº.1671/13
PORTARIA Nº.1671/13

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Ana Cláudia Valim de Agostinho, estudante regularmente matriculada no Curso de nível médio do Colégio de Educação Básica Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 22/05/13 e término em 31/12/13 com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Assistência Social - Carteira de Trabalho.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº.1833/13
PORTARIA Nº.1833/13

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Mayara Suely Silva, estudante regularmente matriculada no Curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 03/06/13 e término em 03/06/14 com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Administração-Superintendência de Recursos Humanos.

Palhoça, SC, em 03 de junho de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº.1863/13
PORTARIA Nº.1863/13

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Jéssica Vilvert Kloppel, estudante regularmente matriculada no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 10/06/13 e término em 31/12/13 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria de Educação e Cultura - Biblioteca Municipal.

Palhoça, SC, em 07 de junho de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Resultado Pregão Nº108/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 108/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de informática, para atender a Diretoria de Informática, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 06 totalizando R\$ 14.160,00 (quatorze mil, cento e sessenta reais).

M.J.G. TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 07, 09, 10 e 11 totalizando R\$ 962,00 (novecentos e sessenta e dois reais).

MARCELO WEINRICH ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 05 e 12 totalizando R\$ 2.782,70 (dois mil setecentos e oitenta e dois reais e setenta centavos).

MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 04 e 14 totalizando R\$ 20.320,00 (vinte mil trezentos e vinte reais).

SCHEYLLA DE MENDONÇA ME ficou classificada em 1º lugar no item 13 totalizando R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Palhoça, 17 de junho de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL**Ata de Abertura do Envelope Nº 01 TP 01/2013**

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES REFERENTE AS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTAS APRESENTADAS PARA O TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2013.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, na sede da Câmara Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, às 14h00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº. 155/2013, sob a Presidência da Servidora Katiane Vulczak Golin, para dar início a abertura da TOMADA DE PREÇO nº. 001/2013, tendo como objetivo Contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade, realizados integralmente, com abrangência estadual, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. COMPARECERAM PARA O CERTAME AS SEGUINTE EMPRESAS: 01 - DBS MULTICOMUNICAÇÃO LTDA, 02 - GENE1 MARKETING LTDA EPP. Participaram do certame as seguintes empresas:

01 - DBS MULTICOMUNICAÇÃO LTDA, 02 - GENE1 MARKETING LTDA EPP. Declarada aberta à reunião pela Presidente da Comissão, convocando a Servidora Ana Núncia Nunes Collaço, para secretariar os trabalhos. Dando prosseguimento foram rubricados os envelopes (nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04) pelos representantes das empresas participantes, e posteriormente foi efetuada a entrega do envelope nº. 01, que contém a proposta técnica, para a Comissão Avaliadora.

Continuando os trabalhos realizou-se a análise pela Comissão Avaliadora, que conforme Anexo I, Item 4, pontuou as empresas da seguinte maneira:

1º Lugar - GENE1 MARKETING LTDA EPP - 94 pontos

2º Lugar - DBS MULTICOMUNICAÇÃO LTDA - 58 pontos

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, na qual lavrou-se a presente ata, que, lida e aprovada vai assinada pelos membros da comissão e pelos representantes das empresas participantes, em comum acordo com as determinações da mesa, sendo que após o prazo de recurso, será marcada nova data para a abertura do envelope nº 4.

Palhoça, 17 de junho de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente Comissão de Licitação

ANA NÚNCIA NUNES COLLAÇO

Membro da Comissão

CLEONICE PAVAN

Membro da Comissão

CAROLINA DI BERNARDI DE ASSIS

Representante da Empresa

DBS MULTICOMUNICAÇÃO LTDA

JEAN JOACI MARTINS

Representante da Empresa

GENE1 MARKETING LTDA EPP

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 099/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2013. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE com distribuição nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental e Entidades Filantrópicas. Tipo: Menor Preço por item e Presencial, Entrega dos envelopes: 02 de julho de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 02 de julho de 2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de junho de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.092/2013

DECRETO Nº 1.092/2013

ANULA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO 036/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a decisão final do Processo ELC 12/00220959 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que o Tribunal Pleno do TCE/SC em decisão final declarou ilegal o Edital de Concorrência 002/2012;

Considerando a determinação do TCE/SC para anulação do Edital de Concorrência 002/2012;

Considerando o disposto no artigo 49, § 1º da Lei 8.666/1993 e as súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando o princípio constitucional da legalidade.

DECRETA:

Art. 1º - Anula, nos termos da decisão final (1068/2013) do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Processo ELC 12/00220959 a Concorrência Pública 002/2012 - processo licitatório 036/2012, cujo objeto é a outorga de concessão, com exclusividade, para prestação do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Porto Belo.

Art. 2º - Faz parte integrante do presente decreto, a decisão final

1068/2013 do Processo ELC 12/00220959 do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e em especial o Decreto 997 de 04 de junho de 2012.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de junho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Edital Processo Seletivo da Educação Nº 002/2013 EDITAL Nº002/2013

Abre inscrições para o processo seletivo para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO de Profissionais da Educação, para o período de 01 de Agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013, regidos pela Lei complementar 037/2011.

O MUNICÍPIO DE PORTO BELO, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica que se encontram abertas às inscrições do Processo Seletivo Simplificado em Caráter Temporário e Emergencial, no período de 01 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013, para as vagas do quadro de Profissionais do Magistério que surgirem dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo, da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Porto Belo, que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e na legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, localizada a Rua José Guerreiro Filho, 265, Centro – Porto Belo. Telefones: (47) 3369-5068, (47) 3369-8894;

1.2. O Processo Seletivo Simplificado terá caráter classificatório e envolverá prova de títulos e tempo na área de atuação.

CARGO	PROVAS
SERVENTE	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação
MONITOR (A)	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação
PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação
PROFESSOR (A) DE SÉRIES INICIAIS	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação
PROFESSOR (A) DE ENSINO FUNDAMENTAL INCLUSÃO	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação
PROFESSOR (A) DE LÍNGUA PORTUGUESA	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação
PROFESSOR (A) DE LÍNGUA INGLESA	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação
PROFESSOR (A) DE ARTES	Prova Escrita/ Prova de títulos/ Tempo de serviço na área de atuação

MOTORISTA	Prova Escrita/ Prova de prática/ Categoria D Tempo de serviço na área de atuação
-----------	---

1.3. CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DATA	ATO
19/06/2013	Publicação do Edital do Processo Seletivo
19 a 19/07/2013	Período de Inscrições e entrega de titulação no ato
21/07/2013	Prova Escrita período matutino
21/07/2013	Prova Prática no período vespertino
22/07/2013	Publicação do Gabarito
26/07/2013	Publicação da Classificação/ Abertura de Recurso
29/07/2013	Publicação dos Resultados/ Classificação Oficial.
31/07/2013	Escolha de Vaga

2. DO CARGO, ESCOLARIDADE EXIGITA, JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO.

2.1 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas que surgirem dentro do período de agosto a dezembro de 2013.

2.2 Os cargos e respectivas formações exigidas, no presente processo seletivo, são as seguintes:

CARGO	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Serventes	05	Alfabetizado/a	40h	R\$ 714,95
Monitor (a)	16	Ensino Médio Completo	40 h	R\$ 753,96
Professor de Educação Infantil	22	Curso Superior completo em Pedagogia ou Curso Superior Completo, Normal Superior ou Cursando a partir da 5ª fase ou período.	20 h	R\$ 765,04
Professor Séries Iniciais	03	Curso Superior completo em Pedagogia ou Curso Superior Completo Normal Superior ou Cursando a partir da 5ª fase ou período.	20 h	R\$ 765,04
Professor de Ensino Fundamental Inclusão	08	Curso Superior completo em Pedagogia ou Curso Superior Completo Normal Superior ou Cursando a partir da 5ª fase ou período.	20 h	R\$ 765,04

Professor de Língua Portuguesa	01	Licenciatura Plena em Língua Portuguesa	20 h	R\$ 765,04
Professor de Língua Inglesa	03	Licenciatura Plena em Língua Inglesa	20 h	R\$ 765,04
Professor de Artes	01	Licenciatura Plena em Educação Artística ou Licenciatura Plena em Artes ou Licenciatura Plena em Artes Visuais	20 h	R\$ 765,04
Motorista	01	Alfabetizado com carteira de motorista "D"	40h	R\$ 759,62

2.3 A comprovação da formação mínima exigida do candidato na área/disciplina de inscrição constará na apresentação do diploma (original e fotocópia) devidamente registrado ou, certidão de conclusão do curso com histórico escolar, para os habilitados, e para os não habilitados, certidão original da Instituição de Ensino Superior especificando a fase ou período letivo em que o aluno está regularmente matriculado e freqüentando as aulas. A comprovação da formação/habilitação original deverá ser apresentada na data de admissão.

2.3.1 O candidato poderá se inscrever em apenas uma área.

2.4 Os candidatos convocados para exercer a função, terão remuneração conforme especificado no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Municipal de Porto Belo.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas nas dependências da Secretaria Municipal de Educação pelo candidato (a) à vaga, no período de 18 de junho de 2013 a 18 de Julho de 2013.

3.2. No ato da inscrição, deverá apresentar obrigatoriamente a documentação exigida, preencher o ANEXO I "Requerimento de Inscrição" sem rasuras e assinar, posteriormente conferir os documentos apresentados.

3.3 Não serão permitidas inscrições condicionais ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração (com firma reconhecida), que deverá ser anexada a ficha de inscrição.

3.4 Ler atentamente o edital, preencher o corretamente todos os campos Requerimento de Inscrição.

3.5 No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

- Ter nacionalidade brasileira;
- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- Gozar de boa saúde condição que será comprovada, quando do processo de admissão;
- Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

- e) Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- f) Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- g) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

3.6 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

4. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSCRIÇÃO:

4.1. No ato da inscrição o (a) candidato (a) deverá apresentar cópias e originais dos documentos:

- a) Certificado de curso de pós-graduação, de curso superior de licenciatura ou Declaração (Cursando a partir da 5ª fase), certificado de conclusão de Ensino Médio (para monitor/as) ou histórico escolar (para serventes);
- b) Certificados de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização;
- c) Tempo de serviço na Área de Atuação.
- d) Carteira de identidade/ CPF.

5. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 4.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

5.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

5.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, e a apresentação dos títulos, obedecidos aos procedimentos deste Edital.

5.3.1. O candidato que necessitar de atendimento especializado para a realização da prova escrita deverá manifestar no ato da inscrição.

6. DA PROVA ESCRITA

6.1 A primeira etapa do processo seletivo constará de 1 (uma) prova escrita com questões objetivas.

6.1.1 As questões da prova escrita versarão sobre as seguintes áreas de conhecimento:

- a) Conhecimentos gerais/atualidades.
- b) Conhecimentos específicos: temas relacionados à área/disciplina/cargo para a qual o candidato se inscreveu.
- c) Matemática.
- d) Língua Portuguesa.

6.2 Os conteúdos programáticos da prova escrita encontram-se no Anexo II do presente edital.

6.3 A prova escrita será realizada no dia 21/07/2013 (domingo) das 8h às 12h.

6.4 O local da prova escrita será a Escola Básica Municipal Prof.ª Nair Rebelo dos Santos, localizada à Rua Francisco Severiano dos Santos 192, Bairro Vila Nova, Porto Belo SC.

6.5 A Prova escrita com questões objetivas constará de 15 (vinte e cinco) questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta, conforme o quadro abaixo:

Conhecimentos específicos	04 Questões
Matemática	03 Questões
Língua Portuguesa	03 Questões
Conhecimentos Específicos	05 Questões

6.6 O candidato deverá transcrever suas respostas para o cartão-resposta utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

6.7 O candidato é responsável pela conferência dos dados do seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta dos números correspondentes às respostas corretas.

6.8 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questões objetivas que contenha(m):

- a) A questão cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) A (s) questão (ões) que contenha (m) emenda (s) e ou rasura(s), ainda que legível (eis);
- c) A questão que contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) A questão que não estiver assinalada no cartão-resposta.
- e) A questão cuja resposta for preenchida fora das especificações contidas no cartão-resposta, ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de cor diferente de azul ou preta.

6.9 A Prova escrita com questões objetivas será avaliada de 0 a 10.

6.10 As questões objetivas de múltipla escolha de conhecimentos específicos terão o valor de 1,0 (um) cada uma delas.

6.10.1 As questões objetivas de múltipla escolha dos demais conhecimentos terão o valor de 0,50 (cinquenta décimos) cada uma delas.

6.11 A Nota da Prova Escrita contará como pontos corridos para a nota final.

6.12 O candidato, ao encerrar a prova entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas.

6.13 Serão considerados aprovados, para o cômputo de pontos na Prova de Títulos, somente os candidatos que não zerarem na prova escrita, tendo em vista que o processo seletivo é de caráter classificatório e eliminatório.

6.14 A entrada na sala de prova só será admitida a partir de 1 hora antes do horário de início da prova, mediante a apresentação de documento de identificação com foto.

6.15 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

6.15.1 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no

máximo, trinta dias.

6.15.2 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

6.15.3 A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e automaticamente será excluído do processo seletivo.

6.16 Em caso de ser candidato, que participará da prova de títulos, tempo de serviço e/ou prova prática, o não comparecimento para a prova escrita, fará com que o candidato seja excluído do processo seletivo.

6.17 Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado previamente para o seu início, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

6.18 São vedadas, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

6.19 São vedados ao candidato, durante a realização das provas, ausentarem-se da sala sem a companhia de um fiscal.

6.21 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

7. DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá, com base em critérios objetivos de pontuação, na análise dos currículos.

7.2 Os documentos necessários para fins da análise curricular deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, por ocasião da inscrição do candidato, na respectiva data, horário e local determinado neste edital, conforme quadro abaixo:

Servente

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA PONTUAÇÃO	Pontuação
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Fundamental	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio	2
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Superior	5

TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Pontuação
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	1
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	2
Acima de 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	5

Para comprovação do período de “Experiência na Área de Atuação” serão admitidos os seguintes documentos:

- fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal;
- declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública.

TÍTULO – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	Pontuação
Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013, no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos de 10 a 100 horas.	1
Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013 no cargo, para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	2
Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013, no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos acima de 200 horas.	5

Monitor/a

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA PONTUAÇÃO	Pontuação
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Fundamental	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio	2
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Superior	5

TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Pontuação
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	1
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	2
Acima de 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	5

Para comprovação do período de “Experiência na Área de Atuação” serão admitidos os seguintes documentos:

- fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal;
- declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública.

TÍTULO – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	Pontuação
Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013, no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos de 10 a 100 horas.	1

Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013, no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	2
Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013, no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos acima de 200 horas.	5

Professor (a) Educação Infantil/ Professor (a) Ensino Fundamental de Inclusão/ Professor (a) Séries Iniciais/ Professor (a) Artes/ Professor (a) de Língua Portuguesa/ Professor (a) de Inglês:

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA	Pontuação
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de especialização para o qual se inscreveu ou em Educação	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de mestrado para o qual se inscreveu ou em Educação.	2
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de doutorado para o qual se inscreveu ou em Educação.	5

TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Pontuação
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	1
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	2
Acima de 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	5

Para comprovação do período de “Experiência na Área de Atuação” serão admitidos os seguintes documentos:

- fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal;
- declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública.

TÍTULO – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	Pontuação
Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013 no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos de 10 a 100 horas.	1

Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013, no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	2
Certificado ou diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização realizados no período de Janeiro de 2010 até 30 de maio de 2013, no cargo para o qual se inscreveu, com somatório de duração dos cursos acima de 200 horas.	5

Motorista

TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Pontuação
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	1
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	2
Acima de 5 (cinco) anos de efetivo serviço na respectiva área de atuação.	5

Para comprovação do período de “Experiência na Área de Atuação” serão admitidos os seguintes documentos:

- fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal;
- declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública.

7.3 Os cursos de aperfeiçoamento na área da educação, ficarão restritos a 600 horas sendo considerado apenas os últimos 3 anos e só será avaliado se o curso for reconhecido por órgão oficial (MEC) e/ou CME (Conselho Municipal de Educação).

7.4 O tempo de serviço no magistério será computado mediante comprovante de tempo de serviço, expresso por entidade de ensino Municipal, Estadual, Federal, Particular ou Carteira Profissional.

7.4.1 O tempo de serviço será computado até 30 de maio de 2013.

7.5 O tempo de serviço, para o cargo de servente será computado mediante comprovante de tempo de serviço na área específica.

7.5.1 O cômputo de tempo de serviço para os cargos descritos no item 7.5 valerá o máximo de 05 (cinco) pontos, o que exceder será desconsiderado.

7.6 A pontuação máxima de títulos poderá chegar a 15 (quinze) pontos por cargo, o que exceder será desconsiderado.

7.6.1 O resultado desta pontuação será transformado em nota, através da fórmula: $PT/10$.

8. DA PROVA PRÁTICA

8.1 A prova prática, para o cargo de motorista, será feita após a realização da prova escrita, sendo no mesmo dia e local da prova escrita, a partir das 14h.

8.2 Para a realização da Prova Prática o candidato deverá estar munido de documento de carteira de motorista.

8.3 O não comparecimento do candidato a Prova Prática implicará na sua desclassificação do Processo Seletivo.

8.4 A Prova Prática terá pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) e consiste em conduzir um ônibus escolar.

9. DOS RECURSOS

9.1. No caso de sentir-se prejudicado na sua classificação, o candidato poderá interpor recurso nos dias 24 e 26 de Julho de 2013, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h, na Secretaria Municipal de Educação;

9.2. A coordenação irá analisar o recurso e emitir seu parecer que será publicado na Secretaria Municipal de Educação;

9.3. A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data de inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação posterior ao período de inscrição.

9.4. Havendo nova classificação esta será publicada no dia 29 de Julho de 2013 na Secretaria Municipal de Educação.

9.5 No caso de erro ou falha na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado.

9.6 No caso de anulação de qualquer questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos que a responderam.

9.7 Em caso de retificação do gabarito ou erro material constado em nota ou resultado, a nota e ou classificação dos candidatos poderão ser alteradas para maior ou menor.

9.8 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.

9.9 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio ou tempo a não ser o descrito no edital.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

10.1 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação em lista de classificação por cargo.

10.2 O resultado do Processo Seletivo será afixado na Secretaria Municipal de Educação, localizada a Rua José Guerreiro Filho, 265, Centro – Porto Belo.

10.3 Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, caso haja alguma alteração, será publicada nova lista de classificação definitiva.

10.4 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizado o seguinte critério de desempate para fins de classificação:

- a) Maior pontuação na vertente "Qualificação Acima da Habilitação Mínima";
- b) Maior pontuação na vertente "Experiência da Área de Atuação";
- c) Maior pontuação na vertente "Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Atualização";
- d) Maior idade;

10.5 Para o cômputo da nota final para a classificação será utilizada a seguinte fórmula:

Professor (a) Educação Infantil/ Professor (a) Ensino Fundamental de Inclusão/ Professor (a) Séries Iniciais/ Professor (a) Artes/ Professor (a) de Língua Portuguesa/ Professor (a) de Inglês e Monitor (a):

$$(PE + (PT)/10 + (TS+HC)/10)/3 = NF$$

Servente:

$$(PE + TS)/2 = NF$$

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação do cargo específico, observada a necessidade da Prefeitura Municipal.

11.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito a contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

11.3 Os candidatos aprovados serão chamados de acordo com a necessidade do Município, através de Edital de convocação publicado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Belo: www.portobelo.sc.gov.br e na Secretaria Municipal de Educação, localizada a Rua José Guerreiro Filho, 265, Centro – Porto Belo.

11.4 Os candidatos aprovados deverão apresentar-se no Departamento Pessoal, no prazo de 24 horas úteis após a escolha de vaga.

11.4.1 O candidato só poderá iniciar seus serviços posterior a apresentação no Departamento Pessoal.

12. DA ESCOLHA DAS VAGAS

12.1. A escolha das vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação, no dia 31 de Julho de 2013, nos respectivos horários de escolhas:

CARGOS	HORÁRIOS
Serventes	08 às 10h
Monitor (a)	
Professor (a) de Educação Infantil	
Professor (a) Anos Iniciais	10 às 12h
Professor (a) de Artes	
Professor (a) de Ensino Fundamental Inclusão	
Professor (a) de Língua Portuguesa	14 às 16h
Professor (a) de Língua Inglesa	

12.2 O documento da escolha de vaga precisa ser assinado pelo próprio candidato, não podendo ser realizado por meio de procuração.

12.3. O candidato que não comparecer na data e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação para a escolha de vaga será automaticamente desclassificado.

12.4 Fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação proceder a chamada e contratação dos candidatos, mediante vagas que surgirem no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação. 12.4.1 O início das atividades será especificado no ato da escolha de vaga.

12.5 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, não podendo ocupar, neste processo seletivo, nenhuma outra vaga.

12.6 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de Porto Belo. A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da mesma, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

12.8 O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Os efeitos legais do processo seletivo para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO de Profissionais da Educação entrarão em vigência a partir de 01 de agosto de 2013, encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

13.2 O candidato que apresentar incompatibilidade de horários, por ter escolhido mais de uma vaga ou ter outro vínculo empregatício, terá sua portaria cancelada.

13.3 O candidato que venha a não corresponder ao proposto pela unidade educativa onde atuará terá sua portaria cancelada, mediante parecer da Secretaria Municipal de Educação.

13.4 Serão excluídos do processo seletivo o candidato que:

- fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;
- tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;
- faltar ou chegar com atraso a qualquer dos eventos previstos no presente edital.

13.5 A candidata que desejar amamentar deverá, comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

Porto Belo (SC), 18 de Junho de 2013.

DÓRIS HELENA SERPA FERREIRA

Secretária Municipal de Educação

Processo Seletivo Anexo I**ANEXO I - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

INSCRIÇÃO Nº _____

() SERVENTE () MOTORISTA

() MONITOR (A) () PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS

() PROFESSOR(A) DE ARTES () PROFESSOR(A) ED. INFANTIL

() PROFESSOR(A) DE LÍNGUA PORTUGUESA () PROFESSOR(A) LÍNGUA INGLESA

() PROFESSOR(A) ENSINO FUND. INCLUSÃO

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

CURSO: _____

PÓS-GRADUAÇÃO: _____

PONTUAÇÃO: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DE ATUAÇÃO

ANOS: _____ MESES: _____

DIAS: _____

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO:

() 10 A 100 HORAS () 101 A 200 HORAS () ACIMA DE 200 HORAS

IDADES: _____

DATA: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

Processo Seletivo Anexo II**ANEXO II – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A PROVA ESCRITA****PARA OS CARGOS DE SERVENTE E MOTORISTA****LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão de textos. Confronto de frases corretas e incorretas.

Emprego de maiúsculas. Separação silábica. Grafia correta de palavras.

Acentuação.

MATEMÁTICA

Operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas envolvendo as quatro operações.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

História e geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Porto Belo.

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Agrônoma. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município

CONHECIMENTO ESPECÍFICO – MOTORISTA

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Lei Orgânica do Município.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO - SERVENTE

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Noções de limpeza e higiene. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: cozinhas, pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Alimentação e nutrição de escolares. Pirâmide de alimentos. Preparação, higienização e conservação de Alimentos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem.

PARA O CARGO DE MONITOR(A)**LÍNGUA PORTUGUESA**

Tipologia textual. Compreensão de textos. Pontuação. Ortografia. Período Simples e

Composto. Grafia correta de palavras. Acentuação. Concordância Verbal e Nominal.

Regência. Colocação pronominal. Interpretação. Semântica.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; - Espaço e forma, grandezas e medidas, - Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal e romana. - Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, o números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Meio ambiente e cidadania. Panorama da economia nacional. Posição geográfica e limites do Brasil, Santa Catarina e Porto Belo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MONITOR(A)

As concepções de infância, de família e de sociedade. O Planejamento Pedagógico. Cuidar, brincar e educar. A elaboração do Universo pela criança: as noções de tempo, espaço, objeto e casualidade. O jogo na construção do conhecimento pela criança. Rotinas da creche. O raciocínio infantil: o pensamento racional e pensamento criador. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Referencial Curricular para a Educação Infantil.

PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE ED. INFANTIL, PROFESSOR(A) DE SÉRIES INICIAIS, PROFESSOR(A) DE ENSINO FUND. INCLUSÃO, PROFESSOR(A) DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR(A) LÍNGUA INGLESA E PROFESSOR(A) ARTE.

LÍNGUA PORTUGUESA

Processo de aquisição da leitura e da escrita. A constituição do leitor/autor. Formação do usuário da língua. Linguagem verbal (oral e escrita) e não-verbal (gestual, musical, plástica, cênica). Funções sociais da linguagem. Variação lingüística: variantes regionais, socioculturais e situacionais. Tipologia textual: textos pessoais (cartas, bilhetes), jornalísticos, literários (crônica, conto, romance, poesia). Estrutura e organização textual: coerência e coesão. Compreensão, interpretação e produção de texto. Fatos gramaticais: a palavra (classe, estrutura e processo de formação); a frase e sua estrutura; o período e sua estrutura (coordenação e subordinação); acentuação; pontuação. Elementos e relações de estrutura gramatical: fonologia, morfossintaxe, semântica. Figuras de linguagem.

MATEMÁTICA

Raciocínio Lógico. Conjunto dos números reais. Variação de grandezas. Função polinomial do 1º grau. Função polinomial do 2º grau. Paralelismo. Perpendicularismo. Projeções. Distâncias. Ângulos. Triângulos. Polígonos. Circunferência. Construções geométricas elementares.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADE

Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Meio ambiente e cidadania. Panorama da economia nacional e local. Posição geográfica e limites do Brasil, Santa Catarina e Porto Belo. História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Porto Belo. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Porto Belo. Atualidades do Brasil e do mundo. Turismo e lazer de Porto Belo. Economia mundial, nacional, estadual e municipal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROFESSOR(A) DE ED. INFANTIL

Teorias do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Currículo. Metodologia de Ensino. Jogos Infantis, brincadeiras e recreação. O lúdico e a aprendizagem. Planejamento, seleção e organização de conteúdos. Projetos de Trabalho. Avaliação. A Instituição da Educação Infantil e do espaço na escola de Educação Infantil. Formação na infância e socialização. O papel do lúdico no desenvolvimento infantil. Diferentes linguagens e objetos de conhecimento na infância. Matemática na Educação Infantil. Legislação. Educação inclusiva. Evolução das concepções sobre a Educação Infantil. Lei nº 9394/96 e a Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROFESSOR(A) LÍNGUA INGLESA

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; **Processos de Ensino Aprendizagem:** conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; **Avaliação da aprendizagem:** conceitos e procedimentos; **Legislação da educação básica;** Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 -Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, -Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala, leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil;

CONHECIMENTO ESPECÍFICO – PROFESSOR(A) LÍNGUA PORTUGUESA

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; **Processos de Ensino Aprendizagem:** conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; **Avaliação da aprendizagem:** conceitos e procedimentos; **Legislação da educação básica;** Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 -Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, -Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala, leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Articulação entre ler, escrever e as áreas do conhecimento; Ensinar e aprender: perspectiva histórico-cultural. Compreensão e interpretações de textos. –Denotação e Conotação; -Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; -Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; -Verbs:

conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. -Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PROFESSOR(A) ARTE

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

DIDÁTICA GERAL.-Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; -Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; -Pintores Brasileiros -Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Didática Geral; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PROFESSOR(A) SÉRIES INICIAIS

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 -Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, -Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/ no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PROFESSOR(A) ENSINO FUND. INCLUSÃO

Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Representações sociais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Formação de professores. Processos de ensino e aprendizagem e o aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Processo Seletivo Anexo III ANEXO III - REQUERIMENTO DE RECURSO

PROCESSO SELETIVO Nº002/2013

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME COMPLETO DO REQUERENTE: _____

CPF: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____

FINALIDADE: _____

PORTO BELO, ____ DE _____ DE 2013.

ASSINATURA DO REQUERENTE

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 542/2013 - RH

PORTARIA Nº 542, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 13 de maio de 2013, referente ao período aquisitivo de dezembro de 1995 a dezembro de 2000, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Adélia Salete de Oliveira, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de maio de 2013.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 543/2013 - RH

PORTARIA Nº 543, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Tatyane Roiek Lazier, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 544/2013 - RH

PORTARIA Nº 544, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de maio a 14 de junho de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cíntia Ribeiro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Roseli Aparecida Tczor-nei que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de maio de 2013.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 545/2013 - RH

PORTARIA Nº 545, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de maio a 12 de julho de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido

na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Josiele Regiane Grossklaus, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Ivonete de Fátima Húpalo que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2013.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 546/2013 - RH

PORTARIA Nº 546, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Joseane Cristina Jung Bereza, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 547/2013 - RH

PORTARIA Nº 547, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Ivone Oroski de Souza Kuritza, ocupante do cargo de Professor Docente

Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 548/2013 - RH

PORTARIA Nº 548, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Tatiane Gulecz, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 549/2013 - RH

PORTARIA Nº 549, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Vilma Aparecida Volkman, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 550/2013 - RH

PORTARIA Nº 550, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Sirlene Raquel Zamboni Freisleben, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 551/2013 - RH

PORTARIA Nº 551, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Cladian Reisdorfer, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 552/2013 - RH

PORTARIA Nº 552, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Sonia Vieiro Stacechen, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 553/2013 - RH

PORTARIA Nº 553, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Telma Cristina Zakaliak, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 554/2013 - RH

PORTARIA Nº 554, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Isabela de Fátima Machado, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 555/2013 - RH

PORTARIA Nº 555, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Lourdes Fernanda Lautério, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de junho a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico no Núcleo Educacional Frei Deodato.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 556/2013 - RH

PORTARIA Nº 556, de 03 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Deisy Jaqueline Tandler, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 557/2013 - RH

PORTARIA Nº 557, de 04 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Tatiana da Silva, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 558/2013 - RH

PORTARIA Nº 558, de 05 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 05 de junho a 04 de julho de 2013, o Contrato de Trabalho nº 011/2013, de 28 de janeiro de 2013, de Ivete de Fátima Meredik Paulichen, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Janete Preveda que se encontra em férias de 30 dias.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 559/2013 - RH

PORTARIA Nº 559, de 05 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 05 de junho de 2013, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Nestor

Domingos Giacomini, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 560/2013 - RH

PORTARIA Nº 560, de 06 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Daiane Cristina de Lima, aprovada em 48º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 561/2013 - RH

PORTARIA Nº 561, de 06 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de junho a 20 de dezembro de 2013 ou até a realização do concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adilson José Marino, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto à Pedreira do Rio Bonito, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 570/2013 - RH

PORTARIA Nº 570, de 13 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00019/97-9, datada de 11 de abril de 1997, da servidora ROSEMARIE APARECIDA KUHN SCARTON, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 5.679 dias, ou seja, 15 (quinze) anos, 06 (seis) e 24 (vinte e quatro) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
- 01/06/1981 a 30/04/1986	Prefeitura Municipal de Porto União	05a 10m 24d
- 02/05/1986 a 19/01/1995	Prefeitura Municipal de Porto União	03a 14m 19d
- 02/05/1986 a 31/01/1991	Prefeitura Municipal de Porto União	05a 08m 10d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Edital de Pregão Presencial 007/2013 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 016/2013 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 007/2013 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de material de higiene, limpeza, gêneros alimentícios, equipamentos, móveis e eletrodomésticos destinados a manutenção de instituição de acolhimento - Alta Complexidade. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 03 de Julho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42)

3523-1155.

Porto União - SC, 19 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 008/2013 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 017/2013 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 008/2013 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para contratação de empresa para prestação de serviços de auxílio funeral. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 04 de Julho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2013 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 018/2013 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2013 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de cestas básicas e leite em pó. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 05 de Julho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 045/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 066/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 045/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para contratação de serviços de fotocópias para Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal da Educação. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 02 de Julho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Este processo licitatório

deu adesão/carona ao processo licitatório de mesmo número para Secretaria Municipal da Educação. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 046/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 067/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 046/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de material para reforma da cobertura da secretaria municipal de transporte, obras e serviços públicos. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 04 de Julho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 103/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 103/2013

Partes: Município de Porto União e empresa Ernani Walczak.

Objeto: locação de um imóvel, de propriedade do locador, sendo um barracão com 400,00 m2, situado a Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, bairro Santa Rosa, neste município, matriculado no registro de imóveis sob n.º 9316.

Valor total: 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período se for de interesse da municipalidade.

Base legal: Dispensa 008/2013 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ERNANI WALCZAK.

Contratada.

Extrato de Contrato Aditivo 105/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 105/2013

Aditivo ao Contrato de Fornecimento e Prestação de Serviços nº 029/2013

Partes: Município de Porto União e Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda EPP

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 12.916,00 (doze mil novecentos e dezesseis reais), equivalente a 24,60%.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 13 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 008/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatorio nº 061/2013

Dispensa de Licitação n.º 008/2013

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social necessita locar um imóvel para instalar a Associação dos Agentes Recicladores de Porto União - ASSARPU, como parte de incentivo para o programa geração de renda de reciclagem solidária.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel urbano, com área de 400,00 m2 situada na Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, bairro Santa Rosa, neste município, inscrito sob a matrícula 9.316 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União SC, de propriedade do Sr. Ernani Walczak, anexo ao processo licitatório.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade do Senhor Ernani Walczak em razão da sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado e a inexistência de outro lugar para acolher o projeto.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Orgão 0200 - Poder Executivo de Porto União

Unidade: 0209 - Secretaria de Desenvolvimento Social

Atividade 2026 - Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social

Modalidade : 3390-100 - Aplicações Diretas

Complemento - 33903615 Locação de Imóveis

Cod 102

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 04 de junho de 2013.

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 092/2013

Edital de Leilão Público Nº 002/ 2013.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2013

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/ 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

O Município de PORTO UNIÃO, Santa Catarina, com sede à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, cidade de Porto União, SC, CEP 89.400 000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.541/0001-58, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às

09 horas do dia 18 de JULHO de 2013, tendo como local o SALA DOS CONSELHOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO sito à Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União, SC. O leilão será conduzido pelo LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido no site da Prefeitura WWW.PORTOUNIAO.SC.GOV.BR ou através do site WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR, ou ainda pelos telefones Fone (42) 3523 1155, (Prefeitura) ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PORTO UNIÃO (SC), 19 de junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3431

DECRETO Nº 3431, de 04 de junho de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 041/2013, de 14.05.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME;
- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

04 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3431/2013

Pregão Presencial Nº 041/2013 de 14.05.2013.

Objeto da Licitação: Aquisição de frutas, verduras, ovos vermelhos para atender alunos da rede Municipal de Ensino. Setor Merenda Escolar. Secretaria de Educação.

Participantes: - COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME;
- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN;

- SUPREMAVILLE ALIMENTAÇÃO LTDAME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME;
- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN.

Decreto 3440

DECRETO Nº 3440, de 13 de junho de 2013.

"DESIGNA EZEQUIAS SALLA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º- Designa, o servidor EZEQUIAS SALLA, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Informática da Fundação Cultural de Rio do Sul para exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor Administrativo Geral da Fundação Cultural de Rio do Sul, durante o impedimento da titular por motivo de Afastamento Auxílio-doença até a data de 30/09/2013, nos termos do Art. 46, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º- Pelo exercício da função no período da designação, fará jus, a diferença de vencimentos dos cargos.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

13 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT

Superintendente da Fundação Cultural

Decreto 3441

DECRETO Nº 3441, de 13 de junho de 2013

"NOMEIA LIGIA SCHWINGEL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear LIGIA SCHWINGEL, para a partir de 03/06/2013, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Atenção Básica e Unidade de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

13 de junho de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3443

DECRETO Nº 3443, de 14 de junho de 2013
"NOMEIA DEIZE CRISTINA SARTORI"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear DEIZE CRISTINA SARTORI, para a partir de 03/06/2013, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Enfermagem, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

14 de junho de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Município de Rio do Sul

Portaria Nº 0740/RH

PORTARIA Nº. 0740/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 12/06/2013, o servidor municipal FERNANDO MATTE FONTANIVE, do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de Junho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Edital de Chamamento Público 066/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 066/2013 - Tomada de Preço nº 064/2013

O Município de Rio do Sul faz saber que FICA ABERTO o prazo para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas, nos termos do artigo 10º da Lei Federal nº. 12.232/2010, para contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade.

Considerando que o Município de Rio do Sul promoverá licitação na modalidade "tomada de preços", do tipo "técnica e preço", objetivando a contratação de Agência de Propaganda para prestação de serviços de publicidade, a Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 1581 de 15 de dezembro de 2010, faz

saber que estão abertas às inscrições de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, para integrar a subcomissão técnica, a qual será responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas

Os interessados deverão comparecer pessoalmente à Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitações, sito na Praça 25 de julho, nº 01, bairro Centro, Rio do Sul/SC, entre os dias 24 de junho a 05 de julho de 2013, das 07:30 às 11:30 horas e 13:30 às 17:00 horas, munidos dos documentos exigidos no presente Edital, para efetivar inscrição.

A relação dos profissionais inscritos, bem como a data da sessão pública para sorteio dos nomes serão publicados, oportunamente, no Diário Oficial dos Municípios (<http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (<http://www.riodosul.sc.gov.br/>).

Rio do Sul, 10 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Edital de Tomada de Preços 064/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 064/2013

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo TÉCNICA e PREÇO, objetivando a contratação de agência de publicidade para prestação de serviços publicitários para a Prefeitura Municipal, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os envelopes serão recebidos até às 09:00 horas do dia 24 de julho de 2013, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes será efetuada às 09:00 horas do dia 24 de julho de 2013, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 10 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contrato 19/2013 FMS

CONTRATO Nº. 19/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, YARA REGINA MENDES ZANIS, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM GINECOLOGIA/OBSTETRICIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 02/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, YARA REGINA MENDES ZANIS, inscrito no

CPF sob nº 312.993.509-68, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS especializados em GINECOLOGIA/OBSTETRICIA, aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor Unitário
03.01.01.007-2	Consulta Médica em Atenção Especializada	18,00

Parágrafo Único – O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo profissional médico YARA REGINA MENDES ZANIS inscrito no CPF sob nº. 312.993.509-68, com registro no Conselho Regional de Medicina/CREMESC sob o nº. 1744, e deverá ser executado nas dependências do Centro de Atendimento a Mulher – CAM.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único – A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade: 2.080 – BLMAC – MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro – O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo – nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I – O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o

pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III – As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV – O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo – A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo – Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro – Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro – Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 07 de Junho de 2013.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Drª. Yara Regina Mendes Zanis Contratada
--	---

Testemunhas:

LUCIANE ARAUJO MATTANA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1.484

LEI Nº 1.484/2013, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Município a reconhecer, empenhar e pagar despesas de exercício anterior e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, em uso de suas atribuições, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer, empenhar e pagar as despesas liquidadas e não empenhadas do Fundo Municipal da Saúde, relativas ao exercício de 2012, no valor de R\$ 15.830,00 (quinze mil e oitocentos e trinta reais), com a seguinte classificação orçamentária:

Conta: 02.0202.04.122.0402.4005.33900000

Reduzido : 007

Órgão : CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função : ADMINISTRAÇÃO

SubFunção : ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa : ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj/Atividade : MANUT. DAS ATIV. ADMINISTR. E FINANCEIRAS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Art. 2º. O empenhamento e o consequente pagamento da despesa ora reconhecida dar-se-á somente mediante disponibilidade financeira do Município, sem comprometimento da execução orçamentária do exercício vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 17 de junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 1.485

LEI N. 1485, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal, Lei nº 1.470/2012, na seguinte classificação orçamentária:

Classificação	Denominação/Valor
02	Chefia do Executivo
02.06	Secretaria de Agricultura
02.06.20606.2001.4039	Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.1.93.00.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.000,00
3.3.93.00.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 18.000,00
4.4.93.00.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$21.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito especial aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos do SUPERÁVIT FINANCEIRO, apurado no balanço geral do exercício anterior.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 17 de junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Retificação - Edital de PP Nº 22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PP Nº 22/2013

ALTERA DESCRIÇÃO DO ITEM SOLICITADO

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 23/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por finalidade aquisição de veículos novos para a secretaria municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

de educação do município de Salto Veloso - SC
Altera descrição do item solicitado
ONDE SE LE: Veículo novo 0 km, ano de fabricação 2013 modelo 2014, Teto Baixo com capacidade mínima do motor 125CV, torque mínimo de (kgf.m) 30 a 1500 rpm e no mínimo 2.3 a DIESEL, na cor Branca, tração dianteira, desembaçador com ar quente, direção hidráulica, ar condicionado com duto central, no mínimo de 16 lugares (15 1) tacógrafo tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros, Carga mínima útil 1.200 kg.

LEIA SE - Veículo novo 0 km, ano de fabricação 2013 modelo 2014, Teto Baixo com capacidade mínima do motor 125CV, diesel turbo intercooler torque mínimo de 32,6 (kgf.m) a 1800 rpm, na cor branca, tração dianteira, desembaçador com ar quente, direção hidráulica, no mínimo de 16 lugares (15 1) tacógrafo tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros, Carga mínima útil 1.200 kg, garantia de (1) um ano independente de quilometragem.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 14 de JUNHO de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Retificação - Edital de PP Nº 23/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PP Nº 23/2013
ALTERA DESCRIÇÃO DO ITEM SOLICITADO

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 23/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por finalidade aquisição de veículos novos para o fundo municipal de saúde do município de Salto Veloso - SC

Altera descrição do item solicitado

ONDE SE LE: Veículo novo 0 km, ano de fabricação 2013 modelo 2014, motor no mínimo de 125 CV e 2.3 torque mínimo de (kgf.m) 30 a 1500 rpm a DIESEL, tração dianteira, na cor Branca, desembaçador com ar quente, direção hidráulica, Teto Alto, ar condicionado com duto central, tacógrafo, no mínimo de 16 lugares (15 1) tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros, Carga mínima útil 1.530 kg.

LEIA SE - Veículo novo 0 km, ano de fabricação 2013 modelo 2014, motor no mínimo de 125 CV e 2.3 diesel turbo com intercooler, torque mínimo de 32,6 kgf.m a 1800 rpm, tração dianteira, na cor Branca, Teto Alto de no mínimo 1,88m de altura, desembaçador com ar quente, direção hidráulica, banco do motorista com regulagem de altura, vidros e travas elétricas, retrovisores externos elétricos, pré disposição para radio (02 autofalantes e antena), ar condicionado com duto central, tacógrafo, no mínimo de 16 lugares (15 1), bancos reclináveis, cortinas, porta pacote do lado esquerdo, película, banco traseiro elevado com porta malas tipo baú, tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros, Carga mínima útil 1.530 kg, garantia de no mínimo 1 ano sem limite de quilometragem.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 14 de JUNHO de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 033, de 29 de Maio de 2013.

Decreto nº 033, de 29 de maio de 2013.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, Santa Catarina no uso das atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2014
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2014
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	

5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2014
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2014
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Resumo de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

LICITAÇÃO Nº 04/2013 - CV Nº 04/2013

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, de Santa Rosa do Sul, torna público que se encontra aberto o processo de licitação referente à Contratação de Empresa para Fornecimento de material, equipamento e mão de Obra na instalação de Reservatórios D'água para distribuição na Rede, e medidor de

vazão para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. Com recebimento da documentação e proposta até às 13:45Hs do dia 26/06/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113, E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrato Edital N 176 Pregao 11

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000000176/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 11/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para AQUISICAO DE PNEUS PARA USO NOS VEICULOS DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAUDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 02/07/13, até às 09:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 17/06/13.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 2570/2013

PORTARIA Nº 2570, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
DESIGNA COMISSÃO E AFASTA SERVIDOR

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 158 e 159, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncia de fatos tipificados, em princípio, no art. 131 e seus incisos: VI, VIII e XIII, no artigo 132, incisos X, XV e XVIII, artigo 143, inciso VII, todos do Estatuto dos Servidores Municipais de São Bento do Sul - Lei Municipal no 228/2001, bem como outras infrações conexas que emergirem no decorrer apuratório, imputados ao servidor J.H.C., ocupante do cargo de Atendente Educativo, matrícula funcional nº 36859, conforme denúncia proferida pela Secretária Municipal de Educação, Alcione Teresinha Hinke, e acatada pela Procuradora do Município de São Bento do Sul Katherine Schreiner.

Art. 2º Designa a Comissão Processante Especial, constituída por meio do Decreto nº 0094/2013, para dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Afastar o servidor mencionado de suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, a partir do dia 18 de junho de 2013, pelo período de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 5º Consoante o artigo 163 da Lei 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

Art. 6º Em decorrência do Estatuto da Criança e do Adolescente, o presente procedimento deverá tramitar em SIGILO.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 168/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 168/2013

OBJETO: Aquisição De Passagens (Vale Transporte) Para Os Servidores Públicos Da Secretária De Educação De São Bento Do Sul Para Mafra, Rio Negrinho E Campo Alegre , Pelo Período De Junho A Dezembro De 2013 , conforme art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A..

VALOR: R\$ 100.013,60

SÃO BENTO DO SUL, 11 de junho de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 168/2013

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Aquisição De Passagens (Vale Transporte) Para Os Servidores Públicos Da Secretária De Educação De São Bento Do Sul Para Mafra, Rio Negrinho E Campo Alegre , Pelo Período De Junho A Dezembro De 2013

II - Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a Inexigibilidade de Licitação para o fornecimento das passagens (vale transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores municipais usuários das mesmas.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores municipais da Secretaria de Educação usuários das mesmas.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 100.013,60 (cem mil e treze reais e sessenta centavos) é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária Municipal de Educação, Sra. Alcione Teresinha Hinke.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor Departamento Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1661/2013 e 1662/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1661/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP0982	55725895D	6920/0	23/10/2012	R\$ 127,69	233
AHF0810	55725852D	6920/0	05/10/2012	R\$ 127,69	233
ARM0410	55724791D	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233
MAI8608	55724761D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MAP5755	55727808D	6920/0	18/09/2012	R\$ 127,69	233
MAP6012	55723517D	6700/0	20/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MBZ7620	55723294D	5010/0	15/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBZ7620	55723295D	5118/0	15/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCY2878	55725155D	5029/2	12/03/2013	R\$ 957,69	162 * II
MEF8167	55725896D	6920/0	23/10/2012	R\$ 127,69	233
MEU5964	55722649D	6920/0	30/01/2013	R\$ 127,69	233
MGW7185	55722886D	6556/1	27/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGW7185	55722887D	6963/2	27/01/2013	R\$ 127,69	237
MGW7185	55722888D	6602/0	27/01/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MIF8554	55725022D	6920/0	08/03/2013	R\$ 127,69	233
MJZ4784	55723549D	6700/0	11/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE JUNHO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER
DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1662/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEG8071	54074073D	5460/0	30/01/2013	R\$ 85,12	181 * IX
AJI4059	54044455D	5185/1	08/04/2013	R\$ 127,69	167
AOH0583	54045989D	5207/0	05/02/2013	R\$ 53,20	169
BEB9099	54045700D	5541/2	24/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZR6089	54044559D	5541/2	07/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAP6012	55723516D	5185/1	20/02/2013	R\$ 127,69	167
MAQ1934	54045839D	5460/0	29/01/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MBT3368	55727929D	6041/2	15/02/2013	R\$ 127,69	207
MDJ1985	54044928D	5380/0	16/03/2013	R\$ 85,12	181 * I
MFN9720	54044916D	5380/0	08/03/2013	R\$ 85,12	181 * I
MIN9637	54044141D	5185/1	20/02/2013	R\$ 127,69	167
MKP1123	54045703D	5541/2	09/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 791/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 791/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGS1953	8492045361	5673/2	13/10/2012	R\$ 85,12	183
AHE4734	8492049896	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJA5775	8492049512	6050/3	25/02/2013	R\$ 191,53	208
AOX7091	8492048335	5673/2	14/01/2013	R\$ 85,12	183
ATB6601	8492045458	6050/3	14/10/2012	R\$ 191,53	208
LXC7701	8492045368	6050/3	14/10/2012	R\$ 191,53	208
LXI5865	8492045532	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXK1497	8492045563	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXL6374	8492049859	6050/3	06/03/2013	R\$ 191,53	208
LXQ1876	8492049883	7455/0	08/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYH8434	8492045526	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYR6669	8492045423	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZN5480	8492045553	7455/0	17/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZQ5384	8492049593	7455/0	24/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAJ2053	8492049865	7455/0	09/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAJ6983	8492048816	7455/0	28/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBT4521	8492048874	7455/0	24/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBV6730	8492049915	7455/0	10/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCB3020	8492048547	7455/0	20/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCR1407	8492050004	7455/0	10/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFM5531	8492045365	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFM5531	8492045427	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFT0864	8492048744	7455/0	30/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGL3428	8492044265	7455/0	14/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGP7306	8492049283	7455/0	19/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGW7335	8492049936	5673/2	08/03/2013	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGZ6580	8492049410	7455/0	17/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHB7376	8492049611	7455/0	24/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN1472	8492049907	7455/0	12/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHS5537	8492045528	7455/0	15/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIM3868	8492048616	6050/3	23/01/2013	R\$ 191,53	208
MJA0595	8492044296	7455/0	13/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJP9086	8492045507	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKG3903	8492047364	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKQ1050	8492050022	7455/0	13/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLG0201	8492049433	7455/0	14/02/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1659/2013 e 1660/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1659/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACS1515	54075943D	5274/1	15/05/2013	175
ALB7412	55724555D	6920/0	10/05/2013	233
AOH5362	55724399D	6599/2	26/05/2013	230 * V
AOH5362	55724400D	6629/0	26/05/2013	230 * VIII
LXG4570	55724082D	6920/0	03/05/2013	233
LYF7398	55724581D	6920/0	21/05/2013	233
LYX0456	55723895D	5010/0	06/05/2013	162 * I
LYX0456	55723896D	5118/0	06/05/2013	164 c/c 162 * I
LYX0456	55723897D	6653/2	06/05/2013	230 * XI
LZB6202	55724603D	5010/0	26/05/2013	162 * I
LZB6202	55724604D	5118/0	26/05/2013	164 c/c 162 * I
LZB6202	55724605D	6599/2	26/05/2013	230 * V
LZU1811	55724572D	6920/0	17/05/2013	233
MAF9352	55724080D	6920/0	02/05/2013	233
MAJ3830	55724558D	6920/0	13/05/2013	233
MDG4964	54075944D	5010/0	24/05/2013	162 * I
MDG4964	54075945D	5118/0	24/05/2013	164 c/c 162 * I
MDG4964	54075946D	6912/0	24/05/2013	232
MDG4964	54075947D	6599/2	24/05/2013	230 * V
MDG4964	54075948D	6726/1	24/05/2013	230 * XVIII
MED8774	55724564D	6920/0	15/05/2013	233
MED9673	55727006D	5010/0	24/05/2013	162 * I
MEM3642	55724602D	6599/2	23/05/2013	230 * V
MEO4742	55724620D	6653/2	27/05/2013	230 * XI
MEO4742	55724621D	6556/1	27/05/2013	230 * I
MFC6454	55723866D	6653/2	28/04/2013	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFG1582	55724054D	6920/0	23/04/2013	233
MFK2113	55724579D	6920/0	20/05/2013	233
MGW3472	55723222D	6599/2	21/05/2013	230 * V
MHQ2536	55725593D	5169/2	21/05/2013	165
MIS4345	55723899D	5045/0	06/05/2013	162 * V
MIS4345	55723900D	5142/0	06/05/2013	164 c/c 162 * V
MMI2320	55724582D	6920/0	22/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE JUNHO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1660/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AER2626	55511637D	5185/1	30/04/2013	167
AMR1022	55511529D	5568/0	29/05/2013	181 * XIX
CRM2936	55511785D	5193/0	03/06/2013	168
CST0793	55725321D	5525/0	11/05/2013	181 * XV
CST0793	55725322D	5541/1	11/05/2013	181 * XVII
LYJ8938	54044440D	5568/0	28/05/2013	181 * XIX
LZB6202	55724606D	5185/2	26/05/2013	167
MAJ8831	55724616D	5185/1	27/05/2013	167
MAX7622	55511789D	5185/1	03/06/2013	167
MBD0008	55511774D	5541/1	28/05/2013	181 * XVII
MEA3404	55511859D	7366/2	24/05/2013	252 * VI
MFP2950	55511813D	5568/0	27/05/2013	181 * XIX
MGF5186	55511852D	7366/2	22/05/2013	252 * VI
MGX1709	55511764D	5568/0	23/05/2013	181 * XIX
MHI0271	54044426D	5541/6	17/04/2013	181 * XVII
MHP7906	55511753D	5746/1	17/05/2013	187 * I
MHX0908	54044442D	5541/2	17/05/2013	181 * XVII
MIS1448	54044443D	5541/6	13/05/2013	181 * XVII
MIS1448	55511582D	5541/2	14/05/2013	181 * XVII
MKF4800	54044891D	5541/2	15/05/2013	181 * XVII
MKO2166	55511510D	5541/1	08/05/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 790/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 790/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABN6372	8492052272	7455/0	17/05/2013	218 * I
ABT9239	8492052222	7455/0	21/05/2013	218 * I
AGQ6643	8492052207	7455/0	21/05/2013	218 * I
AHL1068	8492051438	6050/3	28/04/2013	208
AKN5508	8492052008	7463/0	15/05/2013	218 * II
AME6280	8492051485	7455/0	30/04/2013	218 * I
ARU2041	8492052118	7455/0	18/05/2013	218 * I
ARY1712	8492051382	7471/0	28/04/2013	218 * III
ASA0656	8492051542	7455/0	30/04/2013	218 * I
BIS5758	8492051477	7455/0	27/04/2013	218 * I
CAP3141	8492051531	7455/0	29/04/2013	218 * I
CZI0602	8492052136	6050/3	16/05/2013	208
EDR0331	8492052090	7455/0	19/05/2013	218 * I
EDR0331	8492052180	7455/0	19/05/2013	218 * I
GXP7602	8492051801	7455/0	08/05/2013	218 * I
HDV9220	8492051465	7455/0	28/04/2013	218 * I
HQI8144	8492052230	7463/0	16/05/2013	218 * II
IGO9684	8492052235	7455/0	20/05/2013	218 * I
KGE7744	8492051526	7463/0	01/05/2013	218 * II
LXJ0584	8492051988	7455/0	14/05/2013	218 * I
LYL6139	8492052280	7455/0	16/05/2013	218 * I
LZR0486	8492052108	6050/3	16/05/2013	208
LZX9174	8492052085	7455/0	16/05/2013	218 * I
MAC0632	8492052158	7455/0	17/05/2013	218 * I
MAC0632	8492052176	7455/0	17/05/2013	218 * I
MAU8917	8492051487	7455/0	30/04/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAY0567	8492052113	7455/0	18/05/2013	218 * I
MBK7159	8492052066	7455/0	17/05/2013	218 * I
MBP5813	8492052244	7455/0	19/05/2013	218 * I
MBY9044	8492052047	5673/2	17/05/2013	183
MCB0008	8492052117	5673/2	18/05/2013	183
MCF6812	8492051117	5673/2	18/04/2013	183
MCF9279	8492052137	6050/3	16/05/2013	208
MCM7895	8492051498	7463/0	29/04/2013	218 * II
MDA1627	8492052092	7455/0	21/05/2013	218 * I
MDR6585	8492051511	7463/0	28/04/2013	218 * II
MDU1154	8492052233	7455/0	20/05/2013	218 * I
MDZ5195	8492051338	7463/0	26/04/2013	218 * II
MEI5505	8492052068	7455/0	18/05/2013	218 * I
MEO3538	8492052129	5673/2	19/05/2013	183
MEP3232	8492052194	7455/0	22/05/2013	218 * I
MFH5834	8492051405	7455/0	29/04/2013	218 * I
MFL5874	8492052165	7455/0	19/05/2013	218 * I
MGC5875	8492052245	7455/0	19/05/2013	218 * I
MGG8935	8492051556	7455/0	29/04/2013	218 * I
MGP0852	8492052147	7455/0	18/05/2013	218 * I
MGP7306	8492051402	7455/0	29/04/2013	218 * I
MGV6408	8492051423	7463/0	01/05/2013	218 * II
MHD7409	8492051422	7455/0	01/05/2013	218 * I
MHN5657	8492051119	5673/2	19/04/2013	183
MHX3949	8492051564	7455/0	01/05/2013	218 * I
MIM4278	8492052048	6050/3	17/05/2013	208
MIM5676	8492051385	7455/0	29/04/2013	218 * I
MIR5017	8492052191	7455/0	21/05/2013	218 * I
MIW2960	8492052105	7455/0	19/05/2013	218 * I
MJC7023	8492051188	7455/0	24/04/2013	218 * I
MJH2626	8492051455	7455/0	01/05/2013	218 * I
MJM8228	8492051435	5673/2	28/04/2013	183
MJM8228	8492051436	6050/3	28/04/2013	208
MJS0452	8492052135	6050/3	16/05/2013	208
MKB5946	8492051784	7455/0	04/05/2013	218 * I
MKQ4918	8492052058	7463/0	21/05/2013	218 * II
MLE3463	8492052071	7455/0	20/05/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMF8921	8492051744	7455/0	04/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 187/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 187/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/06/2013 a 16/09/2013, ao servidor ADELINO NADERER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/05/2013 a 03/06/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/06/2013.

São Bento do Sul, 13/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 185/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 185/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/06/2013 a 17/07/2013, a servidora RUTH KLEINSCHMIDT DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/06/2013 a 17/06/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/06/2013.

São Bento do Sul, 14/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 186/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 186/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/06/2013 a 30/09/2013, concedido a servidora DORALICE MROSKOWSKI DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 096/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/06/2013.

São Bento do Sul, 13/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 188/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 188/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/06/2013 a 03/07/2013, a servidora IRILDES BIAO-BOCK COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/05/2013 a 03/06/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/06/2013.

São Bento do Sul, 13/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 189/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 189/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/05/2013 a 28/06/2013, concedido a servidora NADIA SIBELE SANTOS VIEIRA STOEBERL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 038/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/05/2013.

São Bento do Sul, 13/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 190/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 190/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/06/2013 a 30/08/2013, concedido a servidora EDITE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 102/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/06/2013.

São Bento do Sul, 13/06/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 191/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 191/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/06/2013 a 05/07/2013, concedido a servidora CRISTIANE GRUBER JELINSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 124/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/06/2013.

São Bento do Sul, 14/06/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 192/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 192/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 19/06/2013 a 12/07/2013, ao servidor WASHINGTON HENRIQUE MARQUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de

afastamento, referente ao período 04/06/2013 a 18/06/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/06/2013.

São Bento do Sul, 14/06/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 193/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 193/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 20/06/2013 a 06/09/2013, a servidora ANI MARI LOTH PSCHIEDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 05/06/2013 a 19/06/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/06/2013.

São Bento do Sul, 14/06/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 194/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 194/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 10/06/2013 a 14/06/2013, concedido ao servidor JOÃO LEAL DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 116/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/06/2013.

São Bento do Sul, 14/06/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 195/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 195/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/06/2013 a 31/10/2013, concedido a servidora LENI LIRES DREVEK DAL BO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 086/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2013.

São Bento do Sul, 14/06/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Resolução Nº 005/2013 - CMAS

Defere o requerimento de inscrição da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE de São Domingos/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, amparados pela Lei Municipal nº DAP/0998/95 de 18 de Dezembro de 1995 e de acordo com a Visita Técnica à entidade Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE de São Domingos, no dia 07 de maio de 2013 e Reunião Ordinária realizada em 07 de Maio de 2013, RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR o Requerimento de Inscrição da Instituição, Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE de São Domingos/SC.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São Domingos/SC, 07 de Maio de 2013.
SANDRA MARIA FIORESE
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 1.000/2013

DECRETO Nº 1.000/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o

Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Cristiane Coelho	Professor-M	24/05/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 24/05/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.001/2013

DECRETO Nº 1.001/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Lilian Cristina de Oliveira	Professor-H	20/05/2013	23 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 20/05/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.002/2013

DECRETO Nº 1.002/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o

Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Antônio Búrgio Filho	Professor-H	22/05/2013	28 horas aulas
Flávia Cristina Sebold	Professor-H	22/05/2013	20 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 22/05/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.003/2013

DECRETO Nº 1.003/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Daniela Luz Andrade Souza	Auxiliar de Sala	28/05/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 28/05/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.011 /2013

DECRETO Nº 1.011 /2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que

lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Alessandra Ouriques Nardi	Auxiliar de Sala	03/06/2013	30 horas
Alexsandra da Silva	Auxiliar de Sala	03/06/2013	30 horas
Ana Cristina Radtke Vargas	Auxiliar de Sala	03/06/2013	30 horas
Bernadete Machri Almeida	Auxiliar de Sala	03/06/2013	30 horas
Helaine Christina Oliveira de Souza	Professor-H	03/06/2013	26 horas aulas
Jéssica Helena Duarte	Auxiliar de Sala	03/06/2013	30 horas
Vanessa Aparecida Starosky	Auxiliar de Sala	03/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 03/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.012/2013

DECRETO Nº 1.012/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Artur José Fernandes	Professor-H	04/06/2013	15 horas aulas
Cleide Grandmaison Menegaz	Auxiliar de Sala	04/06/2013	30 horas
Fabiana Lourdes Maria Bento Vermohler	Auxiliar de Sala	04/06/2013	30 horas

Fernanda Xavier de Amorim	Auxiliar de Sala	04/06/2013	30 horas
Gisele Fernandes	Auxiliar de Sala	04/06/2013	30 horas
Marlei Maciel Bageston	Auxiliar de Sala	04/06/2013	30 horas
Priscila do Carmo Rios Soares da Silva	Auxiliar de Sala	04/06/2013	30 horas
Rosangela Schmitz Xavier	Professor-M	04/06/2013	20 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 04/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.013/2013

DECRETO Nº 1.013/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Amanda dos Passos da Rosa	Auxiliar de Sala	05/06/2013	30 horas
Fernanda de Souza	Auxiliar de Sala	05/06/2013	30 horas
Marise Edi dos Santos	Auxiliar de Sala	05/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 05/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.014/2013

DECRETO Nº 1.014/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Josiane Pereira de Freitas	Professor-M	03/06/2013
Maria Luiza Meier	Auxiliar de Sala	03/06/2013
Mariza Nunes de Sousa	Professor-M	03/06/2013
Regina da Silva Faria	Professor-M	03/06/2013
Rozana Cleonice Garcia dos Santos	Professor-M	03/06/2013
Silvana Mara dos Santos	Professor-M	03/06/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.015/2013

DECRETO Nº 1.015/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e,

De acordo com o Termo de Ajuste de Conduta nº 368/2007 firmado pelo Município de São José e o Ministério Público (MPU/MPT/PRT da 12ª Região);

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensadas as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Ana Paula Crozeta da Luz	Professor-M	17/06/2013
Carolina Oliveira Valse	Professor-H	17/06/2013
Chirley Machado	Professor-M	27/06/2013
Evelise Garofalo Pinto	Professor-H	13/06/2013
Nivea Maria de Oliveira	Professor-H	12/06/2013
Thais Muller Hameister	Professor-H	10/06/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.016/2013

DECRETO Nº 1.016/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo administrativo nº 8545/2013 datado de 20/05/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o seguinte servidor admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Mário César Coelho Gomes	Professor-H	03/06/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1025/2013

DECRETO Nº 1025/2013

EXONERA SERVIDORA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada "A PEDIDO" a servidora, IZABEL CRISTINA FEIJÓ DE ANDRADE, ocupante do cargo de Vice Reitora Acadêmica - CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1029/2013

DECRETO Nº 1029/2013

CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a II Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se

realizar nos dias 12 e 13 de julho de 2013, no Centro Multiuso, Avenida Acioni Souza Filho, Centro, São José/SC, sob a coordenação da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.

Art. 2º - A II Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:

§1º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as dimensões (Economia, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 3º - Durante a II Conferência Municipal de Cultura se procederá à eleição dos Delegados para a III Conferência Estadual de Cultura.

Art. 4º - Durante a II Conferência Municipal de Cultura se procederá à eleição dos representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal de Políticas Públicas.

Art. 5º - A II Conferência Municipal de Cultura será presidida pela Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, neste ato representada por Elenita Gerlach Koerich, e na sua ausência ou impedimento, pelo Superintendente-Adjunto, representado por Carlos Eduardo Martins.

Art. 6º - A Fundação Municipal de Cultura e Turismo expedirá o regulamento da II Conferência Municipal de Cultura.
Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da II Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 7º - As despesas com a realização da II Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1033/2013

DECRETO Nº 1033/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada ANA PAULA LEMOS SOUZA, para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização e Acompanhamento - CCM7, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1034/2013

DECRETO Nº 1034/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado GUILHERME ANTONIO PACHECO, para exercer o cargo de ASSESSOR PEDAGÓGICO - CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1035/2013

DECRETO Nº 1035/2013
DECRETA ÁREA DE FESTA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada área de festa, do dia 20 a 22 de julho do corrente ano, toda a área que envolve toda a área central que circunda a Igreja Matriz de São José, ou seja, as Rua Engelberto Koerich, Rua Ivo José de Souza, Rua Osmar Conceição e adjacências, tendo em vista a realização da Festa da Padroeira Senhora Sant'Ana.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1038/2013

DECRETO Nº 1038/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, MARILEIA DE LIMA DA SILVA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1040/2013

DECRETO Nº 1040/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, LUANA RAIMUNDO para o cargo em comissão de Assessor I Administrativo - CCM 1, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1041/2013

DECRETO Nº 1041/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, MAUREM CRISTIANE PREDEBON para o cargo em comissão de Diretor de Orçamento - CCM 7, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1042/2013

DECRETO Nº 1042/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, VALÉRIA PETRY para exercer o cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1043/2013

DECRETO Nº 1043/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, EDUARDO PÓVOAS COSTA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1044/2013

DECRETO Nº 1044/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, ANA PAULA PEREIRA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1045/2013

DECRETO Nº 1045/2013

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora JULIANA TEREZINHA DA SILVA, matrícula nº 15.455, a função gratificada de Diretor de Diretoria, nível FG-DI.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1047/2013

DECRETO Nº 1047/2013

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidor PEDRO PAULO MAFRA, matrícula nº 22793, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1048/2013

DECRETO Nº 1048/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada JULIANA DUARTE DE ALMEIDA, para exercer o cargo de Coordenador de DST/AIDS - CCM 5 com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1050/2013

DECRETO Nº 1050/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado REGINALDO NILTON AMANDIO, para exercer o cargo de Chefe de Transporte de Pacientes - CCM - 3 com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1052/2013

DECRETO Nº 1052/2013

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora MICHELE MARTENDAL, matrícula nº 23.176, a função gratificada de Diretor de Diretoria, nível FG-DI.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 981/2013

DECRETO Nº 981/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor PAULO HENRIQUE LOHN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III,VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 982/2013

DECRETO Nº 982/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora LILIA ANTONIETA DA SILVA SOARES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III,VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 983/2013

DECRETO Nº 983/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JULIANA FERREIRA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III,VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 984/2013

DECRETO Nº 984/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANA PAULA OURIQUES VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 985/2013

DECRETO Nº 985/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DANIELA HAMMES OTTO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 986/2013

DECRETO Nº 986/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARI OVIDIA DOS SANTOS MARTINS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 987/2013

DECRETO Nº 987/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CAMILA SILVEIRA FERREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada

em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 988/2013

DECRETO Nº 988/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GRAZIELA SIEGEL VIRTUOSO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 989/2013

DECRETO Nº 989/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ROBERTA ROSAR para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme

anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 990/2013

DECRETO Nº 990/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CINTIA CORREA DA FONSECA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 991/2013

DECRETO Nº 991/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora LELIA FLORISBAL PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da

Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 992/2013

DECRETO Nº 992/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JANAINA IDELZINA BATISTA ROCHA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 993/2013

DECRETO Nº 993/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MAYRA VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 995/2013

DECRETO Nº 995/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JULIANA CRISTINA JULIARI DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 996/2013

DECRETO Nº 996/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que

lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CATARINA LEALDINO DA SILVEIRA REMBOWSKI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 997/2013

DECRETO Nº 997/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Adriana Gustmann de Castro	Professor-M	13/05/2013
Marília Correa de Jesus Dias	Professor-M	15/05/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 998/2013

DECRETO Nº 998/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Gleyse Edna Cardoso	Agente de Serviços Gerais	13/05/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 999/2013

DECRETO Nº 999/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Eliani Marchinhaki	Auxiliar de Sala	27/05/2013	30 horas
Lourdes Pires Ferrazza	Professor-M	27/05/2013	20 horas
Kamilla Souza Schneider	Auxiliar de Sala	27/05/2013	30 horas
Regiane Gesser	Professora-M	27/05/2013	20 horas
Schayany Luma Rosa Machado	Auxiliar de Sala	27/05/2013	30 horas
Scheila Vilma da Rosa Monteiro	Professor-M	27/05/2013	20 horas
Valdinéia de Souza Anacleto	Auxiliar de Sala	27/05/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 27/05/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**Ata da Trigésima Sesta Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina**

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almedci de Jesus - PMDB

Secretário : Meri Terezinha de Melo Hang - PSD

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezoito horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência e secretaria dos Titulares. Pela lista de presença à Sessão, foi constatada a ausência da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins e o comparecimento dos demais Senhores Edis. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente solicitou que fosse proferida a leitura da Ata da Trigésima Quinta Sessão ordinária, que posta em votação foi aprovada por unanimidade sem restrições. A seguir foi lida a relação das matérias da presente Sessão, e em continuidade foi declarada livre a palavra no expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Túlio Márcio Salles Maciel - PMDB, dizendo vir à tribuna para fazer uma pequena prestação de contas do seu trabalho enquanto vereador. Inicialmente cumprimentou ao Ex-secretário de Obras. Adilson de Souza que tem feito alguns trabalhos de pesquisa, onde constatou que a Rodovia Estadual conhecida com SC 407, foi denominada a dois anos atrás de SC 281 e estranhou que o governo do Estado não tenha atualizado este dado em placas e mapas. Comentou indicação de sua autoria para que São José adote uma experiência interessante que seta sendo feita em São Paulo, que são as faixas de retenção para Motos. São faixas que darão mais segurança aos motociclistas, além de ser um preventivo contra os assaltos feitos pelos motoqueiros aos Veículos, durante a parada nas faixas. Continuando o orador parabenizou ao Piloto Josefense Alexandra Bonn, único Brasileiro classificado para na seletiva mundial Velopark de Velocros, ou Kart In dor. Ressaltou que apesar de sua conquista, o piloto sequer foi atendido pela Secretaria Municipal de Esportes. Continuando disse estar estudando a regulamentação a nível municipal do sistema ciclo viário da cidade. Disse ser uma luta que quer trazer a esta casa, para que a cidade tenha um sistema de ciclo vias interligada. Ressaltou a importância de que estas vias sejam exigidas na aprovação dos novos loteamentos. Continuando comentou sobre a importância da continuidade das obras das calçadas padrão que vinha sendo executado na administração anterior, que trará segurança, principalmente aos estudantes. Disse ao Líder do Governo que irá passar uma lista de indicações que apresentou nesta Casa, para serem avaliadas pela Prefeita Adeliana e sua equipe de trabalho. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Geraldo Swiech - PT, dizendo que muitas coisas já aconteceram e muitas estão para acontecer na cidade. Lembrou que esteve presente, juntamente com alguns vereadores da etapa josefense da Conferência das Cidades e está convicto de que este tipo de evento deve ser executado em etapas e em horários que permitam a participação de todos os setores da cidade. Disse não entender porque não foi pensado em Ciclovias na Avenida das Torres. Continuou comentou sobre matérias que apresentou nesta Casa, como o Projeto de Lei 048 que trata da regulamentação do Estudo de Impacto de vizinhança. Citou também Projeto de Lei que obriga as loteadoras a implantarem área de lazer dotadas de equipamentos devida mente instalados com projeto Urbanístico previamente aprovados. Ressaltou a importância maior de ser aprovado após ampla discussão com todos os setores interessados, um novo Plano Diretor da Cidade, que trate as principais questões do uso e ocupação do espaço urbano. Continuou lembrando que acabamos de terminar uma greve dos servidores municipais, ao mesmo tempo em que iniciou-se uma greve do

sistema de transporte coletivo que compromete a mobilidade de toda a cidade. Disse que a cidade de São José tem que traçar um plano estratégico de arrecadação de Impostos sobre serviços. Disse que a administração municipal alega não ter dinheiro para pagar o reajuste e não tem uma política de arrecadação de prestação de serviços. Perguntou qual é o retorno que traz o serviço de transporte coletivo que transita na cidade, já que sabemos que Florianópolis tem um sistema de arrecadação e fiscalização dos transportes coletivos. Continuou comentando sobre a Empresa UNIMED, que está implantando um grande hospital de alta complexidade e pretende implantar toda a sua administração na cidade, o que iria gerar uma grande arrecadação para a cidade, por isto teremos que ter uma política de arrecadação. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Adriano de Brito - PR, que inicialmente convidou a todos para participar da etapa da cidade da Conferência Municipal da Educação. Ressaltou a importância deste evento que irá preparar para a Conferência Estadual e posteriormente para a etapa nacional. Continuando o orado ressaltou os eixos de discussão da Conferência Municipal. Continuando o orador comentou sobre o final da greve municipal. Ressaltou o aspecto democrático e de organização do movimento, que discutiu todas as propostas de forma madura e ordeira, permitindo avanços significativos a todas as categorias. Continuando o orador descreveu detalhadamente as conquistas de todas as categorias, que envolve aspectos importantes em vários níveis das reivindicações. Em aparte o Vereador Geraldo Swiech - PT, ressaltou mais uma vez a forma organizada, firme e determinada do movimento dos servidores, sem excessos e abusos. Destacou ainda a participação da prefeita, mantendo sempre a negociação. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Neri Osvaldo do Amaral - PMDB, que elogiou de forma especial a união de todos os vereadores, sempre buscando uma solução adequada para o problema da greve, cada um a sua maneira atuou de forma importante. Disse que melhor seria se não tivéssemos as greves. Continuando comentou que o movimento dos Prefeitos na questão da BR 101, já está surtindo efeito e agora inventaram um motivo de protelação que é o conjunto residencial de palhoça que precisa de uma solução imediata. Ressalto que transitam dezesete mil caminhões por dia na BR 101, o que é preocupante e lamentou que os deputados Federais e Senadores no estado não estejam engajados na busca de uma solução que favoreça a cidade e seus moradores. Ressaltou que se estes se engajarem nesta luta, teremos uma força bem maior. Continuando comentou sobre os eventos que estão sendo executados por órgãos municipais e estaduais nos horários de trabalho das pessoas. Apelou para que estes eventos sejam realizados no período noturno, de forma a permitir que todas as pessoas possam participar. Quanto ao Plano Diretor, disse ser totalmente favorável a que se apresente um projeto que contemple todas as atividades. Ressaltou que tramita nesta Casa o Projeto do novo Código de Obras, e apelou à presidência que seja realizada uma Audiência Pública para permitir a participação de toda a sociedade, para que esta Lei saia do Papel o mais breve possível. Estando esgotado o tempo do Expediente. Passou-se à Ordem do Dia. Em Discussão Única foram aprovados por dez votos favoráveis as seguintes matérias: 1) Requerimento nº 42/2013 do Vereador Clonny Capistrano Maia de Lima, ao Secretário Municipal de Educação, que forneça informações detalhadas, dos alunos contemplados com bolsas de ensino no que tange ao convênio celebrado entre a municipalidade e escolas particulares e/ou filantrópicas, com base na lei 4.110/2004. 2) Requerimento nº 43/2013 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que preste informações sobre as Juntas Administrativas de Recurso de Infração - JARI's do município de São José, que especifica. 2) Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº- 049/2013, do Vereador Adriano de Brito, que denomina de Antônio Costa Machado, via pública neste Município. Ainda Em Discussão Única foram aprovados em votação em bloco, por dez votos favoráveis as seguintes matérias: 1) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura,

Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º- 061/2013, da Vereadora Méri Terezinha de Melo Hang, que declara de utilidade pública a "Associação Esportiva, Cultural e Social Atletas do Futuro". 2) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º- 062/2013, da Vereadora Méri Terezinha de Melo Hang, que declara de utilidade pública a "Associação Amigos da Cidadania Catarinense - AACC". 3) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º- 065/2013, do Vereador Sanderson Almeici de Jesus, que declara de utilidade pública a "Associação Recreativa e Cultural Beira Rio". Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, dizendo que quando faz um comentário ou crítica, tem por objetivo sugerir e buscar a melhoria das condições da cidade, contribuindo para o bem da cidade e da Administração Municipal. Lembrou que o Vereador Orvino Alertava muito para o cuidado que devemos tomar para com os atos da Administração Pública. Lembrou que no ano de 2004, o prefeito Nelsinho, de Santo Amaro da Imperatriz, não conseguiu se eleger e levou consigo todos os Vereadores das bancadas que o apoiavam não conseguiram se reeleger. Disse que isto é um alerta, para que façamos uma reflexão, para o fato de que se o Prefeito não está tendo êxito, os vereadores precisam tomar posições, sob pena de colocarem em risco suas eleições. Em aparte o Vereador Túlio Márcio Salles Maciel, lembrou a grande renovação havida nesta Casa, que elegeu a grande maioria de vereadores da base do Governo anterior. Retomando a palavra o Vereador Amauri disse que os vereadores tem que exercer sua função e cobrar soluções da prefeita e não dar-lhe soluções que não poderão cumprir. Disse que precisam alertar para as situações com falta de remédio nos postos de saúde, falta de vagas nas escolas e outros problemas da administração. Continuando o orador alertou que está terminando o prazo para que as pessoas solicitem isenção do IPTU, e alertou para as pessoas que tem estes direitos, como aposentados, pensionistas, entre outros. Comentou a seguir ter comentado nesta Casa, a antecipação do pagamento dos Alvarás de funcionamento. Disse que o que estava ocorrendo é uma antecipação do pagamento de agosto para junho. Disse que felizmente esta posição foi revista e está sendo permitido que os alvarás sejam pagos em trinta e um de agosto e lamentou que nem o Observatório Social ou a AENFLO se manifestaram neste sentido. Manifestou-se em questão de Ordem o Vereador Clonny Capistrano Maia de Lima solicitou que seja colocado em prática o art. 115, § 4º do Regimento Interno, que estabelece que os vereadores, que tiverem sua fala nas Explicações Pessoais interrompidas por ter encerrado o tempo regimental, ficarão automaticamente inscritos para a próxima Sessão, quando terão disponível o tempo restante para complementar sua fala Desta forma requereu que seu pronunciamento da noite de hoje possa ser complementado na próxima Sessão. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Clonny Capistrano Maia de Lima - PMDB, Por várias vezes tentou vir à tribuna desta Casa, para discorrer sobre assuntos importantes para o vereador e para sua comunidade, no entanto foi impedido por não haver tempo hábil para isto, uma vez que os demais vereadores também desejam falar. Por isto novamente requerem que nas Explicações Pessoais da próxima Sessão, possa fazer uso da tribuna para complementar o tempo de seu pronunciamento. Estando esgotado o tempo regimental da Presente Sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convidando a todos para uma próxima Sessão Ordinária, quarta feira em horário regimental.

São José (SC), 10 de maio de 2013.

SANDERSON ALMEICI DE JESUS
Presidente

GERALDO SWIECH
Vice-Presidente

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
1º Secretário

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Segundo Secretário

Ata da Trigésima Sesta Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almedci de Jesus - PMDB

Secretário : Meri Terezinha de Melo Hang - PSD

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência e secretaria dos Titulares. Pela lista de presença à Sessão, foi constatada a ausência da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins e o comparecimento dos demais Senhores Edis. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente solicitou que fosse proferida a leitura da Ata da Trigésima Quinta Sessão ordinária, que posta em votação foi aprovada por unanimidade sem restrições. A seguir foi lida a relação das matérias da presente Sessão, e em continuidade foi declarada livre a palavra no expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Túlio Márcio Salles Maciel - PMDB, dizendo vir à tribuna para fazer uma pequena prestação de contas do seu trabalho enquanto vereador. Inicialmente cumprimentou ao Ex-secretário de Obras. Adilson de Souza que tem feito alguns trabalhos de pesquisa, onde constatou que a Rodovia Estadual conhecida com SC 407, foi denominada a dois anos atrás de SC 281 e estranhou que o governo do Estado não tenha atualizado este dado em placas e mapas. Comentou indicação de sua autoria para que São José adote uma experiência interessante que seta sendo feita em São Paulo, que são as faixas de retenção para Motos. São faixas que darão mais segurança aos motociclistas, além de ser um preventivo contra os assaltos feitos pelos motoqueiros aos Veículos, durante a parada nas faixas. Continuando o orador parabenizou ao Piloto Josefense Alexandra Bonn, único Brasileiro classificado para na seletiva mundial Velopark de Velocros, ou Kart In dor. Ressaltou que apesar de sua conquista, o piloto sequer foi atendido pela Secretaria Municipal de Esportes. Continuando disse estar estudando a regulamentação a nível municipal do sistema ciclo viário da cidade. Disse ser uma luta que quer trazer a esta casa, para que a cidade tenha um sistema de ciclo vias interligada. Ressaltou a importância de que estas vias sejam exigidas na aprovação dos novos loteamentos. Continuando comentou sobre a importância da continuidade das obras das calçadas padrão que vinha sendo executado na administração anterior, que trará segurança, principalmente aos estudantes. Disse ao Líder do Governo que irá passar uma lista de indicações que apresentou nesta Casa, para serem avaliadas pela Prefeita Adeliana e sua equipe de trabalho. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Geraldo Swiech - PT, dizendo que muitas coisas já aconteceram e muitas estão para acontecer na cidade. Lembrou que esteve presente, juntamente com alguns vereadores da etapa josefense da Conferência das Cidades e está convicto de que este tipo de evento deve ser executado em etapas e em horários que permitam a participação de todos os setores da cidade. Disse não entender porque não foi pensado em Ciclovias na Avenida das Torres. Continuou comentou sobre matérias que apresentou nesta Casa, como o Projeto de Lei 048 que trata da regulamentação do Estudo de Impacto de vizinhança. Citou também Projeto de Lei que obriga as loteadoras a implantarem área de lazer dotadas de equipamentos devida mente instalados com projeto Urbanístico previamente aprovados. Ressaltou a importância maior de ser aprovado após ampla discussão com todos os setores interessados, um novo Plano Diretor da Cidade, que trate as principais

questões do uso e ocupação do espaço urbano. Continuou lembrando que acabamos de terminar uma greve dos servidores municipais, ao mesmo tempo em que iniciou-se uma greve do sistema de transporte coletivo que compromete a mobilidade de toda a cidade. Disse que a cidade de São José tem que traçar um plano estratégico de arrecadação de impostos sobre serviços. Disse que a administração municipal alega não ter dinheiro para pagar o reajuste e não tem uma política de arrecadação de prestação de serviços. Perguntou qual é o retorno que traz o serviço de transporte coletivo que transita na cidade, já que sabemos que Florianópolis tem um sistema de arrecadação e fiscalização dos transportes coletivos. Continuou comentando sobre a Empresa UNIMED, que está implantando um grande hospital de alta complexidade e pretende implantar toda a sua administração na cidade, o que iria gerar uma grande arrecadação para a cidade, por isto teremos que ter uma política de arrecadação. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Adriano de Brito - PR, que inicialmente convidou a todos para participar da etapa da cidade da Conferência Municipal da Educação. Ressaltou a importância deste evento que irá preparar para a Conferência Estadual e posteriormente para a etapa nacional. Continuando o orado ressaltou os eixos de discussão da Conferência Municipal. Continuando o orador comento sobre o final da greve municipal. Ressaltou o aspecto democrático e de organização do movimento, que discutiu todas as propostas de forma madura e ordeira, permitindo avanços significativos a todas as categorias. Continuando o orador descreveu detalhadamente as conquistas de todas as categorias, que envolve aspectos importantes em vários níveis das reivindicações. Em aparte o Vereador Geraldo Swiech - PT, ressaltou mais uma vez a forma organizada, firme e determinada do movimento dos servidores, sem excessos e abusos. Destacou ainda a participação da prefeita, mantendo sempre a negociação. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Neri Osvaldo do Amaral - PMDB, que elogiou de forma especial a união de todos os vereadores, sempre buscando uma solução adequada para o problema da greve, cada um a sua maneira atuou de forma importante. Disse que melhor seria se não tivéssemos as greves. Continuando comentou que o movimento dos Prefeitos na questão da BR 101, já está surtindo efeito e agora inventaram um motivo de protelação que é o conjunto residencial de palhoça que precisa de uma solução imediata. Ressalto que transitam dezessete mil caminhões por dia na BR 101, o que é preocupante e lamentou que os deputados Federais e Senadores no estado não estejam engajados na busca de uma solução que favoreça a cidade e seus moradores. Ressaltou que se estes se engajaram nesta luta, teremos uma força bem maior. Continuando comentou sobre os eventos que estão sendo executados por órgãos municipais e estaduais nos horários de trabalho das pessoas. Apelou para que estes eventos sejam realizados no período noturno, de forma a permitir que todas as pessoas possam participar. Quanto ao Plano Diretor, disse ser totalmente favorável a que se apresente um projeto que contemple todas as atividades. Ressaltou que tramita nesta Casa o Projeto do novo Código de Obras, e apelou à presidência que seja realizada uma Audiência Pública para permitir a participação de toda a sociedade, para que esta Lei saia do Papel o mais breve possível. Estando esgotado o tempo do Expediente. Passou-se à Ordem do Dia. Em Discussão Única foram aprovados por dez votos favoráveis as seguintes matérias: 1) Requerimento nº 42/2013 do Vereador Clonny Capistrano Maia de Lima, ao Secretário Municipal de Educação, que forneça informações detalhadas, dos alunos contemplados com bolsas de ensino no que tange ao convênio celebrado entre a municipalidade e escolas particulares e/ou filantrópicas, com base na lei 4.110/2004. 2) Requerimento nº 43/2013 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que preste informações sobre as Juntas Administrativas de Recurso de Infração - JARI's do município de São José, que especifica. 2) Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº- 049/2013, do Vereador Adriano de Brito, que denomina de Antônio Costa Machado, via pública neste Município. Ainda Em Discussão Única

foram aprovados em votação em bloco, por dez votos favoráveis as seguintes matérias: 1) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº- 061/2013, da Vereadora Méri Terezinha de Melo Hang, que declara de utilidade pública a "Associação Esportiva, Cultural e Social Atletas do Futuro". 2) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº- 062/2013, da Vereadora Méri Terezinha de Melo Hang, que declara de utilidade pública a "Associação Amigos da Cidadania Catarinense - AACCC". 3) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº- 065/2013, do Vereador Sanderson Almeci de Jesus, que declara de utilidade pública a "Associação Recreativa e Cultural Beira Rio". Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, dizendo que quando faz um comentário ou crítica, tem por objetivo sugerir e buscar a melhoria das condições da cidade, contribuindo para o bem da cidade e da Administração Municipal. Lembrou que o Vereador Orvino Alertava muito para o cuidado que devemos tomar para com os atos da Administração Pública. Lembrou que no ano de 2004, o prefeito Nelsinho, de Santo Amaro da Imperatriz, não conseguiu se eleger e levou consigo todos os Vereadores das bancadas que o apoiavam não conseguiram se reeleger. Disse que isto é um alerta, para que façamos uma reflexão, para o fato de que se o Prefeito não está tendo êxito, os vereadores precisam tomar posições, sob pena de colocarem em risco suas eleições. Em aparte o Vereador Túlio Márcio Salles Maciel, lembrou a grande renovação havida nesta Casa, que elegeu a grande maioria de vereadores da base do Governo anterior. Retomando a palavra o Vereador Amauri disse que os vereadores tem que exercer sua função e cobrar soluções da prefeita e não dar-lhe soluções que não poderão cumprir. Disse que precisam alertar para as situações com falta de remédio nos postos de saúde, falta de vagas nas escolas e outros problemas da administração. Continuando o orador alertou que está terminando o prazo para que as pessoas solicitem isenção do IPTU, e alertou para as pessoas que tem estes direitos, como aposentados, pensionistas, entre outros. Comentou a seguir ter comentado nesta Casa, a antecipação do pagamento dos Alvarás de funcionamento. Disse que o que estava ocorrendo é uma antecipação do pagamento de agosto para junho. Disse que felizmente esta posição foi revista e está sendo permitido que os alvarás sejam pagos em trinta e um de agosto e lamentou que nem o Observatório Social ou a AENFLO se manifestaram neste sentido. Manifestou-se em questão de Ordem o Vereador Clonny Capistrano Maia de Lima solicitou que seja colocado em prática o art. 115, § 4º do Regimento Interno, que estabelece que os vereadores, que tiverem sua fala nas Explicações Pessoais interrompidas por ter encerrado o tempo regimental, ficarão automaticamente inscritos para a próxima Sessão, quando terão disponível o tempo restante para complementar sua fala Desta forma requereu que seu pronunciamento da noite de hoje possa ser complementado na próxima Sessão. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Clonny Capistrano Maia de Lima - PMDB, Por várias vezes tentou vir à tribuna desta Casa, para discorrer sobre assuntos importantes para o vereador e para sua comunidade, no entanto foi impedido por não haver tempo hábil para isto, uma vez que os demais vereadores também desejam falar. Por isto novamente requerem que nas Explicações Pessoais da próxima Sessão, possa fazer uso da tribuna para complementar o tempo de seu pronunciamento. Estando esgotado o tempo regimental da Presente Sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convidando a todos para uma próxima Sessão Ordinária, quarta feira em horário regimental.

São José (SC), 10 de maio de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

GERALDO SWIECH
Vice-Presidente

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
1º Secretário

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Segundo Secretário

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitações - Processo Nº 114/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/07/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2013, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 02/2013, OBJETO: CONCESSÃO DE COPA E COZINHA PARA REALIZAÇÃO DO SHOW MUSICAL QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 25 DE JULHO DE 2013 NO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações Icslo - Processo Nº 06/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 01/07/2013, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 06/2013 MODALIDADE PREGÃO Nº 05/2013, OBJETO: Contratação de empresa para Segurança do Festival de Rock que será realizado no dia 14/07/2013. Organizado pelo ICSL com 6 apresentações, na praça da Bandeira Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ALTAMIR LEMES DA ROSA
Gerente Executivo

Edital de Eleição Nº 001.3/2013 - Cdm.

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001.3/2013.

Torna Pública a lista definitiva dos candidatos para a eleição do conselho deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, e dá outras providências.

ADIRLEI CARLOS SANTIAN, Gerente Executivo do Comitê Desportivo Municipal, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 19, inc. XX e XXI, do Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007, com base no Decreto nº 4.648, de 23 de maio de 2013 e no Edital nº 001/2013, de 23 de maio de 2013, TORNA PÚBLICA a lista definitiva dos candidatos para a eleição do conselho deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, conforme consta das listas seguintes:

I - LISTA DEFINITIVA DOS CANDIDATOS PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

- CDM:

a) Representantes do Governo Municipal

1. Jader Gabriel Ioris;
2. Eluana Battisti;
3. Diego Morês Romanini;
4. Edenilson Rafael Mendo;
5. Itamar Fernandes;
6. Rafael Geremia; e,
7. Selma A. Tomaczun Suzin.

b) Representantes dos Clubes e Associações Desportivas e Recreativas

1. Ademir Lolatto;
2. Rosimar Antonio Verona;
3. Micheli Pozzan;
4. Marcio Xavier da Silva; e,
5. Pedro Paulo de Bona.

c) Representantes das Unidades de Ensino Escolar

1. Maristel Cristina Feuser; e
2. Bruna Botin.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2013.

ADIRLEI CARLOS SANTIAN

Gerente Executivo do Comitê Desportivo Municipal

Edital de Eleição Nº 001.3/2013 - IcsI.

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001.3/2013.

Torna Pública a lista definitiva dos candidatos para a eleição do conselho deliberativo do Instituto Cultural São Lourenço, e dá outras providências.

ALTAMIR JORGE LEMES DA ROSA, Gerente Executivo do Instituto Cultural de São Lourenço, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 19, incisos XX e XXI, do Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007, com base no Decreto nº 4.649, de 23 de maio de 2013 e no Edital nº 001/2013, de 23 de maio de 2013, TORNA PÚBLICA a lista definitiva dos candidatos para a eleição do conselho deliberativo do Instituto Cultural São Lourenço, conforme consta das listas seguintes:

I - LISTA DEFINITIVA DOS CANDIDATOS PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL:

a) Representantes do Governo Municipal

1. Jefferson de Machi;
2. Márcia Coan janczeski;
3. Marlete de Fátima Bandeira;
4. Reinaldo Francisco Guerra Júnior; e
5. Tiago Luiz Pereira.

b) Representantes da Associação Cultural

1. Almir Vedana;
2. Eduardo Luiz Santin;
3. Fernanda Abatti; e
4. Santos Dalcin Buratto.

c) Representantes das Unidades de Ensino Escolar

1. Ivone Goretti Bonfim da Luz; e
2. Kerly Cristina Catani Hippler.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2013.

ALTAMIR JORGE LEMES DA ROSA

Gerente Executivo do
Instituto Cultural de São Lourenço

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 683/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 683, de 17 de junho de 2013.
Dispõe sobre a homologação do Processo Licitatório nº 07/2013, adjudica o objeto para o proponente vencedor e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.886/94, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara

Decreta:

Art. 1º Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores, no processo licitatório nº 07/2013, modalidade Pregão Presencial nº 02/2013.

Art. 2º Fica adjudicado o objeto do processo licitatório nº 07/2013, modalidade Pregão Presencial nº 02/2013, para aquisição de um veículo zero Km.

Parágrafo único. A vencedora do certame foi a Rudiger Automóveis Ltda, com o valor de R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto Legislativo correrão a conta de dotações e recursos constantes no orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, 17 de junho de 2013.

Vereador WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI
Presidente da Câmara de Vereadores

Schroeder**PREFEITURA****Portaria Nº 5.151/2013, de 17 de Junho de 2013**

PORTARIA Nº 5.151/2013, de 17 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Cristiane Strelow, adquirindo efeitos retroativos a partir de 15 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.152/2013, de 17 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 5.152/2013, de 17 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Alina Queiroz Wallauer, adquirindo efeitos retroativos a partir de 16 de junho de 2013, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.153/2013, de 17 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 5.153/2013, de 17 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da servidora Juliana Galastri em 28 de janeiro de 2013;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2012/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.597/2012, de 31/12/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Vardilei dos Santos Vicente, para exercer o cargo de Professor B, subárea Ensino Fundamental, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar n  096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo n . 004/2012/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2 , III, da Lei Municipal n  1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2 , da Lei n . 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços N . 36/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n  3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N . 36/2013-PMS

PROCESSO N . 102/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos para caminhão para atender a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de julho de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 03 de julho de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços N . 37/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n  3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N . 37/2013-PMS

PROCESSO N . 103/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de conjunto de motobombas para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de julho de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 02 de julho de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Dispensa Nº 46/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 46/2013 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 101/2013
Data: 17/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FABRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE DESTAS LTDA

Código: 12621

Endereço: AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 1082**Cidade:** Jaraguá do Sul - SC**CNPJ:** 04.865.517/0001-02

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DA FORMATURA DO PROERD NO GINÁSIO MUNICIPAL ALFREDO PASOLD.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	DECORAÇÃO DE EVENTO - CONTENDO ARCO DE BALÕES; TAPETE VERMELHO; ESTRUTURA COM BIOMBOS E TECIDOS; MESA DE CERIMONIAL E AUTORIDADES; MALHAS DECORATIVAS; REFLETORES PARA MALHAS TENSIONADAS, E CHUVA DE BALÕES (CONTENDO 500 UNIDADES)	UN	2.040,00	2.040,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

CONFORME PARCERIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL COM A POLICIA MILITAR, FICAMOS RESPONSÁVEIS PELA DISPOSIÇÃO DO ESPAÇO E ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DA FORMATURA DOS ALUNOS DO PROGRAMA PROERD, ONDE ACONTECE A FORMAÇÃO DOS ALUNOS DOS 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.

Schroeder, 17 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 46/2013 - DL**

Processo Nr.: 101/2013
Data: 17/06/2013

Folha: 2/2

10/6/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Junho de 2013

Valor da Despesa: 2.040,00 (dois mil e quarenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 47/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 47/2013 - DL**

Processo Nr.: 106/2013
Data: 17/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: ELETROTÉCNICA ELIANE LTDA.

Código: 10447

Endereço: RUA JORGE CZERNIEWICZ, 1115

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 02.338.102/0001-47

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de peças para conserto de uma motobomba de recalque de água potável modelo trifásico 1,5 cv, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	ROLAMENTO 6204 PARA BOMBA DE 1,5 CV.	PC	16,00	16,00
2	1,00	ROLAMENTO 6202 PARA BOMBA DE 1,5 VC	PC	11,00	11,00
3	1,00	SELO MEC. 3/4" TP 01 BNUA, PARA BOMBA DE 1,5 CV.	PC	10,00	10,00
4	2,00	ROTOR AL P_11, 108 MM PARA BOMBA DE 1,5 CV	PC	63,00	126,00
5	3,00	ANEL ORIG. 1,5 X 140MM	PC	2,00	6,00
6	1,00	BUCHA SINTERIZADA PARA BOMBA DE 1,5 VC	PC	10,00	10,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

TEMOS VIGENTE O CONTRATO Nº 48/2013, CUJO OBJETO É A MANUTENÇÃO EM MOTORES ELÉTRICOS E MOTOBOMBAS, NO ENTANTO ESTE CONTRATO CONTEMPLA APENAS A MÃO DE OBRA E NÃO AS PEÇAS UTILIZADAS EM TAIS CONSERTOS. A MOTOBOMBA EM QUESTÃO FOI ENVIADA PARA CONERTO E A AQUISIÇÃO DAS PEÇAS SE FAZ NECESSÁRIA PARA A EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 17 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 47/2013 - DL**

Processo Nr.: 106/2013
Data: 17/06/2013

Folha: 2/2

06/06/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Junho de 2013

Valor da Despesa: 179,00 (cento e setenta e nove reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Termo de Homologação da Chamada Pública Nº 02/2013-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 02/2013-PMS
PROCESSO Nº. 39/2013-PMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei nº. 11947/09, de 16 de junho de 2009 e Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento do grupo informal de agricultores familiares:

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

VALDINO SIEVERS, CPF nº 690.423.069-04.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
06	BROCOLIS - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	3,00
10	COUVE FLOR - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	3,49
15	REPOLHO MÉDIO PARA SALADA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	2,90
21	MILHO VERDE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	ESPIGA	R\$ 0,50

Schroeder, 17 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo de Homologação da Chamada Pública Nº 02/2013-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 02/2013-PMS
PROCESSO Nº. 39/2013-PMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei nº. 11947/09, de 16 de junho de 2009 e Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento do grupo informal de agricultores familiares:

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

MARINA BRIDAROLI OBENAU, CPF nº 026.812.989-46.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
01	DOCE DE FRUTAS CREMOSO - pote com no mínimo 450 gramas	POTE	3,50
11	COUVE FOLHA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica (MAÇO)	MAÇO	1,94
15	REPOLHO MÉDIO PARA SALADA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	2,90

Schroeder, 18 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 118/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 118/2013 - PMS
Dispensa de Licitação nº. 46/2013-PMS - Processo nº. 101/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FABRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.865.517/0001-02, estabelecida na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1082, sala 6 B, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-700.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em decoração de eventos para realização da formatura do PROERD no Ginásio Municipal Alfredo Pasold, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	DECORAÇÃO DE EVENTO - CONTENDO ARCO DE BALÕES; TAPETE VERMELHO; ESTRUTURA COM BIOMBOS E TECIDOS; MESA DE CERIMONIAL E AUTORIDADES; MALHAS DECORATIVAS; REFLETORES PARA MALHAS TENSIONADAS, E CHUVA DE BALÕES (CONTENDO 500 UNIDADES)	01	Unidade	2.040,00	2.040,00
TOTAL R\$					2.040,00

Valor do contrato: R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais).

Data da Assinatura: 17/06/2013 – Vigência: 17/07/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 119/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 119/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 47/2013-PMS - Processo nº. 106/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ELETROTÉCNICA ELIANE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.338.102/0001-47, estabelecida na Rua Jorge Czerniewicz nº. 1115, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de peças para conserto de uma motobomba de recalque de água potável modelo trifásico 1,5 cv, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ROLAMENTO 6204 PARA BOMBA DE 1,5 CV.	01	Peça	16,00	16,00
02	ROLAMENTO 6202 PARA BOMBA DE 1,5 VC	01	Peça	11,00	11,00

03	SELO MEC. 3/4" TP 01 BNUA, PARA BOMBA DE 1,5 CV.	01	Peça	10,00	10,00
04	ROTOR AL P_11, 108 MM PARA BOMBA DE 1,5 CV	02	Peça	63,00	126,00
05	ANEL ORIG. 1,5 X 140MM	03	Peça	2,00	6,00
06	BUCHA SINTERIZADA PARA BOMBA DE 1,5 VC	01	Peça	10,00	10,00
TOTAL R\$					179,00

Valor do contrato: R\$ 179,00 (cento e setenta e nove reais).

Data da Assinatura: 17/06/2013 – Vigência: 14/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público Nº. 001/2009-Gab/ PMS - Luiz Carlos dos Santos Kellermann

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. LUIZ CARLOS DOS SANTOS KELLERMANN, inscrito no CPF sob nº. 377.611.530-00, aprovado em 7º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de ENFERMEIRO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 28 de junho de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 18 de julho de 2013.

Schroeder (SC), 18 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Notificação - M. Móble Eireli Me _ordem de Compra Nº 1869/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 150

Fica a empresa M. MÓBILE EIRELI ME, CNPJ nº15.764.033/0001-85, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 205 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 1869/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado. Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Ordem de Compra (O.C) Produtos Entrega a O.C. Prazo limite desobedecido

1896/13 Balde plástico com capacidade para 15lt nas cores verde, azul, vermelho e transparente.

1896/13 Até o presente momento

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 17 de Junho de 2013.

SAULO ZINI

Setor de Compras

A

Sr. Luiz Amarildo Mueller

M. MÓBILE EIRELI ME

CNPJ: 15.764.033/0001-85

(47) 3367-6217

Notificação - Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 150

Fica a empresa STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA, CNPJ nº01.854.994/0001-76, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 137 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 1468/13, 1469/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Ordem de Compra (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
1438/13	Cartucho Original da marca da impressora - Modelo HP 21XL - Preto	1438/13	Até o presente momento
1468/13	Cartucho Original da marca da impressora - Modelo HP 22XL	1468/13	Até o presente momento
1469/13	Cartucho Original da marca da impressora - Modelo HP 27 - P/Impr. HP 3535/3745 - Preto	1469/13	Até o presente momento

1469/13	Cartucho Original da marca da impressora- Modelo HP 28 - P/Impr. HP 3535/3745 - Colorido	1469/13	Até o presente momento
---------	--	---------	------------------------

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 17 de Junho de 2013.

SAULO ZINI

Setor de Compras

A

Sr. Claudemir Zanghelini Vieira

STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA

CNPJ: 01.854.994/0001-76

(47) 3376-5028

Siderópolis

PREFEITURA

Ato Edital Pregão Presencial 47/2013

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

ATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 47/2013

A Prefeitura Municipal de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 02/07/2013, às 09:30 horas (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a aquisição de uma escavadeira hidráulica 0 km, conforme especificações mínimas constantes em Edital, com recursos provenientes do CONTRATO DE REPASSE N. 771336/2012/MAPA/CAIXA e contrapartida financeira do Município de Siderópolis. O edital já está disponível no Setor de Licitações da municipalidade.

Siderópolis, 18 de maio de 2013.

FABÍOLA CARDOSO COMIN/Pregoeira.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Aviso da Licitação 43/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 43/2013 - Pregão Presencial - menor preço por item.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Objeto: Aquisição parcelada de gás de cozinha
Data da entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 01 de julho de 2013.

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 01 de julho de 2013.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbó do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbó do Sul/SC, no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial N.º 63 2013 PMT - Aquisição de Óleo Diesel

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2013

OBJETO: aquisição de óleo diesel s10 destinado à frota de veículos oficiais do município. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 03 de julho de 2013. ABERTURA: dia 03 de julho de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 18/06/2013.
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

Aviso Pregão Presencial N.º 03 2013 Funrebompom - Aquisição de Capacetes

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013 - FUNREBOMPOM

OBJETO: aquisição de capacete para o combate a incêndio. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 10 de julho de 2013. ABERTURA: dia 10 de julho de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 17/06/2013.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Aviso Pregão Presencial N.º 16 2013 FMS - Confecção de Impressos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013

OBJETO: confecção de impressos destinados às Unidades de Saúde, Saúde Bucal, Vigilância Sanitária e Combate à Dengue (Vigilância Epidemiológica). Material utilizado nas atividades dos

setores. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 01 de julho de 2013. ABERTURA: dia 01 de julho de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 17/06/2013.
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

Aviso Pregão Presencial N.º 17 2013 FMS - Projeto Costurando Cuidados

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013 - FMS

OBJETO: aquisição de itens de informática e móveis destinados à aplicação dos recursos federais para continuidade do Projeto Costurando Cuidados em Saúde Mental. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 02 de julho de 2013. ABERTURA: dia 02 de julho de 2013 as 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 12/06/2013.
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

Aviso Pregão Presencial N.º 59 2013 PMT - Manutenção de Informática

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013

OBJETO: contratação de empresa para manutenção de equipamento de informática. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 08 de julho de 2013. ABERTURA: dia 08 de julho de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 27/05/2013.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Extrato Contrato 2013/94

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/94
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.
CONTRATADO: Alto Vale Locações e Serviços LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e desobstrução de tubulação de esgoto/pluvial, através de equipamento conjugado de hidrojateamento e bomba de vácuo para sucção de detritos e areia.
VALOR TOTAL: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).
PRAZO: 04/06/2013 a 31/12/2013.

Data da Assinatura: 04/06/2013.
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Concurso Timboprev

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TIMBÓ
EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

O Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó- TIMBOPREV, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Concurso Público, para admissão de pessoal no quadro de pessoal da autarquia municipal TIMBÓPREV, que abre inscrições on line no período de 17/06/2013 a 16/07/2013, através do site www.iobv.com.br, para as vagas de Auxiliar de Serviços Administrativos (nível médio) e Contador (nível superior). As provas estão previstas para o dia 28/07/2013. Maiores informações constam do inteiro teor deste edital que se encontra divulgado no site www.iobv.com.br e no mural e site oficial da Prefeitura de Timbó www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 14 de junho de 2013.
OSMAIR DE CASTILHO
Presidente do TIMBOPREV

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 26 2013 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2013

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

OBJETO: Registro de preço para locação de trator esteira e escavadeira hidráulica para prestação de serviços no Aterro Sanitário.
EMPRESA FORNECEDORA: Terrabase Terraplanagem e Transportes LTDA ME
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 200.950,00 (duzentos mil novecentos e cinquenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 17/06/2014.

Timbó, 18/06/2013
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Vencedores do Leilão 60 2013 - PMT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
VENCEDORES FINAIS DO QCP
LEILÃO Nº. 60/2013

Com base na lei Nº. 8.666/93, alterada pela lei Nº. 8.883/94, torna-se público o resultado referente ao Leilão Nº. 60/2013.

13679.4 - ANIZIO PEDRO SENS

Item	Qtd.	Unid	Preço Unitário	Preço Total	Julgamento	Produto
002	1,00	LOTE	350,0000	350,00	M.LAN/ OFER	LOTE DE SU- CATAS DE ELETRO- DOMÉS- TICOS DIVERSOS
003	1,00	LOTE	100,0000	100,00	M.LAN/ OFER	LOTE DE SUCATAS DE MO- BILIÁRIO DIVERSOS (CADEI- RAS/CAR- TEIRAS)
015	1,00	LOTE	1.500,0000	1.500,00	M.LAN/ OFER	SUCATA FERROSA, APROXI- MADA- MENTE 4000KG
018	1,00	LOTE	250,0000	250,00	M.LAN/ OFER	COMPAC- TADOR DE LIXO
Total: ANIZIO PEDRO SENS			R\$ 2.200,00			

24658.1 - LUCIANO HAUT

Item	Qtd.	Unid	Preço Unitário	Preço Total	Julgamento	Produto
004	1,00	LOTE	100,0000	100,00	M.LAN/ OFER	LOTE DE SUCATAS DE MO- BILIÁRIO DIVERSOS (ARMÁ- RIOS/ES- TANTES)
005	1,00	LOTE	100,0000	100,00	M.LAN/ OFER	LOTE DE SUCATAS DE MO- BILIÁRIO DIVERSOS (MADEI- RAS)
Total: LUCIANO HAUT			R\$ 200,00			

29207.9 - CLAUDIO KLEINHEMPEL

Item	Qtd.	Unid	Preço Unitário	Preço Total	Julgamento	Produto
019	1,00	LOTE	500,0000	500,00	M.LAN/ OFER	ÓLEO QUEI- MADO, APROXI- MADA- MENTE 1.400 LITROS
Total: CLAUDIO KLEINHEMPEL			R\$ 500,00			

36765.6 - LUANA DA SILVA						
Item	Qtd.	Unid	Preço Unitário	Preço Total	Julgamento	Produto
008	1,00	LOTE	6.700,0000	6.700,00	M.LAN/ OFER	MÁQUINA AGRÍCOLA PATROLINHA, ALLIS-CHALMERS, NÚMERO PATRIMÔNIO 04
016	1,00	LOTE	800,0000	800,00	M.LAN/ OFER	MOTO HONDA/CG 125, PLACA LZF 1754, ANO 1980, NÚMERO DE PATRIMÔNIO 24, RENAVAM: 547123302
017	1,00	LOTE	1.400,0000	1.400,00	M.LAN/ OFER	CAMINHÃO PLACA LZD 8346, EM ESTADO DE SUCATA, ANO 1980, NÚMERO DE PATRIMÔNIO 25, RENAVAM: 547165609
Total: LUANA DA SILVA			R\$ 8.900,00			

39906.0 - PAULO VINICIUS NEUBURGER						
Item	Qtd.	Unid	Preço Unitário	Preço Total	Julgamento	Produto
001	1,00	LOTE	500,0000	500,00	M.LAN/ OFER	LOTE DE SUCATAS DE INFORMÁTICA DIVERSOS
Total: PAULO VINICIUS NEUBURGER			R\$ 500,00			

39908.6 - LUCAS ROBERTO HELLER						
Item	Qtd.	Unid	Preço Unitário	Preço Total	Julgamento	Produto
009	1,00	LOTE	5.800,0000	5.800,00	M.LAN/ OFER	VEÍCULO I/ KIA BESTA AMBULÂNCIA, PLACA MBP 8662, NÚMERO PATRIMÔNIO C-92 ANO 2000, COM MOTOR DESMONTADO, RENAVAM: 754918416
010	1,00	LOTE	9.000,0000	9.000,00	M.LAN/ OFER	VEÍCULO I/ KIA BESTA AMBULÂNCIA, PLACA MEY 5822, ANO 2004, COM MOTOR DESMONTADO, RENAVAM: 849914108
Total: LUCAS ROBERTO HELLER			R\$ 14.800,00			

108453.4 - VANDERLEI CELSO MAYER						
Item	Qtd.	Unid	Preço Unitário	Preço Total	Julgamento	Produto
006	1,00	LOTE	1.800,0000	1.800,00	M.LAN/ OFER	VEÍCULO VW/GOL, PLACA LWZ 9103, ANO 1995, NÚMERO DE PATRIMÔNIO 65, RENAVAM: 932370947
Total: VANDERLEI CELSO MAYER			R\$ 1.800,00			

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 20/2013

Portaria Nº 20/2013

Concede férias ao servidor Ailton Bertoldi ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Conceder trinta dias de férias, relativas ao período aquisitivo 11/09/2011 a 10/09/2012, ao servidor Ailton Bertoldi, agente administrativo na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter dez dias das férias em abono pecuniário, na forma do art. 80 do Estatuto de Servidor.



Art. 3º O servidor fruirá vinte dias das férias concedidas neste ato em dois períodos, o primeiro de 1º a 10 de Julho de 2013 e o segundo de 29 de Julho a 7 de Agosto de 2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 17 de Junho de 2013.
RUBENS BORCHARDT
Presidente

SAMAE

Portaria N. SAMAE- 057, de 31 de Maio de 2013 PORTARIA N. SAMAE- 057, DE 31 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3083, de 15/03/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ELIANE MARTINS DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	07/11/1987	066.569.579-94	44 horas	03/06/2013 a 01/07/2013
ERACI STEINERT (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/04/1979	003.561.049-23	44 horas	10/06/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de maio de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria No SAMAE - 058, de 03 de Junho de 2013

PORTARIA No SAMAE - 058, DE 03 DE JUNHO DE 2013
Autoriza a Servidora Pública Municipal Grazielle Borba Belarmino a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com base na Lei nº 1.931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade desta Autarquia Municipal, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Grazielle Borba Belarmino	Auxiliar Operacional	05341230087 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de junho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Lei Nº 3.066 de 17 de Junho de 2013

LEI Nº 3.066 DE 17 DE JUNHO DE 2013

ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA "E" DO INCISO I DO ART. 3º DA LEI Nº 1.789 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995 E ACRESCENTA MEMBRO NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. A alínea "e" do inciso I do art. 3º Lei nº 1.789 de 15 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.

e) 1 (um) membro titular da Intendência do Distrito de São Cristóvão;"

Art. 2º. Fica acrescido no inciso I do art. 3º Lei nº 1.789 de 15 de dezembro de 1995, a alínea "f" com a seguinte redação:

"Art. 3º.

f) 1 (um) membro titular da Secretaria de Saúde."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 17 de junho de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Decreto Nº 4.249 de 10 de Junho de 2013

DECRETO Nº 4.249 DE 10 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E REAVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com art. 5º da Lei nº. 2.940 de 23 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Levantamento e Reavaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município de Três Barras - SC composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente - Daniel Carvalho

II - Secretário - Aécio Rodrigo Budant

III - Membro - Estanislau Fiolek Neto

IV - 1º Suplente - Cristian Roberto Todt

V - 2º Suplente - Vivianne Pailo Collares

Art. 2º. Compete a esta Comissão proceder o levantamento físico dos bens do Município de Três Barras, para efeito de ajustes contábeis e patrimoniais, bem como, proceder as devidas depreciações

e avaliações a valor justo dos bens móveis e, reavaliação dos bens imóveis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Parágrafo único. o serviço de levantamento físico e os ajustes referidos no caput deste artigo poderão ser realizados por empresa contratada, devendo nesse caso, a comissão validar todas as etapas do processo por meio de atas.

Art. 3º. O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de junho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Decreto Nº 4.251 de 17 de Junho de 2013

DECRETO Nº 4.251 DE 17 DE JUNHO DE 2013

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO E EMPREGO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados, nos termos da Lei Municipal nº 3.031 de 29 de outubro de 2012, os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego.

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Titular: Bárbara Lísias Biar Zaleuski

Suplente: Silvano da Silva

2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Titular: Joel Basílio

Suplente: Cléa da Silveira Xavier

II - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

1 - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TRÊS BARRAS

Titular: Silvio Carlos Medeiros

Suplente: Wilson Beyestorff

2 - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TRÊS BARRAS

Titular: Odair Gonçalves da Maia

Suplente: Ricardo Vicente de Souza

III - REPRESENTANTE DOS EMPREGADORES

1 - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CANOINHAS (ACIC)



Titular: Antonio Tsunoda
Suplente: Niceto Osmar Fuck

2 - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TRÊS BARRAS (CDL)

Titular: Marilda Aparecida Silveira de Andrade
Suplente: Andreas Costenaro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Três Barras - SC., 17 de junho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Tunápolis

PREFEITURA

Decreto 1532/2013 de 17 de Junho de 2013

DECRETO 1532/2013 DE 17 DE JUNHO DE 2013

FIXA A DATA PARA A REALIZAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ENOI SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a data de realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social para o dia 23 de julho de 2013, tendo como local o Centro Municipal do Idoso, sito à Rua Padre Balduino Rambo, Centro de Tunápolis. O horário previsto é das 08:30 até 17:00. O tema abordado será "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS".

Art. 2º Para organizar e realizar a referida conferência fica instituída a Comissão Organizadora composta pelos seguintes membros:

- Elza Queli Valduga
- Bruno José Heberle
- Roque Rohr
- Cristina Schroeder
- Neli Petry
- Cleverson Inácio Kerkhoff
- Camila Hawruzko Rosar.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de junho de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria interna

Decreto Nº. 1533/2013, de 17 de Junho de 2013.

Decreto nº. 1533/2013, de 17 de Junho de 2013.

Homologa o Resultado Preliminar das provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº. 004/2013 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em LEI;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas para o conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº. 004/2013, o Resultado Preliminar (antes dos recursos) destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

Instrutor de Escolinha de Futsal

Identific	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Ptos Títulos	Total
2	Willian Henrique Hahn	3,00	0,80	1,60	0,30	5,70
3	Fernando Rempel	2,00	1,20	1,60	0,01	4,81
4	Iloi Roque Toldo	2,50	0,40	1,20	-	4,10

Instrutor de Escolinha de Futebol de Campo

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Ptos Títulos	Total
1	Edison Bieger	3,00	0,80	1,20	-	5,00

Instrutor de Grupos de Música

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Ptos Títulos	Total
5	Davi Fernando do Nasci- mento	2,00	0,40	0,80	-	3,20

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 17 de Junho de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

Processo de Licitação Nº 68/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2013

Edital de Pregão Presencial nº 53/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através de Pregão Presencial, com o menor preço por item que tem por objeto a aquisição de Maquina de lavar roupa, Climatizador de ar, Escada, Aparelho de fax, Mesas, Bancos e Cavaletes, destinados para diversas secretarias desta Municipalidade. Entrega das propostas até às 14h15min do dia 01/07/2013. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 69/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2013

Edital de Pregão Presencial nº 54/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através de Pregão Presencial, com o menor preço por item que tem por objeto a aquisição Adubo e Uréia para distribuição aos Produtores Rurais neste Município como incentivo, previsto na Lei nº 1.122/2013 de 14 de Junho de 2013 do Programa mais Produção e Serviços em forma de Incentivos Agrícolas. Entrega das propostas até às 9h15min do dia 03/07/2013. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Contrato Nº 42/2013 Telecopy

CONTRATO Nº 42/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Telecopy Equipamentos LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 04.303.600/001-80, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, 662, centro, no Município de Maravilha/SC, considerado doravante CONTRATADO. Representada neste ato pelo Sr. André Luiz Lansing Schnorrenberger, representante da empresa, portador do R.G. nº 4.315.737 e CPF nº 029.962.159-66.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 62/2013 e Pregão Presencial nº 50/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O Objeto do presente contrato consiste de aquisição de utensílios, equipamentos e eletrônicos para os diversos setores da Municipalidade conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

4	01	un	Aparelho de telefone com fio e com chave.	37,00	37,00
5	08	un	Aparelho de telefone sem fio mínimo 2.4 ghz, 3 níveis de volume de áudio, 20 canais de busca, 220 v	63,90	511,20
12	01	un	Carregador universal para notebook, 19v com 90w, entrada 110/220 v com 8 conectadores de saída	74,00	74,00

20	02	un	Espremedor de frutas 200w potência	119,00	238,00
22	01	un	Ferro elétrico automático, 1000w potencia.	33,26	33,26
24	01	un	Impressora multifuncional jato de tinta, (impressora, copiadora e scanner) conexão usb, 110/220v automático.	207,00	207,00
27	01	un	Liquidificador utilizado para triturar produtos diversos com adição de líquido. Medidas: altura 760mm; frente 250mm; fundo 220mm; voltagem 110/220 v; capacidade 4 kg; motor 3/4 cv.	352,18	352,18
32	07	un	Mouse optico, 4 botes, conexão usb - 5	10,00	70,00
34	04	un	Purificador elétrico de pressão, capacidade de refrigerar 4,10l/h. Termostato com 07 níveis de temperatura com compressor. Alt: 1025 larg 340mm - 1 centro	520,00	2.080,00
36	05	un	Torneira elétrica com saída na parede, bica alta, regulagem de temperatura via-nel de consumo mínimo de 2600 watts e máximo 6700 watts, classificação procel immetro "d" e vazão de água de 3 litros por minuto.	97,50	487,50
			TOTAL		4.090,14

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço de R\$ (4.090,14) quatro mil e noventa reais com quatorze centavos, cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias contados da efetiva entrega, do item, objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os bens, objeto deste contrato deverão ser entregues ao CONTRATANTE pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características

e os valores pagos ao Contratado.

2.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. Os itens, objeto deste contrato deverão ser efetuados mediante expedição pelo secretário responsável da "Autorização de Fornecimento", na qual constará a data de expedição, prazo para entrega, especificações dos itens, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitários e totais, que não poderá ultrapassar a 10(dez) dias corridos.

4.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem a aquisição deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante, devidamente assinada pelo servidor municipal que recebeu a mobília.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 62/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os itens devidamente no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os itens objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, não estarem em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os objetos ora licitados;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os itens acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
	4.4.90.00.00.00.00.00.0105 – Aquisição de veículos, materiais permanentes e obras para Administração da Educação (27)
	4.4.90.00.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(34)
	4.4.90.00.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(35)
	4.4.90.00.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(56)
	4.4.90.00.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(57)
	4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Cultura e Turismo(83)
	3.3.90.00.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Fundamental(42)
	3.3.90.00.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Infantil(62)
	4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte (82)
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte(81)
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 1.006	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 1.008	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura(85)
Órgão 04 – Unid 03 Proj/Ativ. 1.008	
Órgão 04 – Unid 10 Proj/Ativ. 1.010	
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.011	
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.012	
Órgão 04 – Unid 09 Proj/Ativ. 2.022	
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.010	
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.019	

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para

adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 12 de junho de 2013.

ENOI SCHERER Telecopy equipamentos LTDA
 Prefeito Municipal CONTRATADA
 CONTRATANTE André Luiz Lansing Schnorrenberger
 REPRESENTANTE

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF SHEILA INÊS BIEGER
 CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

Contrato Nº 43/2013

CONTRATO Nº 43/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Jackson Neimar Pedrassani ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 09.552.508/0001-77, estabelecida na Linha Campinas, zona Rural no Município de Iraceminha/SC, considerado doravante CONTRATADO. Representada neste ato pelo Sr. Jackson Neimar Pedrassani, sócio administrador da empresa portador do R.G. nº 4.016.444 e CPF nº 041.562.419-39.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 62/2013 e Pregão Presencial nº 50/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O Objeto do presente contrato consiste de aquisição de utensílios, equipamentos e eletrônicos para os diversos setores da Municipalidade conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

2	08	un	Aparelho de som elétrico com entrada usb, reprodução de cds, mp3, cd-r/w, entrada auxiliar, xbass-reforço de graves, radio fm estereo/am, saída para fone de ouvido, alimentação ac/dc (127/220v) potencia mínima 3w rms	136,50	1.092,00
8	01	un	Buffet com 4 cubas, resistência blindada, tanque e cubas em inox, estrutura tubular cromada.	990,00	990,00
15	03	un	Climatizadores de ar 18 mil btu's reverso- classificação de consumo: a. Sistema especial de tripla filtragem; função turbo; silencioso; display de temperatura digital. Com instalação. 1 secretária (sala Neide); 1 coral, 1 São Pedro (sala de informática)	1.898,00	5.694,00

			Climatizadores de ar 12 mil btu's reverso- classificação de consumo: a. Sistema especial de tripla filtragem; função turbo; silencioso; display de temperatura digital. Com instalação: 1 para infantil (sala do lanche),	1.348,00	1.348,00
16	01	un			
31	02	un	Monitor led 15,6	288,00	576,00
			TOTAL		9.700,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço de R\$ (9.700,00) nove mil e setecentos reais, cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias contados da efetiva entrega, do item, objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os bens, objeto deste contrato deverão ser entregues ao CONTRATANTE pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor lícito e aprovado.

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. Os itens, objeto deste contrato deverão ser efetuados mediante expedição pelo secretário responsável da "Autorização de Fornecimento", na qual constará a data de expedição, prazo para entrega, especificações dos itens, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitários e totais, que não poderá ultrapassar a 10(dez) dias corridos.

4.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem a aquisição deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante, devidamente assinada pelo servidor municipal que recebeu a mobília.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 62/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os itens devidamente no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os itens objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, não estarem em perfeita

conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os objetos ora licitados;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os itens acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
	4.4.90.00.00.00.00.0105 – Aquisição de veículos, materiais permanentes e obras para Administração da Educação (27)
	4.4.90.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(34)
	4.4.90.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(35)
	4.4.90.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(56)
	4.4.90.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(57)
	4.4.90.00.00.00.00.0104 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Cultura e Turismo(83)
	3.3.90.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Fundamental(42)
	3.3.90.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Infantil(62)
	4.4.90.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte (82)
	3.3.90.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte(81)
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 1.006	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 1.008	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura(85)
Órgão 04 – Unid 03 Proj/Ativ. 1.008	
Órgão 04 – Unid 10 Proj/Ativ. 1.010	
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.011	
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.012	
Órgão 04 – Unid 09 Proj/Ativ. 2.022	
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.010	
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.019	

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 12 de junho de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Jackson Neimar Pedrassani ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 44/2013

CONTRATO Nº 44/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Comércio de Artigos de Informática Iraceminha LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 06.165.903/0001-09, estabelecida na Rua Santo de Marco, 533, sala 02, centro, no Município de Iraceminha/SC, considerado doravante CONTRATADO. Representada neste ato pelo Sr. Evandro João Rauber, representante da empresa portador do R.G. nº 4.442.443 e CPF nº 048.147.069-79.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 62/2013 e Pregão Presencial nº 50/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O Objeto do presente contrato consiste de aquisição de utensílios, equipamentos e eletrônicos para os diversos setores da Municipalidade conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

21	04	un	Estabilizador de energia de 300 wa, saída 110v, entrada 110/220 automático.	56,00	224,00
26	01	un	Lava-doura de roupa 7kg, filtro pega fiapos, 04 níveis de água	879,00	879,00
38	01	un	Televisão led 32" com entrada usb	998,00	998,00
			TOTAL		2.101,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço de R\$ (2.101,00) dois mil cento e um reais, cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias contados da efetiva entrega, do item, objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os bens, objeto deste contrato deverão ser entregues ao CONTRATANTE pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. Os itens, objeto deste contrato deverão ser efetuados mediante expedição pelo secretário responsável da "Autorização de Fornecimento", na qual constará a data de expedição, prazo para entrega, especificações dos itens, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitários e totais, que não poderá ultrapassar a 10(dez) dias corridos.

4.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem a aquisição deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante, devidamente assinada pelo servidor municipal que recebeu a mobília.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 62/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não

implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os itens devidamente no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os itens objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, não estarem em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os objetos ora licitados;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os itens acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
	4.4.90.00.00.00.00.0105 – Aquisição de veículos, materiais permanentes e obras para Administração da Educação (27)
	4.4.90.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(34)
	4.4.90.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(35)
	4.4.90.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(56)
	4.4.90.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(57)
	4.4.90.00.00.00.00.0104 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Cultura e Turismo(83)
	3.3.90.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Fundamental(42)
	3.3.90.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Infantil(62)
	4.4.90.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte (82)
	3.3.90.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte(81)
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 1.006	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 1.008	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 03 Proj/Ativ. 1.008	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 10 Proj/Ativ. 1.010	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.011	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.012	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 09 Proj/Ativ. 2.022	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.010	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.019	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- 9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
 9.1.2. Por acordo entre as partes;
 9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- 10.1.1. Advertência.
 10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
 10.1.3. Declaração de inidoneidade;
 10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 12 de junho de 2013.

ENOI SCHERER Comércio de Artigos de Informática
 Prefeito Municipal Iraceminha LTDA -ME
 CONTRATANTE CONTRATADA
 EVANDRO JOÃO RAUBER
 REPRESENTANTE

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF SHEILA INÊS BIEGER
 CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 45/2013**CONTRATO Nº 45/2013**

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**

CONTRATADO: A empresa MB Catarinense LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 16.961.181/0001-52, estabelecida na Rua Madre Julia, 218, Morada do Sol, no Município de Maravilha/SC, considerado doravante **CONTRATADO**. Representada neste ato pelo Sr. Leonardo Broetto, sócio administrador da empresa portador do R.G. nº 4.869.506 e CPF nº 087.137.919-82.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 62/2013 e Pregão Presencial

nº 50/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O Objeto do presente contrato consiste de aquisição de utensílios, equipamentos e eletrônicos para os diversos setores da Municipalidade conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

19	01	un	Depurador de ar 80cm para fogão de 06 bocas 3 velocidades	194,00	194,00
23	04	un	Grill automática duas chapas (uma chapa lisa outra para waffer)-tensão (v) 220.	144,00	576,00
TOTAL					770,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço de R\$ (770,00) setecentos e setenta reais, cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias contados da efetiva entrega, do item, objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os bens, objeto deste contrato deverão ser entregues ao CONTRATANTE pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor lícitado e aprovado.

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. Os itens, objeto deste contrato deverão ser efetuados mediante expedição pelo secretário responsável da "Autorização de Fornecimento", na qual constará a data de expedição, prazo para entrega, especificações dos itens, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitários e totais, que não poderá ultrapassar a 10(dez) dias corridos.

4.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem a aquisição deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante, devidamente assinada pelo servidor municipal que recebeu a mobília.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 62/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os itens devidamente no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os itens objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, não estarem em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os objetos ora licitados;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os itens acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
	4.4.90.00.00.00.00.0105 – Aquisição de veículos, materiais permanentes e obras para Administração da Educação (27)
	4.4.90.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(34)
	4.4.90.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(35)
	4.4.90.00.00.00.00.0105 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(56)
	4.4.90.00.00.00.00.0110 Mobiliário, equipar e informatizar unidades escolares(57)
	4.4.90.00.00.00.00.0104 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Cultura e Turismo(83)
	3.3.90.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Fundamental(42)
	3.3.90.00.00.00.00.0110 Manutenção do Ensino Infantil(62)
	4.4.90.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte (82)
	3.3.90.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Esporte(81)
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 1.006	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes (29)
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 1.008	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura(85)
Órgão 04 – Unid 03 Proj/Ativ. 1.008	
Órgão 04 – Unid 10 Proj/Ativ. 1.010	
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.011	
Órgão 04 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.012	
Órgão 04 – Unid 09 Proj/Ativ. 2.022	
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.010	
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.019	

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 12 de junho de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MB Catarinense LTDA - ME

CONTRATADA

LEONARDO BROETTO

SÓCIO ADMINISTRADOR

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

Vargeão

PREFEITURA

Resultado de Chamada Pública Nº. 01/2013

RESULTADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2013
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Vargeão, SC, nos termos da Instrução Normativa nº.001/2013/GS/SEDUC/MT, e, em cumprimento ao estabelecido pela Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº. 38 de 16 de julho de 2009; torna público o resultado da Chamada Pública nº. 01/2013 para a agricultura familiar:

Cooperativa Agroindustrial Folha Verde	Vargeão-SC
Fornecedor	Valor (R\$)
Marcos Antonio Bazzi	2.400,00
Maria Marlene de Ramos Cristófoli	3.200,00

Mauri Marini	2.150,00
Lenoir Marques	3.300,00
Elsa Dala Costa Presotto	4.300,00
Valdir Antunes da Cruz	4.800,00

Vargem, SC, 17 de junho de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Contrato Administrativo Nº 004/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2013

OBJETO: Fornecimento, em favor da CONTRATANTE, dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais e Avaliação Externa do Processo de Aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, para os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental contemplados com o Aprende Brasil, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição.

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 109.800,00 (Cento e nove mil e oitocentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.2.013.33.90.00.00.0001

DATA DO CONTRATO: 08/02/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 08/02/2013 A 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 19/06/2013

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE: 001/2013

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.477/13

DECRETO Nº 10.477/13, DE 13 DE JUNHO DE 2013.
Designa Pregoeiro e componentes da Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, no art. 7º, II, do Anexo I, do Decreto nº 8.208/05,

Considerando que a servidora Patrícia Marques de Lima, designada pregoeira pelo Decreto nº 10.224/12, afastar-se-à de suas funções no dia 13 de junho do corrente ano,

DECRETA

Art. 1º Fica designada como Pregoeira, nos termos do Decreto nº 8.208/2005 e na Lei Federal nº 10.520/2002, a servidora VANESSA FRANCIELI STÜBER BROLEZE e, como integrantes da Equipe de Apoio, as servidoras AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI e RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, para atuarem no Pregão nº 32 - FMS, a ser realizado no dia 13 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0376/13

PORTARIA nº 0376/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8.245/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a BELONI TEREZINHA DOS SANTOS, Zeladora, de 1º de agosto de 2013 até 1º de novembro de 2013, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Videira, 17 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0377/13

PORTARIA nº 0377/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8.766/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ILSE ALLEBRANDT DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 18 de julho de 2013 até 18 de outubro de 2013, referente ao quinquênio de 11 de fevereiro de 2008 até 10 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de julho de 2013.

Videira, 17 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 031/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADAS	CARGO
1 - Giseli Mesaroba Ascari	Agente Administrativo II
2 - Delíres Piran	Auxiliar de Serviços Gerais
3 - Marlene Salete Dallposso	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 17 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 113/2013

P O R T A R I A Nº 113/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

COLOCAR:

de acordo com o Artigo 2º da Lei Municipal nº 511, de 25 de setembro de 2003,

Nome: CÉSAR SUAVE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para a origem, até o dia 31/12/2016, para desenvolver atividades de Defesa Sanitária Animal no Município de Vitor Meireles/SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 114/2013

P O R T A R I A Nº 114/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FRANCIMARIO GOMES DE OLIVEIRA

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 17 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Portaria Nº 115/2013
P O R T A R I A Nº 115/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:
de acordo com o Artigo 47, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e Lei Complementar Municipal nº 019/2005, de 18/11/2005,

Nome: FRANCIMARIO GOMES DE OLIVEIRA
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Adicional Mensal de Insalubridade, num total de 20%, tendo por Base de Cálculo o Salário Mínimo vigente, dentro da Secretaria de Saúde, com vigência a partir de 17 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE JUNHO DE 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

Lei 1289

LEI Nº 1289, DE 11 DE JUNHO DE 2013
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 03.01 - Departamento de Serviços Gerais
Projeto Atividade: 2.003 - Manter as Atividades da Administração e Finanças
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 CR (5)
R\$ 4.000,00
TOTAL 4.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais
Projeto Atividade: 0.002 - Amortização da Dívida
Elem. Despesa: 3.2.90.00.00.00.00.01.0000 CR (72)
R\$ 4.000,00
TOTAL 4.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de junho de 2013.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON
Diretor(a)

Lei 1290

LEI Nº 1290, DE 11 DE JUNHO DE 2013
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para o GRUPO DE CONVIVÊNCIA ALEGRIA SÃO FRANCISCO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Linha Divisa Das Águas, Xavantina, SC, devidamente inscrito no CNPJ nº 00.897.097/0001-87, do valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para fins de aquisição de mobiliário para a entidade.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de junho de 2013.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON
Diretor(a)

Decreto 090/2013

DECRETO Nº 090/2013
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal em Exercício de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 3º da Lei nº 700, de 04 de junho de 1998, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Educação do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, a saber:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

- a) Titular: Edinéia Fatima Paludo
- b) Suplente: Rosiani Pelisson
- c) Titular: Fabiano Giroto
- d) Suplente: Luciano Altenhofen

II - Representantes das APP's (Associações de Pais e Professores) legalmente constituídas no Município.

- a) Titular: Deuclesio Somensi
- b) Suplente: Valdenir Marchioro

III - Representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino.

- a) Titular: Patricia Mortele
- b) Suplente: Irene Marafon

IV - Representante da direção das unidades escolares existentes no Município.

- a) Titular: Lenice Bicigo Marangoni
- b) Suplente: Juliane M. Tedesco

V - Representante do Poder Executivo Municipal.

- a) Titular: Alessandra de Carli Tedesco da Silva
- b) Suplente: Keila Renata Olkowski

V - Representante do Poder Legislativo Municipal.

- a) Titular: Hélio Domingos Sordi
- b) Suplente: Claudi Babinski

Art. 2º A participação no conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º O mandato dos conselheiros ora nomeados será de 02 (dois) anos, reconduzido uma única vez, por igual período.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 10 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON
Diretor(a)

Decreto 091/2013

DECRETO Nº 091/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.289, de 11 de junho de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 03.01 - Departamento de Serviços Gerais
Projeto Atividade: 2.003 - Manter as Atividades da Administração e Finanças

Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 CR (5)

R\$ 4.000,00

TOTAL 4.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.002 - Amortização da Dívida

Elem. Despesa: 3.2.90.00.00.00.00.01.0000 CR (72)

R\$ 4.000,00

TOTAL 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON
Diretor(a)

Decreto 092/2013

DECRETO Nº 092/2013

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. ELIANICE BATTISTON, ocupante do cargo comissionado de Diretora Escolar, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 12 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON
Diretor(a)

Decreto 093/2013

DECRETO Nº 093/2013

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Srta. THUANE GANDOLFI, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 12 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Decreto 094/2013

DECRETO Nº 094/2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRTA. THUANE GANDOLFI PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. THUANE GANDOLFI, para exercer o cargo comissionado de Assessora de Direção Escolar, com dedicação exclusiva, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, percebendo a remuneração fixada no nível CC-004 do anexo I - Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Decreto 095/2013

DECRETO Nº 095/2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRTA. ELIANICE BATTISTON PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. ELIANICE BATTISTON, para exercer o cargo comissionado de Diretor, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração fixada no nível CC-04 do anexo II - Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 13 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Decreto 096/2013

DECRETO Nº 096/2013

NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÕES PARA O EXERCÍCIO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do art. 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Srs. EMERSON SALVAGNI e JOSELINO LUIS NAISSINGER, para atuarem como Pregoeiros na modalidade de licitação denominada Pregão, durante o exercício de 2013.

Art. 2º Fica nomeada a Equipe de Apoio na modalidade de licitação denominada Pregão, conforme:

- Arline Caon
- Izilde J. P. Fasolo
- Catia Mara Cosmann Boff

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 13 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Decreto 097/2013

DECRETO Nº 097/2013

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 2º da Lei nº 985, de 12 de abril de 2007, atualizada;

Considerando as alterações impostas pela Lei nº 1.203/2011;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a saber:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- a) Titular: Edinéia Fatima Paludo
- b) Suplente: Thuane Gandolfi
- c) Titular: Izilde Jandira P. Fasolo
- d) Suplente: Alessandra de Carli Tedesco da Silva

II- Representantes dos Professores da Educação Básica Municipal:

- a) Titular: Sueli Tortelli Trevisan
- b) Suplente: Lorivanda Testa Camara

III- Representantes dos Diretores das Escolas Públicas:

- a) Titular: Juliane Moretto Tedesco

b) Suplente: Lenice Bicigo Marangoni

IV- Representantes dos Servidores Técnicos- Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

a) Titular: Leonice Dalbello

b) Suplente: Marcia Veronica Seguetto

V- Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

a) Titular: Mauri Antonio Seguetto

b) Suplente: Rosilei Biffi

c) Titular: Raquel Cosmann

d) Suplente: Clarice Betiatto

VI- Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

a) Titular: Adorilde Testa Tumelero

b) Suplente: Adines Talaska

VII- Representantes do Conselho Tutelar:

a) Titular: Carine Fasolo

b) Suplente: Juçara Camara

VIII- Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) Titular: Patricia Moterle

b) Suplente: Valdenir Marchioro

Art. 2º A participação no conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º O mandato dos conselheiros ora nomeados será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 13 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Portaria 109/2013

DECRETO Nº 097/2013

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 2º da Lei nº 985, de 12 de abril de 2007, atualizada;

Considerando as alterações impostas pela Lei nº 1.203/2011;
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a saber:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

a) Titular: Edinéia Fatima Paludo

b) Suplente: Thuane Gandolfi

c) Titular: Izilde Jandira P. Fasolo

d) Suplente: Alessandra de Carli Tedesco da Silva

II- Representantes dos Professores da Educação Básica Municipal:

a) Titular: Sueli Tortelli Trevisan

b) Suplente: Lorivanda Testa Camara

III- Representantes dos Diretores das Escolas Públicas:

a) Titular: Juliane Moretto Tedesco

b) Suplente: Lenice Bicigo Marangoni

IV- Representantes dos Servidores Técnicos- Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

a) Titular: Leonice Dalbello

b) Suplente: Marcia Veronica Seguetto

V- Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

a) Titular: Mauri Antonio Seguetto

b) Suplente: Rosilei Biffi

c) Titular: Raquel Cosmann

d) Suplente: Clarice Betiatto

VI- Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

a) Titular: Adorilde Testa Tumelero

b) Suplente: Adines Talaska

VII- Representantes do Conselho Tutelar:

a) Titular: Carine Fasolo

b) Suplente: Juçara Camara

VIII- Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) Titular: Patricia Moterle

b) Suplente: Valdenir Marchioro

Art. 2º A participação no conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º O mandato dos conselheiros ora nomeados será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 13 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Portaria 110/2013

PORTARIA Nº 110/2013

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - (EPI'S) DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 6º, inc. XVI da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a comissão de análise das amostras para aquisição de equipamentos de proteção individual - (EPI'S), durante o exercício de 2013, composta pelos seguintes membros:

1. Arline Caon - Diretor
2. Edegar Caron - Assessor de Direção
3. João Mauricio Gabiatti - Diretor

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 11 de junho de 2013.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON
Diretor(a)

Associações

FECAM

Relatório da 5ª Reunião Ordinária do Comitra

Relatório da 5ª Reunião Ordinária do COMITRA

Sala de eventos - Sindicato dos Metalúrgicos de Timbó - Timbó/SC.

Data: 10 de maio de 2013.

Presentes:

1. Aline Maria Schadech - Papanduva;
2. Ana Paula M. S. de Almeida - Timbó;
3. Andreia Irany Pacheco Rodrigues - São José;
4. Arilton Andri R. - Lages;
5. Carlos Fernando Demetrio - Imbituba;
6. Diego Oliveira - Lages;
7. Diogo Gustavo Beppler (representante FECAM);
8. Edénir Rogério Teles - Blumenau;
9. Edson José Mathias - Itapema;
10. Eliane Kroehnke Agostinho - Rio do Sul;
11. Elizandra Parenha - Camboriú;
12. Evarista Trento - Água Doce;
13. Gilberto Luiz Boschetti - Videira;
14. Gladecir J. Falcão - Guarani;
15. Gustavo Augusto Oliveira - Lages;
16. Jackson José dos Santos - Gaspar;
17. Jair Grings - Camboriú;
18. Jaison C. Aguiar - Indaial;
19. Jessé Osmar Dalamarim - Guarani;
20. Jéssica Cexonetto da Silva - Imbituba;
21. João Oswaldo Rocha da Silva - Itapema;
22. Keila Mary da Silva Theiss - São José;
23. Luciano Amaro Brandt - Gaspar;
24. Marcio Cezar de Oliveira - (representante dos correios - ECT Florianópolis);
25. Maria Amélia S. Oliveira - Blumenau;
26. Maristela Schlupp - Indaial;
27. Maurício O. Brochveld - Penha;
28. Maxwell Noraes dos Santos - Lages;
29. Nereu Lins (Joaçaba);
30. Orivaldo Custódio Ferreira - Rio do Sul;
31. Pâmela Oliani - Brusque;
32. Paulo Rodrigo Sestrem - Brusque;
33. Regiane Busarello - Jaraguá do Sul;
34. Renata Vargas Barbosa - Criciúma;
35. Rogério Luiz Kumlehn - Jaraguá do Sul;
36. Roni Edson dos Santos - Criciúma;
37. Samara C. Lazarini - Timbó;

38. Sandra J. B. Ziegler - Blumenau;
39. Valdo Cruz - Bombinhas;

Pauta do encontro:

1. Apresentação do COMITRA aos novos membros;
2. Questionamento sobre o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN);
3. Convênios celebrados entre os Municípios, DETRAN/SC e PMSC;
4. Regulamentação da atividade de motofretista e mototaxista (minuta de lei);
5. Alteração do Regimento Interno;
6. Assuntos diversos.

Deliberações:

1. Apresentação do COMITRA.

Diogo Gustavo Beppler, advogado da Federação Catarinense de Municípios - FECAM apresentou aos novos membros o COMITRA, as funções e objetivos do conselho. Após, informou sobre a consultoria jurídica disponibilizada pela FECAM aos Municípios, bem como a importância da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM na capacitação de servidores ligados à área do trânsito seja através da realização de cursos, eventos ou encontros.

Foi traçada uma sistemática de atuação do COMITRA, sendo delimitado que os membros utilizarão o e-mail comitra@fecam.org.br para discutir assuntos inerentes ao trânsito, como forma de viabilizar os assuntos destacados em pauta.

2. Questionamento sobre o Conselho Estadual de Trânsito - CETTRAN.

Foi realizado questionamento acerca da representatividade dos Municípios no CETTRAN, visto que apenas os maiores municípios do Estado estão representados no conselho e o Oeste do Estado não possui representação no conselho.

Deliberação - Envio de ofício ao CETTRAN e ao Governador do Estado solicitando inclusão de membro da FECAM e/ou COMITRA no CETTRAN.

3. Convênios celebrados entre os Municípios, DETRAN/SC e PMSC. Renovado o pedido de envio dos convênios firmados entre o DETRAN/SC, PMSC e os respectivos municípios para diogo@fecam.org.br, para devida análise e levantamento de informações.

Deliberação - Municípios que ainda não encaminharam os convênios providenciarão envio. Nada será realizado sem o estudo dos convênios e anuência dos integrantes do COMITRA.

4. Regulamentação da atividade de motofretista e mototaxista (minuta de lei).

Diogo Gustavo Beppler, representante da FECAM solicitou o auxílio dos integrantes do COMITRA para elaboração da minuta de lei.

Deliberação - A minuta será elaborada por Diogo Gustavo Beppler, que encaminhará a versão por e-mail que será discutida e alterada por livre discussão no e-mail comitra@fecam.org.br.

5. Alteração do Regimento Interno - RI.

Diogo Gustavo Beppler, representante da FECAM informou sobre os problemas existentes no conselho em relação à representação dos órgãos de trânsito de forma equilibrada. Atualmente, o conselho é limitado à representação de um integrante de cada associação. A sugestão dada é permitir a representação de todos os órgãos integrados ao Sistema Nacional de Trânsito ou Municípios que possuam interesse na Municipalização do Trânsito.

Deliberação - A decisão acatando a alteração foi unânime.

6. Próximas reuniões do COMITRA.

Deliberação - Agendamento da próxima reunião do COMITRA para o dia 30 de julho de 2013, que será em período anterior à 3ª Reunião com os Municípios Integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.

7. Ofício ao CETTRAN.

Deliberação - Envio de ofício ao CETTRAN solicitando manifestação sobre o CI 3979 e o CI 3976.

Em 10 de maio de 2013, eu, Diogo Gustavo Beppler, na qualidade

de Representante da FECAM no COMITRA, redigi e subscrevo o presente relatório.

DIOGO GUSTAVO BEPPLER
Representante FECAM

FABIANO MARTINS ADRIANO
Presidente do COMITRA

Regimento Interno (Comitra)

CONSELHO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS INTEGRADOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO (COMITRA)

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. O Conselho de Órgãos Municipais Integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (COMITRA) constitui-se em órgão colegiado, formado por representantes dos órgãos de trânsito dos Municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, vinculado à Federação Catarinense de Municípios (FECAM), com sede em Florianópolis/SC, e reger-se-á pelas disposições do presente Regimento Interno.

Art. 2º. O COMITRA tem por objetivo orientar, planejar e padronizar as rotinas relacionadas à legislação e normas de trânsito, em conjunto com o DETRAN/SC e demais órgãos de trânsito.

Art. 3º. As atividades do COMITRA serão exercidas por prazo indeterminado

Parágrafo Único. É vedado ao COMITRA tratar de assuntos político-partidários.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 4º. São finalidades do COMITRA:

I - promover a integração dos órgãos de gestão municipal que exerçam as atividades de trânsito, previstas no Art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), de competência própria ou delegada;

II - constituir a instância representativa municipal dos Órgãos Integrados ao Sistema Nacional de Trânsito do Estado de Santa Catarina;

III - apoiar tecnicamente as ações de trânsito nos Municípios e na municipalização do trânsito aos interessados;

IV - contribuir para a formulação de políticas de segurança de trânsito em âmbito Municipal e Estadual;

V - reunir, organizar e repassar informes sobre ações positivas praticadas em nível nacional, como forma de contribuir com a melhoria do trânsito;

VI - divulgar notas, informes, comunicados, entre outros instrumentos informativos relacionadas à área de trânsito;

VII - colaborar, em nível estadual, com outras entidades e Conselhos representativos das áreas de trânsito;

VIII - acompanhar as decisões dos Conselhos e órgãos ligados às questões de trânsito que repercutam nas rotinas administrativas do processo de multas, na arrecadação dos valores, na segurança do trânsito e na edição de medidas legais que venham a comprometer os orçamentos dos Municípios;

IX - propor medidas que visem à melhoria do funcionamento do Sistema Integrado de Multas do DETRAN/CIAS e órgãos afetos, bem como a liberação de acessos às informações do Banco Nacional de Dados de Veículos, como forma de agilizar os serviços prestados e garantir maior eficiência e eficácia ao processo;

X - sugerir medidas que proporcionem ações preventivas de segurança no trânsito com vistas à redução de acidentes;

XI - propor ações educativas, em conjunto com os demais órgãos afetos, visando à educação e humanização do trânsito no Estado de Santa Catarina;

XII - assessorar na padronização de acordos e convênios firmados com o Estado;

XIII - colaborar com todos os órgãos relacionados ao processo de multas, buscando a uniformização e padronização de procedimentos como forma de melhorar a gestão de trânsito e dar maior transparência ao processo de aplicação de multas;

XIV - Buscar o aperfeiçoamento permanente dos técnicos da área de trânsito.

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO

Art. 5º. O Conselho será constituído por membros indicados pela Federação Catarinense de Municípios e pelas Associações de Municípios filiadas à FECAM que possuam ao menos um Município integrado ao Sistema Nacional de Trânsito, em número de dois por entidade, sendo um titular e um suplente.

§ 1º Os membros do COMITRA indicados pelas Associações de Municípios representarão todos os Municípios a ela vinculados que possuam autoridades de trânsito.

§ 2º A indicação e a substituição de membro dar-se-á por ofício do Presidente da respectiva Associação de Municípios.

§ 3º Somente poderão ser indicados como membros do Conselho os agentes públicos ligado à área de trânsito e os empregados da FECAM ou das Associações de Municípios.

§ 4º A indicação do membro titular de cada Associação de Municípios recairá, preferencialmente, em agente público municipal, e a do suplente em empregado da respectiva associação.

§ 5º Poderão participar das reuniões do COMITRA quaisquer agentes ou autoridades de trânsito interessados, sem, no entanto, possuir direito a voto nas deliberações.

Art. 6º. O COMITRA será administrado por uma Diretoria composta de:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário Geral.

§ 1º Os membros da Diretoria serão eleitos por maioria simples de votos pelos membros do

COMITRA, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos por um único mandato.

§ 2º Ocorrendo vaga na Diretoria, a eleição para preenchimento dar-se-á na primeira reunião do Conselho, cujo eleito completará o mandato.

§ 3º A Diretoria poderá instalar Grupos de Trabalhos Técnicos voltados ao suporte das atividades do COMITRA, estabelecendo sua composição, competências, funcionamento e prazo de duração.

CAPÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I - DO CONSELHO

Art. 7º. Compete ao COMITRA:

I - operacionalizar ações que visem a atingir as finalidades a que se propõe o COMITRA;

II - interagir com todos os órgãos, Conselhos e entidades relacionados à área de trânsito e àqueles que interferem direta ou indiretamente no processo;

III - promover eventos municipais, regionais ou estaduais para debater assuntos pertinentes às finalidades do Conselho;

IV - repassar informações técnicas relacionados a trânsito a todos os Municípios catarinenses integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Art. 8º. Compete ao Presidente do COMITRA:

I - representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;

II - organizar a pauta dos trabalhos para cada reunião;

III - distribuir, para estudo e relato dos membros do Conselho os assuntos submetidos à deliberação deste órgão;

IV - assinar as atas e/ou relatórios das reuniões, juntamente com os demais membros;

V - assinar as Orientações Técnicas aprovadas pelo Conselho;
VI - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo, levá-lo ao conhecimento dos demais membros e tomar as providências necessárias ao seu andamento;
VII - executar todos os demais serviços inerentes ao seu cargo, ou atribuídos pelo COMITRA.

Art. 9º. Compete ao Secretário Geral do COMITRA:

I - redigir os relatórios e/ou atas das reuniões;
II - redigir e assinar juntamente com o Presidente, todo o expediente do Conselho;
III - executar os demais serviços de secretaria do COMITRA.

SEÇÃO III - DOS MEMBROS

Art. 10. Compete aos membros do COMITRA:

I - comparecer às reuniões do Conselho;
II - eleger, dentre seus pares, os membros da Diretoria;
III - requerer a convocação de reuniões justificando a necessidade;
IV - estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;
V - tomar parte das discussões e votações, apresentando emendas ou substitutivos às orientações técnicas;
VI - aprovar as orientações técnicas;
VII - colaborar com o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
VIII - desempenhar os cargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente, em especial a participação em Grupos de Trabalhos Técnicos;
IX - indicar oficialmente seu suplente para as reuniões, quando não puder comparecer, ou justificar oficialmente a ausência quando não houver suplente.

§ 1º As orientações técnicas serão aprovadas por maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de minerva.

§ 2º A partir da terceira falta consecutiva ou da quinta aleatória do membro ou seu suplente, sem justificativa, às reuniões do Conselho, este deverá ser substituído pela respectiva entidade que o indicou.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES

Art. 11. O COMITRA reunir-se-á, ordinariamente, seis vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que for necessário para desempenho de suas atribuições, mediante convocação do Presidente, do seu substituto legal ou ainda por requerimento de 1/3 de seus membros.

§ 1º As convocações deverão ser efetuadas com antecedência mínima de quinze dias.

§ 2º O Presidente poderá convocar somente a Diretoria com antecedência mínima de 07 dias.

§ 3º O Conselho deliberará, quando presente metade de seus membros em primeira convocação ou com qualquer número de membros em segunda convocação, com trinta minutos de intervalo entre as convocações.

§ 4º As reuniões do Conselho serão realizadas de forma itinerantes nas sedes das Associações de Municípios, e a escolha ocorrerá por decisão da maioria em cada reunião. Todos os assuntos tratados pelo Conselho ou pela Diretoria constarão do relatório da reunião.

Art. 12. As deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Parágrafo Único. As votações serão nominais ou por aclamação, conforme decisão do Presidente.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) como órgão oficial de publicações legais e divulgação dos atos do COMITRA.

Parágrafo Único. O DOM/SC substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 14. Os casos omissos serão decididos pela Diretoria, assegurada a apreciação preliminar pelos demais membros do Conselho.

Art. 15. O presente regimento entrará em vigor nesta data, podendo ser alterado por proposição dos membros do Conselho.

Florianópolis/SC, 14 de junho de 2013.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 162 - Programa - Cocal do Sul

Extrato de Contrato nº 162/2013

Contrato de Programa - Cocal do Sul

CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul

CNPJ: 95.778.056/0001-88

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 159/13

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Cocal do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Cocal do Sul no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Cocal do Sul, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 22 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 163 - Rateio - Cocal do Sul

Extrato de Contrato nº 163/2013

Contrato de Rateio - Cocal do Sul

CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul

CNPJ: 95.778.056/0001-88

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 160/13

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de

Cocal do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 159/13.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 22 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 164 - PGC - Vargão

Extrato de Contrato nº 164/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Vargão

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Vargão

CNPJ: 04.532.979/0001-08

CONTRATO Nº: 004/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 165 - PGC - Brunópolis

Extrato de Contrato nº 165/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Brunópolis

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Brunópolis

CNPJ: 01.635.079/0001-90

CONTRATO Nº: 002/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 29 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 166 - Pegaso - Araquari

Extrato de Contrato nº 166/2013

Contrato de Rateio - Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social - Araquari

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araquari

CNPJ: 08.345.500/0001-77

CONTRATO Nº: 12/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social.

PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 700,00 (setecentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 167 - PGC - Galvão

Extrato de Contrato nº 167/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Galvão

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Galvão

CNPJ: 80.641.533/0001-91

CONTRATO Nº: 008/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 168 - Programa - Presidente Castello Branco

Extrato de Contrato nº 168/2013

Contrato de Programa - Presidente Castello Branco

CONTRATANTE: Município de Presidente Castello Branco

CNPJ: 82.777.244/0001-40

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 96/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Presidente Castello Branco e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Presidente Castello Branco no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Presidente Castello Branco, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 05 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 169 - Rateio - Presidente Castello Branco

Extrato de Contrato nº 169/2013

Contrato de Rateio - Presidente Castello Branco

CONTRATANTE: Município de Presidente Castello Branco

CNPJ: 82.777.244/0001-40

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 97/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Presidente Castello Branco e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 96/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 05 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 170 - PGT - Lacerdópolis

Extrato de Contrato nº 170/2013

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Lacerdópolis

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis

CNPJ: 82.939.471/0001-24

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 037/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado

pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 11 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Resolução Nº 021 _2013

Resolução n. 021/2013.

Dispõe sobre a alteração dos membros da Comissão Especial 01 nomeados pela Resolução 19/2013 e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/05.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os membros da Comissão Especial 01 nomeados pela Resolução 19/2013, ficando composta conforme segue:

Membros

I - ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA - Presidente

II - ADAIR DA SILVA MATTOS - membro

III - ADEMIR ANTONIO FERRARIM - membro

VI - JUNIOR HENRIQUE DOS SANTOS - membro

V - RUBENS SEIDEL - membro

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo/SC, 18 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMOSC

Resolução Nº 01/2013

RESOLUÇÃO Nº 01/2013

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelos art. 23 e 24 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Contratar MAYELI DALLAGASPERINA para exercer o emprego público de Auxiliar Administrativo, nível médio, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC,

aprovada no Concurso Público nº 01/2009, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais, acrescido do vale alimentação de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) mensais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 17 de junho de 2013.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

Presidente do CIS-AMOSC

IBERE

Resolução N. 002/2013

Resolução nº 002/2013.

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERE.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERE, no uso da atribuição, de acordo com ata da assembléia ordinária do Conselho de Associados do Consórcio IBERE, RESOLVE:

Art. 1º O orçamento do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERE, para o exercício de 2013, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais), de acordo com anexos de receita e despesas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Chapecó (SC), 06 de março de 2013.

ANDRE MAX TORMEN

Presidente do Consórcio

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - IBERE

ORÇAMENTO 2013 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RUBRICAS	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)
4.0.0.0.0.00.00	RECEITA	
4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	187.500,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	500,00
4.1.3.2.5.00.00	REMUNERAÇÃO DEPOSITOS BANCARIOS	500,00
4.1.3.2.5.01.99	REMUNERAÇÃO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADO	-
4.1.3.2.5.02.99	REMUNERAÇÃO DEPOSITOS BANCARIOS NÃO VINCULADO	500,00
4.1.7.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	187.000,00
4.1.7.23.00.00	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	28.000,00
4.1.7.23.37.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICO	28.000,00
4.17.23.37.01	MUNICIPIO DE AGUAS DE CHAPECO	4.000,00

4.17.23.37.02	MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA	4.000,00
4.17.23.37.03	MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL	4.000,00
4.17.23.37.04	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS	4.000,00
4.17.23.37.05	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE	4.000,00
4.17.23.37.06	MUNICIPIO DE GUATAMBU	4.000,00
4.17.23.37.07	MUNICIPIO DE CHAPECO	4.000,00
4.1.7.62.99.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE ESTADO	159.000,00
4.1.7.62.99.01	CONVENIO CASAN	159.000,00

ANDRE MAX TORMEN

PRESIDENTE

CPF: 040.519.239-83

MÁRCIA SPIELMANN

CONTADORA

CRC/SC 25666/O-2

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - IBERE

ORÇAMENTO 2013 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DOTAÇÃO (R\$)	DESCRIÇÃO	ORÇADO
ÓRGÃO/UNIDADE	01. 01 CONSORCIO IBERE	
FUNÇÃO	01.01.04 ADMINISTRAÇÃO	
SUB FUNÇÃO	01.01.04.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
AÇÃO	2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSORCIO IBERE	187.500,00
3.1.90.00.00	DESPESA DE PESSOAL	45.000,00
3.3.90.00.00	DESPESA DE CUSTEIO	89.000,00
4.4.90.00.00	DESPESA DE CAPITAL	53.500,00

ANDRE MAX TORMEN

PRESIDENTE

CPF: 040.519.239-83

MÁRCIA SPIELMANN

CONTADORA

CRC/SC 25666/O-2

Portaria N. 001/2013

PORTARIA Nº 001/2013.

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO NOS TERMOS ESTATUTARIOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ANDRE MAX TORMEN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERE, no uso da atribuição, nos termos da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e demais legislações aplicáveis especialmente as estatutárias da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado MARCIA SPIELMANN para exercer o cargo comissionado de contador do Consórcio IBERE, conforme os

termos do artigo 15 do Estatuto.

Art. 2º A carga horária a ser cumprida pelo servidor será de 47 (quarenta e sete) horas mensais.

Art. 3º A remuneração mensal do servidor será a fixada no estatuto, ou seja, R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) reajustáveis nos termos previstos no artigo 9 do estatuto.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos do orçamento do Consorcio.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos a contar de primeiro de janeiro de 2013.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Chapecó (SC), 02 de janeiro de 2013.

ANDRE MAX TORMEN

Presidente do Consórcio

Portaria N. 002/2013

PORTARIA Nº 002/2013.

DISPOE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE SERVIDORA KELLEN CASSARO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ANDRE MAX TORMEN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERE, no uso da atribuição, nos termos da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e demais legislações aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada KELLEN CASSARO para exercer o cargo de Assistente administrativo junto ao Consorcio IBERE, regido pela CLT, admitido em caráter temporário, pelo período de 10 de maio de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º A carga horária a ser cumprida pela servidora será de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º A remuneração mensal da servidora será de R\$ 1.560,50 (hum mil quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos do orçamento do Consorcio.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos a contar de dez de maio de 2013.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Chapecó (SC), 10 de maio de 2013.

ANDRE MAX TORMEN

Presidente do Consórcio

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br